

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DUILIO CASTRO MILES

**A EDUCAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU POTENCIAL
EMANCIPATÓRIO
NA CONSTRUÇÃO DE UMA CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA BINACIONAL
DO PET**

São Leopoldo

2014

Duilio Castro Miles

**A EDUCAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU POTENCIAL
EMANCIPATÓRIO
NA CONSTRUÇÃO DE UMA CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA BINACIONAL
DO PET**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para obtenção de título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck

São Leopoldo
2014

M643e Miles, Duilio Castro
A educação na economia solidária e seu potencial emancipatório na construção de uma cadeia produtiva solidária binacional do PET / Duilio Castro Miles -- 2014.
349 f. : il. ; 30cm.
Tese (Doutor em Educação) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck.

1. Educação popular - Economia solidária. 2. Cadeia produtiva solidária. 3. Emancipação social. I. Título. II. Streck, Danilo Romeu.

CDU 37.014.2:334.4

Duilio Castro Miles

**A EDUCAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU POTENCIAL
EMANCIPATÓRIO
NA CONSTRUÇÃO DE UMA CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA BINACIONAL
DO PET**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
para obtenção de título de Doutor em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pablo Augusto Guerra Aragone - UDELAR

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski - UFRGS

Profa. Dr^a. Marília Veríssimo Veronese - UNISINOS

Prof. Dr. Telmo Adams - UNISINOS

Prof. Dr. Danilo Romeu Streck - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Embora a decisão de realizar um trabalho seja individual, o seu desenvolvimento é resultado de um esforço coletivo, em que todas as pessoas que tiverem algum envolvimento são merecedoras de reconhecimento.

Desejaríamos, entretanto, registrar um agradecimento especial a algumas pessoas que foram fundamentais não apenas no desenvolvimento da tese, como também na construção da pessoa do autor, cujos resultados têm muita relação com o processo de vida e de profissão.

Um especial agradecimento ao Professor Danilo Romeu Streck, pelo compartilhamento de seu vasto conhecimento e experiência, que oportunizou momentos importantes de reflexão, os quais foram essenciais para despertar a curiosidade epistemológica sobre questões que eu não tinha alcançado até aquele momento e especialmente pela sua compreensão ao longo deste período, no qual tivemos, dentre outros aprendizados, a valorização da importância da pesquisa para a educação.

Ao Professor Telmo Adams, cujo papel foi também fundamental nesse período de amadurecimento intelectual, na busca de respostas para muitas indagações para quem se insere em uma área em grande parte desconhecida como era para nós a educação. Por sua permanente disposição em colaborar neste processo, reconhecendo eventuais momentos de originalidade que nos assolava, deixando de prevalecer a sua grande e valiosa trajetória como mestre e militante das causas sociais.

Ao Professor Jaime José Zitkoski, ao qual devemos a inspiração de ingressar neste gratificante universo da perspectiva freireana de educação e da economia solidária, após uma conversa que tivemos por ocasião da pesquisa que fizemos no Mestrado.

Ao Professor Pablo Augusto Guerra Aragone, que foi uma referência importante no campo da Economia Solidária, oportunizando uma aproximação com o meio acadêmico uruguaio, contribuindo com a reflexão da realidade de nosso País, do qual estávamos distanciado em função da nossa vinda ao Brasil.

E, como a história vai sendo construída por nós e pelas circunstâncias, agradeço também a oportunidade de rever neste processo a Professora Marília Veríssimo Veronese, hoje como referência no campo de investigação da Economia Solidária.

Aos professores do Programa de Doutorado em Educação; cada um deles têm certamente, em maior ou menor medida, a sua contribuição neste processo de formação e na elaboração desta tese.

Aos funcionários do Programa de Doutorado em Educação pelo auxílio e disposição em colaborar demonstrada nas mais diversas situações.

Aos nossos colegas de Doutorado e do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul, do Grupo de Pesquisa e de seminários que tivemos oportunidade de participar na UNISINOS, na UFRGS e na UNICAMP, também os nossos agradecimentos pelos gratos momentos de aprendizado e amizade compartilhados.

Aos coletivos de trabalhadores, apoiadores e parceiros dos empreendimentos que fazem parte da Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET, assim como aos membros do Forum de Recicladores do Vale dos Sinos, especialmente a: Roque e Odete Spies, Alda Fortes, Geraldo Simmi, Josue Carvalho, Paulo Ricardo Bohn, Clóvis Eduardo e Roberto Araújo. A Fagner Andrei, Kellen Pasqualetto e todos os aqui não nomeados que participaram desta jornada sintam-se também reconhecidos, pois não haveria como relacionar a todos, nem dimensionar o quanto foram importantes.

Nesta recorrida pelos diversos lugares e coletivos que passamos na pesquisa, devemos agregar também o pessoal do Uruguai, da Coopima - Hugo Grasco, Fernando Garat, Nancy, Wilson, Hector Troncoso -, do Inacoop - Juan Sarachu, Danilo Gutierrez, Fernando -, de Cospe - Ana Tifiro, Federico Sienna -, da FCPU - Jorge Bianchi -, CODECOOP - Rosana Perdomo -, da Udelar - Cecília Matonte, Gerardo Sarachu -, dos órgãos de governo envolvidos, sintam-se também partícipes da construção desta obra. Da Coopertextil, em Minas Gerais, nas figuras de Geraldo Magela, José Antônio e Julio Moraes e demais trabalhadores com os quais interagimos no processo.

Desejamos expressar também especial agradecimento, não apenas em relação ao aporte feito para a tese, nem ao importante convívio apoiando o desenvolvimento da pesquisa, e sim pela sua contribuição à sociedade e, em particular, para os trabalhadores envolvidos neste projeto, que é apenas uma amostra do tanto que fez e que certamente fará pelas causas sociais: a Nelsa Fabian Nespolo que concebeu, liderou e executou junto com a sua equipe da DIFESOL o projeto da Cadeia Produtiva Binacional Solidária do PET.

Aos nossos sempre mestres e exemplos presentes na nossa vida os amigos Sergio Varela e Guillermo Artigas que são referência permanente na condução de nossos atos como pessoa e cidadão.

A nossa mãe, que infelizmente, não conseguirá compartilhar deste momento conosco, mas à que devo principalmente o ensinamento do compromisso com o trabalho e dedicação àquilo que se assume como responsabilidade.

A nossa esposa Edeltraud e filhos Martin e Giovana, com os quais compartilhamos a mais importante experiência de produção associada da nossa vida: a família.

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a dimensão da educação na sua função de mediação para construção de uma Cadeia Produtiva Solidária Binacional, do PET, com vistas à emancipação dos coletivos de trabalhadores de cooperativas dos setores de reciclagem e têxtil, do Brasil e Uruguai. Concluiu-se que a educação, embora reconhecidamente importante por seu potencial alavancador para transformações sociais, foi a grande ausente do projeto, a despeito de que têm sido realizadas algumas atividades e seja o produto mais ofertado pela ação das incubadoras. Soma-se a isso a falta de reconhecimento por parte dos coletivos da ação transformadora das mediações intrínsecas decorrentes das vivências resultantes da organização da produção associada. Quanto à intensidade da percepção do fenômeno da emancipação social, considera-se que houve, mesmo que incipientes, verificações no sentido de transformação na postura dos trabalhadores e dos empreendimentos em direção aos valores e princípios da economia solidária, porém nada de tão significativo ao ponto de serem identificados por todos, de igual forma, e na sua diversidade. O resultado foi influenciado pelo estágio de desenvolvimento dos empreendimentos, pelos condicionamentos psicológicos, econômicos e culturais, agravado pelo baixo nível de escolaridade e pela premência da busca da superação das condições de precariedade material, que dificultaram, de certa maneira, a compreensão das dimensões deste construto. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotado o método de Pesquisa-Ação-Participante. Destacamos como autores de referência adotados nesta tese: na Educação - Freire, Manacorda, Frigotto, Brandão, Streck, Adams e Zitkoski; na Economia Solidária - Razeto, Guerra, Tiriba, Mance, França, Laville, Novaes e Veronese; na Emancipação Social - Marx, Souza Santos e Tonet; e, no universo do trabalho, com importantes aportes da suas obras, Gramsci, Mészáros, Dussel, Rebellato e Escobar, dentre outros.

Palavras-Chave

Educação, Economia Solidária, Cadeia Produtiva Solidária, Emancipação Social

ABSTRACT

The research aimed to analyze the educational dimension in its role of mediator for construction of a Binational Partnership for Supply Chain, from PET, aiming at the emancipation of the workers collectives of recycling cooperatives and textile sectors, in Brazil and Uruguay. The study concluded that education, though admittedly important for its potential for social transformations was largely absent from the project, despite the fact that some activities have been carried out and the result is more action offered by the incubators. Addition to this fact, it's remarkable the lack of recognition for the part of workers of transforming action of intrinsic mediations, resulting from experience of organization. Regarding the intensity of the perception of the phenomenon of social emancipation, it is considered that there were, even if incipient, changes in the attitude of workers and enterprises toward the values and principles of social economy, but nothing so significant as to be identified by everyone, equally, and in its diversity. The result was determined by the stage of development of enterprises, as well as by the psychological, economic and cultural constraints, notably influenced by the low level of education and the urgency of the effort to overcome the precarious conditions of the material, which made it difficult in some ways to understand the dimensions of this construct. For developing this research the adopted method is Participatory Action Research. We make salient as reference authors in this thesis: in Education - Freire, Manacorda, Frigotto, Brandão, Streck, Adams and Zitkoski; in Solidarity Economy - Razeto, Guerra, Tiriba, Mance, França, Laville, Novaes and Veronese; in Social Emancipation - Marx, Souza Santos and Tonet; and, in the work's universe, with important contribution from Gramsci, Mészáros, Dussel, Rebellato e Escobar and others authors.

Keywords:

Education, Solidarity Economy, Solidarity Supply Chain, Social Emancipation

LISTAS DE FIGURAS

1	Modelo para análise da dimensão educação	32
2	A Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET	40
3	A Estrutura Organizacional da Cadeia do PET	42
4	A Rede associada à Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPET	Associação Brasileira de Indústrias de PET
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza
ANERT	Associação Nacional de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (Uruguai)
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico Social
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COOMCAT	Central de Cooperativas de Reciclagem – Santa Cruz do Sul
COOPETSINOS	Central de Cooperativas de Reciclagem do Vale dos Sinos
OOOPETSUL	Central de Cooperativas de Reciclagem – Jaguarão
COREDES	Conselho Regional de Desenvolvimento
COSPE	Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti (Cooperação pelo desenvolvimento dos Países Emergentes)
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIFESOL	Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
ERT	Empresas Recuperadas por Trabalhadores
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FDRH	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
FCPU	Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai
FINEP	Financiamento de Estudos de Projetos e Programas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free On Board
FONDES	Fondo Nacional de Desarrollo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INACOOOP	Instituto Nacional de Cooperativismo (Uruguai)
INAFOT	Instituto Nacional de Formação do Trabalhador
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSUL	Instituto Federal Sul Riograndense
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
ISEDE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MNCR	Movimento Nacional de Catadores e Recicladores
MNLMM	Movimento Nacional pela Luta pela Moradia

MPA	Movimento Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCMG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAP	Pesquisa Ação Participante
PEA	População Economicamente Ativa
PET	Politereftalato de Etileno
PIB	Produto Interno Bruto
PIA	População em Idade Ativa
PIBm	Produto Interno Bruto municipal
PIBpc	Produto Interno Bruto per capita
PIT-CNT	Plenário Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional Trabajadores (Central Única de Trabajadores do Uruguai)
PROEXT	Programa de Extensão Universitária (Fomento para as Incubadoras)
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras (Universitárias)
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio Empresarial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações de Economia Solidária
SNIS	Sistema Nacional de Informações de Saneamento
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UNILASSALE	Centro Universitário UNILASSALE
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UTU	Universidad del Trabajo del Uruguay
UDELAR	Universidad de la República del Uruguay

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DOS MOVIMENTOS METODOLÓGICOS E DA APRESENTAÇÃO DO CASO	18
2.1	OBJETIVOS	18
2.1.1	Objetivo geral	18
2.1.2	Objetivos específicos	18
2.2	OS PRESSUPOSTOS DA INVESTIGAÇÃO	18
2.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	20
2.4	A METODOLOGIA DA PESQUISA	23
2.4.1	A Pesquisa-Ação-Participante	23
2.4.2	Instrumentos e procedimentos da coleta de	26
2.4.3	Opções teórico-metodológica e epistemológica	28
2.4.4	A apresentação do modelo para análise da dimensão educação e seu funcionamento	31
2.5	O PANORAMA DA RECICLAGEM NO BRASIL	34
2.6	A CADEIA PRODUTIVA BINACIONAL SOLIDARIA DO PET	37
2.6.1	O processo de transformação do PET	40
2.6.2	A estrutura organizacional da Cadeia Solidária	42
2.6.3	Breve apresentação dos empreendimentos que compõem a Cadeia Solidária	43
2.6.3.1	As Cooperativas de Reciclagem	43
2.6.3.2	As Centrais de Cooperativas de Reciclagem	43
2.6.3.3	A Cooperativa Industrial Maragata - COOPIMA	44
2.6.3.4	A Cooperativa de Produção Textil de Minas - COOPERTEXTIL	45
2.6.3.5	A estrutura da rede associada à Cadeia Solidária	46
2.6.3.5.1	<i>Principais instituições que apóiam o projeto da Cadeia Solidária</i>	46
3	DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO NA CADEIA E SEU CARÁTER EMANCIPATÓRIO	48
3.1	AS FINALIDADES E AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO	48
3.1.1	As finalidades da educação	52
3.1.2	As concepções educacionais presentes na Cadeia Solidária	53
3.1.2.1	A educação cooperativista e sindical	53
3.1.2.2	A educação popular	56
3.1.2.3	A educação politécnica, integral, unitária e o trabalho como princípio educativo	60
3.1.2.4	A abordagem de Enrique Dussel	63
3.1.2.5	A educação na perspectiva do movimento e das políticas da economia solidária	65
3.1.2.6	A educação empresarial/corporativa	68
3.2	AS MEDIAÇÕES EDUCATIVAS	71
3.2.1	As mediações intrínsecas	72
3.2.2	As mediações extrínsecas	76
3.3	AS METODOLOGIAS ADOTADAS	85
3.4	AS TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS	88
4	OUTRAS DIMENSÕES PRESENTES NA CADEIA SOLIDÁRIA E SEU CARÁTER EDUCATIVO-EMANCIPATÓRIO	96

4.1	AS DIMENSÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPADOR	96
4.1.1	As perspectivas da Economia Solidária	96
4.1.2	Os objetivos da economia solidária e da Cadeia Solidária do PET	104
4.1.3	O potencial transformador da Cadeia Solidária	105
4.1.4	O perfil sócio econômico dos trabalhadores da Cadeia Solidária	110
4.2	AS DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS E O POTENCIAL EDUCATIVO- EMANCIPADOR	113
4.2.1	As formas de organização dos EES	114
4.2.1.1	As empresas recuperadas pelos trabalhadores - ERT's	117
4.2.2	A autogestão	123
4.2.2.1	A autogestão e a heterogestão	123
4.3	AS DIMENSÕES CULTURAIS E O POTENCIAL EMANCIPADOR	126
4.3.1	A cooperação	126
4.3.2	A solidariedade	133
4.3.3	O respeito à diversidade	136
4.3.4	A participação	137
4.3.5	O trabalho associado	142
4.3.6	A valorização do tempo livre	148
4.4	AS DIMENSÕES PSICOLÓGICAS E O POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPADOR	155
4.4.1	A recriação da subjetividade	155
4.4.2	A conscientização	161
4.4.3	A superação dos condicionamentos	165
4.5	AS DIMENSÕES TECNOLÓGICAS E O POTENCIAL EDUCATIVO- EMANCIPADOR	170
4.5.1	A questão ambiental	186
4.6	AS DIMENSÕES POLÍTICAS E O POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPADOR	190
4.6.1	A autonomia	190
4.6.2	A radicalidade democrática	196
4.6.3	A cidadania	199
4.6.4	O engajamento em movimentos e lutas sociais	203
4.6.5	Os conflitos na alavancagem dos processos de mudanças	207
4.6.6	Em procura de uma nova hegemonia	211
5	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	220
5.1	ESTRATÉGIAS GLOBAIS, AS NOVAS EPISTEMOLOGIAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA	220
5.2	A SUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS ENTRAVES PRESENTES NO PROJETO	230
5.3	A NOVA ORGANIZAÇÃO	240
5.4	A CONSTRUÇÃO DO NOVO SUJEITO SOCIAL, COLETIVO E SOLIDÁRIO E SEU POTENCIAL EMANCIPADOR	246
5.5	A COSMOVISÃO DO BEM-VIVER COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA E SEU POTENCIAL EMANCIPADOR	252

5.6	A EMANCIPAÇÃO SOCIAL	263
5.6.1	A opção pelo conceito de emancipação social	264
5.6.2	O processo emancipatório	269
5.6.3	As dimensões da emancipação social	272
5.6.4	O potencial emancipatório da Cadeia Solidária	274
6	BALANÇO E PERSPECTIVAS	280
6.1	O QUE FOI FEITO	280
6.2	AS INOVAÇÕES DA CADEIA SOLIDÁRIA	283
6.3	OUTROS RESULTADOS OPORTUNIZADOS PELA CADEIA SOLIDÁRIA	284
6.4	O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CADEIA SOLIDÁRIA	285
6.5	OS ASPECTOS NÃO PLANEJADOS	288
6.6	O QUE PODERIA TER SIDO MELHOR	290
6.7	O QUE SERÁ FEITO	292
7	CONCLUSÕES	295
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/ELETRÔNICAS	309
9	APÊNDICES	323
9.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS	323
9.2	ESTRUTURA E RESPONSABILIDADES DOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DA CADEIA SOLIDÁRIA BINACIONAL DO PET	324
9.3	TERMO DE COMPROMISSO DE INCUBAÇÃO COM A COOPETSINOS	326
9.4	RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS	329
9.5	CRONOLOGIA HISTÓRICA DA CADEIA SOLIDARIA NESTE PROCESSO, PERÍODO 1985-2014	331
9.6	DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA CADEIA BINACIONAL SOLIDÁRIA DO PET	340
9.7	CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS PRESENTES NO PROJETO	346
9.8	HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS	347

1 INTRODUÇÃO

O interesse da sociedade e do mundo acadêmico por desenvolver ou descobrir novas formas de desenvolvimento sócio-econômico que se contraponham à hegemonia do sistema capitalista, o qual tem como marca a exclusão da grande maioria da população, tem levado à procura de uma maior compreensão do fenômeno da Economia Solidária.

Neste universo da Economia Solidária, a construção das cadeias e redes se constitui em uma estratégia que visa fortalecer os empreendimentos, com vistas à viabilização, dado que, ao abranger todas as fases do processo de produção e comercialização, eles não ficam tão expostos às regras da economia de mercado.

A Cadeia Produtiva Binacional Solidária do PET constitui o campo empírico no qual realizamos a investigação. Essa cadeia envolve os trabalhadores de cooperativas e centrais de cooperativas de reciclagem do Rio Grande do Sul, as ERT's - Cooperativas do setor têxtil -, em um primeiro momento, e as cooperativas de vestuário, que estão em fase de integração na cadeia. Em consequência, temos representantes de dois países da América Latina – Uruguai e Brasil –, dois Estados, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, este último como grande responsável por impulsionar o projeto, por meio da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa no DIFESOL, além de vários governos municipais.

Foram adotados como conceitos-chaves para a presente investigação os seguintes:

Economia Solidária¹ - Compreende o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, organizadas sob a forma de autogestão. Aponta para uma nova lógica de desenvolvimento, na perspectiva do bem-viver, com geração de trabalho e distribuição de renda, opondo-se à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica, fortalecendo o coletivo. Possui, como seus pilares, a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica, a solidariedade, o controle dos meios de produção e seu caráter emancipatório. Organizada sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, cujos participantes são trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das

¹ Conceito elaborado com base em documentos oficiais do FBES, SENAES e SIES.
<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>

atividades, assim como a alocação dos seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

Cadeia Solidária- É um arranjo produtivo, constituído por empreendimentos de Economia Solidária, apoiado por diversas entidades no campo educacional, político, econômico, social e tecnológico, voltado para alavancar as condições de vida das populações envolvidas, por meio do desenvolvimento de um novo modelo de organizar a produção e as relações sociais, centrado no trabalho associado, orientado por uma estratégia de reprodução ampliada da vida, que hoje podemos aproximar ao conceito do Bem-Viver.

Mediações Educativas- Adotamos o conceito de Adams (2010, p. 41), que denomina mediações pedagógicas como “[...] constituindo-se em práticas sociais como fontes e meios construtores de sociabilidade e saberes, especialmente quando os sujeitos envolvidos assumem uma postura reflexiva sobre os contraditórios e interativos processos vividos.” Estas mediações, acrescentamos, podem contribuir para o desenvolvimento de novas subjetividades. Para este efeito, classificamos as mediações de: a) intrínsecas, informais, espontâneas, tácitas planejadas ou não - espaços e momentos que são disponibilizados, vivenciados ou assimilados por meio da teia de relações que se criam a partir de uma concepção democrática de organizar o trabalho, e percebidos como situações de participação, reflexão e aprendizado, enfim, espaços educativos; e b) extrínsecas, formais, intencionais, explícitas, planejadas, que se constituem nas modalidades tradicionais de educação, a saber: capacitação, formação e assessoria técnica.

Emancipação Social- Entendida como um processo, um “vir a ser” necessário que vai avançando em intensidade, conduzindo à libertação de todos, que seja resultado de transformações: recriação de uma nova subjetividade, gestando indivíduos com autonomia, que atingem a maturidade da consciência, capazes de superar os condicionamentos sócio-econômico-tecnológico-cultural a que são submetidos; alteração na forma de organizar as relações de produção e sociais, para uma configuração que enfatiza a solidariedade, o associativismo, a cooperação, as práticas autogestionárias e a participação democrática, conquistadas pelo indivíduo em comunhão com o coletivo, com a marcante mediação da educação.

A pesquisa, que objetiva analisar a função da educação como mediação para construção da Cadeia e a emancipação dos coletivos de trabalhadores, concluiu que a

educação, embora reconhecidamente importante por seu potencial alavancador para as transformações sociais, foi a grande ausente do projeto, a despeito de que têm sido realizadas algumas atividades e seja o produto mais ofertado pela ação das incubadoras. Soma-se a isso a falta de reconhecimento por parte dos coletivos da ação transformadora das mediações intrínsecas, decorrentes das vivências resultantes da organização da produção associada.

Quanto à percepção da intensidade com que se percebe o fenômeno da emancipação social a partir da execução do projeto da Cadeia Solidária, entende-se que, decorrente do estágio de desenvolvimento dos empreendimentos e da compreensão das dimensões deste construto, houve, mesmo que de forma incipiente, transformações na postura dos trabalhadores e dos empreendimentos em direção aos valores e princípios da economia solidária, porém nada de tão significativo ao ponto de serem perceptíveis por todos, de igual forma, e na sua diversidade. Como veremos, este resultado não foi surpreendente, visto que a análise feita deu sobejas provas da coerência do resultado da pesquisa com as observações feitas ao longo de mais de três anos que acompanhamos o desenvolvimento deste projeto.

Com relação ao pressuposto da investigação - “É possível avançar no processo de construção da Cadeia Solidária que promova melhorias, principalmente na condição sócio-econômica-política-cultural dos coletivos de trabalhadores, apoiadas em mediações educacionais orientadas por uma perspectiva emancipatória” -, este foi confirmado, dado os resultados alcançados.

A Cadeia Solidária, em que pesem as várias finalidades que a suleam, tem na superação da precariedade material uma de suas prioridades. Não é suficiente para pensar em um processo emancipatório, mas pode ser o início, até para que os próprios trabalhadores se convençam de que é possível realizar o potencial de transformação que a cadeia encerra e se engajem de corpo e alma neste projeto.

Quanto a educação, a sua quase ausência constituiu-se em um entrave ou, ao menos, reduziu as possibilidades para avançar mais no processo, o que, por si só, confirma a sua importância, como previsto neste pressuposto.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotado o método de Pesquisa-Ação-Participante, orientado pelos princípios da participação, da dialogicidade, da relação sujeito-sujeito de maneira ética e respeitosa, dando sempre voz aos trabalhadores e exercitando a problematização na análise das situações, que mantém estreita aderência com a Educação

Popular. Este método foi apoiado por diversos instrumentos de coleta e análise de dados, que deram sustentação às conclusões da investigação.

Cabe, ainda, registrar que este estudo faz parte de um processo que começou há cinco anos quando participamos do Programa de Educação Continuada, nos seminários conduzidos pelo Professor Jaime José Zitzkowski, o qual nos introduziu nos universos da educação na perspectiva freireana e da economia solidária.

Daí o ingresso no Doutorado em Educação da Unisinos, a criação da Incubadora Tecno-Social de Cooperativas Solidárias no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Campus Porto Alegre e a escolha do tema – Cadeia Produtiva Solidária Binacional – foi uma decorrência natural.

Houve uma grande convergência de situações, somadas às circunstâncias de estar iniciando um novo ciclo de vida com o ingresso no IFRS e com a colaboração de muitas pessoas no campo acadêmico e na economia solidária, que nos incentivaram a colaborar com a construção desta marcante experiência em direção a uma outra economia.

Este estudo será dividido em 6 capítulos, além da Introdução, Referências Bibliográficas/Eletrônicas e Apêndices, onde serão abordados os seguintes assuntos:

1- Serão apresentados os objetivos, os pressupostos, as justificativas, a metodologia, adotados na pesquisa, e o caso em estudo, incluindo o panorama da reciclagem no Brasil, a Cadeia Solidária Binacional do PET, a estrutura organizacional e de rede a ela vinculada, relacionando as principais instituições apoiadoras;

2- Será apresentada a dimensão da educação, abordando as finalidades, as concepções, as mediações educacionais, a metodologia e as temáticas, analisando a sua contribuição para a implementação do projeto e para a alavancagem de um processo emancipatório do coletivo de trabalhadores envolvidos;

3- Serão apresentadas outras dimensões presentes no projeto da Cadeia Solidária, abordando as dimensões sócio-econômica, organizacional, cultural, psicológica, tecnológica e política e o seu caráter educativo-emancipatório;

4 – Serão apresentadas as transformações sociais, abordando a superação dos principais entraves presentes no projeto, as transformações intermediárias - nova organização, novo sujeito coletivo, social e solidário, o Bem-Viver - e a emancipação social;

5- Serão apresentados o balanço e as perspectivas do projeto da Cadeia Solidária, destacando as experiências que podem servir de referência para novos empreendimentos em Economia Solidária, e registrados alguns objetivos estabelecidos para a sequência do mesmo;
e

6- Serão apresentadas as respostas de como foram realizados os objetivos previstos e os pressupostos da investigação e indicados alguns temas para futuras pesquisas.

2 DOS MOVIMENTOS METODOLÓGICOS E DA APRESENTAÇÃO DO CASO

Neste capítulo, serão apresentados os objetivos da pesquisa, seus pressupostos, suas justificativas e a metodologia, adotados na pesquisa.

2.1 OBJETIVOS

Quanto aos objetivos que orientaram a realização da pesquisa, temos:

2.1.1 Objetivo geral:

- Analisar a função da Educação como mediação para a construção da Cadeia Solidária Binacional do PET e a emancipação dos coletivos de trabalhadores.

2.1.2 Objetivos específicos:

- Identificar as dinâmicas (mediações) educativas presentes no cotidiano dos empreendimentos e nos órgãos de Coordenação da Cadeia;
- Analisar a relação da educação com as demais dimensões presentes no projeto e seu impacto no processo de emancipação dos coletivos de trabalhadores;
- Analisar outras transformações decorrentes do projeto da Cadeia Solidária que dão sustentação ao processo de emancipação;
- Analisar a capacidade e os limites da educação para superação dos principais entraves presentes na construção da Cadeia;
- Esboçar um modelo que ajude na interpretação dos fatores micro e macro (perspectivas local-global) – sócio-político-cultural – que são determinantes na dinâmica do processo de transformação social; e
- Identificar as possibilidades que o projeto encerra para as populações envolvidas, apontando os limites, contradições e desafios.

2.2 OS PRESSUPOSTOS DA INVESTIGAÇÃO

Ao longo da pesquisa, também se pretendeu avaliar alguns pressupostos, que orientaram o desenvolvimento e complementaram as análises dos estudos realizados, a saber:

- A baixa inserção dos valores da Economia Solidária nos empreendimentos e o *déficit* educacional existente, junto com o perfil atual do trabalhador, constituem-se em principais entraves da construção da Cadeia;
- A orientação das ações educativas pode contribuir significativamente para o processo de conscientização e de superação dos condicionamentos a que estão submetidos os coletivos de trabalhadores;
- A combinação do trabalho associado com a educação constitui-se em fator de relevância na busca da emancipação social;
- As práticas autogestionárias podem-se constituir em fator de integração e coesão dos coletivos de trabalhadores nos empreendimentos, nos órgãos de coordenação (governança) e no processo de construção da Cadeia;
- É relevante, para efeito de compreender o potencial de emancipação do projeto, conhecer a evolução operada pelos trabalhadores na sua subjetividade, a partir de seu ingresso nos empreendimentos, e na perspectiva de constituição da Cadeia Solidária;
- As relações de poder existentes nos empreendimentos devem ser compreendidas à luz do processo de emancipação do coletivo de trabalhadores;
- Na perspectiva da emancipação, é fundamental conhecer o papel que exercem e a orientação das entidades apoiadoras e, particularmente, do Estado pelo seu protagonismo na construção da Cadeia;
- A despeito de autores marxistas que consideram que somente se pode pensar na Economia Solidária ou de outra alternativa ao Capitalismo quando se processe uma ruptura com a ordem do mercado capitalista, o que somente poderia se realizar por meio de um processo revolucionário, entendemos que, além de não estarem presentes ainda as condições para a referida situação, ela não será fruto de um ato isolado que irrompe no cenário político para uma nova Era. Portanto, acreditamos que o crescimento da Economia Solidária, o seu adensamento e a representatividade que adquire no sistema econômico e junto à sociedade ao longo do tempo, podem dar, sim, elementos para sustentar o processo de transformação por ela propugnado; e
- Além disso, é imperioso dar atenção à necessidade de superação das precárias condições materiais de vida para um contingente cada vez maior de excluídos, para os quais há urgência de encontrar soluções concretas, sem abrir mão de lutar por mudanças estruturais que venham a coibir a realimentação deste processo de exclusão.

Levando-se em conta estes aspectos, consideramos que:

É possível avançar no processo de construção da Cadeia Solidária que promova melhorias, principalmente na condição sócio-econômica-política-cultural dos coletivos de trabalhadores, apoiadas em mediações educacionais orientadas por uma perspectiva emancipatória.

2.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

Dentre as razões que nos levaram a pensar na oportunidade de desenvolver um estudo desta ordem, destacamos:

- Contribuir para materializar o projeto da Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET pelo efeito demonstrativo que ela terá para um setor como o da reciclagem, que possui um grande contingente de trabalhadores excluídos e, até pouco tempo, invisíveis e, em consequência, não se constituindo em prioridade de políticas públicas e para a sociedade de forma geral. Verifica-se que há outras formas além do modo capitalista de produzir e viver dignamente, construídas a partir da cooperação, da solidariedade e de forma autogestionária;
- Ter uma melhor compreensão do papel da tecnologia no desenvolvimento das forças produtivas e na alavancagem da realização do potencial emancipador que o projeto encerra;
- Contribuir para a sustentabilidade social e ambiental, avançando nos processos de inclusão e de erradicação da pobreza, em grupos vulneráveis socialmente, como o é o das comunidades de trabalhadores vinculados à reciclagem, um dos objetivos presentes nas Políticas de Desenvolvimento Social e de Resíduos Sólidos;
- Contribuir, por meio de processos de aprendizagem coletiva, para superar muitos dos entraves e desafios, que terão que ser enfrentados na implantação de projeto de elevado grau de complexidade, como é o caso da formação da Cadeia Produtiva Solidária;
- Materializar as diretrizes dos Institutos Federais de realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento, do desenvolvimento cultural, da Economia Solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento de tecnologias sociais; e

- Avançar no estudo e na produção de conhecimentos sobre Cadeias Produtivas Solidárias, que, conforme pesquisa² realizada nas diversas bases de dados universitárias no Brasil, não possui densidade de trabalhos.

Trata-se, ainda, de uma pesquisa inédita, visto que, ao mesmo tempo em que participa na construção uma nova Cadeia Produtiva, envolve dois países (Brasil e Uruguai), com suas culturas e estágios de desenvolvimento diferenciados, além de acarretar toda a complexidade de lidar com interesses internos e externos, na esfera privada e pública, que precisam ser administrados com vistas à maximização das expectativas dos envolvidos.

Neste sentido, lembramos o fato de que as políticas públicas destes países não obedecem a um mesmo modelo, refletindo o estágio diferenciado de institucionalização da Economia Solidária. O Sociólogo uruguaio, Pablo Guerra, informa-nos que apenas recentemente, com a promulgação da Lei Geral do Cooperativismo, o Uruguai faz “uma breve embora sintomática referência à economia solidária”. Até esse momento, tinha adotado um modelo tradicional, que contemplava apenas o cooperativismo, “ignorando ou minimizando o papel de outras manifestações da economia solidária”. Por sua vez, o Brasil, embora adote o modelo da fragmentação, por meio do qual pretende dar conta do cooperativismo e da Economia Solidária, já tem avançado institucionalmente, com a criação da SENAES, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e de diversas políticas estaduais e municipais que promovem a Economia Solidária e o conceito da autogestão.

Aproveitamos para integrar um trecho do depoimento de E5³ que esclarece o porquê, embora o cooperativismo e a Economia Solidária tenham muitos objetivos convergentes, de haver uma tendência de adotar terminologias diferentes conforme o lugar de onde se fale:

Há diferença histórica. O cooperativismo apresenta uma história e hoje a economia social e solidária, na sua globalidade, tem se nutrido da experiência dos últimos vinte anos e que não tem chegado ao nível de consolidação ao qual tem chegado o cooperativismo histórico e, justamente por isto, terem uma frescura maior e uma coerência maior com os ideais. Quando falo disto, falo sobretudo de Europa, não falo daqui, porque para quem não conhece o

² Pesquisa contida no projeto de realização da tese.

³ Para manter a privacidade dos depoentes sinalizamos com a letra “E” e um número cujo perfil sumário está descrito no Apêndice 1

cooperativismo europeu, tem claro como, às vezes, algumas cooperativas no mercado comportam-se como empresas capitalistas. Aqui, o cooperativismo, por enquanto, é mais estruturado: é de verdade autogestão.

*Na Itália, há cooperativas que são autogestionárias. É uma configuração jurídica. Então, sim, há estas diferenças de história importantes, mas não é por acaso o que diz antes de CICOPA MERCOSUL: é um organismo tão importante no cooperativismo mundial, porque esta região do mundo é capaz de expressar um cooperativismo mais sólido, mais focado ao mercado, mas que mantém viva todavia os ideais de uma economia social bem dinâmica que está planteando mudar o modelo de desenvolvimento. Está planteando uma maneira distinta de viver. Está planteando uma revolução global na sociedade. E, porque eu faço referência a CICOPA MERCOSUL não é que estou dando mais importância ao cooperativismo do que a economia social; é porque a economia social não tem uma organização mundial e, às vezes, nesses espaços mundiais que são muito representativos de nível para nós como inalcançáveis, muito longe das cooperativas de base, mas depois se jogam como mecanismos interessantes. Te fazem ver que a nível global como Mercosul se senta e logra passar uma resolução de apoio a cubanos faz também opinião e políticas mundiais. **E estar no mundo acredito é algo muito especial. É isto é a aliança que se logrou gerar entre o cooperativismo e a nova economia social.** Se há algum desencontro, há uma dialética. Não é um conflito, é uma dialética, mas há uma unidade de objetivos. (grifo nosso)*

Em consequência, este estudo poderá se constituir em referência para futuros trabalhos que avancem na temática da Economia Solidária, de processos de inovação tecnológica-social e de formação de redes e cadeias que envolvam parcerias locais e internacionais.

Estes aspectos não estão dissociados da nossa intencionalidade como pesquisador e cidadão, comprometidos com um projeto de vida que prioriza a nossa inserção em obras que tenham repercussão social e promovam alternativas para a construção de uma sociedade mais humana.

2.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.4.1 A Pesquisa-Ação-Participante

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi usado o método de Pesquisa Ação-Participante (P-A-P). Adotamos esta nomenclatura por entender que, se existem diferenças entre a Pesquisa-Participante (P-P) e a Pesquisa-Ação (P-A), as mesmas são plenamente contornáveis. A P-A nos ajudou a estruturar melhor o processo de pesquisa, embora não fosse este aspecto o que marcou o seu desenvolvimento, mas sim princípios, tais como: participação, dialogicidade, a relação sujeito-sujeito de maneira ética e respeitosa, exercitando a problematização na análise das situações, com plena aderência aos valores da educação popular.

Para tanto, temo-nos apoiado principalmente nos autores: Carlos Rodrigues Brandão (1983, 2006), Danilo Romeu Streck (2006), Marcela Gajardo (1984) e Michel Thiollent (2011).

Para Thiollent (2011, p. 20):

[...] a P-A é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O projeto de construção da Cadeia Solidária constitui-se em uma ação complexa, porque envolveu diferentes organizações e trabalhadores em diversos estágios de desenvolvimento com culturas e tradições diferentes dadas as localizações dos empreendimentos em regiões e países distintos, somados às suas legislações, estratégias de governo etc., os quais repercutiram nos vários processos da Cadeia.

Podemos acrescentar, ainda, a não existência de um planejamento muito rigoroso que se foi construindo aos poucos, o que gera necessidade de tomada de decisões e acordos parciais de forma coletiva sobre problemas que foram surgindo, alongando os prazos previstos, contando com a boa disposição dos trabalhadores e das entidades apoiadoras. Neste último componente, é que nos localizamos como pesquisador-participante, que, ao mesmo tempo em que nos inserimos no coletivo para contribuir na construção do projeto, realizamos a investigação, orientados pelos objetivos traçados e cujos resultados voltaram para o coletivo, realimentando o processo informacional.

A pesquisa foi desenvolvida de forma participativa, havendo um compartilhamento permanente de informações entre todos os participantes do coletivo.

Os sujeitos da pesquisa são constituídos por um coletivo formado pelos membros da Coordenação Geral e Ampliada (ver Apêndice 2), por meio dos quais estão representados todos os empreendimentos, as ONG's, as entidades de apoio e os governos, as Centrais de Cooperativas e as Cooperativa Singulares, envolvidos na construção da Cadeia Solidária. Também na nossa condição de pesquisador, por meio da Incubadora Tecno-Social do IFRS - Porto Alegre, a qual nos vinculamos, em razão de um processo de incubação (ver Apêndice 3) que está se realizando na Central de Cooperativas do Vale dos Sinos (Coopetsinos), a qual compõe a Cadeia, mantemos contato e prestamos apoio permanentes aos membros da Diretoria.

Esta metodologia nos orientou ao longo da investigação, a não esquecer duas características importantes da pesquisa: o seu caráter educativo e participativo.

Nesse sentido, trazemos dois textos de autores de referência da Pesquisa-Participante, que referendam estes aspectos. Brandão; Werthein (1983, p. 20) enfatizam o caráter educativo e as possibilidades de aprendizado coletivo por meio da pesquisa:

Em seus traços gerais, tal estratégia se desenvolve com base na realidade, vivências, experiências e interesse dos membros de um grupo, **se sustentam sobre horizontalidade e diálogo entre os que participam do ato de aprender, se operacionaliza por meio de métodos de trabalho grupal e aprendizagem coletiva e se orienta para o fortalecimento organizacional** dos grupos menos privilegiados. Portanto, se vincula estreitamente com as ações que **têm como objetivo estabelecer linhas de trabalho e organização que redundem em benefício coletivo.** (grifo nosso)

Brandão; Streck (2006, p. 14-15) acrescentam que:

A pesquisa **é participante, porque, como uma alternativa solidária de criação e do conhecimento social**, ela se inscreve e participa de processos relevantes de **uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória.** (grifo nosso)

O processo tem sido muito enriquecedor pela troca de saberes e experiências entre trabalhadores de diferentes origens que se juntaram em uma Cadeia, uns com uma cultura de

trabalhadores da indústria e outros trabalhadores da reciclagem, e ambos pensando como se constituírem em empreendedores solidários e integrados em uma configuração de cadeia e de rede.

Na mesma linha, autores como Brandão; Streck (2006, p. 13) nos dizem que: “[...] é um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros e uns através dos outros. Uma pedagogia de criação solidária de saberes sociais em que a palavra-chave não é o próprio “conhecimento”, mas é antes dele, o “diálogo”.

Deve-se acrescer o caráter político desta metodologia, pois todo processo de transformação carrega uma intencionalidade, uma escolha, uma opção; neste caso, os nossos esforços estão direcionados para a realização dos objetivos dos trabalhadores que participam dos EES vinculados à Cadeia. Neste sentido, lembramos os aspectos, segundo Gajardo (1984, p. 16-17), que devem estar presentes quando optamos pela PAP:

Explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade;
Integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo;
Incorporação dos setores populares como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função de uma realidade concreta e compartilhada, cabendo aos grupos decidir a programação do estudo e as formas de encará-las; e
Sustentação das atividades de investigação e ação educativa sobre uma base (ou grupo) organizada de sorte que esta atividade não culmine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressadas em uma perspectiva de mudança social.

Decorrido o período de três anos de envolvimento com o projeto, consideradas as variáveis envolvidas, pode-se verificar que não se tinha como pensar que, no escasso período de que dispúnhamos, teríamos condições de ter uma avaliação da Cadeia já funcionando a pleno. Para um projeto empresarial seria difícil; para um da Economia Solidária, impossível. Em função disso, foram feitas adequações do planejamento original com vistas a ter um melhor aproveitamento do tempo. Houve muitos momentos em que fomos mais observadores-participantes; noutros, mais participantes ou mais investigadores.

Contudo, acreditamos que, como apresentaremos no Capítulo 5 (Balanço e perspectivas), valeu a pena contribuir com o mesmo, pois temos muitas coisas a comemorar.

Enfim, a pesquisa-ação-participante, que constrói uma relação indissociável entre teoria e prática, é um processo formativo que envolveu o coletivo de trabalhadores e educadores, colaborou com o projeto e nos ajudou a experimentar uma metodologia que integraremos no Projeto Político Pedagógico da Incubadora do IFRS-Porto Alegre, e, junto com as práticas da educação popular, serão adotadas nas abordagens dos diversos projetos que venhamos a apoiar.

2.4.2 Instrumentos e procedimentos da coleta de dados

Em termos de instrumentos de coleta de dados, foram adotados diário de campo, questionários, entrevistas e grupos focais.

Em função da diversidade de público, especialmente com níveis de escolaridade diferentes, tivemos, por vezes, que utilizar, por exemplo, questionários com linguagens diferentes para pesquisar o mesmo assunto.

A tática de aplicação do questionário na pesquisa sobre a Cadeia Solidária do PET foi fazer questões objetivas em número significativo, buscando superar duas situações: a) a falta de conhecimento do processo dos trabalhadores da base; em consequência, ao ler a questão antes de responder, estávamos informando que o assunto fazia parte do processo; e b) a dificuldade de abertura para responder a questões no processo de entrevista. Isto aconteceu principalmente com pessoas com baixo nível de escolaridade, introvertidas, com restrito entendimento das relações decorrentes do universo em que se inserem ou mesmo não habituadas a expor seus posicionamentos a pessoas que não são de seu convívio mais próximo.

Nesse sentido, registro um depoimento de um dos trabalhadores (E28):

*Tem muitas coisas do dia-a-dia que não percebemos, mas que nos ajudam, como esse momento. O que é educação, entendemos a educação formal como a única possibilidade. **Esse questionário que respondemos ajudou a gente a pensar coisas que nunca antes foram levantadas. Precisamos levar para os grupos.** (grifo nosso)*

Foram realizados dois Grupos Focais⁴ (GF) com duas composições diferentes, procurando evitar que os participantes ficassem intimidados: um GF foi realizado com representantes de entidades apoiadoras; e outro GF, com os trabalhadores das cooperativas.

Realizamos, também, entrevistas individuais (ver Apêndice 4) e coletivas, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, a temática desenvolvida e as próprias circunstâncias da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas e transcritas.

O caderno de campo, embora seja um bom instrumento auxiliar da pesquisa, não foi aproveitado na sua plenitude. Não houve tempo para uma análise mais profunda.

Para efeitos da análise, os dados das pesquisas foram organizados em quadros; os dados das entrevistas foram agrupados nas categorias que, de certa forma, já estruturaram os instrumentos de coleta de dados, acrescidos de anotações e observações feitas ao longo do processo.

Quando há um envolvimento estreito junto ao grupo dos sujeitos da pesquisa, aspecto relevante do método da pesquisa-participante, isso dá plenas condições para checar as informações, fazer triangulações e propiciar mais segurança até para discordar de percepções do público-alvo.

Se, em um primeiro momento, o esforço é grande do pesquisador para acessar as informações, o envolvimento no projeto faz com que *a posteriori* as informações cheguem ao pesquisador com naturalidade, porque ele está integrado ao processo e, portanto, para participar dele, precisa ser informado do que está acontecendo. Talvez esta seja uma das importantes experiências ao aplicar o método da pesquisa-participante. O pesquisador não é visto como um ser estranho ao grupo, nem ele se sente desta forma.

Para tanto, contribuiu o fato de ter visitado os empreendimentos localmente, realizando diversas viagens para Uruguai, Minas Gerais e dentro do Estado do Rio Grande do Sul, a diversas cidades que tinham relação com o projeto. O conhecimento da realidade onde

⁴ Grupo Focal – São entrevistas realizadas com um pequeno grupo sobre um tópico específico. Em regra, os grupos são formados por 6 a 8 pessoas que participam da entrevista por um período de 30 min a 2 h. Flick (2009, p. 181)

estão inseridos os empreendimentos e os coletivos de trabalhadores nos propiciou uma maior aproximação e garantiu a consistência das informações coletadas e das análises feitas.

2.4.3 Opções teórico-metodológica e epistemológica

Uma das questões que se coloca ao avaliar os resultados de uma tese é de que as conclusões dependem, em grande parte, dos autores que se tomam como referência. Isto é, caso se adotassem outros autores, poderíamos ter resultados diferentes? Não podemos ter *a priori* uma resposta afirmativa para esta questão.

Procurei, no estudo, adotar diferentes autores, destacando-se: na Educação - Freire, Manacorda, Frigotto, Brandão, Streck, Adams e Zitkoski; na Economia Solidária - Razeto, Guerra, Tiriba, Mance, França, Laville, Novaes e Veronese; na Emancipação Social - Marx, Souza Santos e Tonet; e, no universo do trabalho, com importantes aportes da suas obras, Gramsci, Mészáros, Dussel, Rebellato, Mignoli, Quijano e Escobar, dentre outros.

A postura crítica em relação às referências começa pela escolha dos autores. Isto não quer dizer que tenhamos o mesmo nível de concordância com as posições que os referidos autores têm ao longo de sua obra, até porque não foi o objetivo o aprofundamento no conjunto de sua bibliografia, e sim naqueles aspectos cuja abordagem nos ajudou a ter um melhor entendimento dos temas objeto de nossas análises e reflexões sobre o campo empírico investigado.

Quanto aos aspectos epistemológicos, temo-nos posicionado em sintonia com as abordagens que defendem o reconhecimento dos saberes e experiências ignorados quando se parte da perspectiva modernista européia, totalitária, hegemônica, em que o único conhecimento válido é o ocidental, científico, antropocêntrico, cristão, patriarcal e com domínio da raça branca. Uma perspectiva que posiciona os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, avançados e atrasados tecnologicamente, de economias centrais e periféricas, culturalmente atual e primitivo, determinando os critérios do que tem ou não valor. Na esfera econômica, a tradução desta matriz modernista se materializa com o capitalismo, contemporaneamente no ideário neoliberal, no conceito do progresso ilimitado, promovendo a globalização como única forma possível de organizar os fluxos de produção e comércio no mundo.

Dentre os autores relacionados, Boaventura de Souza Santos tem questionado esta situação e esboçado uma teoria sociológica em que formula estratégias para sua superação por meio do que ele denominou de racionalidade cosmopolita, com o qual pretende “conhecer e valorizar a inesgotável experiência que está em curso no mundo de hoje.” (2006, p. 779)

Confrontando a razão indolente, manifestada sob duas formas, a razão metonímica e a razão política (ver Tópico 5.1), ela pretende demonstrar que existem outras lógicas de racionalidade além da do mundo ocidental, que existe heterogeneidade mesmo na totalidade (sociologia das ausências) e, além disso, que se dispõe de outras possibilidades e capacidades reais ainda não exploradas (sociologia das emergências). Neste plano, podemos situar a Economia Solidária.

Walter Mignolo (2010) nos ajudou a compreender como estas situações estão intrinsecamente ligadas à modernidade e à colonialidade - uma pressupõe a outra - através das quais os países centrais mantêm, sob relações de subalternidade, as ex-colônias, acrescentando às várias formas de dependência (econômica, tecnológica, política etc.) a cultural. O processo de descolonialidade, que indicamos (ver Tópico 5.1) como um movimento de resistência, procura se libertar destes condicionamentos, [...] tomando consciência dos efeitos da coloniedade do poder, do ser e do saber (MIGNOLO, 2010, p. 112), mobilizando a sociedade, na perspectiva de gerar relações mais equitativas, horizontais, por meio dos processos de descolonização epistêmica e de socialização do conhecimento (MIGNOLO, 2004, p. 668).

Nesta mesma linha, Enrique Dussel nos apresenta o conceito da transmodernidade, propondo a utopia de que não existe um conhecimento de maior ou menor valor, e que estes convivem contemporaneamente. Os conhecimentos são contextuais e situados e respondem às necessidades locais e históricas.

A educação é fundamental para o processo da descolonização. Em termos metodológicos, a escolha da PAP, articulada com a da Educação Popular, ajudou-nos a processar um diálogo autêntico, democrático, participativo e comprometido com os trabalhadores que contribuiu sobremaneira para entender e refletir sobre as práticas sociais no campo empírico.

A construção do conhecimento para suportar os processos de transformação empreendido pelo projeto da Cadeia Solidária, partindo dos próprios atores, desde abaixo,

“(...) fazendo que os tradicionais objetos ‘investigados’, co-investigadores de sua própria situação.” (RAUBER, 2010, p. 4)

A adoção PAP e a Educação Popular implicam em mediações que propiciaram o [...] resgate, conceitualizado dos saberes práticos dos diversos atores [...], assim como [...] a recuperação das experiências de resistência, luta, organização e propostas, a sistematização das mesmas [...] (RAUBER, 2010, p. 4), o que contribui para viabilizar o projeto em uma perspectiva emancipatória.

Este posicionamento se aproxima ao de Paulo Freire, na medida em que é de seu entendimento que as transformações virão a partir das pessoas, do coletivo que sofre as relações de opressão. No nosso caso, os trabalhadores dos empreendimentos que fazem parte da Cadeia Solidária carregam consigo estigmas, condicionamentos de todas ordens, pelo qual é mister que os pesquisadores exerçam o diálogo que pressuponha o estabelecimento de relações horizontais, no qual se reconheça o protagonismo dos trabalhadores, não deixando espaço para uma compreensão diversa a de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes; portanto, todos têm e devem contribuir com a suas experiências. Além de viabilizar o projeto, constrói o caminho para autonomia e emancipação dos participantes. Como nos ensina Freire (1983, p. 93):

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Em consequência, sendo o processo educativo dialógico e conscientizador, propiciará ele condições para construir novas relações econômicas, sociais, culturais e ambientais, baseadas na igualdade, fraternidade, na justiça, aspectos presentes nas finalidades do projeto da Cadeia Solidária.

Nesta sumária exposição, fica caracterizada a opção pelos autores que convergem numa reflexão crítica da modernidade, constituindo a epistemologia de fronteira, da periferia ou do sul, em contraposição à concepção hegemônica do pensamento eurocêntrico, como único, neutral e universal.

Ao longo do trabalho, poder-se-á perceber, nas nossas reflexões e avaliações sobre o processo de construção da Cadeia Solidária, a adequação da escolha do referencial teórico-metodológico-epistemológico, pois não haveria um olhar possível desta experiência sob o paradigma hegemônico, o qual não reconhece existência e valor de outras racionalidades exteriores ao sistema-mundo em que está contido.

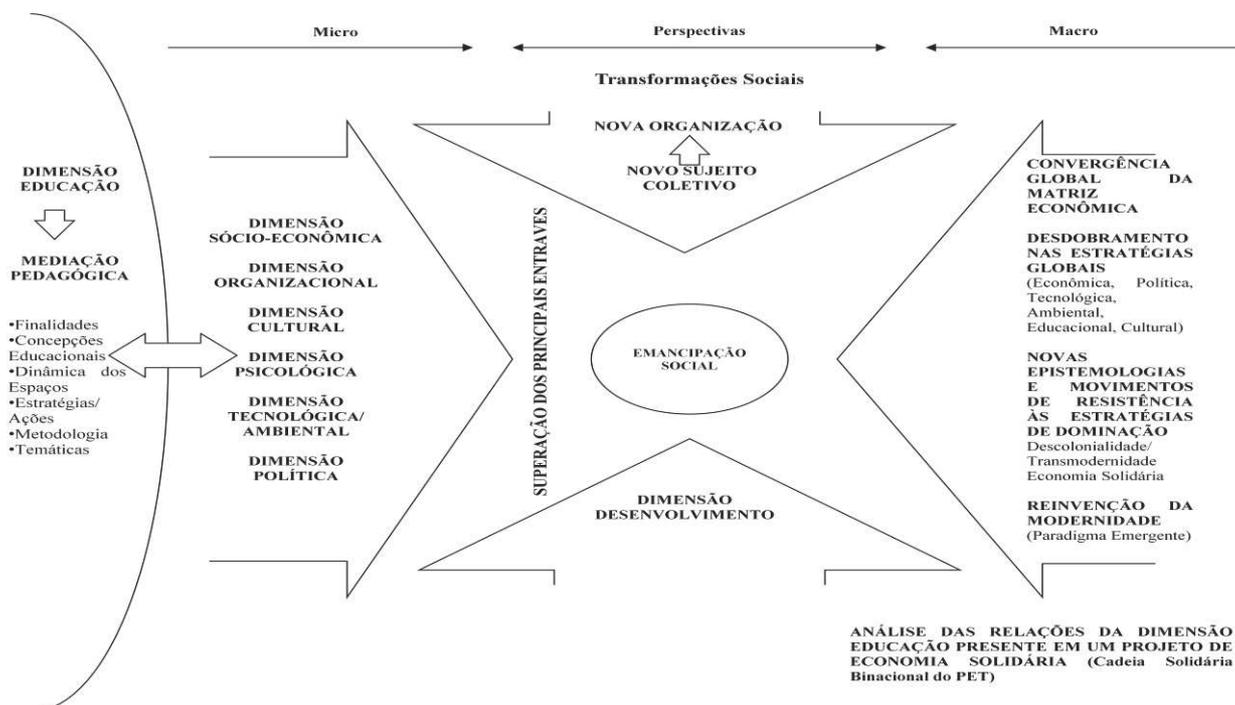
2.4.4 A apresentação do modelo para análise da dimensão educação e seu funcionamento

Com a finalidade de analisar a dimensão da educação e suas relações com as demais dimensões presentes no projeto, bem como de melhor compreender a influência dessas e das estratégias globais e das novas epistemologias e movimentos de resistência sobre os processos de transformação social que incluem a emancipação dos trabalhadores, desenvolvemos o presente modelo.

O modelo que apresentamos procura, de forma simplificada, mostrar grande parte das variáveis que estão presentes no projeto da Cadeia Solidária e nos ambientes local (micro/tarefa) e global (macro/geral), que, de alguma maneira, influenciam ou são influenciados pela dinâmica de funcionamento da Cadeia e pelas relações que nela se constituem. Neste estudo, serão aprofundados mais os aspectos diretamente relacionados ao projeto e ao seu ambiente local; porém, nas análises, estarão presentes outras variáveis que contribuirão para uma melhor compreensão do fenômeno. Mesmo assim, incluímos o tópico que trata sobre as estratégias globais e as novas epistemologias e movimentos sociais que entendemos serem importantes como referência neste estudo.

A ideia inicial de desenhar este modelo era identificar, *grosso modo*, os elementos que estariam presentes neste universo da pesquisa, o que fará com que outros pesquisadores possam, a partir deste, aprofundar as análises em aspectos que, porventura, deixemos de tratar.

Figura 1 - Modelo para análise da dimensão educação



Fonte: o autor, 2014

Para um rápido entendimento do que se quer expressar com este modelo, podemos dizer que ele está composto por três seções, quais sejam:

a) A perspectiva/ambiente – Micro/Local/Tarefa – são as variáveis ou as dimensões (educação, sócio-econômica, organizacional, cultural, tecnológica e política) que encontramos no Projeto da Cadeia Solidária e sobre as quais dispomos de maior controle;

b) A perspectiva/ambiente – Macro/Global/Geral – são as variáveis que, ao mesmo tempo, externas e distantes das possibilidades do controle de quem executa o projeto. No entanto, são relevantes, porque nos alertam de como devemos agir tentando aproveitar os aspectos que convergem com os objetivos do projeto, ao mesmo tempo em que estamos preparados para buscar como contornar ou minimizar o impacto de sua influência, sob risco de inviabilizar o projeto. Como exemplo, temos os desdobramentos de um processo de globalização carregado de valores que perpassam o aspecto econômico, influenciando todas as esferas da vida das pessoas. De igual sorte, temos, neste horizonte, o que denomino de novas epistemologias e movimentos de resistência materializados por diversas concepções de mundo, de sociedade e de pessoa, que se contrapõem, à perspectiva que se impõe como universal, superior, antropocêntrica, acompanhada de uma estratégia econômica de corte neoliberal etc., em que registro o movimento da Economia Solidária, o pensamento

descolonial e outras concepções que podem ser incluídas no paradigma emergente, que fazem a crítica à modernidade, ao mesmo tempo em que procuram a sua reinvenção, aproveitando o que teve de bom e o que ainda não foi realizado.

c) As transformações sociais – são as mudanças que, espera-se, venham a acontecer como resultado da alavancagem das dimensões do projeto com a mediação da educação. Nelas se incluem a superação dos principais entraves, que são os aspectos presentes nas dimensões e nas relações que se constituem no projeto e que apresentam maior dificuldade para serem realizadas, tornando-se verdadeiros limites/desafios para a execução do projeto. Como transformações intermédias incluem-se a constituição de uma nova organização, um novo sujeito social, coletivo e solidário, e a inserção maior no ambiente dos princípios da concepção do Bem-Viver⁵, como estratégia de reprodução ampliada da vida. No centro das transformações, teríamos a emancipação social dos trabalhadores. Para facilitar o entendimento, registraremos a análise deste aspecto no final da apresentação de cada dimensão e, no Capítulo 5, teceremos as conclusões finais sobre este fenômeno.

Como estamos tratando de um projeto dinâmico, vamos encontrar variáveis mais ativas, outras nem tanto, no período em que fazemos a pesquisa, em função do estágio em que o projeto se encontra. Portanto, o interessante da proposta é que não vão se estabelecer conclusões em definitivo de nenhuma das variáveis, e sim registrar com que grau de intensidade aparecem e como que elas estão sendo geridas. O que quer dizer que a análise que propomos irá nos auxiliar para dizer se estamos no caminho certo, que dificuldades e facilidades estamos encontrando e quais as perspectivas sobre o que podemos alcançar com o tempo após materializar grande parte dos objetivos ambiciosos do projeto. É claro que devemos advertir sobre as limitações da pesquisa para generalizar suas conclusões, pois se trata de um estudo de caso que, se bem importante, não tem a capacidade de contar com todas

⁵ Segundo Gudynas e Acosta (2011): “O Bem-Viver, enquanto conceito plural e em construção, discorre no campo dos debates teóricos, mas também avança nas práticas, seja naquela dos povos indígenas e nos movimentos sociais, como na construção política, dando seus primeiros passos nas recentes constituições de Bolívia e Equador. Mais além da diversidade de posturas no interior do Bem-Viver, aparecem elementos unificadores chaves, tais como o questionamento ao desenvolvimento entendido como progresso ou a exigência de outra relação com a Natureza. O Bem-Viver não é, então, um desenvolvimento alternativo mas dentro de uma ampla lista de opções, que se apresenta como uma alternativa a todas essas posturas.” p. 72 “[...] recupera a ideia de uma boa vida, do bem-estar num sentido amplo, transcendendo as limitações do consumo material e recuperando os aspectos afetivos e espirituais. Esta dimensão se expressa em acentuar a “plenitude da vida” e na austeridade e a não aceitação do “viver melhor” à custa dos outros. Também incorpora algumas ideias clássicas, tais como assegurar que as “liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se ampliem e floresçam”. p. 79. (ver o Tópico 5.5)

as possibilidades, nem a própria pesquisa teve a intenção e nem os pesquisadores também teriam essa capacidade de gerar resultados desta ordem.

2.5 O PANORAMA DA RECICLAGEM NO BRASIL

A pesquisa foi desenvolvida no segmento econômico da reciclagem de resíduos sólidos. Para melhor nos situarmos neste setor, registramos, em sequência, alguns dados sumários sobre a situação da reciclagem no país.

Em termos de introdução, é bom registrar o que representava a gestão de resíduos antes da década de noventa. Até este período, o problema do lixo se reduzia a encontrar um espaço para dar uma destinação final, que podia se constituir em um aterro ou em um depósito a céu aberto sem nenhum preparo (lixão).

Em sequência, a falta de espaços disponíveis nas cidades, a elevação dos custos com a coleta, as restrições para ter acesso a matérias-primas – fruto de legislações mais restritivas em nível ambiental –, a disseminação dos princípios da Agenda 21, dentre outros aspectos, fazem com que os governos se sensibilizem e por isso estudem alternativas para um melhor gerenciamento dos resíduos. Soma-se a isto o aumento dos custos dos insumos produtivos, devido aos limites estabelecidos para oferta de matérias-primas oriundas de recursos naturais, ao ponto de compensar o investimento em processos de reciclagem.

Como percebemos nesta primeira fase, não estava ainda no pensamento dos políticos, dos empresários, de especialistas e da própria sociedade a preocupação social com aqueles que, até esse momento, permaneciam invisíveis para o sistema: os catadores.

Uma pesquisa do SIES (2013) situa a reciclagem com uma participação na Economia Solidária ainda baixa (1,7% do total de empreendimentos), porém com grande potencial de crescimento, considerando as exigências crescentes do ponto de vista legal, a estimativa de valores que serão economizados com a reciclagem, isto é, 8 bilhões de reais por ano em matéria-prima virgem, conforme informe do IPEA (2010, p. 8).

É inconcebível pensar que materiais recicláveis sejam destinados a um aterro, lixão ou mesmo a um processo de incineração ao invés de gerarem trabalho e renda para catadores que poderiam ter outras perspectivas de vida.

A estimativa hoje do que se coleta é em torno de 89,66% dos Resíduos Sólidos Urbanos.

No Brasil, coletam-se, diariamente, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza (2011), 177.995 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, sendo que 58% (ABRELPE, 2011) dos mesmos vão para um aterro sanitário, e o restante segue para aterros controlados e lixões (depósitos de céu aberto).

No Rio Grande do Sul, são coletados 7.457 toneladas/dia (ABRELPE, 2011), correspondendo a 0,816 kg/hab/dia. A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza informa que 70% dos resíduos têm como destino aterros sanitários.

Dos 5.565 municípios existentes no Brasil, aproximadamente 58,6% (ABRELPE, 2011) deles têm iniciativa de coleta seletiva, sendo que:

- 37% dos programas têm relação direta com cooperativas de catadores;
- No Brasil, existe coleta seletiva em 443 cidades e volume corresponde a 2,4% (Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, 2010) do total de resíduos coletado;
- No RS, 181 municípios contam com coleta seletiva (Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS, 2009), e o volume corresponde a 4,71% (SNIS, 2009) do volume coletado;
- Em termos de trabalhadores vinculados ao setor, estimam-se 800 mil a 1 milhão de catadores no Brasil, sendo que eles são os principais responsáveis pela reciclagem feita hoje no país.

Percebe-se, por meio desses dados e do próprio contato com as cooperativas, o protagonismo da mulher (59% do total de trabalhadores) neste segmento.

De fato, existem muitos dados positivos, que criam boas expectativas para o setor, mas também devemos considerar algumas questões que ainda não têm sido superadas plenamente, a saber:

- As cooperativas carecem de um conhecimento mais apurado das questões gerenciais. Normalmente, estão mais habituadas às atividades de produção, apresentando menos conhecimentos sobre os processos de comercialização, desenvolvimento de mercado,

finanças etc., agravado pela baixa escolaridade. Soma-se a isto, por vezes, a percepção de que não há uma grande preocupação pelas questões ligadas à gestão do empreendimento.

- A falta de participação democrática nos processos decisórios. Por vezes, não fica evidente se é falta de espaço ou de interesse dos cooperados. Verifica-se que algumas cooperativas são conduzidas por lideranças, que até podem ser bem intencionadas, mas adotam um estilo mais personalista e autoritário, perpetuando-se nas suas funções de dirigente, afastando-se da base e não propiciando um ambiente mais adequado para que as pessoas superem a memória de experiências de exclusão que marcaram profundamente a história de suas vidas.

Veronese (2011, p. 100), nas suas pesquisas sobre liderança nos empreendimentos de Economia Solidária, constatou esta mesma situação:

[...] ainda há limitada descentralização nas relações de poder e autoridade nos grupos, cabendo a alguns, que já possuem maior competência, desenvolver a prática da liderança formal, instituída em assembleia ou outro espaço semelhante.

Ao mesmo tempo em que se pretende a igualdade, também se devem desenvolver trabalhadores comprometidos com o coletivo. Isto significa disciplina, persistência e solidariedade para alcançar os objetivos do empreendimento. Parece, por vezes, que o fato de ser cooperativa não exige estes tipos de atitude dos seus membros.

Necessita-se avançar, rapidamente, para alcançar melhores resultados. Por mais que se pense em questões de trabalhar numa perspectiva diversa do capital, há que superar as carências materiais para que os trabalhadores se sintam compensados pelo esforço, visualizando uma melhor condição de vida. Não faz sentido perceber que neste processo, enquanto o catador recebe a menor parte do ganho e realiza o trabalho mais pesado, os “atravessadores” levam a maior fatia do negócio. Este é o grande desafio a que se propõem as Cadeias Produtivas Solidárias: agregar valor e poder ter sob o seu controle os processos de produção e de comercialização, como é o caso do PET.

Além disso, existem outras atividades que a própria Lei/Política Nacional de Resíduos Sólidos garante a prioridade aos catadores, como a coleta regular e seletiva, a logística reversa, dentre outras que apresentam boas perspectivas de agregação de valor. Por acaso, são as desenvolvidas majoritariamente pelos empresários do setor.

Sabe-se que os municípios investem em média 20% de seus orçamentos na coleta e na gestão de resíduos, e que se calcula um valor de R\$ 80,24 p/ton e R\$ 215,59 p/ton (IPEA, 2010), a ser pago pela coleta regular ou seletiva, respectivamente. Estes valores já estão sendo analisados como referência para a contratação e o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) que as prefeituras deverão implementar conforme estabelecido em lei.

Deve-se encontrar a forma de melhorar também o ambiente de trabalho dentro da perspectiva do trabalho decente. Isto exige uma melhor organização dos processos produtivos e investimentos em tecnologias que preservem a integridade física e moral dos trabalhadores.

Com relação à reciclagem do PET, cabe tecer algumas informações:

- O Brasil é um dos países que mais recicla PET, atingindo a marca de 55,8% (Abipet, 2010), sendo que apenas o Japão consegue uma taxa maior (77,9%);
- Já existem empresas (91-Abipet, 2010) com tecnologia bastante consolidada na área transformação de plástico e do PET;
- Em termos de fornecimento da matéria-prima (garrafas) para reciclagem: os catadores (não associados em cooperativas) fornecem 47% do total, enquanto que as cooperativas fornecem 19% do total, ficando 34% com origem noutras fontes (Abipet, 2010);
- Pela diversidade de aplicações e expansão da economia, espera-se um crescimento significativo de demanda e preço;
- A forma de compra mais procurada do produto é o *flake*, com 65% (é a garrafa que passa por um processo de trituração e lavagem a quente), sendo os outros 25% como garrafas e;
- Em termos de aplicações: têxteis, 38%; embalagem, 17%; resinas, 19%; outras, 26%.

2.6 A CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA BINACIONAL DO PET

O projeto da Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET surge em 2011, já em uma fase mais avançada de institucionalização da Economia Solidária, contando com: a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (2003), o Conselho Nacional de Economia Solidária (2006), a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2003) o

desenvolvimento dos Fóruns Sociais, que se constituem em uma caixa de ressonância para a disseminação dos princípios de uma outra economia, as políticas de governo e de estado instituídas que se relacionam direta e indiretamente com a construção da Economia Solidária, assim como os comitês inter-ministeriais, as secretarias estaduais e municipais da Economia Solidária, a instalação dos Centros de Formação da Economia Solidária (2009) e a de outros movimentos sociais que se integram em lutas comuns aos interesses dos trabalhadores. Diante deste universo, temos que destacar o impulso dado à Economia Solidária, sendo gestora deste projeto o Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária (DIFESOL) da Secretaria da Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), do Governo do Estado do RS, criado em 2011.

A Cadeia Produtiva⁶ Solidária Binacional do PET é um arranjo produtivo, constituído por empreendimentos de Economia Solidária, apoiado por diversas entidades no campo educacional, político, econômico, social e tecnológico, voltado para alavancar as condições de vida das populações envolvidas, por meio do desenvolvimento de um novo modelo de organizar a produção e as relações sociais, centrado no trabalho associado, orientado por uma estratégia de reprodução ampliada da vida, que hoje podemos aproximar ao conceito do Bem-Viver. Este conceito não tem um caráter oficial, mas é o que adotaremos como referência do presente estudo.

A Cadeia de Produção do PET é totalmente desenvolvida pela Economia Solidária, desde o processo de coleta da garrafa plástica, até o produto final que será entregue ao consumidor.

Esta Cadeia envolve dois países da América Latina – Uruguai e Brasil –, dois Estados, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, este último como grande responsável pelo impulsionamento dado ao projeto, por meio da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária, além de vários governos municipais do Estado, onde estão localizadas as Centrais de Cooperativas (Polos).

⁶ Diz respeito a um conjunto de etapas, consecutivas, ao longo das quais os insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto ou bem ou serviço final. Segue-se a estas operações à colocação do produto no mercado (distribuição). Este processo pode ser realizado por um único empreendimento ou pela integração de diversas unidades interligadas como uma corrente, cada uma assumindo sua operação, criando-se uma relação de interdependência. A Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET segue esta segunda configuração.

Trata-se de uma nova experiência de construção de uma Cadeia Produtiva Solidária semelhante à que foi desenvolvida com o algodão orgânico (Justa Trama), avançando, neste caso, na perspectiva de complementaridade da economia de dois países da região.

A pesquisa foi desenvolvida em toda a Cadeia Solidária, envolvendo as cooperativas de reciclagem no Rio Grande do Sul, a Cooperativa Textil Pará de Minas (Coopertextil), em Minas Gerais, e a Cooperativa Industrial Maragata (Coopima), do Uruguai. Deve-se destacar, ainda, o Fórum de Recicladores da Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos, que se constitui em uma organização autogestionada do movimento de recicladores da referida região, que congrega, há mais de onze anos, as cooperativas mais avançadas em termos de organização e estágio tecnológico. Assim também, será registrada e analisada, pontualmente, a participação de outras organizações de apoio do Brasil e exterior que contribuem para a materialização deste importante projeto.

Para melhor dimensionarmos o porte da Cadeia, destacamos que o processo de coleta e de processamento de reciclagem de PET, realizado pelos EES vinculados ao projeto, conta com 25 cooperativas e a possibilidade de expansão, em breve, para 53 e 1.000 cooperados com capacidade produtiva de 400 ton/mês em cada pólo industrial.

Em relação à Cadeia do PET, podemos caracterizá-la por:

- Ter uma ação focada no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, ampliando sua presença e sua viabilidade econômica nos diferentes segmentos produtivos e territórios;
- Levar a Economia Solidária como opção efetiva de organização para os beneficiários de programas sociais;
- Induzir a promoção de coleta seletiva nos municípios do RS; e
- Contribuir, junto aos órgãos envolvidos, na implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Algumas condições têm facilitado a viabilidade desta proposta. Em relação às potencialidades que o setor apresenta, podemos enumerar:

- Existência de um bom número de Centros de Reciclagem;

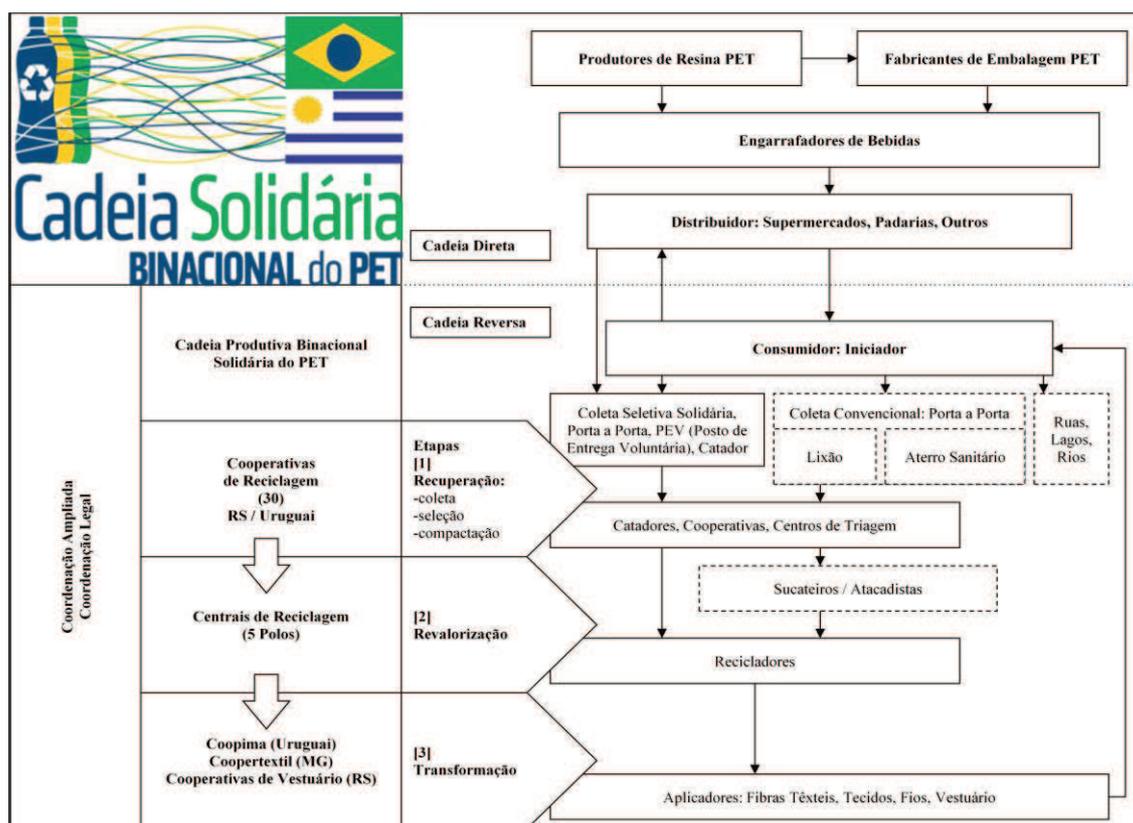
- Existência de empreendimentos com potencial para agregar valor ao seu produto, estando cientes da importância de beneficiar sua matéria-prima; e
- Oportunidade de estimular os recicladores para darem um salto de qualidade em sua organização social e emancipação política e econômica.

2.6.1 O Processo de transformação do PET

Para este processo, consideramos relevante ter uma noção da cadeia produtiva como um todo, conhecendo os caminhos e descaminhos que o “PET” percorre antes de ingressar na Cadeia Solidária Binacional do PET.

Nesse sentido, apresentamos, em sequência, um modelo da cadeia reversa:

Figura 2 - A Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do modelo desenhado por Gonçalves-Dias; Teodósio. Estrutura da cadeia reversa: "caminhos" e "descaminhos" da embalagem PET. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103>

O processo de produção pode ser dividido em cinco etapas:

A primeira etapa acontece quando as garrafas PET são coletadas e enviadas pelas cooperativas de recicladores para o Pólo de Produção do *flake*.

A segunda etapa constitui-se na transformação do PET em *flake*, sendo este produzido por três centrais, a partir do 1º/sem/2015, com duas em implantação, em breve, no Estado, a saber:

- Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos, cuja planta industrial está localizada em Novo Hamburgo;
- Região Sul (Pelotas-Jaguarão), cuja planta industrial está localizada em Jaguarão;
- Região Vale do Rio Pardo (Santa Cruz e Vale do Rio Pardo), cuja planta industrial está localizada em Santa Cruz;
- Região Norte (Erechim, Passo Fundo, Giruá) (em implantação); e
- Região São Borja / Alegrete (em implantação).

A terceira etapa do processo constitui-se no encaminhamento da fibra sintética, produzida e embalada em forma de *flake*, à cidade de San José, no Uruguai.

A Coopima é a cooperativa solidária, que terá aproximadamente um quadro de 70 trabalhadores quando comece a operar, sendo a responsável pela fabricação da fibra sintética. Sua capacidade de produção é de 1 mil toneladas/mês.

A quarta etapa constitui-se no envio da fibra à cidade de Pará de Minas, onde a Coopertêxtil, com seus 289 trabalhadores, fará o processo de fiação e tecelagem e acabamento, transformando esta fibra em tecido.

A quinta e última etapa congrega uma série de cooperativas e outros empreendimentos que utilizam o tecido produzido por meio do PET para desenvolver diversos produtos e aplicações.

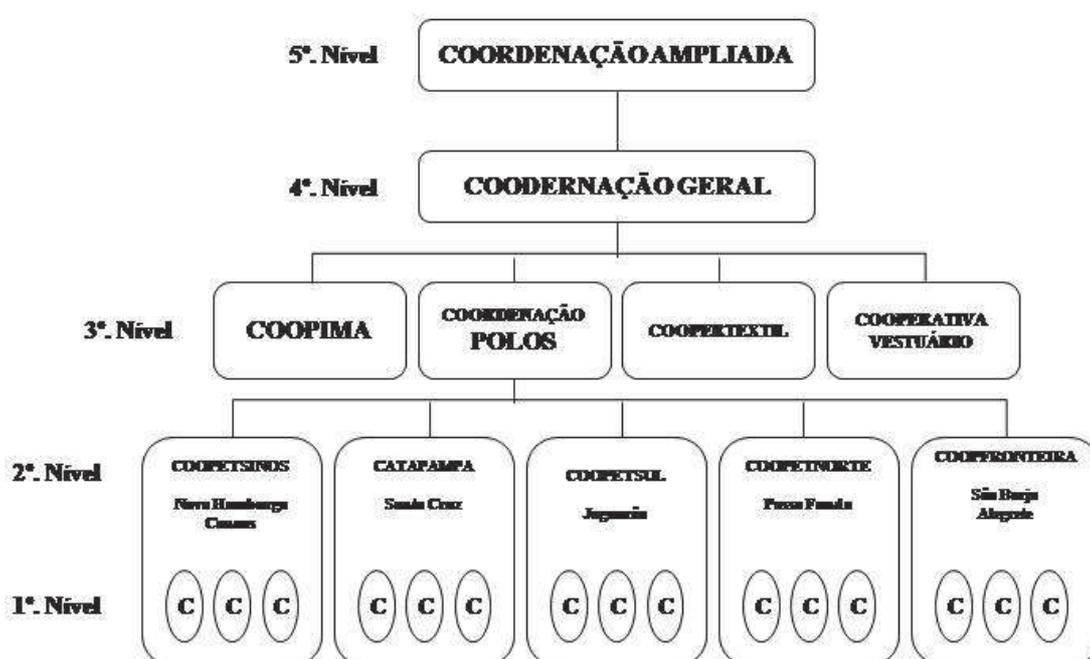
Esta etapa está em desenvolvimento, já que depende das anteriores para entrar em operação. Mesmo assim, já se têm alguns empreendimentos que elaboraram protótipos de produtos para serem fabricados com estes tecidos. Além da Cadeia Justa Trama que poderá utilizar este tecido misturado com algodão orgânico para a confecção de diversas peças de vestuário, já está sendo cogitada a fabricação de tênis, cortinas, produtos de cama e mesa,

tapeçaria e de uma linha escolar (mochila, pasta, calçado) para ser distribuído junto às escolas da rede pública.

2.6.2 A Estrutura Organizacional da Cadeia Solidária

Para a Cadeia Solidária Binacional do PET foi esboçado o seguinte desenho organizacional:

Figura 3 - Estrutura Organizacional da Cadeia Solidária



Fonte: O autor, 2014

Neste desenho, acrescentam-se os órgãos de coordenação geral e ampliada, além da coordenação dos pólos.

Estas coordenações têm funcionado ao longo do processo de construção da Cadeia, e sua atividade será intensificada a partir do início das operações. Nelas estão representados todos os elos da Cadeia, tendo como finalidade precípua a gestão coletiva da Cadeia, orientada pelos princípios da autogestão.

A Coordenação dos Polos terá uma importância expressiva para integrar as ações das centrais de cooperativas que se vinculem à Cadeia. Além disso, poderá se constituir em um nível de articulação mais elevado das cooperativas de reciclagem para alavancar melhores

condições de realizar transações comerciais de forma conjunta, assim como de incentivar uma troca intensa de informações sobre as experiências no setor de reciclagem da região.

Estes mecanismos de governança na Cadeia serão apoiados por uma Declaração de Princípios (Apêndice 6) que orienta o relacionamento entre todos os empreendimentos. Complementarmente, serão elaborados contratos que serão assinados entre as partes, estabelecendo direitos e deveres, em consonância com o estabelecido na referida Declaração de Princípios da Cadeia Binacional do PET.

2.6.3 Breve apresentação dos empreendimentos que compõem a Cadeia Solidária

2.6.3.1 As Cooperativas de Reciclagem

As cooperativas de reciclagem constituem-se no primeiro elo da Cadeia Solidária. Elas participam de dois momentos, a saber:

- as cooperativas singulares ou de primeiro grau, que são 23, para o início das atividades, responsabilizam-se pelos processos de coleta, classificação e enfardamento da garrafa PET; e
- as centrais de cooperativas ou cooperativas de segundo grau, que são 5; por enquanto, apenas 3 delas iniciarão as suas atividades no 1º/sem/2015 com a responsabilidade pelo processamento do *flake* a partir da garrafa PET.

2.6.3.2 Centrais de Cooperativas de Reciclagem

Terão a responsabilidade de processar a garrafa PET para transformá-la em *flake*. Portanto, tratarão, prioritariamente, da transformação e da comercialização deste. Existe potencial para o seu desenvolvimento, a partir da base produtiva e administrativa instalada, podendo otimizar e ampliar, gradualmente, os processos de transformação e comercialização dos demais materiais/produtos reciclados, tais como: alumínio, vidro, cobre, sucata de ferro, papel etc., que são processados nas cooperativas singulares. Além disso, as Centrais poderão coordenar a articulação para as cooperativas avançarem nos processos de coleta seletiva e de logística reversa, dentre outros serviços, indo ao encontro da perspectiva aberta pela Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

2.6.3.3 A Cooperativa Industrial Maragata - COOPIMA

A Coopima foi fundada em 3 de maio de 2005, em San José – Uruguai. Em função do fechamento da empresa Polímeros Uruguayos S/A, produtora de fibra de polyester, em 2000, e a partir de sua vinculação à Cadeia Binacional Solidária do PET, a Coopima pretende desenvolver o referido produto por meio de matéria-prima reciclável, oriunda das embalagens PET.

A fibra produzida tem aplicação como produto final para diversos usos: recheio para fabricação de colchões, bonecos, almofadas, mistura com tintas (textura) e/ou insumos para indústria de tecidos, calçados, tapetes, dentre outras aplicações.

Ela tem capacidade produtiva para 1.000 toneladas/mês, gerando em torno de 80 postos de trabalho a serem ocupados pelos associados da cooperativa.

Na planta, constam-se 8.500 m² edificados em um prédio de 20 hectares.

Pela sua origem, classifica-se como uma empresa recuperada, apresentando as características de um empreendimento de Economia Solidária.

O modelo de gestão é o de uma cooperativa de produção autogestionária, em que a propriedade do empreendimento é dos sócios-trabalhadores, conforme estabelecido no seu estatuto.

Os novos sócios, além de atender aos requisitos estabelecidos no estatuto, deverão passar por treinamento técnico-produtivo e cooperativismo.

Já se fez, com o grupo que está coordenando o processo de reabertura do empreendimento, uma capacitação em autogestão, por meio do Programa de Extensão da Universidade da República, em um período de seis meses, no ano de 2009. Em 2010, a FCPU fez um curso de formação para os integrantes da Comissão Fiscal da Cooperativa.

A cooperativa será gerida por uma Comissão Diretiva referendada pela Assembleia de Sócios, decidindo sobre os assuntos estratégicos à Cooperativa.

A Comissão Técnica, responsável pela operação da cooperativa, reunir-se-á semanalmente com a Comissão Diretiva para acertar os detalhes do planejamento e da execução da planta, por meio dos diversos departamentos.

2.6.3.4 Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (COOPERTEXTIL)

A Coopertextil é uma Cooperativa de produção têxtil criada em 1997 a partir do processo de concordata sofrida por uma tradicional indústria têxtil da região, a Cia. de Fiação e Tecelagem Pará de Minas, em Minas Gerais.

A linha de produtos está 80% dirigida para o segmento de confecção de roupas com tecidos mais leves de gramaturas / metro linear, entre 160 e 350 gramas, atendendo a linha infantil, juvenil e adulto, masculino e feminino. Os demais 20% atendem a linha hospitalar (lençóis e campo cirúrgico) e lençóis diversos.

Atualmente abrange todas as fases do processo industrial, isto é: fiar, tecer e tingir os tecidos, atuando como prestadora de serviços.

A Cooperativa trabalha com tecidos planos mais voltados para camisaria, mencionando-se os seguintes produtos: popelines, sarjas, tricolines, flanelas e também fios de algodão.

Com os investimentos projetados, a Cooperativa terá condições de explorar um novo mercado de tecidos, usando como mistura o fio de poliéster proveniente do processamento das garrafas PET. Parte desses tecidos deverá abastecer as associações e as cooperativas ligadas à Justa Trama (Cadeia Produtiva Solidária do algodão ecológico). Nesse mesmo segmento, podem-se buscar novos nichos de mercado, como tecido para estofados da indústria automotriz, lonas para calçados, para lençóis, o que aumentará o valor agregado, superando, em parte, a dependência do trabalho à mão.

Hoje em dia, por falta de capital de giro, a Cooperativa comercializa somente 20% em forma de mercadorias. Com os investimentos previstos e com a inclusão na Cadeia Solidária Binacional do PET, o objetivo é aumentar sobremaneira a venda de mercadorias e a redução da prestação de serviços, uma vez que o valor agregado das mercadorias aumenta significativamente o faturamento com os mesmos custos fixos atuais.

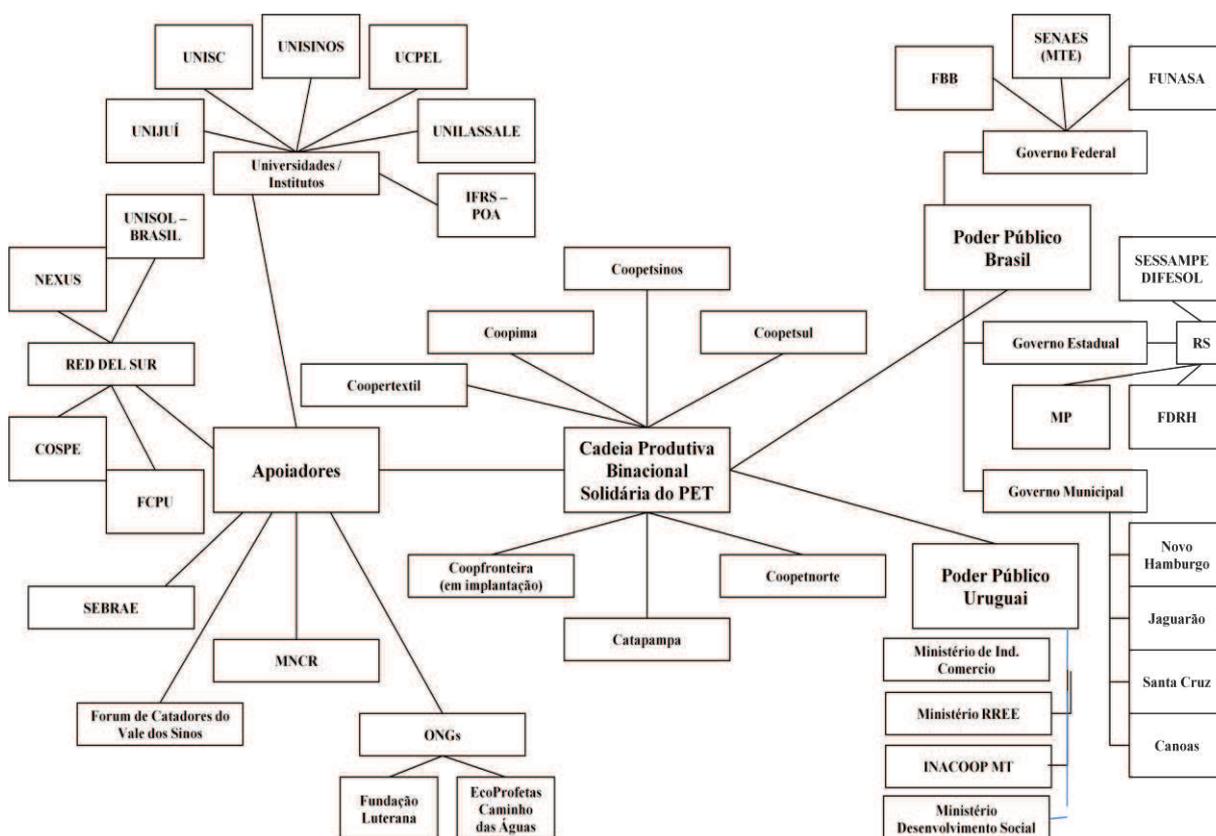
Trata-se de uma empresa recuperada dirigida por um Conselho de Administração e por um órgão fiscalizador (Conselho Fiscal), ambos eleitos pelos próprios cooperados, além de ser coordenada também por um Conselho Interdisciplinar que tem como objetivo fazer cumprir o Regimento Interno

O Conselho de Administração concentra os seus esforços no sentido de equilibrar as contas da cooperativa, recuperar o sucateado e desatualizado parque fabril da empresa e avançar na busca de novas parcerias com alguns clientes.

2.6.3.5 Estrutura de rede associada à Cadeia Solidária

A própria Cadeia Solidária se integra numa grande rede que começa com os EES e segue com as organizações de apoio – ONGs, instituições de ensino, religiosas –, governos, agentes de financiamento, movimentos sociais etc. e que se multiplica com os consumidores finais.

Figura 4 - Rede associada à Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET



2.6.3.5.1 Principais Instituições que apoiam a Cadeia Solidária

Para se ter uma dimensão do apelo que este projeto tem gerado, relacionamos, a seguir, as principais entidades que o apoiam, a saber:

- Governo do Estado do RS - Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária;
- Ministério de Relações Exteriores;
- Ministério de Desenvolvimento Social;
- Ministério de Indústria, Energia e Minas;
- Governo de Minas Gerais;
- SENAES - Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil;
- Prefeituras de Novo Hamburgo, Canoas, Santa Cruz do Sul e Jaguarão;
- Red del Sur (Rede Solidária);
- Unisol Brasil - Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários;
- Nexus - Emilia Romana, Iscos, Cospe Cooperazione por la Sviluppo del Paesi Emergenti (ONGSs Itália) (as duas entidades apoiam a Red del Sur);
- Inacoop - Instituto Nacional do Cooperativismo (Ministério do Trabalho do Uruguai);
- FCPU - Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai;
- Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Incubadoras: Tecno-Social do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre, Unisinos, Unilassale, UNISC, UCPEL;
- Sebrae, Projeto Ecoprofetas, FDRH, Unijuí etc.

3 DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO NA CADEIA E SEU CARÁTER EMANCIPATÓRIO

Educar é depositar em cada homem toda a obra humana que lhe antecedeu: é fazer de cada homem o resumo do mundo vivente, até o dia em que vive: é pô-lo, em nível de seu tempo para que flutue sobre ele e não deixá-lo debaixo de seu tempo, com o que não poderá sair a flutuar, é preparar o homem para a vida (MARTI, 2007, p. 81).

Neste capítulo, será apresentada a dimensão da educação, abordando as finalidades, as concepções, as mediações educativas, a metodologia e as temáticas, analisando a sua contribuição para a implementação do projeto e na alavancagem de um processo emancipatório do coletivo de trabalhadores envolvidos.

3.1 AS FINALIDADES E AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO

Existe uma relação intrínseca entre educação e trabalho. Esta relação, que não estabelece uma hierarquização entre ambos os componentes, começa desde que o homem precisa compreender como se utilizar dos recursos que a natureza lhe oferece com vistas a atender a suas necessidades. Diferentemente dos animais, a essência do homem deve ser construída ao longo do tempo, tendo que contar com a solidariedade do outro.

Nesse sentido, trazemos a citação de Marx (2002, p. 17):

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, religião e tudo mais que quiser, mas esta distinção só começa a existir quando os homens começam a produzir os meios de vida, passo que é conseguido devido à sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material.

Saviani (2007, p. 154), informa-nos que, neste processo de construção da sua existência:

Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações.

Com o tempo, em função do desenvolvimento, da atividade humana, do reconhecimento da propriedade privada, do surgimento de empresas, da implementação do princípio da divisão do trabalho, tentando separar o trabalho manual e o intelectual, e, por decorrência, da divisão da sociedade em classes, a educação passou a se constituir em uma atividade especializada, carregando consigo um teor ideológico que se compatibiliza com os valores e objetivos dos grupos hegemônicos.

Podemos concluir, então, que a educação nos acompanha ao longo da evolução da humanidade, assumindo diversas configurações e finalidades, que se vão ampliando e modificando e que mantêm uma relação estreita com os modos de produção e o modelo de sociedade construída para atender àqueles que se posicionam no vértice da pirâmide social.

Quer dizer que, se partirmos da premissa de que a Economia Solidária é uma economia cujos princípios se opõem ao sistema capitalista, estaremos tratando de uma concepção educacional diferente da que conhecemos e vivenciamos ao longo de nossas vidas.

Além disso, devemos enfatizar que uma concepção educacional que seja centrada na pessoa, na sua cultura, no seu entorno e na forma de reprodução da vida, deve manter uma estreita identidade com o trabalho, mas um trabalho em que seja superada a condição de alienação a que os trabalhadores estão sujeitos na relação de trabalho assalariado; em que se supere a dicotomia de trabalho produtivo e improdutivo, tendo no horizonte a perspectiva de transformação, de emancipação, que dê condições aos homens-que-vivem-do-trabalho alcançarem, nas palavras de Marx, o reino da liberdade, isto é, um trabalho que não seja determinado externamente, não ficando como um privilégio de poucos.

A maior contradição do sistema vigente é que, mesmo tendo ocorrido diversas adequações do modo de produção capitalista com aumento de produtividade, não se reduziu a carga horária de trabalho, intensificou-se o ritmo de produção, e o escasso tempo-livre ficou determinado aos interesses do capital.

Devemos também ficar atentos que, se bem “os processos de produção se constituam em um espaço privilegiado para a elaboração tanto da concepção do mundo quanto da qualificação profissional dos trabalhadores, sempre tendo como referência a articulação desse processo pedagógico aos processos que ocorrem tanto na escola quanto nas relações sociais amplas”, sob a égide das contradições da economia capitalista, haverá “momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação e, portanto, de humanização e desumanização.” (KUENZER, 2002, p. 11)

Mészáros (2005, p. 35) também se tem expressado sobre o papel real da educação, como se observa no seguinte texto:

A educação institucionalizada, especialmente, nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de **não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como**

se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos”) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (grifo nosso)

Situando-nos na história, nas décadas de 1960-1970, é introduzida no Brasil a Teoria do Capital Humano, a qual tem uma grande repercussão, principalmente na formação de trabalhadores para as empresas. Esta teoria acompanha a mudança do padrão tecnológico de produção, passando do sistema taylorista-fordista (base eletromecânica) para o denominado toyotismo (base microeletrônica) e a produção flexível, incorporando os processos automatizados e as tecnologias digitais.

Em consequência, para este novo sistema, exigem-se trabalhadores com desenvolvimento de novas capacidades, acompanhados de um nível de escolaridade maior. Ao mesmo tempo em que isto vem a excluir grandes contingentes de trabalhadores por falta da “qualificação” exigida, isto não implica necessariamente na alteração da lógica da divisão do trabalho que, na essência, mantém a separação dos que detêm o controle dos princípios que fundamentam as tecnologias de produção em relação aos executores de rotina, hoje digitalizadas.

Como detalharemos mais adiante, temos a figura do trabalhador polivalente – aquele que opera diversos equipamentos –, porém a sua formação se restringe a aspectos técnicos-produtivos, distantes da educação politécnica, que propõe uma formação integral, incluindo também aspectos éticos-políticos, fundamentais para a construção de um sujeito com capacidade de refletir não apenas sobre o seu trabalho, mas também sobre o seu lugar neste mundo.

Como lembra Frigotto (1995, p. 18), a educação de “[...] prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – capital humano.” Acrescenta, ainda, que “asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica e preparar recursos humanos para o processo de produção.”

Esta concepção faz parte da estratégia, em nível internacional, que acompanha a transformação do sistema capitalista e se contrapõe, como veremos, “às categorias de escola unitária, educação e formação humana omnilateral, tecnológica ou politécnica [...]” (FRIGOTTO, 1995, p. 22), que comporão as propostas de educação de cunho libertário;

portanto, requer uma pedagogia que contenha elementos com potencial transformador. As questões que se desenham são: a) há espaço para transformações no campo educacional dentro de um sistema econômico hegemônico que envolve todas as esferas das relações sociais?, e b) a educação tem poder para suportar estas mudanças?.

Nesse sentido, lembramos a metáfora apresentada por Frigotto (2004, p. 280) que responde sabiamente a estas questões:

[...] essa galinha dos ovos de ouro isolada não tem poder de transformar a realidade social, cultural, política e econômica de um sociedade marcada pelo estigma escravocrata e pela servil subordinação ao grande capital, mormente financeiro e especulativo.

Precisamos, então, ver como a educação se articula com outros projetos que geram condições materiais e políticas para construir uma nova hegemonia⁷. A Economia Solidária ambiciona ser uma alternativa que dê sustentação a um processo de ruptura que impacte nos fundamentos e desvele as contradições do sistema capitalista. Em que pese não seja algo original, visto que este movimento pode ter referências na resistência feita à primeira revolução industrial com a organização de cooperativas, mas hoje baseado na evolução operada especialmente nos últimos trinta anos, percebe-se um processo de adensamento desta proposta.

Barreto (2003, p. 306), tendo presente o potencial da Economia Solidária, expressa:

Um projeto que almeje transformar a realidade social em que vivemos, como a economia solidária, **necessita rever esses métodos, de modo a incorporar procedimentos pedagógicos capazes de dar conta de uma concepção de ser humano em eterna construção de si e que se relaciona por meio de uma dinâmica que envolve a razão, sentimentos e sensações.** Na verdade, não é o ser humano que muda, mas nossa compreensão sobre ele e os meios pelos quais aprende e transforma (ou, pelo menos, pode transformar) o mundo em que vive. (grifo nosso)

O autor deixa claro que o processo de transformação é complexo, envolvendo diversas dimensões: psicológicas, filosóficas, sociais, culturais, políticas, econômicas, sem esquecer a mediação fundamental da educação. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de lembrar que, para as transformações se realizarem, deverão convergir o interesse social, a existência de

⁷ De acordo com Tifni (2010a, p. 47-48), Gramsci “[...] define hegemonia como algo que opera tanto sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade como também sobre o modo de pensar, sobre as orientações teóricas, e até sobre o modo de conhecer, portanto, pode ser entendida como a capacidade de direção, de conquistar alianças e de proporcionar uma base social ao estado.” Tem uma relação estreita com a ideologia. As classes sociais, dominadas ou subordinadas, possuem uma concepção do mundo que é imposta pelas classes dominantes. Esta influência se produz através de diversos canais (as escolas, a religião, o serviço militar, os meios de comunicação etc.), permitindo construir e manter a consciência coletiva, isto é, sua hegemonia. (ver Tópico 4.6.6)

condições materiais e o reconhecimento de dispor de forças produtivas em estágio evolutivo superior ao existente.

Nessa linha de raciocínio, Marx (1982, p. 26), no prefácio da sua obra – *Para uma crítica da economia política* –, alerta-nos para esta situação:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é insuficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou pelos menos, são captadas no processo de seus devir. (grifo nosso)

Estamos, naturalmente, em um campo de disputa em que a classe que vencer terá condições de “articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos (seus) interesses [...]” (FRIGOTTO, 1995, p. 25).

3.1.1 As finalidades da educação

A citação de Marti, no início deste tópico (3.1), estaria respondendo, em grande medida, sobre quais são as finalidades da educação, porém se trata apenas de um de seus principais objetivos. Ao mesmo tempo em que transmite como legado “[...] às novas gerações aquilo que foi decantado e se transformou em patrimônio do gênero humano [que é] absolutamente fundamental para a continuidade do mesmo gênero” (TONET, 2005, p. 138-139), a educação também desenvolve a consciência crítica e deve exercer o seu papel de mediação no processo de transformação do mundo, da sociedade e da pessoa. Estes elementos estão sempre interligados, já que o Homem reside no mundo e assim constitui a sociedade. E essa transformação, em uma perspectiva ética, irá contribuir para potencializar uma práxis emancipadora. Conseqüentemente, deveria ter, como objetivo maior, a emancipação humana, porque ela é sinônimo de liberdade plena e porque neste momento histórico não é só uma possibilidade real, mas também uma necessidade imperiosa para a humanidade (TONET, 2005, p. 144). Nesta linha, lembramos Arroyo (1998, p. 144), quando conceitua o ato de educar que “[...] nada mais é do que humanizar, caminhar para a emancipação, a autonomia responsável, a subjetividade moral e ética.”

A educação se manifesta por meio de dinâmicas interdependentes, contraditórias e complementares que oportunizam caminhos, motivações ou referências provocadas por

condições intrínsecas às práticas sociais sempre mediadoras⁸ de novos aprendizados planejados ou não, podendo contribuir para a manutenção de condições sociais existentes e/ou para potencializar uma práxis emancipadora. As primeiras acompanharão a orientação de qualquer sistema econômico ou modelo societário que imaginemos atendendo as orientações de grupo hegemônico; entretanto, as últimas são próprias de uma proposta que tenha como objetivo uma concepção libertadora, porquanto “converte o ato educacional em ativador da mudança e, de algum modo, em ‘práxis social’” (GUTIERREZ, 1988, p. 109).

3.1.2 As concepções educacionais presentes na Cadeia Solidária

Na Economia Solidária e no projeto em que estamos participando, percebem-se diferenças, por vezes, significativas entre as concepções de educação que os apoiadores têm como referência ao desenvolver as suas intervenções nos empreendimentos. Estas concepções foram se incorporando ao longo da evolução do movimento da Economia Solidária e, hoje, são tidas como fontes de referência para entidades, educadores, outros profissionais e trabalhadores que participam deste projeto.

3.1.2.1 A educação cooperativista e sindical

Para efeitos de resgate histórico, podemos lembrar o movimento cooperativista⁹ o qual começa a instituir princípios e ações educativas para constituir uma nova cultura organizacional em oposição aos valores que regiam às empresas por ocasião da revolução industrial.

Um registro importante desta experiência foi a criação pela cooperativa de um “Fundo de Educação” voltado para a capacitação seus associados. Conforme registro da Tifni (2010, p. 50), os cooperados: “Sabiam que para melhorar as condições de vida não bastava melhorar

⁸ Nós adotaremos, para o fim do texto, o termo *mediação educativa*, que pode ser equiparado à mediação pedagógica (ADAMS, 2010) ou práticas/ações educativas (BATTTESTIN, 2009) utilizado por este e outros autores.

⁹ A primeira sociedade cooperativa, a *Society of Equitable Pioneers*, em Manchester, na Inglaterra, foi fundada em 1844. A maioria dos princípios adotados em Rochdale tornaram-se os princípios do cooperativismo mundial até nossos dias. Eles são: a) direito de voto a todos os membros; b) adesão livre; c) pagamento de uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado; d) divisão igualitária das sobras entre os membros; e) vendas feitas à vista; f) produtos vendidos deveriam ser sempre puros; g) educação cooperativista; h) não envolvimento em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002).

A ACI, com algumas variações, mantém esse ideário: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática; Participação Econômica dos Membros; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; Interesse pela Comunidade; e Autonomia e Independência.

a sua situação econômica. [...] Demonstraram que um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da ideologia cooperativista era a educação.”

Vejamos também o que nos diz um trabalhador, representante do MNCR e de uma das Centrais de Cooperativas de Reciclagem no processo de construção da Cadeia Solidária (E18):

Acredito que o papel da educação é fundamental e estruturante para este processo, [...] se se realizar de acordo com seus princípios a Cadeia Solidária Binacional do PET. Quando a gente está falando isso está demarcando o território de uma conclusão dentro da economia solidária que é uma alternativa de exercitar essa economia participativa, distributiva. A educação tem um papel fundamental de que a gente desenvolva e consolide dentro dos empreendimentos a autogestão. Se a gente não vivenciar essa cultura autogestionária, a gente corre o risco de se tornar cooperativas capitalistas. O que mais tem hoje. A gente não pratica o cooperativismo como um fim em si mesmo. O cooperativismo autogestionário, como uma ferramenta de economia alternativa a esta economia de mercado, que é a alternativa da economia solidária. E, sem a educação, sem esses processos formativos que estão sendo dados dentro da Cadeia do PET, dentro das organizações e entre os próprios trabalhadores se torna inviável e insustentável.

Neste modo de organizar as relações de trabalho, colocam-se a conscientização, a igualdade de oportunidades e a educação como fatores-chaves para alavancar processos de transformação social. Em que pese este aspecto alavancador de mudanças, sabe-se que Robert Owen, conhecido como o pai do cooperativismo moderno, não deu a esta concepção um caráter revolucionário e contra-hegemônico e não acompanhou o posicionamento marxiano de lutas de classes. Este aspecto coloca um ponto de interrogação sobre a identidade de propósitos entre cooperativismo e Economia Solidária.

O movimento sindical, por sua vez, apresenta um viés combativo às diversas formas de exploração a que estava submetida a classe trabalhadora. Na década de 1990, viu-se forçado a encontrar alternativas para os trabalhadores que corriam risco de perderem a sua fonte de trabalho, em função de intensos processos de reestruturação capitalista que levaram empresas à falência. Em decorrência disso, surge, no Brasil e na América Latina, o

movimento das Empresas/Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERT's). A maioria destes empreendimentos opta pela estruturação de cooperativas segundo os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Para tanto, também contribui a existência de leis de cooperativismo existentes nos países da região.

Com o cometido de assessorar estes empreendimentos no setor industrial, criou-se, em 1994, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão¹⁰ e Participação Acionária (ANTEAG)¹¹. Em 2000, com objetivos semelhantes, mas para atender outros segmentos econômicos, surge a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, que posteriormente se transformaria na UNISOL - Brasil. Ambas se constituem em referência na prestação de assessoria técnica à Economia Solidária, especialmente de ERT's. Para tanto, foram instalados escritórios da Agência de Desenvolvimento Solidário em diversas cidades brasileiras.

Do ponto de vista pedagógico, têm-se adotado, na Economia Solidária, os princípios e as dinâmicas da educação popular. Neste sentido, Manfredi (2013, p. 81) nos lembra de que:

A pedagogia de Freire, através de suas obras e da experiência trazida pelos educadores populares que atuavam nas instâncias educativas do movimento popular e sindical dos anos 70/80, foi sem dúvida uma das matrizes norteadoras mais significativas da concepção educativo-metodológica do projeto de formação cutista.

Em termos de temáticas, os programas educacionais desenvolvidos pelo movimento sindical objetivaram: 1) a capacitação nos processos de gestão, com vistas à superação da divisão técnica do trabalho, promovendo formas de viabilizar a inserção das dinâmicas autogestionárias nos empreendimentos e 2) a formação de cunho político voltada para o desenvolvimento de relações sociais de produção mais democráticas.

A influência destas duas concepções educacionais estão muito presentes nos empreendimentos da Economia Solidária, principalmente a partir do apoio que têm recebido das entidades que representam os movimentos cooperativista e sindical, ambos produtos da modernidade, e que apresentam restrições para realizar a proposta da Economia Solidária, no que diz respeito à superação do sistema capitalista e dos seus desdobramentos no modelo societário vigente.

¹⁰ Empresas autogestionária que se constituem como cooperativas de autogestão.

¹¹ Missão da ANTEAG: “Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho e renda desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores, estimulando ações solidárias e fraternas e representando as empresas/empreendimentos autogestionários”. Disponível em: <www.anteag.org.br>

Nesse sentido, aproveitamos para registrar o depoimento de E3, do Uruguai, que dá uma dimensão de que este fenômeno não se circunscreve apenas ao Brasil, tendo raízes, como indicamos, na origem e na história da instituição “sindicato”.

Ali tem que ver muito as tradições ideológicas. Nós temos uma central única de trabalhadores. Dentro dessa central única de trabalhadores o controle dos sindicatos muitas vezes está associado a setores políticos partidários ou a setores ideológicos muito fortes tradicionais como o partido socialista, o partido comunista. E, em função da síntese que vão fazendo os setores políticos partidários, também são as sínteses políticas que se refletem nos sindicatos e na central. Então, durante muito tempo, a síntese política que primou era a síntese política do partido comunista, mas o partido comunista tradicional, ortodoxo, onde a visão do partido era que nas cooperativas os trabalhadores eram os sócios, eram uns “desplazados” porque deixavam de ter sua relação de dependência, subordinação e passavam a ser pequenos proprietários e potenciais pequenos burgueses. Então, o combate às cooperativas por alguns sindicatos onde essa síntese política primava era frontal e direto. Essa postura se foi suavizando sobretudo se termina de quebrar na crise econômica de 2002. Segue havendo pessoas que vivem anacronicamente, mas não fazem a síntese coletiva. Seguem tendo essas visões. Mas na crise de 2002 o que acontece é que a ferramenta popular que emergiu por todos lados foi a da cooperação e do cooperativismo. Então, aí, até os próprios sindicatos tiveram que apelar a essa ferramenta. Então, isso pôs em debate de novo o sentido dessa confrontação e gerou uma nova síntese, que tampouco está resolvida. Segue havendo tensões.

Na falta de uma configuração jurídica-organizacional específica para a Economia Solidária, a cooperativa tem sido a forma pela qual empreendimentos podem operar dentro das regras de mercado. Ao mesmo tempo, valores como cooperação, autogestão, solidariedade e participação democrática foram assimilados pelo ideário da Economia Solidária. Mesmo assim, persistem diferenças marcantes entre ambas as concepções, em função da sua natureza e história, como por exemplo: o teor reformador do cooperativismo em relação ao transformador-revolucionário pretendido pela Economia Solidária.

3.1.2.2 A educação popular

Para que a finitude, que implica processo, reclame educação, é preciso que o ser nela envolvido se torne dela consciente. A consciência do inacabamento torna-se o ser educável. O inacabamento sem a consciência dele engendra o adestramento e o cultivo. Animais são adestrados, plantas são cultivadas, homens e mulheres educam-se (FREIRE, 1995, p. 75).

A educação popular pode ser compreendida tanto como uma concepção educacional, quanto como uma metodologia que operacionaliza outras concepções educacionais. Ela é uma importante referência presente na Economia Solidária, como nos diversos movimentos sociais. Nesse sentido, cabe lembrar o registro feito por Streck (2014, p. 24): “No campo da pedagogia emancipadora, a educação popular foi entendida como intervenção pedagógica em espaços e processos sociais tão diferentes como sindicatos, comunidades eclesiais e grupo sociais étnicos.”

Colocam-se diversas origens – os movimentos populares, as comunidades de base e as pastorais da Igreja Católica, apoiados nas reflexões a partir da Teologia da Libertação (Boff), da Filosofia da Libertação (Dussel) e da Pedagogia do Oprimido (Freire) –, que deram suporte ideológico às lutas sociais, as quais se foram gerindo como resistência aos governos repressivos da época, preparando o caminho da abertura política no país e no resto da América Latina.

Barreiro (2000, p. 49) ajuda-nos a entender os primeiros momentos de gestação da Educação Popular quando começa a se dar forma a uma concepção contra-hegemônica de educação:

Desde quando começou a se configurar, na América Latina, uma educação que não **propunha** apenas a simples promoção dos trabalhadores, mas uma **transformação das estruturas de opressão**, começou-se também a descobrir que não se tratava de programas de instrução e instrumentalização de grupos populares para um “aproveitamento mais adequado dos recursos e benefícios do sistema capitalista”, mas **era necessário estabelecer uma metodologia educativa de descoberta dos fatores de opressão e dos processos de transformação**: não do educando oprimido para manter a sociedade opressora para liberar o homem oprimido (transformar a sociedade para humanizar o homem). (grifo nosso)

Deixa claro o compromisso ético da educação popular como o processo de libertação/emancipação, compromisso permanente que não se deve circunscrever ao indivíduo isolado e que deve ter como finalidade o conjunto da sociedade na busca de superação de quaisquer ordens de dominação.

Segundo Rebellato (2009, p. 34), o intelectual uruguaio, a educação popular:

[...] se sustenta numa **dimensão política de transformação, baseada nos princípios de libertação e autonomia**. Esta é uma **dimensão distintiva de qualquer outra proposta pedagógica**, pois a educação popular **se move entre o pólo do conhecer e o pólo do transformar**. Não existe possibilidade de conhecer se não se transforma e vice-versa.

Acrescenta o mesmo autor: “Esta perspectiva metodológica considera que não é possível construir poderes sociais se ao mesmo tempo não se constrói saberes sociais.” (REBELLATO, 2009, p. 34)

Sensível a estas últimas colocações, trago o depoimento de um apoiador da Cadeia Solidária, demonstrando a sua filiação com esta concepção educacional (E4):

*Nós entendemos a educação como um processo permanente orientado ao desenvolvimento da autonomia. Nesse sentido, é dizer não somente o desenvolvimento da luta da autonomia universitária. Entendemos uma autonomia não como dar as costas a sociedade senão todo o contrário que só se desenvolve em relação. E aí está uma das bases constitutivas, um pouco inspirado em Paulo Freire, em toda a Pedagogia da Libertação, mas sobretudo pensando em que **a possibilidade de construir uma autonomia é pôr a relação e a conexão uma experiência com outra e pôr uma experiência com outra exige gerar condições para o diálogo, para o intercâmbio e para tradução de uma experiência com outra**. Não a tradução somente lingüística, senão também no sentido mais profundo do termo de se fazer realmente entendível, compreensível. Por que estamos fazendo?; Por que o fazemos desta maneira?; Em direção a que? Onde queremos ir?; Quais são os valores que orientam essa construção?. E, aí, também muda o sujeito cognocente. **Não é o sujeito que recebe conhecimento, senão é o sujeito que se põe a criar junto com outro e a sair na busca desse conhecimento, numa construção permanente**. Essas são como as bases mais filosóficas que está um pouco inspirada nas pedagogias críticas, na possibilidade de pensar que não somos só meramente reprodutores do existente senão que com o existente podemos transformá-lo. A busca de conhecimento não está em saber que é o que acontece, mas sobretudo como e com quem é possível transformar isso que sucede. (grifo nosso)*

Destas citações, depreende-se que o processo de construção de uma proposta contra-hegemônica de educação implica o conhecimento profundo sobre a nossa realidade, como das

formas para sua superação; portanto, não se trata de um processo espontâneo, porquanto há intencionalidade, compromisso, criatividade, reflexão crítica e capacidade de gerar empoderamento nos envolvidos. Estes elementos deverão ser referência para a práxis da educação popular.

Nessa perspectiva, Zitkoski (2011, p. 49) expressa que:

Uma educação popular na perspectiva freireana precisa ter como ponto de partida os fenômenos concretos que constituem o universo existencial de nosso povo. E, a partir desse universo, o desafio dialógico-crítico converge para a luta em prol das transformações sociais necessárias e imprescindíveis para atingirmos uma vida mais digna, principalmente para os setores mais oprimidos/excluídos.

A Economia Solidária deve partir da realidade em que se inserem os trabalhadores para construir junto o processo de transformação, ampliando o conceito de reprodução da vida, especialmente para os grupos mais vulneráveis socialmente, com a mediação da educação. Como reconhecimento à estreita relação dos princípios da educação popular ao universo da Economia Solidária, a Conferência Temática de Economia Solidária, de Educação e Autogestão, realizada em abril/2014, indicou, como matriz educacional, a Educação Popular com foco na autogestão.

Neste processo de reconhecimento da importância e de inserção dos princípios desta concepção educacional na Economia Solidária, destacamos a recente instituição do Marco Legal da Educação Popular, iniciativa do atual Governo Federal e que se constitui numa referência para a formulação de Políticas Públicas de Educação. Tomou, como referência, os lineamentos gerais da concepção freireana da Educação Popular com base na Pedagogia do Oprimido e os pressupostos da práxis da educação popular: Dialogicidade, Amorosidade e Conscientização.

Acreditamos que, em que pese importante a institucionalização da Educação Popular, pela sua natureza, dever-se-ia manter dentro das perspectivas do movimento, isto é, com autonomia e reflexão permanentes por meio de uma práxis libertadora, que permita a sua adequação a partir da interpretação crítica da realidade e dos anseios dos públicos que buscam a sua emancipação.

As diretrizes deste documento deixam explícita a relação entre a educação popular e a Economia Solidária quando estabelecem como objetivo: “Fortalecer o processo educativo na perspectiva da economia popular solidária, considerando a importância da organização

econômica da sociedade como dimensão fundamental para a emancipação popular” (BRASIL, 2014, p. 31).

3.1.2.3 A educação politécnica, integral, unitária e o trabalho como princípio educativo

Neste projeto educativo, estão presentes, ainda, as proposições de Marx e Gramsci, materializadas em concepções pedagógicas e metodológicas de cunho libertário.

A concepção da Educação Politécnica (ou tecnológica) e o trabalho como princípio educativo resgatam a relação ontológica entre trabalho e educação. Disto decorre que a educação se dá “[...] a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto do entendimento e da realidade do trabalho” (SAVIANI, 1987, p. 7).

A Politecnia pretende superar a falsa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Em verdade, não existe trabalho puramente físico: “[...] no mais mecânico e degradado, [existe] um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criativa” (MANACORDA, 1991, p. 151). Marx entendia que o trabalhador deveria:

[...] adquirir conhecimentos de fundo, isto é, as bases científicas e tecnológicas da produção e a capacidade de manejar os instrumentos das várias profissões, isto é, **de trabalhar - conforme a natureza - com o cérebro e as mãos, porque isto corresponde à plenitude do desenvolvimento humano** (MANACORDA, 1991, p. 95). (grifo nosso)

Deve-se levar em conta que, naquele momento, estavam muito presentes a lógica imposta pelo capital, em consonância com o modo de produção vigente, e a defesa ideológica de intelectuais comprometidos com este modelo, que limitavam o trabalhador a uma instrução mínima necessária para executar suas tarefas, seguindo os ditames da divisão social do trabalho. Uma forma de manter o controle era a criação de um mecanismo de apropriação, o qual começa com os meios de produção e avança na expropriação sistemática dos conhecimentos dos trabalhadores que eram disponibilizados de forma parcelada, restrita, como vimos, à execução de operações elementares.

Em decorrência disso, surge o fenômeno da alienação, muito combatido por Marx (2010a, p. 82), que assim o denunciava:

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o

trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

O objeto que produz passa a não ter identidade com o trabalhador; fica estranho e desumano, carrega o estigma de ser resultado de uma relação fetichizada.

A Politecnia propõe que devem ser disponibilizados, no processo educativo, “os fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 1987, p. 17). O que não se confunde com o conceito de polivalência, o que se constitui numa “[...] mera questão de disponibilidade, de pluriprofissionalidade” (MANACORDA, 1991, p. 95).

Na perspectiva da omnilateralidade, Manacorda considera o trabalho e o não trabalho como contendo este atributo, portanto teremos: “trabalho omnilateral e não trabalho omnilateral como desenvolvimento das potências universais da mente, do cérebro humano: é esta a manifestação do homem” (1991, p. 84).

Por sua vez, a Escola Unitária, proposta por Gramsci como a “[...] escola de cultura e trabalho ao mesmo tempo, isto é, da ciência tornada produtiva e da prática tornada complexa [...]” (MANACORDA, 1990, p. 155), fundamenta-se no mesmo princípio da omnilateralidade. Esta escola viria a se contrapor à escola tradicional que tinha a marca da oligarquia. Gramsci (1989, p. 136) argumenta os motivos desta denominação, a saber:

A escola tradicional era oligárquica, pois era destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. **Não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entrementes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.** (grifo nosso)

Manacorda (1991, p. 81) conclui, dizendo:

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.

Mesmo com os argumentos defendidos por estes e outros autores, em recente relatório preliminar de uma pesquisa que está sendo realizada sobre “A formação em economia solidária: reflexões sobre as experiências do CFEs/Sul e ITCPs/Região Sul”, coordenada pelo Prof. Dr. Telmo Adams, fez-se a seguinte constatação:

[...] verifica-se a continuidade da dualidade e separação entre pensar (dimensão ético-política ou formação humana - homo sapiens) e executar o trabalho (dimensão técnico-produtiva ou formação técnica - homo faber); [...] a lógica capitalista de trabalho, a educação profissional se caracterizam pela dicotomia entre formação humana e a formação técnica. Daí a opção pela educação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras desde a perspectiva politécnica de Marx e Gramsci onde estas duas dimensões – a ético-política e técnico-produtiva – são inseparáveis. (ADAMS, 2013, p. 22) (grifo nosso)

E, ainda, informa que: “[...] esta é também a proposta na economia solidária: uma relação mediadora intrinsecamente complementar, onde a prática deve ser sempre o ponto de partida para a compreensão intelectual” (ADAMS, 2013, p. 22-23).

Por sua vez, Saviani (1987, p. 15) entende que: “A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, com a socialização dos meios de produção, colocando o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade.” Estamos falando de um processo de ruptura do atual sistema e de construção de uma nova hegemonia.

Em relação a considerar o trabalho como princípio educativo, segundo Tiriba (2007, p. 88), o desafio que se apresenta:

[...] é descobrir como articular estes campos de conhecimento e ação (educação e trabalho), por meio de um processo prático que redimensione a racionalidade dos processos de trabalho e das relações econômico-sociais que os trabalhadores pretendem construir.

De fato, são poucas experiências que podem ser elencadas a este respeito. Os pesquisadores Dal Ri e Vieitez (2009, p. 258-259) registram uma proposta educacional que observa este princípio às escolas do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo estes autores, este processo implica uma embrionária (des)alienação do trabalhador em função de que:

[...] o trabalho associado requer que os trabalhadores exerçam não apenas funções especializadas da produção, mas também que obtenham um domínio geral do funcionamento da unidade de produção na qual estão alocados, isto é, que exerçam funções de dirigentes, técnicos e políticos, que hoje são monopólio das elites das classes dominantes. (DAL RI e VIEITEZ, 2009, p. 284)

Seguindo a orientação gramsciana, a proposta é a de que os trabalhadores possam ter domínio das diversas funções do processo em que estão acometidos, tornando-se não apenas executores, como também dirigentes, criadores e educadores, acenando para a possibilidade de recomposição do humanismo e superando os efeitos alienantes da divisão do trabalho. Isto implica formação integral, abrangendo os aspectos técnico-produtivos e ético-políticos, presentes nas relações de produção.

3.1.2.4 A abordagem Enrique Dussel

Há uma grande aproximação entre o pensamento de Freire e de Dussel sobre o entendimento do papel da educação no processo de libertação/emancipação. Dussel traz elementos relevantes para construção de uma educação libertadora como se deseja para a Economia Solidária.

Preliminarmente, vale destacar uma diferenciação de terminologia adotada por Dussel. Segundo Dussel, em termos da filosofia, a libertação se concretiza em três níveis: a erótica (relação homem-mulher, a vida doméstica); a pedagógica (relação pai-filho, mestre-discípulo, político-cidadão); e a política (a vida em sociedade). Embora exista relação entre elas, abordaremos, neste texto, a pedagógica, que não se deve confundir com a pedagogia que é ciência do ensino ou aprendizagem (DUSSEL, 1980, p. 11).

Da mesma forma que Freire, não desconsidera a relevância do papel da escola, porém o atual sistema educativo se mostra elitista, desinteressante, alienante do ponto de vista cultural, limitado, rígido, fragmentado, e que atende a interesses políticos, sociais, ideológicos, distante das expectativas do aluno e da sociedade de forma geral. Adotando a denominação freireana de “educação bancária”, encontramos, nas palavras de Dussel (1980, p. 93), caracterizados os pressupostos que vigoram em muitas instituições e que orientam a ação docente:

[...] o educador é sempre o que educa; o educando, o que é educado; o educador é quem sabe; os educandos quem não sabem; o educador é quem pensa, o sujeito do processo ou os educandos são os objetos pensados; o educador é quem fala, os educandos quem escutam docilmente; o educador é quem disciplina; os educandos os disciplinados; o educador é quem opta e prescreve sua opção; os educandos quem seguem a prescrição [...].

Dussel (1980, p. 90-92), avançando na caracterização desta orientação educacional, diz-nos:

O bom educador cumpre a cultura vigente-dominadora: sua práxis está na concordância com o projeto tendo por todos (os dominadores) como natural [...]. Suas virtudes são aquelas que todos aplaudem. **O bom aluno não simplesmente deve se ater a repetir a conduta normal de seu preceptor e recordar todo o que se lhe ensina nas aulas.** A única palavra é a tautológica ideológica do *slogan*, da propaganda, dos mitos dominadores, avassalador. **Esta práxis educativa, que pode estar muito aperfeiçoada com meios audiovisuais, com pesquisas e com dinâmicas de grupo (aperfeiçoadamente dominadora), aprisiona mais tecnicamente à criança, juventude e o povo.** A educação é domesticação, aprendizagem por repetição [...]. (grifo nosso)

O conceito da pedagógica amplia o entendimento dos desdobramentos da educação em relação à geração conhecimento, na perspectiva da ciência e tecnologia, fundamentais para superar a condição de dependência dos países periféricos, hoje “emergentes” como o Brasil. Há um grande questionamento sobre o conhecimento que importa e os critérios epistemológicos que valorizaram algumas práticas e saberes em detrimento de outros, aprofundando as relações de dominação entre o norte e sul, as assimetrias através da renovação de mecanismos de colonialidade¹². Portanto, deixa claro que uma transformação nesta área não se poderia limitar apenas na instituição escola, mesmo que esta resuma, em grande parte, as restrições da concepção de “[...] educação moderna, feita para educar o homem burguês, imperial ou ilustrado nas colônias” (DUSSEL, 1980, p. 64).

Aborda, com preocupação, o processo de alienação cultural, promovendo cultura nacional e de massa, em detrimento da popular, intensificado através dos meios de comunicação massivos. Neste sentido, Dussel (1980, p. 67) elenca, dentre outros: “[...] o rádio (que chega aos analfabetos e até os mais recônditos lugares topográficos e econômicos), depois a televisão (em crescimento de ouvintes na América Latina), para seguir, pelos jornais, revistas, livros, propaganda, etc.”

Para superar este sistema e constituir uma prática docente libertadora, esta deverá se caracterizar por ser dialógica, crítica, criativa, participativa, democrática, problematizadora, que oportunize o espaço para escutar o que o Outro tem a dizer.

Nesse sentido, expressa-se Dussel (1996, p. 117) quando diz que:

O ethos da libertação pedagógica exige ao mestre saber ouvir no silêncio com respeito à juventude, ao povo. Só da atenção paciente e entusiasta do próprio mestre poderá emergir o juízo adequado da realidade na que se encontra o povo. O discípulo, juventude e povo admirarão igualmente o mestre na sua vida, na sua convivência, na sua humildade e serviço entrega a consciência crítica para afirmar os valores já existentes na juventude e no povo. (grifo nosso)

¹² Neste particular, recomendamos a leitura de Boaventura de Souza Santos. A crítica da razão indolente - Contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

E, além de se dispor a “ouvir em silêncio”, Dussel recomenda que, antes de se comunicar, deve-se compreender a profundidade da pronúncia de quem está numa situação de marginalidade, de opressão, de subalternidade. Para tanto, propõe que o mestre conviva, participe e “sinta na pele” a realidade do educando, superando as contradições existentes em sua formação a partir de uma teoria que “nasce do seio do povo”; a teoria real que se leva a cabo na militância, no compromisso concreto em que a revelação do Outro “[...] leva ao futuro mestre a práxis da que acredita mas ainda não interpreta adequadamente [...]” (DUSSEL, 1980, p. 98).

Trata-se de um processo em que há um enriquecimento permanente das partes envolvidas. Isto não quer dizer que tanto Dussel, quanto Freire, abram mão da diretividade no processo educacional. Adotando a denominação gramsciana, Dussel (2007, p. 333) entende que: “o trabalho crítico-teórico do ‘intelectual orgânico’ com as vítimas deve levar em conta os melhores recursos dos especialistas, cientistas, filósofos, etc. do sistema, para articular-se proveitosamente no processo que as próprias vítimas dirigem a partir de dentro.”

Consideramos que a abordagem de Dussel acrescenta muito na construção e na análise do processo educacional e sua relação com as diversas dimensões presentes no projeto da Economia Solidária, especialmente para alavancar os processos de libertação/emancipação. Por meio da filosofia da libertação, traz elementos importantes para o debate do pensamento descolonial que questionam os pressupostos da modernidade e seus desdobramentos nas relações de dominação e opressão no sistema econômico e na concepção educacional hegemônicas.

O que podemos deduzir de suas colocações é que há espaços para efetivas transformações. Numa perspectiva objetiva, Dussel (1996, p. 179) assim se expressa:

A libertação não somente supõe um projeto e um entusiasmo, **senão mediações planejadas, fabricadas, viáveis, tecnologicamente eficazes. Sem libertação econômica, que supõe invenção desde as instituições técnicas populares tradicionais, nacionais, não há libertação real.** E é verdade que a revolução política produz a brecha no antigo sistema, somente com a mediação do trabalho tecnológico desenhante se organiza realmente o novo sistema na justiça. **Sem trabalho, e trabalho eficaz com mediação científica, não há pão; e sem pão o povo não se liberta...** Sonha com a escravidão no Egito, onde ao menos tinha pão... (grifo nosso)

3.1.2.5 A educação na perspectiva do movimento e das políticas da economia solidária

Em sequência, apresentaremos uma série de dados contidos nos documentos finais da I e II Conferências¹³ Nacionais da Economia Solidária (CONAES), no Caderno de Referência para a realização da 3ª. CONAES e no documento final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Serão destacados, também, alguns assuntos da Resolução nº. 4 do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, que se constitui na orientação para desenvolvimento de políticas educacionais resultado da construção participativa da II CONAES, revelando-se como um documento de referência para a educação solidária.

Acrescentamos, também, para a nossa análise, os resultados da Conferência Temática sobre Educação e Formação que tratam este assunto de forma aprofundada, caracterizando a relevância desta área para a construção de uma “outra economia” para qual se precisa uma “nova hegemonia” que se sustente, dentre outros aspectos, por meio de uma “nova concepção de educação”.

A Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão (CNES, 2014, p. 5) realizada se constituiu em um evento preparativo para a 3ª. CONAES. Esta conferência resgata, no seu relatório, o histórico dos avanços na construção da política educacional, enfatizando alguns aspectos de extrema relevância para o entendimento do papel da dimensão educacional no processo de construção da Economia Solidária:

No âmbito das CONAES, o que temos de mais explícito nesse tema é o entendimento de que, somente com uma política de **Educação em Economia Solidária definida participativamente, de forma estratégica, com instrumentos, metodologias e conteúdos adequados à realidade dos sujeitos da economia solidária**, é possível fortalecê-la a partir das práticas da autogestão e de ampliação da democracia desde o universo dos EES até o universo das políticas públicas. (grifo nosso)

Além de reafirmar a educação como um eixo fundamental para o fortalecimento da Economia Solidária no país, deixou para a próxima conferência o aprofundamento da reflexão sobre temáticas de extrema relevância para essa finalidade, a saber: Planejamento Participativo e Autogestão.

Consideramos avanços importantes sendo já transformados em Resoluções do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, as quais orientam a formulação de

¹³ “Uma plenária é diferente de uma conferência, pois as conferências são o que a sociedade civil tem a dizer ao poder público na elaboração e execução das políticas públicas, enquanto que as plenárias são as orientações que o movimento coloca para si mesmo, mesmo que possam indicar elementos para as políticas públicas e para os gestores que integram o movimento.” CNES (2014, p. 15)

O Quadro Histórico do processo de construção da Política de Educação da Economia Solidária e seus desdobramentos Apêndice 7 apresenta datas de realização dos referidos eventos.

políticas e práticas educacionais (formação, capacitação e assessoria técnica), adotadas por governos, entidades apoiadoras, especialmente programas de extensão universitária, organizações não-governamentais, redes de incubadoras (Unitrabalho e ITCPs) e outras instituições envolvidas na formulação e execução de estratégias educacionais junto aos empreendimentos solidários.

Destacamos, dentre as Resoluções, as seguintes:

Res. 72. **“É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) com tema transversal. Também se deve garantir a oferta de educação qualificada e adequada para trabalhadores(as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida.** Destaque especial para a inserção da economia solidária nos processos de Educação de Jovens e Adultos e de educação no campo, quilombola e indígena, possibilitando e incentivando o uso de ferramentas e práticas para de esse público nos meios rural e urbano, respeitando as diversidades regionais. [...]”

Res. 81. **“A educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário.** Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. **Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores.** A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o **empoderamento dos sujeitos**, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão.”

Res. 84. **“A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade.”** (grifo nosso)

Estas resoluções inserem princípios, metodologias e objetivos a serem alcançados pela Política de Educação da Economia Solidária que está em formação. Além disso, são colocados desafios importantes, principalmente pelo nível de complexidade política e burocrática que implica, por exemplo, a inclusão da temática da Economia Solidária nos currículos, nos diversos cursos e níveis de ensino. Nestas resoluções, também se propõe contribuir com o processo de conscientização, de empoderamento, de desenvolvimento de uma subjetividade, assim como assimilação por parte dos trabalhadores do que seja vivenciar o valor e a prática autogestionária. Estes aspectos serão desdobrados em diretrizes e ações, os quais serão realizados por meio dos Centros de Referências de Formação em Economia Solidária, entidades apoiadoras, especialmente instituições de ensino, incubadoras, como também pelos gestores públicos.

O que fica claro é a disposição do Estado e do Movimento da Economia Solidária em investir, de forma consistente, na formação técnica-produtiva e ética-política dos seus quadros, bem como incentivar a elevação da escolaridade, principalmente dos trabalhadores dos empreendimentos.

Das diretrizes contidas nos documentos finais, destacamos:

- 1- **A garantia do Estado de recursos permanentes para o financiamento de ações voltadas para o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas** dos empreendimentos econômicos solidários e para processos formativos [...];
- 2- Articulação das **ações de educação em economia solidária com outras políticas de fortalecimento do trabalho associado**; e
- 3- **Participação dos sujeitos da Economia Solidária** nos processos de decisão, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação **da política de formação**. (grifo nosso)

Para efeito de registro, indicamos que, como política pública, foram instituídos os Centros de Formação em Economia Solidária, os quais promovem a denominada Pedagogia da Autogestão e a Autogestão da Pedagogia. A formação de educadores para multiplicar os aprendizados segue os pressupostos das resoluções e diretrizes do Conselho Nacional de Economia Solidária. Constituem-se em “processos e espaços de inovação científica e tecnológica, favorecendo a realização de estudos e pesquisas e a disseminação de conhecimentos e tecnologias formativas apropriadas à realidade e diversidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários” (BRASIL, 2014, p. 4).

Segundo o CNES (BRASIL, 2014, p. 4), a concepção de educação¹⁴ do movimento de Economia Solidária pode ser definida como:

[...] **uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários**, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para **ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento**. Reconhece a **centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação** na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, orientando ações político-pedagógicas autogestionárias e solidárias. (grifo nosso)

3.1.2.6 A educação empresarial / corporativa

¹⁴ Os princípios da educação solidária são: Autogestão; Solidariedade; Cooperação; Trabalho como princípio educativo; Reconhecimento dos saberes populares; Educação continuada ao longo da vida; e Desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e voltado ao Bem-Viver.

Diz respeito à educação desenvolvida nas empresas, em todo o sistema de formação e capacitação de trabalhadores vinculados ao segmento empresarial. Esta orientação perpassa o ambiente organizacional, interferindo nos hábitos e costumes, isto é, no cotidiano da vida das pessoas, condicionado aos interesses do capital.

Conforme Kuenzer (2002, p. 12): “[...] cotidianamente, desenvolve-se, silenciosamente e de forma pouco explícita, um projeto pedagógico que tem passado despercebido, cujo objetivo é formar não um, mas milhares de trabalhadores.” E acrescenta:

[...] com suas formas peculiares de fragmentação, organização e heterogestão, que o trabalhador vem sendo educado; é **ele (projeto pedagógico) que determina, a partir da necessidade de exploração cada vez mais eficaz da força de trabalho comprada, o saber necessário e as formas de comportamento convenientes** que devem caracterizar o trabalhador no modo de produção capitalista. (grifo nosso)

O referido projeto, então, terá como objetivo a formação técnica e política, por meio do qual se capacitam os trabalhadores ao mesmo tempo em que os insere numa concepção de mundo, de sociedade e de pessoa, condizentes com a ideologia hegemônica do capital.

Kuenzer (2002, p. 12) finaliza, dizendo-nos que:

[...] não é um trabalhador qualquer; é um homem que, ao vender a sua força de trabalho, se transforma em fator de produção, perdendo, junto com o controle do processo e do produto do trabalho, o controle sobre si mesmo. Ele já não é mais o artesão que domina o processo produtivo em sua totalidade, mas o assalariado que se submete real e formalmente ao capital e à ciência a seu serviço, devendo desempenhar suas funções num processo de trabalho fragmentado e heterogerido, para o que ele precisa ser educado.

Retomamos, aqui, novamente, o fenômeno da alienação, já tratado neste texto.

A hegemonia da “perspectiva educacional bancária” está presente em todo o universo de atividades: nas empresas, nas instituições educacionais e culturais (universidades, Sistema “S” etc.), nas incubadoras empresariais que promovem processos de formação e capacitação dos trabalhadores. Devemos incluir, ainda, os próprios EES. Muitas das capacitações dos trabalhadores da Cadeia foram desenvolvidas por organizações como o SEBRAE, com uma concepção marcadamente empresarial. Da mesma forma, os programas ofertados pelo Pronatec cuja orientação segue a lógica da educação profissionalizante.

Vale lembrar que, mesmo as redes de incubadoras (Rede ITCP/Unitrabalho), que são orientadas para o trabalho em empreendimentos de cunho solidário, adotam métodos e técnicas que, em grande parte, seguem o receituário corporativo. Cabe, entretanto, uma

observação de que muitos conceitos, técnicas e ferramentas que se adotam nas empresas podem, sim, ser aplicadas nos EES. Estes conhecimentos não são de uso exclusivo das empresas e, além disso, um empreendimento, mesmo de cunho solidário, tem que se sujeitar a alguns parâmetros administrativos para poder avaliar se o trabalho que está sendo feito oportunizará produtos de qualidade, sustentáveis e a preços justos e resultados a serem distribuídos para que trabalhadores consigam se viabilizar financeiramente e conquistar uma vida digna.

Decorrente da Teoria do Capital Humano, atualmente, aparecem preponderantemente os conceitos de Educação Corporativa e de Gestão por Competências, os quais convivem com as propostas convencionais de capacitação (técnica, conceitual, comportamental) para o trabalho e transmissão de valores que condicionam a forma de vida das pessoas.

Concluindo...

Nesta resenha sobre as concepções educacionais, identificadas na orientação das intervenções feitas pelos apoiadores da Cadeia, poderíamos incluir, ainda, a educação social e confessional¹⁵.

Tentando fazer uma análise preliminar sobre como estas concepções são assimiladas no universo da Economia Solidária e, mais particularmente, na Cadeia, podemos dizer que grande parte dos elementos elencados nas diversas concepções estão, em certa medida, presentes na orientação das ações educacionais desenvolvidas na Cadeia do PET.

Portanto, encontraremos aspectos presentes nestas concepções que marcam a existência de um choque ou contradição das visões quando se pretende esboçar uma proposta de educação de cunho solidário.

¹⁵ Educação social - Trata-se de uma prática educativa que opera sobre o que o social define como problema. É dizer, trabalha em territórios de fronteira, entre o que as lógicas econômicas e sociais vão definindo em termos de inclusão/exclusão social, com o fim de paliar ou, em seu caso, transformar os efeitos segregativos nos sujeitos. A educação social atende à produção de efeitos de inclusão cultural, social e econômica, ao adotar aos sujeitos dos recursos pertinentes para resolver os desafios do momento histórico.

Educação confessional - Caracteriza-se por seguir a “confissão” religiosa de uma determinada ordem religiosa ou congregação. Pode ser católica, presbiteriana, evangélica etc. Por ser “confessional”, professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas. Podem-se citar doutrinas da Igreja Católica; a jesuíta, fundamentada na doutrina teológica de Santo Inácio de Loyola; a franciscana, seguidora dos princípios educacionais da ordem religiosa de São Francisco de Assis; a salesiana, baseada nos princípios educativos de Dom Bosco. Mas há, também, as presbiterianas, seguidoras da doutrina de Martinho Lutero.

Dentre algumas instituições que se filiam a estas correntes, destacamos: Fundação Luterana, Cáritas, as incubadoras tecno-sociais da Unilassale, da Unisinos e da PUC-RS.

Não podemos deixar de apontar que, mesmo tentando se constituir uma referência oficial do que venha a ser a educação solidária, é ainda incipiente tratar disto como sendo uma questão fechada. E, como vamos ver diante dessa abertura, as instituições apoiadoras e os que as representam, conscientes ou não, orientam-se pelo ideário que carregam.

Nesse sentido, trazemos um depoimento esclarecedor de um dos entrevistados que, diante da diversidade de concepções educacionais e pedagógicas existentes, prefere entender que ainda se trata de um tema em construção (E4):

Está totalmente em construção. Estamos inspirados na pedagogia crítica, no sentido que recupera o legado gramsciano e outras tradições da filosofia política. Mas, sobretudo, pensando tudo o que é uma pedagogia, que tem que ser para o trabalho associado, que não estamos falando de uma pedagogia em abstrato. Me parece que nesse sentido nos gosta mais falar de estratégias pedagógicas situadas que tem que a ver com a contextualização, e tem a ver com o ir fazendo de uma determinado modo. E o modo de ação e o procedimento pesa mais que o resultado ou o produto, aquilo que efetivamente queremos lograr. É dizer nessa ideia que o caminho é o que nos permite, o que nos orienta e o que nos faz crescer como seres humanos. E nessa busca que aí se sintoniza com as melhores tradições da cultura geral não somente ocidental. Podíamos fazer o contexto latino-americano com toda a crítica que aí também subscrevemos pós-colonial. Pensar também que o legado não é somente eurocêntrico, como tem a ver com recuperar tradições de outros grupos e núcleos coletivos que tem tido formas de transmissão cultural que até desconhecemos. As próprias universidades nos ensinam que somente o podemos contar se estamos dispostos a ler e a intercambiar experiências com outros contextos latino-americanos. (grifo nosso)

3.2 AS MEDIAÇÕES EDUCATIVAS

Segundo Dussel (1977, p. 26), “As mediações, as possibilidades são as que estou interpretando e valorando cotidianamente, porque são as possibilidades para o projeto.” São entes que servem para realizar um determinado fim. Adams (2010, p. 41), que adota o termo mediações pedagógicas, explicita a sua natureza e finalidade, a saber: “[...] constituem-se práticas sociais como fontes e meios construtores de sociabilidade e saberes, especialmente

quando os sujeitos envolvidos assumem uma postura reflexiva sobre os contraditórios e interativos processos vividos.” E, acrescenta: “O potencial das mediações se amplia na medida em que as práticas interagem com os diferentes espaços estruturais da vida cotidiana, tanto no nível local como no mais amplo, num ambiente de globalização.” (ADAMS, 2010, p. 41-42). Quer dizer que todos estes elementos – recursos (conhecimentos, capital, tecnologia), cultura, valores, subjetividades, experiências, condicionamentos, práticas educativas etc. – poderão se constituir em mediações que visem a efetivação de determinadas finalidades. E, dependendo das condições de acessá-los ou dispô-los, conforme a sua natureza, poderão facilitar a realização do projeto de uma concepção de mundo, de sociedade e de pessoa presentes em cada um de nós.

Como estamos vendo, é preponderante, nesse processo, a presença da educação, na sua função mediadora, interagindo com todas as dimensões da vida, especialmente com as experiências de trabalho, por meio das quais o sujeito se constrói e se reconhece como membro de uma sociedade e de seu tempo.

Estas vivências de mediação poderão contribuir para o desenvolvimento de novas subjetividades individuais e coletivas que venham a alavancar processos emancipatórios.

Podem ser classificadas como mediações: a) intrínsecas, informais, não-intencionais, espontâneas, tácitas, planejadas ou não, e b) extrínsecas, informais, intencionais, explícitas e planejadas, que se constituem nas modalidades formais de educação.

3.2.1 As mediações intrínsecas

A geração e a transmissão de saberes nos empreendimentos dão-se através dos espaços e dos momentos de mediação que são disponibilizados, vivenciados ou assimilados por meio da teia de relações que se criam a partir de uma concepção democrática de organizar o trabalho, e percebidos como situações de participação, reflexão e aprendizado; enfim, espaços educativos, que nos ajudam a nos conscientizarmos de nossas possibilidades, compromissos e potencial que possuímos a partir do coletivo para superar os condicionamentos – psicológicos, sócio-econômicos, culturais – a que estamos submetidos.

Estas situações, mesmo sendo planejadas, não se classificam como modalidades formativas tradicionais – capacitação, formação, assessoria técnica – que têm a finalidade precípua de preparação dos quadros para o trabalho.

É bom frisar que estes espaços não têm apenas repercussão nos processos de trabalho; perpassam o universo dos empreendimentos, contribuindo, se bem concebidos e aproveitados, para o desenvolvimento de uma nova subjetividade das pessoas em relação às diversas manifestações da vida.

A diversidade, a periodicidade e a forma em que estes espaços acontecem na organização do trabalho podem dar uma pauta do estágio de desenvolvimento da cultura autogestionária do empreendimento.

Dentre as situações mais frequentes que encontramos nos empreendimentos com estas finalidades, estão as assembleias, as reuniões, a participação em órgãos colegiados, a prática da rotação de funções, incluindo a alternância dos cargos dirigentes, o encontro de gerações etc.

No caso em estudo, podemos identificar as seguintes mediações, especialmente no ambiente dos empreendimentos, pois ainda, como alertamos, a Cadeia está em construção, e a estrutura de governança é incipiente:

- As reuniões que acontecem frequentemente da Cadeia Solidária, envolvendo os três níveis de coordenação – a Coordenação dos Pólos de Reciclagem, a Coordenação Geral e a Coordenação Ampliada –, têm trazido excelentes resultados para o crescimento das pessoas envolvidas e o amadurecimento das estruturas administrativas (governança) que estão em formação. Um exemplo claro disso é ver as lideranças dos recicladores discutindo e decidindo com propriedade hoje questões como: processos de gestão, exportação de insumos produtivos, produção industrial, linhas de financiamento, logística, controle de qualidade etc., sendo que, até pouco tempo atrás, os mesmos estavam restritos a desenvolver atividades de coleta, triagem e enfardamento de materiais recicláveis, sendo a comercialização destes materiais ainda decidida pelo comprador.

Estamos lidando com um processo, ao mesmo tempo, enriquecedor e desafiador, em que, com alguma frequência, faz-se necessário relembrar o alcance do conceito de autogestão. Lembramos que, por ocasião de definir uma estrutura de uma coordenação para a Cadeia Solidária, estando presentes os representantes dos empreendimentos, questionaram se precisariam contratar um gerente profissional para exercer esta função. Ainda, falava mais alto a memória da heterogestão em que sempre esperamos

um outro, acima de nós, para que nos dirija e procure resolver, como salvador da pátria, nossos problemas;

- De acordo com a pesquisa feita junto aos trabalhadores de reciclagem, percebe-se que há um bom entendimento sobre o papel educativo das práticas autogestionárias. Refiro-me aos espaços de participação e tomada de decisões, especialmente assembleias e reuniões¹⁶ com os trabalhadores (nos intervalos e no horário do almoço);
- A oportunidade de participar de colegiados, a rotação de cargos/funções, grupos de discussão voltados para questões técnicas como alteração de procedimentos, participação na discussão da elaboração de propostas de prestação de serviços, ou institucionais, como é a reforma dos estatutos;

Alguns procedimentos têm ajudado nesse sentido, tais como: a facilidade de acesso a informações, a abertura para receber sugestões, o diálogo entre os trabalhadores e dirigentes, a elaboração de boletins informativos, avisos nos quadros etc.;

- Outras práticas, tais como: as visitas técnicas a outras cooperativas, viagens, participação de fóruns de Economia Solidária e de recicladores, com destaque para o Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos, com onze anos de história, a participação em audiências públicas, um maior contato com públicos externos, como agentes públicos, empresários do setor, no MNCR etc.;

Incluimos o registro feito por E4 no qual informa, como uma ação de cunho educativo importante, o intercâmbio de experiências:

“[...] se tem feito intercâmbio de experiências, a possibilidade de visitar outras cooperativas de trabalho e produção que se vejam processos que se comparem modelos de gestão”; e

- Dentre as alternativas menos indicadas como possibilidades educativas, mencionam-se: a nomeação de trabalhadores como representantes junto a diferentes organizações e incentivo a exercer cargos de direção. Isto pode ser resultado, principalmente, de que

¹⁶ Em recente pesquisa - A Economia Solidária no Rio Grande do Sul -, resultado do 2º. Mapeamento e Cadeias Produtivas Solidárias realizado pela UNISINOS e promovida pela SESAMPE-DIFESOL (2013), colocaram, como um dos principais mecanismos da gestão democrática, as reuniões e as assembleias, a saber: 33% dos EES declararam fazer reuniões mensais; 16% realizam reuniões bimestrais ou trimestrais; 14% semanais; 18% anuais; e apenas 5% dos EES declararam não realizar assembleia geral.

ainda, nos empreendimentos, verificam-se a concentração e a perpetuação de poder em poucas pessoas, além do que, pelos condicionamentos que carregam, grande parte destes trabalhadores preferem deixar as responsabilidades nas mãos dos “mais habilitados”. Isto pode ser interpretado como o reconhecimento da incapacidade ou o descompromisso de muitos trabalhadores, postura inadequada, principalmente porque fere o sentido da autogestão, que é justamente o da co-responsabilidade.

No entanto, percebemos também que alguns destes espaços, principalmente as assembleias e as reuniões, não são devidamente aproveitados, ou por desinteresse, ou por despreparo dos trabalhadores, quando não pela forma centralizada como são geridas algumas cooperativas.

Nesse sentido, vale registrar o depoimento de E6:

A nossa assembleia extraordinária para expor os resultados é em março. A assembleia é aberta à livre manifestação. Muitas vezes, as pessoas não perguntam, não pedem informação, aquilo que o gerente comercial ou gerente industrial expõem sobre o que fizeram - as compras e vendas -; as pessoas fazem que escutam e, às vezes, saem da assembleia e perguntam: o que aconteceu na assembleia?

E9 perguntou: Mas vocês participaram de todas as assembleias? Participamos. E9: Como era feito o voto? Na urna. E vocês saíram da cooperativa conscientes de que a assembleia é que manda ou o presidente? É o presidente. (grifo nosso)

Isto denota que os trabalhadores não se apropriaram, ainda, do sentido da autogestão. Além disso, precisa-se investir mais – e é reconhecido, em geral, por todos os coletivos na formação dos trabalhadores – na inserção dos valores que fazem parte do ideário da Economia Solidária e, particularmente, da autogestão.

Mesmo considerando as diferenças notórias entre esta Cadeia e a cooperativa de Mondragón¹⁷, achamos muito elucidativa a avaliação feita ao mecanismo da assembleia geral.

¹⁷ A Corporação Mondragon constitui o primeiro grupo empresarial do País Basco e o sétimo de Espanha, bem como o maior grupo cooperativo do mundo. É composto por 257 empresas e cooperativas. Possui filiais produtivas e delegações corporativas em 41 países e vendas em mais de 150. São associados das Cooperativas

A assembleia geral é **anual. Isso, por si só, é indicativo das limitações de seu poder.** Como pode uma única assembleia na qual participam centenas de pessoas discutir minimamente a gestão anual do que quer que seja? **Não é de estranhar, assim, que muitos trabalhadores vejam a assembleia com indiferença e mesmo aborrecimento e que ela se resuma na prática à ratificação pronto por ponto daquilo que é proposto pela Junta.** Para resolver esse problema, seria **necessário criar mecanismos de controle direto, tais como assembleias periódicas frequentes, rotatividade efetiva dos cargos de gestão e revogabilidade permanente dos representantes.** (ORTELLADO, 2003, p. 177) (grifo nosso)

Ao mesmo tempo em que identificamos dificuldades para o público em geral reconhecer o potencial sob o ponto de vista educativo-transformador das mediações intrínsecas, encontramos uma oportunidade para melhoria nas intervenções das instituições apoiadoras, especialmente aquelas cuja principal contribuição é a educação. Neste sentido, cabe fazer uma autocrítica sobre o pouco espaço que é destinado a momentos de reflexão e sistematização sobre as experiências e momentos de educação vivenciados no ambiente laboral e nas relações sociais de forma geral. Por vezes, a intervenção se limita a executar programas de capacitação, esquecendo enfatizar a riqueza de aprendizados decorrentes da interação entre os trabalhadores do empreendimento, de outras organizações que participam do setor econômico a que nos vinculamos ou da própria cadeia solidária do PET em construção.

3.2.2 As mediações extrínsecas

“Pesquisar e ensinar-aprender são partes do mesmo processo de conhecer...”
(STRECK, BRANDÃO, 2006, p. 266)

Aqui, abordaremos estratégia e ações ou situações educativas planejadas e que se constituem em modalidades educacionais – formação, capacitação e assessoria técnica – voltadas para a preparação de trabalhadores no desempenho das suas responsabilidades dentro e fora da organização.

Em que pese ser uma responsabilidade do próprio empreendimento, esta atividade tem sido realizada preponderantemente pelas entidades de apoio. Isto tem, ao menos, duas consequências: 1ª) normalmente quem determina o que será ensinado, a metodologia, os recursos e as pessoas que serão disponibilizados é a apoiadora; e 2ª) mesmo se tentando a implementação da “autogestão da pedagogia”, ou seja, os próprios trabalhadores estabelecem

apenas seus trabalhadores que atualmente somam 74060 pessoas. Seu faturamento é da ordem de 13 bilhões de euros. Para mais informação, ver: <<http://www.mondragon-corporation.com/pt>>

o diagnóstico, as demandas e as formas de equacioná-las, há uma tendência de “respeitar ou valorizar” aquilo que vem de fora.

Das diversas entidades apoiadoras, talvez as que tenham, pela sua natureza, maior participação nas realizações de ações educativas sejam as incubadoras, mas não são as únicas. Podemos incluir as ONGs, organizações ligadas ao movimento sindical, ao movimento cooperativista, ao MNCR, a organizações religiosas, além de instituições privadas que prestam serviços em questões específicas de interesse dos empreendimentos.

Em relação às incubadoras que fazem parte dos programas de extensão universitária, normalmente, além dos recursos internos, recebem valores do PRONINC e/ou PROEXT para custeio de bolsas para estudantes, implementação de infra-estrutura, desenvolvimento de ações educativas, voltadas para o público interno e dos empreendimentos incubados.

Dentre os aspectos a serem destacados das Incubadoras, percebe-se que:

- as incubadoras, mesmo trabalhando oportunamente para um mesmo empreendimento, não se organizam para potencializar a sua intervenção;
- a atuação está muito focada no empreendimento e não necessariamente em um setor específico;
- as orientações, em termos metodológicos, dizem respeito à experiência dos profissionais que estão envolvidos e às instituições a que se vinculam;
- a linguagem utilizada, por vezes, é distante e ininteligível para o público que se destina.

Neste sentido, inclui-se o texto esclarecedor de Barreto (2003, p. 306):

[...] um processo de incubação que tenha por objetivo a construção de um conhecimento acerca da cooperação e a gestão de iniciativa nesse campo, fortemente voltado à realidade cotidiana, não pode ser um processo tradicional de base discursivo-racional. Não que esse seja irrelevante. **O conhecimento abstrato pode e deve fazer parte da vida imediata, mas ele vem com o tempo e se apresenta com base nela, ajudando as pessoas a transportar o conhecimento próximos para níveis de compreensão mais amplos, para além da realidade que a cerca. A palavra e a abstração são instrumentos importantes na elaboração desse aprendizado. Apenas não podem ser os instrumento centrais, sobretudo se consideramos que, na maioria das vezes, o público alvo tem baixo nível de escolaridade.** (grifo nosso)

De fato, existe, sim, um distanciamento entre a linguagem que a academia utiliza com a dos grupos, que, muitas vezes, é creditado ao baixo nível de escolaridade, o que

caracteriza uma relação assimétrica entre os trabalhadores e os educadores. Porém, isso precisa ser encarado como um desafio (“inédito e viável”), e não como uma barreira que justifique uma relação de tutela e/ou de dependência.

Barreto (2003, p. 307) nos coloca um exemplo em termos de como superar os aspectos da abordagem abstrata, de que estão carregados muitos dos termos que utilizamos para expressar a Economia Solidária:

[...] em vez de abordarmos o tema autogestão – fundamento político da cooperação – diretamente enquanto conceito, portanto de modo abstrato, podemos fazê-lo primeiramente enquanto experiência concreta, sentida na própria pele, por meio de vivências, basicamente jogos e dinâmicas. A diferença é que, enquanto no primeiro caso, em função do método utilizado, produzimos um conhecimento predominantemente racional-abstrato, não raro, de difícil compreensão e baixo impacto sobre as pessoas, no segundo produzimos um conhecimento que é predominante ação, **na medida em que atua diretamente sobre os corpos e atitudes, mobilizando sentimentos e sensações (medos, alegrias, desejos, inseguranças, etc.), e cujo sentido é imediato, pois traz o conceito a realidade próxima, indo muito além do simples pensar sobre.** Desse modo, não somente as ideias sobre cooperação, mas passíveis de controle, entram em cena, mas toda uma gama de experiências subjetivas de forte significado pessoal. **Isso nos permite atuar diretamente sobre nossos condicionamentos, atitudes pouco ou não conscientes, que muitas vezes se mostram em contradição com a experiência em questão e que dificilmente emergem na pedagogia tradicional camuflados pela pura logicidade dos conceitos.** (grifo nosso);

- há conscientização sobre a importância do apoio prestado pelas incubadoras, pois reconhecem que o mesmo resulta mais do comprometimento pessoal dos apoiadores do que dos estabelecidos institucionalmente;
- há um descompasso entre os interesses do empreendimento e o que é ofertado pelas incubadoras;
- houve pouco envolvimento dos trabalhadores na realização de diagnóstico e dos planos educacionais;
- há necessidade de construir as demandas a partir do grupo, em conformidade com as condições de contexto. Um exemplo claro é com relação à prioridade que os trabalhadores dão à capacitação técnica-produtiva em detrimento da formação política. Embora as duas sejam importantes, a percepção, mais do que a realidade da precariedade em que se encontram, faz com que achem mais conveniente dedicar tempo aos aprendizados de conhecimentos e habilidades que tenham uma aplicação imediata. Disso tem que ser descontado o fato de que, muitas vezes, a prioridade nem está nas ações educacionais e sim na atividade laboral, pois daí vem o sustento, mesmo que tenha pouco valor agregado. Podem, também, contribuir para esta situação

as diversas orientações das incubadoras, devido a sua vinculação com instituições, principalmente confessionais ou privadas. Soma-se a isto a definição particular de cada entidade do que venha se constituir a finalidade de um processo de incubação;

- apesar das diferenças existentes entre as incubadoras, dispõe-se de alguns mecanismos que contribuem para uma mesma orientação com base em princípios e diretrizes comuns: 1) no projeto da Cadeia os recursos das incubadoras têm origem nos programas PRONINC/PROEXT, 2) a participação na Rede ITPC etc., dentre outros;
- há necessidade de construir as demandas a partir do grupo em conformidade com as condições de contexto. Pode-se construir um trabalho mais demorado, com eventuais insucessos, mas com melhores possibilidades de engajamento do grupo e boas perspectivas de aprendizado e de autonomia. A co-criação pode ser uma estratégia interessante a ser implementada junto a estes coletivos;
- o trabalho da incubadora tem servido para a formação tanto de trabalhadores, quanto dos estudantes, em uma perspectiva do mundo real.

Nesse sentido, incluímos o depoimento de E4:

*Nós temos atuado nas duas pontas: de um lado, a partir da inserção no empreendimento econômico associativo popular, tomou-se contato com Coopima e se planteou a possibilidade de que Coopima seja **um espaço para a formação de estudantes de distintas disciplinas: engenharia, química, trabalho social, pessoal da educação etc.** Então, aí, há uma dimensão que fazem com que **os trabalhadores atuem de formadores de universitários**, nesse caso; e também pela **outra via, é dizer, como temos contribuído no processo de formação interna à própria Coopima, no que diz respeito à autogestão, ao cooperativismo, à possibilidade de pensar a gestão coletiva, à organização do trabalho, à reestruturação dos processos produtivos de cada uma dessas etapas.** E, assim, por esses dois lados é por onde entra a questão da educação. (grifo nosso)*

- a necessidade freqüente de lembrar os termos do acordo de incubação, pois a relação entre incubadora e empreendimento é frágil em favor da incubadora;
- as estruturas das incubadoras se ressentem da grande rotatividade de pessoal e, conseqüentemente, da pouca experiência acumulada nos estudantes;

- a falta de profissionais com diversas especialidades também dificulta uma intervenção mais qualificada.

Essa mesma constatação foi feita pelo Grupo de Pesquisa – A formação em economia solidária: reflexões sobre as experiências do CFESs/Sul e ITCPs/Região Sul – que está sendo coordenada pelo Prof. Dr. Telmo Adams (2013, p. 9):

[...] a problemática de fundo que sempre volta relacionar-se com as limitadas equipes qualificadas e com estabilidade suficiente para garantir uma continuidade no trabalho. Isto porque os alunos estagiários são passageiros e não tem sido possível a manutenção das equipes técnicas estáveis em função dos hiatos no financiamento por parte de organismos financiadores, ou fontes próprias de financiamento. Consta-se que são raros os casos em que a própria Universidade banca uma equipe de trabalho capaz de evitar descontinuidades ou intervenções fragmentadas. (grifo nosso);

- precisamos melhorar, ainda mais, a assessoria técnica, numa perspectiva que também considere o contexto político envolvido. Isto fica mais evidente quando o assunto diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, o que exigiria outros indicadores. Estes aspectos serão mais desenvolvidos quando tratarmos da dimensão tecnológica (ver Tópico 4.1.3.5).

É notório que hoje pouco se pode mexer com esta variável, seja por falta de equipe qualificada para tanto, seja porque o recurso disponibilizado não comporta condições para desenvolver alternativas diferentes da tecnologia convencional. Além disso, os órgãos de fomento¹⁸ (BNDES e FINEP no Brasil e FONDES no Uruguai) têm parâmetros para analisar a adequação da tecnologia capitalista, não a social; e

- há necessidade de uma sistematização das experiências e a disposição para os diversos públicos interessados nas mesmas; isto implica, em um primeiro momento, produzir conhecimento por meio das pesquisas. Consideramos, ainda, restrita a pesquisa, sendo concentrada no corpo docente e estudantes de pós-graduação, lato e estrito senso.

Para reverter esta situação, está se desenvolvendo um Programa de Capacitação em Economia Solidária, através da Rede ITCP - Região Metropolitana, voltado para estudantes bolsistas que atuem nas incubadoras, em que a parte destas tem relação com o apoio à Cadeia Solidária do PET. Além disso, a Rede ITCP, da região metropolitana,

¹⁸ Registre-se, também, que os recursos disponíveis são ínfimos se comparados com outros setores econômicos. Só a título de informação, em 2014, a Embrapa recebeu valores da ordem de R\$ 200 milhões para a assistência técnica no Estado.

com o reforço dos Projetos PRONINC e PROEXT, está desenvolvendo, através de grupos de trabalhos, encontros, seminários, congressos, semanas de extensão, apresentação de estudos e pesquisas decorrentes principalmente de suas intervenções de campo.

O papel das incubadoras tem sido reconhecidamente valorizado, como se verifica no caso das Resoluções 83 e 84, da II CONAES (2010, p. 32), a seguir transcritas:

83- Deve-se incentivar a criação e/ou reestruturação das incubadoras populares tecnológicas de economia solidária para apoio na formação e assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos solidários, desde o momento de seu surgimento, fornecendo assessoria jurídica desde a formalização até a conquista de maior autonomia organizativa e econômica. Para tanto, **faz-se necessário apoiar e fomentar as incubadoras vinculadas às instituições de ensino e pesquisa e as incubadoras públicas de economia solidária**, além de criar mecanismos de controle social dessas iniciativas.

84- Estas incubadoras devem ter um programa de capacitação, formação e participação ativa dos alunos no processo de acompanhamento, assessoria técnica e educacional aos empreendimentos econômicos solidários. Devem também dispor de **estrutura organizacional dentro das instituições de ensino, de modo que estas exerçam efetivamente o papel social de transferência de tecnologias, pesquisa e desenvolvimento à sociedade**, o que levará a economia solidária e o país a um patamar mais elevado. (grifo nosso)

Como se percebe, ao mesmo tempo em que são valorizadas, solicita-se maior incentivo dentro das instituições para que as mesmas possam cumprir melhor o seu papel. Aqui, encontramos problemas de falta de reconhecimento das instituições a que se vinculam as incubadoras que, por vezes, não propiciam condições de trabalho adequadas, colocando o trabalho da incubadora na mesma situação de outros programas de extensão.

Em termos de financiamento via PRONINC/PROEXT das incubadoras, o tempo de execução abrange o período de 24 meses, sendo mais condizentes com o tipo de intervenção de um processo de incubação. No entanto, a cobertura de gastos do projeto é restrita, sendo muitas despesas custeadas pelos próprio apoiadores. Além disso, os recursos não cobrem eventuais gastos dos empreendimentos.

Ao mesmo tempo, temos que considerar algumas observações que entendemos relevantes e nos ajudam a refletir e melhorar nossa atuação a partir das incubadoras. Conforme Dagnino (2012, p. 190-191), considera-se que, por determinadas condições estruturais, as incubadoras não conseguem realizar ao que se propõem, a saber:

[...] **o esforço dedicado à criação e manutenção das incubadoras de cooperativas seja desproporcional ao resultado** obtido em termos, por exemplo, do número de cooperativas incubadas ou do impacto econômico e social gerado;

Não é segredo o que dizem muitos dos envolvidos com as incubadoras de cooperativas sobre de **sua ignorância, só contrabalançada pela sua enorme dedicação e vontade de aprender**, acerca do como se adaptarem às situações que os processos de incubação lhes colocam;

[...] as incubadoras de cooperativas, muito mais do que as de empresas, têm sido levadas a assumir um papel de capacitação dos estudantes, no intuito de oferecer-lhes a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que a universidade não lhes proporciona [...]; e

Quem, conhecendo a experiência das incubadoras de empresas, lida com a temática que tem sido enviada sob o nome de Tecnologia Social, sabe bem o **quanto é difícil desenvolver tecnologias em conjunto com as pessoas que vão usá-las de modo autogestionário, autônomo, solidário, com meios de produção de propriedade coletiva, para independizarem-se do controle dos proprietários dos meios de produção e do mercado**, e para criarem suas próprias oportunidades de trabalho e renda de forma independente. E o **quão irrealista é o objetivo de pretender que algo que nunca foi tentado sistematicamente em outros países e situações possa ocorrer**, como norma, nas incubadoras de cooperativas brasileiras. (grifo nosso)

Consideramos pertinentes estas observações, ao mesmo tempo em que entendemos, como o próprio Dagnino, fundamental o papel das incubadoras, por exemplo na formação de profissionais em uma perspectiva diferente à da Universidade, que “[...] a universidade, por integrar a superestrutura político-ideológica do Estado capitalista destinada a garantir a reprodução do capital, vai tender invariavelmente a enviesar os processos cognitivos nesta direção” (DAGNINO, 2012, p. 191).

Mesmo com um presente marcado com dificuldades de todas as ordens, as incubadoras podem ter um papel mais relevante neste processo; para tanto, têm que lutar para um maior reconhecimento junto às instituições a que estão vinculadas, dispor de quadro permanente de servidores e recursos financeiros para atrair os estudantes que desejem alavancar a sua carreira, testando e adequando os seus conhecimentos ao mundo real.

A Incubadora do IFRS-POA, embora com uma curta existência e tendo conseguido avanços importantes, procura, desde a sua criação, uma atuação menos comprometida com o produtivismo que contamina a vida acadêmica e mais com o compromisso com a formação de trabalhadores, com a produção de conhecimentos, colaborando com a sociedade e as pessoas para elevar o seu nível de conscientização sobre como construir alternativas para superar os condicionamentos aos que o atual sistema econômico nos tem submetido.

- devemos incluir ações para a elevação do nível de escolaridade em todos os empreendimentos da cadeia. Mesmo que o público mais prejudicado neste aspecto seja o dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem, a Coopertêxtil e a Coopima têm tecnologias que requerem um padrão de formação mais elevado;
- quanto à estratégia educacional para a Cadeia Solidária, ela não existe. Basicamente, foram feitas duas atividades focadas no público de recicladores que está sendo preparado para assumir as plantas industriais (pólos). Uma atividade mais direcionada para a capacitação técnica-produtiva, promovida através de cursos e palestras, e outra na modalidade de assessoria técnica, focada nos processos gerenciais.

Nas ERT's componentes da Cadeia, é notório o baixo investimento em ações educacionais até o momento.

Sobre isso, tem opinião semelhante uma liderança das cooperativas de reciclagem, senão vejamos o depoimento de E18:

Eu acredito que é pouco o que se tem feito. Claro que os espaços no local de trabalho, as capacitações técnico-profissionais fazem parte do processo educativo, mas acredito que é muito pouco. Não podemos desvincular esse projeto da cadeia solidária do PET do todo o processo de trabalho dos empreendimentos. Acredito que ainda tem muitas dificuldades a serem superadas.

Resumindo, é muito pouco o que tem sido feito no campo educacional, porque aí está relacionada a questão de investimentos também, de forma que tu pensas quando vai elaborar e executar um projeto. Porque a maioria de companheiros e companheiras tem dificuldades de ensino e não tem condições de capacitar seus conhecimentos porque a própria dinâmica de seu trabalho não o permite [...].

Já tiveram algumas iniciativas importantes, mas são poucas. Claro que as capacitações no trabalho técnico-profissional, intercâmbios com empreendimentos são importantes, mas o déficit que a gente tem nesse campo é muito grande e tem a ver com a forma de elaborar os projetos dessa envergadura. Tem que colocar, nessa elaboração, essa parte de como fazer com que os trabalhadores e os que são historicamente mais excluídos da

questão da educação vão ter acesso à educação tenham sucesso nesse projeto. E a gente tem uma característica específica na questão dos catadores: é que a maioria dos companheiros não tiveram acesso ao estudo. É muito mais autodidata; vão aprendendo com a sua experiência. Tem muita experiência de vida; tem muita sabedoria, mas precisam também do conhecimento científico que está acumulado pela sociedade. E o que acontece? Para os companheiros e companheiras, para ter esse tempo de estudo e nível para estudar, eles precisam, de alguma forma, complementar a sua renda para poder estudar.

E, fora do local de trabalho, tem que cuidar de sua família. Então, tu passas oito horas trabalhando e tu vai ter que cuidar de teus filhos ainda. Vai ter que fazer uma batalha. Este é um ponto a se pensar de como superá-lo. Quer fazer com que a maioria dos companheiros e companheiras tenham uma qualificação educacional que vai possibilitar eles avançar. (grifo nosso)

Aqui, tocou-se, dentre outros dois pontos que merecem destaque, a saber: a necessidade de incluir nos projetos os recursos para educação, como algo estratégico para sua viabilização, e de considerar como compensar o trabalhador que, além de ter uma sobrecarga de trabalho, não poderá ser dispensado, sem descontar do seu pró-labore o que não produziu naquele período. Embora o estudo seja trabalho e estejamos falando de relações que devem primar pela solidariedade, a situação precária em que se encontram estes grupos restringe em muito a autonomia de decisão das pessoas.

Merece registro o Forum de Recicladores de Vale dos Sinos, como espaço de formação e capacitação dos recicladores. Vejamos o depoimento de E23:

Nós temos o espaço do fórum de recicladores do vale dos sinos. Tem onze anos de caminhada. Praticamente todos os meses se reúnem. No espaço da plenária, é um momento riquíssimo com troca de informações e conhecimentos. Além disso, atividades e metodologias, como promover visitas nos grupos, visitas a indústrias, por exemplo, indústrias que transformam aquele plástico que classificam, cooperativas que avançaram no processo de beneficiamento etc. Esses momentos são muito ricos: vão no concreto das situações de trabalho, enxerga como se trabalha, e por aí vai. As trocas são muito ricas. E, para tanto, prepara-se a visita para tirar mais proveito dela. O

que vamos ver?. O que vamos fazer?. E, depois, trazer para nossa realidade e ver como podemos aplicá-lo. (grifo nosso)

Diante do exposto, verifica-se que as mediações extrínsecas, embora com baixo investimento, são mais percebidas pelo público em geral. Isto fica melhor caracterizado porque é um dos objetivos mais evidentes das incubadoras. Porém, os reduzidos recursos disponibilizados restringiram o número de atividades e a carga horária aplicada em programas formativos. Antecipando a avaliação mais ampla que faremos, registramos que faltou incluir este aspecto no planejamento do projeto da Cadeia. O pouco que se fez ficou centrado em demandas dos empreendimentos da reciclagem. Soma-se a isto a necessidade de programarmos a realização de atividades de sistematização das experiências, com o apoio das entidades de ensino envolvidas no projeto, para melhorar o entendimento pelos trabalhadores sobre o alcance das ações educativas que sejam resultantes de mediações intrínsecas e/ou extrínsecas.

3.3 AS METODOLOGIAS ADOTADAS

Tomando como referência as diretrizes metodológicas para a educação da Economia Solidária do CNES (2012, p. 8-12), analisaremos alguns dos aspectos que estão presentes nas estratégias educativas no processo de construção da cadeia. A ação dos pesquisadores, no que respeita à metodologia, será analisada separadamente (ver Tópico 2.4).

Conforme apresentamos neste texto, os princípios teóricos e metodológicos da Educação Popular são os mais referenciados nas intervenções e ações educativas. A sua aplicação é realizada a partir da experiência e dos conhecimentos que cada equipe possui. Não se percebem, neste sentido, práticas sistematizadas, com certo grau de uniformidade, que possam ser multiplicadas. Entretanto, cabe destacar que se, metodologicamente, estamos trabalhando diferentemente, convergimos quanto à perspectiva epistemológica da práxis, na qual todos os envolvidos têm como princípio centrar-se no trabalhador e no seu contexto.

Mesmo alegando que as realidades podem ser diferentes, acreditamos que muitos aspectos enfrentados são comuns. Independente disso, verifica-se um esforço dos que implementam ações educativas no sentido de aproximar as metodologias à identidade e à linguagem dos trabalhadores no seu contexto.

Normalmente, têm-se superado eventuais dificuldades por meio de processos dialogados, participativos, negociados entre as partes envolvidas. Desta forma, erra-se, acerta-se e se aprende coletivamente.

Está-se fazendo, em nível da Rede ITCP do RS, uma tentativa de sistematização das experiências metodológicas para sua ampla disseminação. Para tanto, estão-se desenvolvendo encontros preliminares para a apresentação das experiências, a fim de que, em um segundo momento, compilem os materiais e as reflexões acumuladas, produzam, validem práticas e conhecimentos adquiridos.

No universo da Cadeia, estão se construindo indicadores e materiais para que dêem sustentação às ações educacionais. Todavia, não se tem intensificado esta atividade, ficando, por enquanto, em comunicações dentro dos eventos e reuniões realizadas ao longo do processo. Esta forma nos tem permitido novas reflexões e direcionamentos da estratégia educacional. Esta prática tem-se ampliado externamente com a publicação de artigos para apresentação em congressos, encontros, palestras e seminários, incluindo, naturalmente, o público da Cadeia, com a finalidade de divulgação de resultados.

Considerando o seu caráter autogestionário, tem-se procurado, sempre que possível, construir novos espaços de participação. Às vezes, esta condição não é suficiente para conquistar o interesse e o compromisso dos trabalhadores nestes processos.

Embora a prática autogestionária propicie espaços educativos, o que se entenderia como favorável para os interesses do trabalhador, numa perspectiva de formação integral, esta não necessariamente é valorizada, “visto que a maior parte dos integrantes da economia solidária adere a ele por absoluta necessidade e não porque tenham identificação com a proposta educativa ou com o seu potencial transformador” (ADAMS, 2013, p. 23).

Também encontraremos situações diferenciadas. Por exemplo, na Coopertêxtil, que se constitui em uma empresa recuperada pelos trabalhadores, tanto os processos decisórios, quanto as formas de organizar o trabalho no seu cotidiano, funcionam como numa empresa tradicional. Contudo, as decisões estratégicas são levadas e debatidas nas assembleias. Desta forma, funcionam, em geral, todos os processos, inclusive os de caráter educativo.

A autogestão da pedagogia está sendo experimentada, por meio do Programa de Qualificação de trabalhadores para transformação de PET em *flake*, promovido pela Rede

Escola do Governo - FDRH e executado pela UNIJUÍ/RS para as cooperativas de reciclagem. Será disponibilizada a alternância de momentos de formação em sala de aula, abrangendo conteúdos relacionados à Economia Solidária, técnicas e prática gerenciais (finanças, contabilidade, produção, comercialização etc.) e momentos de vivências práticas nas unidades produtivas das Centrais de Reciclagem. Esta segunda parte será desenvolvida a partir da entrada em operação para primeira unidade produtiva dos pólos de reciclagem, prevista para o primeiro semestre de 2015.

Consultados os participantes desta atividade, como noutras ações educacionais empreendidas, responderam que o referido programa se caracterizou pela livre manifestação dos participantes, pela valorização das experiências do trabalhador, pelo compartilhamento dos conhecimentos, respeito a opiniões divergentes, relação simétrica entre educador e educandos, pela dialogicidade, dentre outros aspectos. Tiveram nível baixo de indicação os aspectos de desenvolvimento de consciência crítica, orientado para processos emancipatórios. Isto denota que, mesmo com uma orientação democrática, numa perspectiva freireana, ainda não são percebidos movimentos no sentido de mexer com aspectos mais fundos da personalidade dos participantes.

Um outro programa, na modalidade de assessoria técnica, que iniciou em setembro/2014, com término previsto para junho/2015, está sendo desenvolvido pela Escola Mesquita, vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre, por meio de Convênio com o Governo do Estado.

Como princípio orientador, os conteúdos são desenvolvidos a partir dos saberes que o público traz, principalmente por se tratar de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Isto também se constitui em um fator complicador, pois determinados assuntos requerem uma base de conhecimentos prévios para compreender o que se está compartilhando, mesmo numa abordagem bastante simplificada. Neste sentido, podem ser destacados alguns exemplos: 1) a aplicação de um questionário onde se perceberam dificuldades de compreensão de um vocabulário considerado básico; e 2) foi realizado um curso de controle de qualidade básico, mas essencial para o processo industrial que se quer implementar, em que se perceberam problemas na compreensão da rotina.

Pode parecer contraditório o fato de termos registrado, há pouco, que as lideranças da reciclagem que estão organizando as centrais têm alcançado um grau de desenvolvimento que

lhes permite tratar de assuntos considerados complexos, inclusive para pessoas com maior formação acadêmica, porém persiste um grande contingente de trabalhadores nas bases, devido à sua origem e à natureza da atividade, com níveis de escolaridade muito baixos e, inclusive, analfabetismo absoluto ou funcional. Portanto, isto se constitui em um entrave já percebido para implementar, por exemplo, a denominada autogestão da pedagogia¹⁹, que requer motivação e capacidades básicas para compreensão e disposição para assumir a responsabilidade para sua implantação. À primeira vista, pode se ter um entendimento de que se está exigindo das pessoas muito além do que têm condições de oferecer. Porém, tendo claro o grau de dificuldade que se há de enfrentar, permitir-nos-á encontrar as soluções para sua superação. Isto deve ser colocado como um desafio e não como um argumento para não realizar as ações educativas que entendemos relevante, dentro de uma orientação que incentive, cada vez mais, a autonomia e o protagonismo dos trabalhadores.

Algumas cooperativas, independente de ser uma exigência ou expectativa da Cadeia, já tomaram iniciativas para resgatar este déficit educacional. Exemplarmente, temos o caso da Cooperativa Colabore de Campo Bom / Novo Hamburgo, que se tem destacado neste particular, tomando iniciativas também no campo cultural.

O desafio está em ter educadores capacitados, na compreensão de que a atividade educacional é relevante para vida do empreendimento, tendo claro que se trata de trabalho, portanto não pode ser postergada, sendo exigível a disponibilidade de condições materiais para sua execução.

3.4 AS TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS

Conforme o Termo de Referência para Implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária (BRASIL, 2012, p. 2):

As ações de qualificação para a economia solidária devem fortalecer o seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como sua dimensão emancipatória.

¹⁹ Os Centros de Formação em Economia Solidária, CFES, promovem a Pedagogia da Autogestão e Autogestão da Pedagogia, com o objetivo de preparar educadores orgânicos, que possam desenvolver metodologias no local para os coletivos de trabalhadores, superar a condição de “fazer com” e não o “fazer para”, portanto capazes de estruturar e planejar troca de experiências entre os empreendimentos, assim como a interação de saberes com as instituições de apoio e fomento e gestores públicos.

Enquanto o Documento Final da Conferência, Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão (CNES, 2014) orienta que cabe:

[...] ao Estado garantir recursos permanentes para o financiamento de ações voltadas para o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas dos empreendimentos econômicos solidários e para processos formativos continuados e sua universalização.

Nestas duas citações, deixa-se claro que a posição oficial, quanto a investir em capacitação, é fundamental para o desenvolvimento da Economia Solidária, tendo o Estado como supridor de recursos financeiros para sua realização. Já tínhamos registrado o protagonismo do Estado na Economia Solidária, e não podia ser diferente em relação aos investimentos em formação e tecnologia.

No projeto da Cadeia Solidária, destacamos os dois programas mais significativos: Qualificação de Trabalhadores do PET em *flake* e Assessoria Técnica para as equipes das Centrais, que foram patrocinados pelo Governo do Estado.

O primeiro teve como objetivo o desenvolvimento de capacidades de gestão de processos (produção, comercialização, logística, finanças), o funcionamento da Cadeia Produtiva e a inserção dos valores da Economia Solidária (autogestão, cooperação, autonomia, solidariedade etc.). Este programa, além de abranger os processos gerenciais para operação da planta industrial, preparou as centrais para avançar na comercialização dos diversos materiais das cooperativas de reciclagem de forma conjunta.

O segundo procurará atender a dois aspectos: reforçar a atuação das cooperativas singulares e as de segundo grau naqueles aspectos técnicos, administrativos e culturais relevantes, para dar maior consistência ao processo de criação da Cadeia, vinculados aos empreendimentos da reciclagem, que podem se constituir em um entrave, caso não acompanhem o grau de desenvolvimento das centrais.

Em função do diagnóstico, poderão ser estimulados, ainda, o surgimento e o preparo de novas lideranças com perfil adequado aos empreendimentos solidários, que se têm mostrado com uma importante fragilidade, visto que, embora se trate de empreendimentos autogestionários, que facilitariam o compartilhamento de conhecimentos e a tomada de decisões coletivas, é notório que o gerenciamento dos empreendimentos ainda está concentrado em poucas pessoas que são legitimadas tacitamente ou escolhidas através dos mecanismos de tomada de decisões adotados pelos seus pares.

O público-alvo destes programas de capacitação encontrava-se nas equipes que operarão as centrais de reciclagem (os pólos do PET).

Em pesquisa realizada junto aos trabalhadores, estes indicaram, como temas que foram tratados nesta e noutras ações educacionais, a saber: solução de problemas, princípios da Economia Solidária, segurança no ambiente de trabalho, formação de preços, autogestão, cadeias e redes, sustentabilidade ambiental, formas de distribuição de ganhos, sustentabilidade ambiental, relações humanas etc. Informaram, ainda, que tiveram pouca incidência assuntos como: gênero e sexualidade, cultura e lazer, desenho de produtos, tecnologia, política etc.

Verifica-se, ainda, que os programas de formação e capacitação estão mais centrados nas habilidades técnicas-produtivas e avançando nos aspectos conceituais ou comportamentais mais próximos das questões relacionadas com o ambiente de trabalho.

A Coopima teve, no início da sua constituição, um programa de formação em cooperativismo, por meio da Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai.

Aproveitamos para resgatar um pouco do processo de formação que houve na Coopima por meio da Unidade de Estudos Cooperativos da UDELAR, com o depoimento de E4:

*Estamos por chegar ao ano quatorze da luta e da organização dos trabalhadores. Em distintos momentos, ao longo do tempo, desenvolvemos ações de formação. Nunca se fizeram cursos mais formais, mas do tipo oficina, jornada e intercâmbio. Mas, nas distintas etapas, a educação cumpriu um papel distinto. Por um lado, num momento, foi como a **iniciação da possibilidade de suportar a situação em que vinham**, de contenção mais do que formação propriamente dita, quando havia muito desgarramento de gente que não podia resistir por ter que ir a trabalhar a outros lados. A dificuldade de **recompôr o coletivo**, em algum sentido, levou muita energia e muita organização. É que, nessa etapa, estamos falando de quatro a cinco anos atrás, foi um tipo de formação. Depois, no processo mesmo, eu acredito que foi algo que ativou para suportar, em muitas oportunidades, os próprios de cooperativistas, sócios de Coopima que nos solicitavam para gerar um ciclo que permitisse **reinstalar uma dinâmica coletiva, de recuperar o espaço de reflexão entre os companheiros** que muitos, às vezes, por suportar o dia-a-dia,*

*a manutenção e custódia da planta, porque não estava em produção, se resignavam de ter espaços de encontros e de desenvolvimento. **Aí, a universidade jogava um papel de articulador, de convocador, para que se dessem essas possibilidades de intercâmbio.** Nesse sentido, foi também outro papel que jogou a educação. E, depois, deixou de operar, salvo no período da prova, e alguns períodos curtos, não se havia visto em funcionamento; portanto, foi muito importante a retomada que propiciou a circulação de estudantes e de docentes da universidade em distintas áreas. (grifo nosso)*

O preparo dos trabalhadores, nos aspectos produtivos, tem sido feito na própria organização, a partir da orientação de trabalhadores mais experientes.

Este formato responde mais à necessidade do que a uma estratégia de compartilhamento de experiências, porém é bom notar que, no caso da Coopertêxtil, onde praticamente não houve interrupção das atividades, com exceção de um pequeno intervalo entre o fechamento da empresa e a constituição da cooperativa, tem-se intensificado esta modalidade de educação. Acrescente-se a isto o fato de que, com a constituição da cooperativa, não acontece a substituição de trabalhadores por profissionais de mercado que pudessem dispor das capacidades demandadas. Em consequência, procura-se sempre aproveitar os trabalhadores-cooperados, deslocando-os para as funções que os façam necessários. Seja por esta razão, seja pela inserção de tecnologias através de compra de equipamentos, que podem demandar novos conhecimentos e/ou redução de quadro, é requerida a capacitação de trabalhadores “*on the job*” de forma permanente.

Certamente, com a retomada das atividades da Coopima que, espera-se, seja em breve, com o apoio da Unidade de Estudos Cooperativos da Universidade da República no Uruguai, além da assessoria técnica já prestada, venham a se trabalhar mais os aspectos de capacitação. Tivemos um ensaio, por ocasião da operação que durou mais de um mês, para a realização da prova, tendo que substituir trabalhadores que se desligaram da Cooperativa por jovens que foram treinados nos seus postos de trabalho com muito sucesso. Isto caracteriza que, na cultura autogestionária, há um maior desprendimento das pessoas no sentido de compartilhar conhecimentos e experiências, já que estes adquirem valor quando se disponibilizam a quem necessitar e não se retendo, interpretando que a concentração de conhecimento, neste caso, é sinônimo de poder.

Outro aspecto que podemos notar é que a orientação dos programas para as cooperativas de reciclagem e da Coopima e Coopertêxtil são diferentes.

O que normalmente ocorre com o fechamento de uma empresa e a recuperação pelos trabalhadores é que titulares das posições gerenciais se retiram, deixando um vácuo de conhecimentos e experiências que está concentrado nestes. Porém, pode-se verificar, com algumas nuances, entre os empreendimentos, que esta situação foi contornada, porque as pessoas permaneceram e/ou se dispuseram a repassar o conhecimento que possuíam para os trabalhadores remanescentes, o que não quer dizer que não seja necessário investir em formação do quadro, até porque o desafio que se tem pela frente é preparar as novas gerações.

Em relação às cooperativas de reciclagem, a inserção do processo industrial e a constituição de uma Cadeia Produtiva geraram uma demanda expressiva em termos de capacitação.

Em todos os casos, mantém-se a necessidade de formar os trabalhadores na cultura autogestionária, que se constitui em uma grande transformação na forma de pensar e agir, ou seja, nesta nova forma de organizar as relações de trabalho. Esta temática deve fazer parte de um conteúdo a ser reprisado frequentemente para o coletivo de trabalhadores, seja para o atual quadro, seja para os novos cooperados cuja subjetividade foi constituída nos valores capitalistas.

Cabe o registro de que as temáticas desenvolvidas nas atividades de capacitação foram acordadas com os trabalhadores e respondem à realidade em que estão inseridos.

As temáticas voltadas para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, que são uma preocupação da política de educação oficial, não têm tido espaço, por enquanto, na Cadeia Solidária. O tema da Tecnologia Social, como registramos, requer uma série de condições que os empreendimentos da Economia Solidária ainda não alcançaram, não sendo diferente nos componentes da Cadeia.

De toda forma, no caso da Coopima, já se está trabalhando num projeto de readequação tecnológica, pois a planta industrial foi concebida, por exemplo, numa época em que a questão de reaproveitamento de energia no processo industrial não era prioritária na concepção dos parques fabris. As aquisições das plantas de *flake* pelas cooperativas de reciclagem são convencionais como as linhas de produção da Coopertêxtil.

Entendemos que, neste particular, teremos muito que aprender e compartilhar para viabilizar os paradigmas condizentes com os princípios da Economia Solidária.

Por sua vez, sentimos a ausência de conteúdos voltados para formação ética-política pelas razões já apontadas. Este aspecto é importante não apenas para o empreendimento isolado ou para a Cadeia, mas também para o movimento da Economia Solidária. Temos que ter presente que “há um posicionamento da economia solidária como projeto de construção de outra economia, uma economia alternativa ao capitalismo” (TEIXEIRA, 2010, p. 138-139).

Teixeira (2010, p. 139), neste particular, acrescenta:

[...] a economia solidária constituiria uma nova forma social de produção, contrária à formação social de produção assalariada, e não um modo de produção distinto. Caso o desempenho dessa nova forma social venha se mostrar superior, ela deverá levar a um novo desenvolvimento da base material e, portanto, um novo modo de produção. (grifo nosso)

De fato, este tema é pouco discutido internamente nos empreendimentos e na própria coordenação da Cadeia. O tema político que tem ocupado os debates mais recentemente é o relativo à “alternativa” da incineração como proposta de solução da destinação dos resíduos sólidos. Portanto, está mais ligado à própria viabilidade dos empreendimentos, da Cadeia e dos grupos de trabalhadores da reciclagem, principalmente, pois daqueles é que tiram seu sustento e ambicionam melhorar de vida com o projeto da Cadeia Solidária.

A demanda por capacitação em gestão é comum aos vários empreendimentos que participam da Cadeia. É bom lembrar, neste particular, que o normal é repassar junto com os conteúdos os princípios de administração consagrados no universo empresarial.

Além de cursos, as atividades de assessoria técnica têm oportunizado o compartilhamento de conhecimentos necessários para atender demandas específicas de cada empreendimento. E, neste caso, os assuntos são variados: desde aspectos ligados ao relacionamento humano, aos controles administrativos, até a produção e a comercialização dos materiais.

Um aspecto que também é preocupante da política educacional oficial é que a temática da Economia Solidária transcenda e se incorpore aos programas educacionais das instituições de ensino.

Independente do caso em estudo, as incubadoras têm sido orientadas, especialmente por meio do financiamento dos PRONINC/PROEXT a integrar esta temática nas formações nos diversos níveis e modalidades. Naturalmente, já está inserido nos programas de extensão, por decorrência da existência da incubadora. A Rede ITCP também está incentivando esta ação, que terá repercussão muito em função do reconhecimento que se tem do trabalho das incubadoras e a influência que se faça junto aos órgãos de ensino e coordenadores de cursos.

Na experiência do IFRS-POA, já encaminhamos proposta para a inclusão de uma disciplina de Economia Solidária nos currículos do Curso Técnico e Superior de Administração. Já o Curso Proeja tem esta temática inserida transversalmente no seu currículo.

Registramos, ainda, que incluímos, na oferta de cursos, a temática da Economia Solidária em cursos que prepararam profissionais para as atividades que são organizadas e desenvolvidas de forma autogestionária²⁰.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões da educação na Cadeia Solidária, temos que:

- A dimensão educação²¹, na Cadeia, é percebida como sendo de baixa a média intensidade, isto é, não terá uma expressiva influência na alavancagem da emancipação social. Nisto não foi considerado o impacto resultante da sua interação com as demais dimensões do projeto, através de sua função de mediação;
- Os representantes das entidades de apoio apresentam um diagnóstico por vezes convergente e por vezes divergente, em relação à avaliação dos trabalhadores;

²⁰ Embora não trate da temática, mas sim de recursos que foram disponibilizados para a cadeia e empreendimentos a esta vinculados também para formação, devo citar algumas ações públicas como: constituição de um Fundo Estadual de Economia Solidária; recursos oriundos da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), Petrobras, Fundação Banco do Brasil, que incluem, como contrapartida, a realização de ações educativas que apoiem o projeto e elevem a qualificação dos trabalhadores que nele participam.

²¹ Quando avaliamos a dimensão educação consideramos as mediações extrínsecas e intrínsecas identificadas nos empreendimentos que participam do projeto. Em relação à concepção educacional adotada nas intervenções realizadas nos empreendimentos verificamos a preponderância dos princípios da educação popular (ver Tópico 3.1.2.2). Para efeitos de avaliação da estratégia educacional adotada, incluímos a educação formal (escolarização). Este referencial diz respeito a um sistema educacional que defendemos, dentro do atual contexto, que valoriza a educação não formal (educação popular-mediações extrínsecas/intrínsecas) e a formal (escola), lembrando que “[...] a educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa.” (BRANDÃO, 1981, p. 47)

- No atual estágio de desenvolvimento dos empreendimentos, não apenas do projeto da Cadeia, consideramos que, mesmo potencialmente importante, a dimensão educacional ainda não foi suficientemente explorada, por meio das possibilidades de mediação – intrínseca e extrínseca – que ela encerra;
- Mesmo as mediações intrínsecas que decorrem do modo de produção adotado e as relações que se desenvolvem entre os trabalhadores, para que tenham um valor educativo, deve haver intencionalidade e momentos de reflexão para se tornarem efetivos aprendizados; e
- A falta de prioridade dada à educação se verifica também na ausência de incentivo para elevar o nível de escolarização dos coletivos.

Teremos oportunidade de voltar à avaliação desta dimensão, como já nós anunciamos, quando analisarmos cada uma das demais dimensões do projeto e sua relação com a educação.

4 OUTRAS DIMENSÕES PRESENTES NA CADEIA SOLIDÁRIA E SEU CARÁTER EDUCATIVO-EMANCIPATÓRIO

Neste capítulo, serão apresentadas as demais dimensões presentes no projeto da Cadeia Solidária, abordando as dimensões sócio-econômica, organizacional, cultural, psicológica, tecnológica e política e seu potencial educativo-emancipador.

4.1. AS DIMENSÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E O POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPATÓRIO

Aqui, trataremos das diferentes perspectivas da Economia Solidária, do entendimento sobre a inserção do projeto econômico-solidário (Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET), do seu potencial transformador da realidade dos coletivos de trabalhadores envolvidos, das perspectivas para sua viabilização no atual contexto sócio-econômico e da sua possibilidade diante da hegemonia da economia capitalista.

4.1.1 As perspectivas da Economia Solidária

Conforme Eidelwein (2011, p. 106), a Economia Solidária pode ser compreendida:

[...] como um modo de organização da produção, da distribuição e do consumo, na perspectiva de um desenvolvimento econômico e social incluyente (inclusivo), como um movimento social e uma política pública, fundamentada em valores diferentes dos que fundamentam uma Economia de Mercado[...].

Considera, ainda, que a política pública pode conter os demais sentidos apontados. Em consequência, Eidelwein (2011, p. 159-160) conclui que:

Ao se pensar ES como um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo; como um movimento social e uma perspectiva de desenvolvimento social incluyente, compreendê-la como uma política pública de Estado parece ser o caminho “natural” na luta pela transformação das relações sociais de produção.

Podemos entender, ainda, a Economia Solidária como um setor econômico.

Esses pontos de vista não são excludentes; eles podem, inclusive, como vimos, ser reunidos em um único termo. Possuem uma estreita relação; marcam os momentos e estágios de evolução, constituindo-se em força política para promover avanços, caracterizando o grau de institucionalização conquistado pela Economia Solidária.

O Projeto da Cadeia Solidária Binacional do PET, conforme foi concebido, contém estas acepções e, em grande parte, as materializa, sendo um exemplo das possibilidades de realização do potencial transformador da Economia Solidária.

Neste projeto, os empreendimentos procuram organizar a produção dentro das características de um processo autogestionário. Mesmo assim, verificam-se diferenças de intensidade no grau de assimilação deste modelo, em função do histórico dos empreendimentos. As empresas recuperadas estão inercialmente preservando a estrutura organizacional, inclusive com a divisão técnica de trabalho existente no antigo empreendimento, mesmo havendo maior flexibilidade de movimentação interna, compartilhamento de conhecimentos e a tomada de decisões estratégicas através do coletivo de trabalhadores. Isto é perceptível nos empreendimentos Coopima e Coopertextil.

Nas Centrais de Cooperativas de Reciclagem, por serem constituídas a partir de um histórico de organização de cunho solidário, percebe-se maior sensibilização para assimilar as práticas autogestionárias. Porém, está claro que, dadas as especificidades das cooperativas de origem e a perspectiva pessoal dos componentes das centrais, deverá ser feito um trabalho intenso de formação para inserção da autogestão na cultura organizacional e na subjetividade dos trabalhadores. Isto vale, em maior ou menor intensidade, para todos os empreendimentos do projeto, podendo extrapolar para considerar uma demanda da Economia Solidária como um todo.

A constituição de uma cadeia produtiva, a qual inclui uma rede de fornecedores de matéria-prima, nos diferentes estágios do processo, contribui para uma melhor distribuição dos ganhos entre os trabalhadores participantes do projeto. Nesse sentido, por exemplo, estão sendo implementadas formas para redistribuição dos ganhos agregados ao longo do processo, de forma mais equitativa do que acontece na configuração de cadeia nos moldes capitalistas.

Quanto aos benefícios que a cadeia pretende oportunizar ao consumidor final, ainda não se tem muito claro como isto será possível de viabilizar. Porém, já se estudam possibilidades de desenvolver produtos a preços justos para atender programas sociais dos governos nas áreas da educação, saúde, dentre outras. Naturalmente, trata-se de um processo gradativo de avanços na perspectiva de realizar os objetivos pretendidos por estes projetos.

A Economia Solidária apresenta características e age como movimento social. Nos termos de Gohn (2004, p. 247):

[...] movimento social, refere-se à ação dos homens na história. Esta ação **envolve um fazer** – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto. Podemos ter duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção de benefícios e bens coletivos etc. **A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado [...].** (grifo nosso)

Complementarmente, lembramos os aspectos, segundo Paludo (2011, p. 23-24) que caracterizam os movimentos sociais e que se enquadram na proposta da Economia Solidária, a saber:

[...] **a explicitação das contradições sociais, a construção de sujeitos, certa organização, capacidade de articulação, de mobilização, de luta coletiva, de construção de alternativas cotidianas** e, dependendo do nível de politização, **de articulação das lutas imediatas com as estruturais, das locais com as nacionais e internacionais, colocando-se na perspectiva de acúmulo de poder e de transformação social [...].** (grifo nosso)

O projeto se insere nas lutas do movimento da Economia Solidária, que visa, dentre outros aspectos, à geração de trabalho e renda, à erradicação da pobreza, à instituição de novas relações sociais e produtivas, à proposição de um novo modelo econômico e societário. Além disso, é possível evidenciar que o contexto onde se inserem a Economia Solidária e a própria Cadeia não se circunscreve apenas ao local, como também a sua interação amplia-se para o ambiente nacional e internacional. Basta pensar nas origens históricas da Economia Solidária, que remontam aos movimentos de reação ao capitalismo na Europa do século XIX, nas convenções relativas à preservação do meio ambiente, para o tratamento e a destinação dos resíduos como desdobramentos de uma demanda de caráter planetário, e na própria procura de alternativas para a constituição de uma nova economia, ou, ao menos, de um redesenho do modelo vigente, são alguns exemplos de que estamos tratando de um fenômeno que transcende o âmbito local.

Eidelwein (2011, p. 136) enfatiza a condição:

[...] Economia Solidária como movimento social cuja força social se volta para a inclusão produtiva de uma série de pessoas através da geração de trabalho e renda por meio de empreendimentos econômicos solidários [...].

Considera que a luta pelo direito ao trabalho, mais ainda do trabalho emancipado, constitui-se numa luta histórica pela transformação estrutural das relações sócio-econômicas.

Assim, como veremos mais detalhadamente (ver Tópico 4.6.4), o movimento e, particularmente, os coletivos de trabalhadores dos empreendimentos da Cadeia Solidária

integram bandeiras de luta de outros movimentos sociais, os quais, diretamente ou indiretamente, relacionam-se com o projeto.

Neste particular, vale registrar a intensa ação política que está sendo desenvolvida pelo Movimento Nacional de Catadores e Recicladores (MNCR) em várias frentes e locais, no país e no exterior, e que tem repercussão no projeto. Como exemplo da maior relevância, citamos a luta contra a incineração, que inviabilizaria quaisquer projetos de reciclagem de resíduos sólidos com os decorrentes impactos sócio-econômicos e ambientais, fazendo letra morta a Lei Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Esta luta transcende o território brasileiro, avançando para os países da região, incluindo o Uruguai, um dos parceiros do empreendimento, onde se está exercendo uma forte pressão pela implantação dessa tecnologia, que, além de ser falaciosa, desqualifica os pressupostos para avançar no projeto da Cadeia do PET.

Como citamos quando nos referimos ao tratar da dimensão da educação, a finalidade de formar politicamente os trabalhadores da Economia Solidária está presente, em que pesem as dificuldades. Desta forma, objetiva-se elevar o nível de conscientização sobre as formas de dominação e de opressão a que estão sujeitos, obtendo maior comprometimento na ação política inerente a um movimento que ambiciona a transformação da sociedade.

A própria dinâmica do movimento e de suas lutas tem um caráter pedagógico. Nesse sentido, Mejia (1996, p. 83) assim se expressa:

[...] Os movimentos sociais, nas suas demandas, nas suas formas de organização e nas suas estruturas, têm um caráter educativo que faz com que os diferentes atores se apropriem e codifiquem os processos e a organização na qual estão inscritos [...].

Uma das características apontada por Paludo, que é “a construção de sujeito”, ao qual acrescentaria social, coletivo e solidário”, é considerada ainda pouco evidente nos empreendimentos da Cadeia.

De acordo com Melucci (2001, p. 23):

[...] **A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas ela é um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores.** Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de lideranças, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo [...]. (grifo nosso)

Consideramos este um aspecto importante a ser levado em conta na Economia Solidária, especialmente porque esta identidade se constitui numa força mobilizadora para a emancipação social pretendida.

Analisando o estágio atual do projeto, percebo a necessidade de intensificar o processo de inter-relacionamento com base nos princípios da Economia Solidária e de criar condições objetivas e subjetivas para mobilizar os coletivos na realização deste objetivo.

Como veremos ao tratar do novo sujeito coletivo solidário (ver Tópico 4.3.3) e considerando os históricos e perfis dos trabalhadores dos vários empreendimentos envolvidos, acreditamos estar frente a um dos grandes desafios do projeto.

Os empreendimentos acompanham, assimilam, tanto quanto possível, as orientações da Economia Solidária e participam deste movimento, assim como de outros. No caso particular, podemos citar especificamente os movimentos cooperativista, sindical e de catadores. Estes últimos com presença marcante nos empreendimentos de empresas recuperadas e de reciclagem, respectivamente. A orientação da Economia Solidária na Cadeia é inserida por meio das intervenções das entidades de apoio e dos próprios governos, principalmente estadual, no nosso caso do Rio Grande do Sul, e do governo federal, pelas diretrizes do SENAES no Brasil. Sobre o movimento cooperativista, tivemos maior inserção nas empresas recuperadas na oportunidade de sua constituição. Outras temáticas de luta se inserem no projeto, a saber: a questão ambiental e o respeito à diversidade (gênero, cor, sexo, etnia, religião, etc.). A articulação na luta com os movimentos sociais será o caminho para superar a fragmentação hoje existente, fazendo possível a busca da transformação social. Mesmo assim, temos que registrar que os empreendimentos da Cadeia não estão muito dispostos, até o presente momento, a viabilizar esta estratégia.

Em pesquisa realizada junto aos trabalhadores dos empreendimentos, tivemos como resultado (ver Tópico 4.3.3) a percepção de pouco engajamento nas lutas de outros movimentos.

Pela natureza das atividades, o que teve maior indicação foi o MNCR²² e, em segundo lugar, o MNLM (Movimento Nacional pela Luta pela Moradia). Outrora, podia verificar-se

²² A constituição do MNCR foi fundamental para a conquista desse espaço de articulação, pois o movimento conseguiu, através de mobilizações, colocar a pauta da reciclagem na agenda pública federal. Como exemplo, temos o Decreto 5940/2006, que obriga as instituições federais a destinarem o resíduo reciclável gerado para alguma cooperativa ou associação de catadores (Brasil, 2006).

mais claramente a inserção de movimentos vinculados à igreja com grande inserção nos movimentos sociais, contribuindo, dentre outros aspectos, na formação de lideranças comunitárias.

Os trabalhadores da Coopertextil não se identificam com outros movimentos. A Coopima teve historicamente um certo distanciamento dos movimentos sociais, devido ao perfil dos trabalhadores e da política da empresa Polímeros. Mais recentemente, integraram-se aos movimentos cooperativista e sindical, representados pela FCPU e pela mesa de empresas autogestionárias, vinculado ao PIT-CNT, respectivamente.

Em suma, o sentido de movimento nos EES na Cadeia é muito superficial, tendo mais uma conotação de interesse pontual do que decorrência de uma identidade com o movimento social e classista.

A Economia Solidária tem como proposta a superação do atual modelo econômico e a constituição, conseqüentemente, da estratégia de desenvolvimento. Entre as concepções que têm sido propostas, estão a alternativa de um desenvolvimento econômico e social incluyente e, mais recentemente, a cosmovisão do bem-viver (ver Tópico 4.3.4).

Neste sentido, Eidelwein (2011, p. 138) faz um alerta:

[...] Como uma forma de desenvolvimento incluyente, a Economia Solidária leva a pensar que não basta criar empreendimentos que operem democraticamente e coletivamente somente para dentro. **É necessário que esse operar democrático e coletivo adentre às relações de mercado, onde são estabelecidas trocas econômicas e sociais as mais diversas.** E para adentrar um mercado caracterizado, em sua maioria, por empreendimentos de propriedade privada que competem entre si, formando grandes conglomerados de empresas ou corporações, com o mínimo de intervenção estatal, visando a acumulação capitalista, **os empreendimentos solidários necessitam fortalecer suas parcerias, apoios e a própria formação dos trabalhadores que os constituem [...].** (grifo nosso)

O fortalecimento da Economia Solidária é um dos motivos da criação da cadeia e da rede de cooperativas. Fora isto, o desafio de qualificar os trabalhadores não apenas para operar, mas também para dominar a totalidade do processo, participando das decisões sobre a formulação de estratégias do empreendimento, é aspecto a que estavam cerceados por decorrência da lógica das empresas e da divisão social do trabalho. No entanto, isto seria insuficiente, senão se articularam formas de acessar recursos financeiros e tecnológicos, principalmente, e de dispor de assessoria técnica para sua adequada aplicação com apoio do Estado.

Outra questão de fundo que ainda não está definitivamente vencida é a de que “desenvolvimento” estamos falando. Não existe uma posição pacífica a este respeito, mas, como veremos neste trabalho (ver Tópico 4.3.4), existe um profundo questionamento que vai da impropriedade do uso deste termo, passando pela sua inviabilidade, concluindo pela necessidade de desmascarar o caráter colonialista que persiste na sua concepção.

Não obstante, a Economia Solidária e este projeto ambicionam muito mais do que minimizar os efeitos das crises do sistema capitalista, propiciando, em que pesem importantes fontes de renda e trabalho para os excluídos, e têm uma perspectiva que, senão claramente explicitada, ao menos procura situar-se em oposição ao modelo econômico vigente, partindo das próprias contradições cujas consequências são vivenciadas com muito sofrimento. Nesse sentido, será resgatado e valorizado o conceito do Bem-Viver, reconhecendo a história e as origens da Economia Solidária:

A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao **reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e solidária e da reciprocidade.** (BRASIL, II CONAES. Documento Final) (grifo nosso)

Embora ainda não se disponha de uma política de Estado específica para a Economia Solidária, as diretrizes e estratégias de governo através do SENAES, do Conselho Nacional de Economia Solidária, explicitam, dentre outros objetivos, a necessidade de criação de cadeias e redes para fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária para ter melhores condições de inserção num sistema econômico e político institucionalizado que reflete o paradigma capitalista.

O projeto ora em estudo é um exemplo em construção da materialização dos objetivos da política de governo que trata da Economia Solidária, porém devemos registrar que ainda é restrita a aportes financeiros, já que não se dispõe de um marco legal pela falta de aprovação e promulgação do Projeto de Lei 4.685/2012²³. Com isto, ter-se-iam os meios institucionais que propiciem o acesso aos fundos públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção, aos mercados e ao conhecimento e à tecnologia necessários ao seu desenvolvimento; à integração, à interação e à intersectorialidade das políticas públicas que possam fomentar a Economia Solidária; ao apoio às ações que aproximem consumidores e produtores,

²³ O Projeto de Lei 4.685/2012 dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

impulsionando, na sociedade, reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo, inclusive através de campanhas educativas às linhas de créditos subsidiados, à tributação específica, às prioridades em compras públicas²⁴, dentre outros mecanismos que viabilizem a implantação da Economia Solidária, superando o rótulo de economia alternativa ou compensatória às mazelas decorrentes da economia hegemônica.

Considerar a Economia Solidária como setor é um caminho para reconhecer que existem outras formas de organização da produção e do consumo, além da capitalista, superando o estigma de ser vista como uma economia de segunda linha, alternativa e funcional ao capital.

Neste sentido, Coraggio (2007a, p. 34) faz o seguinte registro:

[...] **toda economia real é uma economia mista, que pode apresentar-se como composta de três subsistemas: a Economia Empresarial Capitalista**, organizada em base a empresas de capital, orientada pela acumulação sem limites, **a Economia Pública**, organizada em base a unidades jurídico-administrativas de base territorial ou funcional, orientadas por uma combinação variável de três objetivos: o bem comum, a governabilidade e a acumulação de poder político, e **a Economia Popular**; organizada em base a Unidades Domésticas (UD) ou suas extensões, orientadas pela reprodução ampliada da vida de seus membros.

Em relação à configuração da economia proposta por Coraggio, cabe fazer dois esclarecimentos. Embora este autor procure contemplar por meio do termo Economia Popular²⁵ diversas formas de fazer economia alternativas à estatal e à capitalista, existe uma clara diferenciação com relação à economia solidária (ver Tópico 1). Registramos, ainda, que esta forma de perceber o sistema econômico não é plenamente aceito, particularmente pelos autores da vertente socialista, que não entendem possível a convivência ou a possibilidade de materialização da Economia Solidária concomitantemente com a economia capitalista.

²⁴ A Lei 11.445/2007 permite que as prefeituras contratem cooperativas e associações para a realização da coleta seletiva com a dispensa de licitação. Essa é uma conquista substancial, pois permite a contratação e remuneração dos catadores diretamente pelo Estado; no entanto, sua efetivação depende da conjuntura política de cada município (BRASIL, 2007).

²⁵ Segundo Icaza e Tiriba (2003), a economia popular é o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares, no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de suas necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. Trata-se de uma economia heterogênea e diferenciada internamente. Podemos encontrar desde: microempresas e pequenas oficinas de negócios de caráter familiar (ex. oficina de costura, padaria, artesanato); organizações econômicas populares (ex. pequenos grupos que buscam em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais imediatos); iniciativas individuais não estabelecidas e informais (ex. serviços domésticos – jardinagem, pintura, limpeza –, entregadores, catadores, prestação de serviços em geral); atividades ilegais e com pequenos delitos (ex. prostituição, delinquência de rua, venda de drogas); e soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública (ex. prestação de serviços orientados a setores de extrema pobreza). (RAZETO, 1993, p. 36-37)

Na mesma linha de Coraggio, Razeto (1993, p. 45) se expressa:

[...] entendemos que a economia da solidariedade como expressão de realidades microeconômicas, que têm potencialidades de expansão na perspectiva de chegar a constituir globalmente um setor da economia que opere junto aos outros setores da economia privada individual e da economia pública estatal. Em tal sentido que falamos de economia alternativa e não de um modelo macroeconômica que se postule como alternativa econômica de reorganização da economia global.

Nós acreditamos, e o acompanhamento do projeto nos tem trazido esses ensinamentos, que só se irá superar o atual modelo quando: a) se tenha um outro que o substitua, dado o nível superior de desenvolvimento; b) a falta de respostas e contradições insolúveis do atual sistema; e c) condições objetivas (sócio-políticas-econômicas) para constituir uma nova hegemonia. Enquanto não estejam presentes estas condições, teremos que avançar no adensamento da Economia Solidária, com experiências concretas, estruturando-nos, cada vez mais, para embates normais a fim de superar a atual hegemonia, o que poderá acontecer na medida em que os pressupostos defendidos se venham a confirmar num futuro.

4.1.2 Os objetivos da Economia Solidária e da Cadeia do PET

De acordo com a pesquisa realizada, em relação ao entendimento de quais são os objetivos que os próprios trabalhadores têm em relação à Cadeia, não os objetivos oficiais, nem os objetivos dos apoiadores, mas sim aqueles que os mobilizam a fazer parte deste projeto, verificou-se que:

- Os que mais apareceram: geração de trabalho e renda; fortalecimento da Economia Solidária como movimento social e demonstração que os trabalhadores têm condições de assumir a cadeia produtiva (no caso do PET) na sua integralidade; e
- Com menor frequência, apareceram as respostas: alavancar estratégias de desenvolvimento alternativo, emancipação dos coletivos de trabalhadores e erradicação da pobreza.

Desta forma, verifica-se que os trabalhadores estão na Cadeia, como na Economia Solidária, prioritariamente por uma necessidade de cunho material, ou seja, precisam ter uma forma de trabalhar e gerar renda. Em consequência, afastam-se do entendimento de uma proposta de caráter revolucionário de substituição do sistema econômico hegemônico por outro modelo mais justo que ele se propõe a ser. Também se afastam de pensar tanto na perspectiva do governo quanto à erradicação da pobreza, talvez por entender que a Cadeia não

teria esta capacidade por falta de entendimento do potencial de alavancagem para superação da condição sócio-econômica em que se encontram tais coletivos.

Acreditamos que realmente seja a falta de conhecimento que a base tem da Cadeia, e isto foi verificado também na pesquisa e em depoimentos, como o que apresentamos em sequência (E9):

Eles já ouviram, mas fica mais superficial. A coordenação tem o conhecimento disso, os mecânicos, a fiação sabe o que deve fazer para processar (a fibra PET), o operador tem ligeiro conhecimento. Se, de repente, se perguntar alguém, pode falar que não conhece. Eu até acredito nisso. Já foi dito diversas vezes. A coordenação, acredito que tenha um melhor entendimento. Porque esse negócio do PET, quando rodar vai rodar tranqüilo, vai ter uma sequência boa. Considerar que participam o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Uruguai é complexo. Então, você vai falar isso com a turma... e já querem isso para amanhã, para ontem. Então, se isso não acontece, parece que está falando mentiras. (grifo nosso)

Seja porque querem preservar as lideranças perante os trabalhadores, seja porque não conseguem fazer uma tradução adequada do que seja a Cadeia às suas bases, mesmo com todo o trabalho de divulgação feito, assim como a materialização de etapas importantes como as implementações das plantas industriais na sua fase final, ao menos no que concerne aos trabalhadores da reciclagem, ainda não está suficientemente assimilado o que representa a construção desta Cadeia.

Mesmo assim, consideramos compreensível. Não se trata de um projeto de longo prazo pelo fato de requerer recursos, conhecimentos, tecnologias, capital, partindo de uma realidade econômica precária, senão também, pelo fato de que temos o desafio de uma transformação cultural, em cujo centro está o ser humano que precisa rever suas convicções, demonstrando-lhe que é possível, passo a passo, que os trabalhadores são capazes de organizar a forma de produzir e de viver em oposição à subjetividade que foi construída com base em relações de opressão e dependência. Por isso, junto ao desafio de superar a precariedade material em que vivem os participantes do projeto, tem-se os condicionamentos de caráter psicológico.

4.1.3 O potencial transformador da Cadeia Solidária

O que justifica a implementação de um projeto desta natureza? Sem dúvida, a sua capacidade de transformar para melhor a realidade em que os trabalhadores estão mergulhados.

É sabido, e já abordamos neste estudo, que não estamos tratando de trabalhadores que possuem um padrão de vida europeu, amparado por uma política de bem-estar social, que, mesmo com perdas sofridas nas recentes crises, ainda conservam uma condição favorável, bem distante da realidade do trabalhador brasileiro. Portanto, estamos diante de desafios que o público diretamente ligado ao projeto ou aqueles que estão acompanhando o seu desenrolar, com vistas a tê-lo como um exemplo a ser seguido seja no país, seja no exterior, assim como entidades e governos que estão apoiando o projeto “torcem” para que dê certo.

Passamos a relacionar alguns aspectos que consideramos relevantes para tê-los como perspectiva de transformação, a qual poderá vir a se materializar no curto, no médio e no longo prazos. No Capítulo 5, faremos um balanço do andamento da Cadeia, mostrando o estágio em que o projeto se encontra, as experiências que podem ser multiplicadas, bem como o estágio de algumas mudanças que estão em processo, fazendo uma análise crítica das possibilidades reais de que tudo isto venha a se confirmar.

Um aspecto que devemos estar atentos é que, quando se pensa em avaliar este tipo de projeto, a tendência é se fixar em números, considerando esta ser uma forma de alcançar a maior objetividade para nossas conclusões.

Apresento, em sequência, uma constatação feita por Schmidt e Novaes (2013, p. 15) no segundo mapeamento da Economia Solidária, realizado em 2005 e publicado em 2009:

[...] participam de empreendimentos solidários no Brasil cerca de um milhão, duzentos e cinquenta mil trabalhadores que fazem circular mais de quinhentos milhões de reais por mês, isso significa **uma média de quatrocentos reais por trabalhador**, e em valor per capita agregado abaixo desta cifra – portanto, uma **produtividade decorrente de uma renda baixíssima**.

Essa constatação não implica a desqualificação liminar da economia solidária, muito pelo contrário; **o que é notável é que ela sobrevive e cresce apesar da quase indigência de amplos setores da mesma.** (grifo nosso)

A “indignação”, a “impotência” e, por vezes, o desestímulo que assola quem milita na Economia Solidária diante desses resultados levariam a um entendimento de que não vale a pena insistir. Ainda assim, a seguir, com o mesmo senso de realidade, repara-se que a Economia Solidária apresenta vitalidade para se manter e crescer.

Em uma recente pesquisa feita no RS, quando perguntados os trabalhadores de EES sobre o motivo que os levou a criar o empreendimento, responderam:

[...] a maioria citou em primeiro lugar **a obtenção de maiores ganhos** em um empreendimento associativo, sendo apontado por 55% dos empreendimentos. Em seguida, o que motivou a criação do EES foi **uma fonte complementar de renda**, apontado por 51% dos EES. **Uma alternativa ao desemprego** foi citado por 35% e desenvolver uma atividade onde todos são donos por 32,5% dos EES. (SESAMPE, 2013, p. 10) (grifo nosso)

Podemos perceber que a Economia Solidária atende a uma necessidade premente, isto é, prover trabalho e renda para quem precisa. Já isto justificaria ter uma perspectiva diferente em relação a esta economia. Contudo, aproveitando outros dados da pesquisa e analisando apenas o binômio trabalho-renda, percebemos que, para os trabalhadores dos empreendimentos, faz uma diferença enorme pertencer a este coletivo:

- as mulheres são maioria nos empreendimentos de menor porte, nos empreendimentos entre 21 e 50 associados;
- 91,5% dos associados são de adultos, incluindo idosos;
- 39% dos associados recebem uma renda semelhante ou superior aos dos outros componentes da família; e
- 16% recebem complementarmente benefício de programas de transferência de renda / benefícios da assistência social, preponderantemente bolsa-família.

O que seria destas pessoas na atual conjuntura, marcada por uma economia de baixo crescimento, para desenvolver uma atividade laboral e gerar renda, tratando-se normalmente de pessoas adultas e/ou idosas, com baixo nível de escolaridade, acrescentando-se, no caso de trabalhadoras, o fato de que devem encontrar formas de ocupação que conciliem com suas responsabilidades domésticas.

Vale destacar que a maioria dos EES pesquisados tem origem no período de 1990 e 2004, o que caracteriza que, dentro da sua realidade, são empreendimentos viáveis. Além disso, devemos entender que há problemas estruturais (concentração de renda e riqueza) para inserção de uma outra economia, precisando da intervenção do Governo para acessar recursos públicos, como já tem sido feito por ocasião do apoio para transformações/ajustes no sistema econômico vigente. Basta lembrar os recentes projetos de auxílio financeiro aos setores energético, financeiro (PROER) e nos processos de privatização.

Neste sentido, lembra-nos Schmidt e Novaes (2013, p. 19) com muita propriedade que:

Ao longo de sua história, o Estado brasileiro, que mobilizou fundos públicos para o processo de industrialização subsidiando as empresas privadas, foi e é um Estado criador de capitalismo e de capitalistas.

Espera-se, a partir dos governos progressistas que ascenderam ao poder no Brasil e em países da região, que tenham atitudes condizentes com as suas orientações ideológicas.

Certamente, existem outras motivações para a permanência neste e noutros empreendimentos de Economia Solidária que abordaremos tomando como referência os dados da Cadeia Solidária.

Em pesquisa realizada com os trabalhadores, percebe-se que, junto com a busca de realizar os objetivos apresentados no item anterior, os trabalhadores se vinculam aos EES e, por consequência, à Cadeia pelas seguintes razões: gostam do trabalho, da proximidade e de não estarem sujeitos a patrões, dentre outros. Também se ouvem depoimentos, tais como: sou reconhecido como pessoa; aceitam-se sugestões; há perspectiva de construir um trabalho digno etc. Quando consultados se indicariam para outras pessoas a Cooperativa, dizem que o fariam principalmente para amigos, parentes e menos frequentemente a filhos.

A propósito, incluímos um depoimento de E1, muito pertinente a este respeito:

*Como alguém pode existir, ter vindo para o mundo e achar que isso é o mundo que ele vai estar. Porque muito das cooperativas tem mini-lixões. Eles não estão em cima do lixo, mas quando vem um caminhão e te despeja tudo e qualquer resíduo, tu vais aquilo separar. Isso é um mini-lixão. São muitos e muitos. Isso não tem dignidade nenhuma nesse trabalho. Esse trabalho não tem dignidade. Tem naquilo que ele está fazendo, mas estar nesse meio não acredito que Deus tenha pensado nisso algum dia... Construindo essa cadeia, eu tenho certeza que todo o mundo recomendaria o seu filho, o seu amigo se o vizinho tivesse [...]. E recomendaria também para um filho nessa perspectiva. Não no sentido de preparar ele para ficar catando na rua, mas para estar nisso, nesta construção com esse olhar. **Se alguém quer ser catador do jeito como ele está hoje, não dá para concordar.** (grifo nosso)*

Nestas colocações, temos indicativos claros que, além do fato de trabalhar para dispor de uma renda, há algumas situações, como a proximidade do local de trabalho, o gosto pelo que se faz, as relações de amizade que se criam no ambiente, que têm muito a ver com trabalhadores que não teriam acesso ao mercado de trabalho formal porque não teriam como conciliá-lo com outras atividades, como é o caso das mulheres, preponderante nos EES, assim como trabalhadores que apresentam baixa qualificação ou que apresentam algum viés diferente – seja de raça, opção sexual, alguma forma de incapacidade mental ou física etc. – e, por serem pouco aceitos socialmente, terminam encontrando guarida nestes empreendimentos.

É bom deixar claro que, ao mesmo tempo que iremos encontrar nos EES relações solidárias, constituídas através do convívio diário, com pessoas próximas da comunidade, parentes, vizinhos, criando-se um ambiente de confiança, de liberdade, de respeito à diversidade, seja da natureza que for, em que se valoriza o diálogo, e o conflito se canaliza para processos de mudança, onde o coletivo não anula o indivíduo, promovendo os seus empoderamento e emancipação, esta condição não pode e nem deve ser generalizada.

Vejamos, então, o depoimento de E23, que com propriedade, mostra-nos um pouco desta realidade:

Existe muito sofrimento dentro das cooperativas. É um sofrimento além das limitações econômicas e sociais, mas sofrem pelas relações estabelecidas dentro da cooperativa. Grupos de pessoas que sofrem pelo seu coordenador ou pela equipe de coordenação. Um grupo contra outro que não consegue conciliar, chegar a um consenso sobre uma ideia produtiva.

Encerrando esta abordagem, incluo a reflexão de Razeto (2007, p. 330) um dos lúcidos pensadores da América Latina, precursor da construção de teoria da Economia Solidária:

Quando atualmente diversos grupos que aspiram a profundos câmbios se encontram desorientados; quando os projetos que têm guiado as lutas por uma melhor sociedade têm sido derrotados; quando os resultados de tanta luta e tanto esforço orientado segundo a lógica da política e do poder tem mostrado sua precariedade e insuficiência; quando, não obstante tudo isso, um processo de mudanças sociais profundas faz-se ainda mais necessário e urgente; quando um novo modo de ação transformadora começa a vislumbrar-se em seus conteúdos e formas, enfatizando a importância da ação que se realiza em e desde a sociedade civil as buscas orientadas na perspectiva da economia solidária abrem um caminho original e uma nova esperança que começa a ser perseguida por muitos.

4.1.4 O perfil sócio-econômico dos trabalhadores da Cadeia Solidária

Para tratar deste assunto, devemos-nos perguntar: afinal, quem são os trabalhadores que fazem parte de Cadeia Solidária?

De fato, mantém relação com o que se há escrito e aparece nas estatísticas do próprio movimento. Para ter uma ideia mais próxima de nossa realidade, resumimos uma parte das conclusões decorrentes de uma pesquisa feita junto aos trabalhadores. Existem algumas diferenças, como veremos entre os recicladores e os trabalhadores das ERT's da Cadeia, assim como poderemos encontrar algumas diferenças entre os próprios trabalhadores da reciclagem em função da história da gestação das cooperativas.

Em termos de gênero, o contingente de mulheres é um pouco superior aos de homens, mantendo correspondência com o universo da Economia Solidária. A renda do trabalhador, na reciclagem, concentra-se entre R\$ 700,00 a R\$ 1.100,00. As mulheres se equiparam em termos de valores recebidos. Isto é decorrência de se tratar de um regime de cooperativas onde se procura maior equidade na distribuição; todavia, o maior número de dirigentes é de homens, o que pode diferenciar os ganhos, considerando que algumas cooperativas dão bônus ou valor diferenciado para cargos de gestão.

Os ganhos percebidos pelos trabalhadores da Coopertextil procuram equiparar-se aos dos pagos no mercado nas diferentes funções, ficando um pouco aquém ao dos outros setores da economia. Como se percebe, há diversas formas de conduzir os empreendimentos que compõem a Cadeia, como de resto no conjunto de empreendimentos da Economia Solidária.

Quanto ao estado civil, há mais homens casados que mulheres. Em consequência, há mais mulheres solteiras e com responsabilidade de filhos, os quais, em média, são três, enquanto os homens (casados), em média, informam ter em seu encargo dois filhos. Aqui, vemos o problema social decorrente das mulheres que engravidaram cedo e ficaram com a responsabilidade da prole sem constituir família.

Percebe-se preponderância de trabalhadores com idade média de 38 anos, sendo constituído de trabalhadores com maior concentração na faixa dos 24 e dos 40 anos. Daqui, depreende-se que a dificuldade de ingresso destes trabalhadores no mercado formal, assim como também a manutenção da impossibilidade de ingressar e/ou mesmo de retornar ao mercado formal no caso de terem saído. Este aspecto está vinculado, dentre outros, ao baixo

nível de escolaridade. Em relação à escolaridade, percebe-se que a maioria possui ensino fundamental, no caso dos recicladores, e ensino médio no caso de trabalhadores das ERT's. Cabe, ainda, registrar o aspecto de que há um grande número de trabalhadores que, mesmo que não se julguem analfabetos, em função de ter cursado parcialmente o ensino fundamental (1-4), ainda não superaram a condição de analfabetismo funcional. As mulheres possuem um nível de escolaridade superior ao dos homens.

Como já destacamos, o trabalhador da Coopima é um técnico diferenciado, caso seja comparado com o trabalhador convencional de uma indústria, contudo hoje está lutando de igual para igual com outros trabalhadores para retomar as suas atividades, tendo se mantido, durante algum tempo, com o seguro desemprego e com trabalhos paralelos.

A Coopertextil tem como perfil o operário normal de uma indústria, que se mantém ativo; no entanto, como a Coopima, esse operário envelheceu, tendo que se pensar como se dará a questão da renovação dos quadros. Neste aspecto, já se cogitam caminhos um pouco diferentes, a saber: a Coopima está apostando no trabalhador jovem, e o teste foi feito por ocasião da prova, o que está dando muito certo. A Coopertextil, por outro lado, não percebe isto como solução, apostando na aquisição de novos equipamentos que reduzirão a necessidade de substituir, por exemplo, os trabalhadores que se vão aposentando.

Quanto à moradia, a maioria informa que possui casa própria e, em segundo lugar, residência locada. Pela nossa experiência, com os recicladores, existe um número significativo deles que construíram as suas casas em áreas verdes e/ou não regularizadas. Mesmo assim, os trabalhadores consideram como própria.

Em termos de infra-estrutura, mencionam-se os serviços que foram considerados regulares: atendimento médico, odontológico, segurança pública, telefone, transporte coletivo e creche comunitária. Os serviços que foram avaliados como bons: escola, assistência social, centro de compras, feira popular, iluminação pública, calçamento, abastecimento de água, coleta de lixo, espaços para lazer e energia elétrica; e apenas um ficou empatado entre regular e bom: o tratamento de esgoto.

Dos bens adquiridos destaca-se a preponderância do fogão, da televisão, da geladeira, do microcomputador e do microondas. Dentre os que possuem uma frequência menor estão o *freezer* e o carro.

Considerando estes últimos aspectos, dá para perceber que, de uma forma ou de outra, o trabalhador tem assegurado um lugar para morar e um certo conforto mediado pela aquisição de eletrodomésticos. Neste particular, fica clara a concepção que se tem de que a ascensão social implica acesso ao consumo de bens duráveis, aspecto que foi também intensificado como política de governo com fins sociais e econômicos.

Outro aspecto a destacar é que os primeiros eletrodomésticos adquiridos são o fogão e a televisão. Desta forma, alimentam-se o corpo e a mente, sendo esta última subjetivada no paradigma da sociedade de mercado.

A infra-estrutura mantém os questionamentos da população de trabalhadores em geral, que se ressentem de serviços públicos no mínimo razoáveis, com destaque negativo para saúde, segurança e transporte públicos. Surpreendentemente, ficou de fora a educação, seja porque não se tem maior critério ao avaliá-la, seja porque não se percebe como prioridade. Por fim, destacamos que nenhum serviço foi considerado ótimo pelos trabalhadores.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões sócio-econômicas na Cadeia Solidária, temos que, se considerarmos as condições materiais como aspectos importantes para alcançar a emancipação, podemos dizer que não vai ser nada fácil superar a atual situação em que se encontram os trabalhadores, mesmo com a entrada em funcionamento da Cadeia que será um evento fundamental para este objetivo.

Também não podemos aguardar para dispormos de todas as condições objetivas a fim de alcançarmos um mínimo de autonomia e de poder de decidir o que queremos em relação às nossas vidas.

Vejamos, então, o depoimento feito por E18 na sua entrevista, quando perguntado sobre os indícios de emancipação que percebe no processo de construção do projeto da Cadeia Solidária:

O principal indício é que os trabalhadores debatem, planejam, executam ações em conjunto como cadeia produtiva. É um indício de emancipação. Se consegue pensar no processo como um todo. E, junto com o processo produtivo, tem outra coisa: como é que acessam materiais e as políticas públicas. Acho que esse é o principal indício que se vê nesse momento de emancipação.

A partir do momento que se consegue imaginar em construir o planejamento em comum, tem-se a compreensão da totalidade; desta forma, já se está quebrando as barreiras impostas pelo sistema atual que é justamente o contrário, que é feito para concentrar e dominar ainda mais trabalhadores. E, com certeza, futuramente, quando se iniciar o processo econômico produtivo em si, estiver funcionando, o que, acredito, estará acontecendo em breve, nós vamos ver o processo materializado nos empreendimentos e nos trabalhadores.

Este depoimento reflete o posicionamento dos trabalhadores mais engajados que almejam algo mais do que o ganho financeiro.

4.2 AS DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS E SEU POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPADOR

Aqui, abordaremos o conceito de empresa, os diferentes tipos de empreendimentos que compõem a Cadeia Solidária, de forma genérica, e a dimensão da autogestão.

Antes de ingressarmos no universo dos empreendimentos da Economia Solidária, vamos nos posicionar a respeito do que seja uma empresa, aproveitando-nos de um trabalho desenvolvido pelo prof. Dr. Pablo Guerra.

Guerra (2010, p. 63) registra que:

Desde o enfoque organizacional, denomina-se habitualmente empresa a uma organização complexa que tem como objetivo a maximização de utilidades e que se estrutura verticalmente em torno a dois grupos: um grupo denominado superior, que é o que toma decisões, e um grupo inferior que é o que recebe ordens, de tal maneira que a única possibilidade de colaboração reside no cálculo racional que faz o segundo aceitar a proposta de incentivo econômico que faz o primeiro basicamente sob a fórmula de um contrato salarial.

Em consequência desta definição, evidencia-se:

A teoria econômica convencional, por sua perspectiva, normalmente distingue no mercado dois grandes agentes: por um lado, as empresas (que produzem) e por outro lado, as famílias (que consomem). As empresas, a sua vez, se definem basicamente como unidades de capital que contratam trabalho e outros fatores produtivos, para gerar mercadorias com ânimo de maximizar suas utilidades. (GUERRA, 2010, p. 63-64)

Mas esta abordagem hegemônica não é confirmada na realidade, pois nem todas as empresas se comportam desta maneira, a saber:

Nem todas as empresas tem grupos inferiores e grupos superiores, nem todas se estruturam verticalmente, nem todas baseiam a motivação para colaborar por parte de seus trabalhadores no salário, nem todas geram mercadorias, nem todas o fazem com o ânimo de lucro, nem todas perseguem a maximização de suas utilidades. Desde um ponto de vista mais amplo, nem todas as empresas são meramente produtivas, nem todas as famílias são meramente consumidoras. (GUERRA, 2010, p. 64)

Em consequência, ele define que:

[...] uma empresa é uma unidade integrada de funções que utiliza determinada combinação de fatores para produzir de maneira racional um bem ou serviço”, portanto, podemos conceber três setores na economia: empresas capitalistas, empresas públicas e as empresas solidárias. (GUERRA, 2010, p. 64)

Por sua vez, a caracterização da organização solidária quanto aos seus princípios e valores será abordada na dimensão cultural do projeto (ver Tópico 4.3).

Feita esta introdução, passamos a analisar a configuração dos empreendimentos solidários, especialmente a adotada pelas organizações que participam da Cadeia Solidária.

4.2.1 As formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários (EES)

A Economia Solidária compõe-se de empreendimentos que apresentam diversas formas de organização, como grupos informais, associações e cooperativas de trabalhadores, principalmente.

Em recente pesquisa no Rio Grande do Sul (SESAMPE-DIFESOL, 2013), constataram-se que, num total de 2005 empreendimentos, um pouco mais da metade (52%) dos EES é de grupos informais, 30% de associações, 16% de cooperativas e 2% sociedades mercantis, ou seja, empresas solidárias. Em nível nacional, esta relação fica: 30,5% de grupos informais, 60% de associações e 9,5% de cooperativas.

Fica claro que, pela tradição cooperativista do Rio Grande do Sul, o número de cooperativas é quase o dobro da participação no total de empreendimentos em nível nacional. Além disso, percebe-se ainda que há um grande espaço para avançar na formalização dos empreendimentos.²⁶

²⁶ O nível de informalidade deve-se no nosso entender a dois fatores principais: o primeiro é o de caráter financeiro - o custo da formalização; e o segundo é o de caráter ideológico, não se quer reger pelas mesmas regras das empresas, porque a partir dos seus interesses é que as normas foram estabelecidas. Por tal motivo, procura-se dispor de um marco legal para a Economia Solidária.

De igual forma, encontramos como configuração mais freqüente de organização dos empreendimentos solidários no Uruguai, em cooperativas de produção e cooperativas sociais (GUERRA, 2009).

Por que foi escolhida a configuração de cooperativa e não a de associações e/ou outras formas de formalizar as suas atividades? Os empreendimentos que participam da Cadeia Solidária tinham, como um dos requisitos para participar do projeto, constituir-se como cooperativa, visto que, desta forma, poderiam transacionar os seus produtos, bem como receber recursos públicos.

Da mesma forma, no Uruguai, “o regime jurídico nacional lamentavelmente limita as possibilidades de desenvolvimento de ações de produção e comercialização às associações [...]”. (GUERRA, 2009, p. 74)

Embora as cooperativas e as associações sejam organizações que desenvolvam uma administração de caráter coletivo, apresentando valores e princípios muito próximos, o principal motivo da opção pela cooperativa foi a possibilidade de praticar atos de comércio sem qualquer restrição. Outro aspecto ainda marcante na Economia Solidária é o elevado grau de informalidade. Nesse sentido, Guerra (2009, p. 33) nos informa que: “[...] em toda América Latina, a existência de formas jurídicas alheias ao cooperativismo se deve a três causas fundamentais: a) inadequação da norma cooperativa às realidades socioeconômicas; b) altos custos da opção cooperativa para setores populares; e c) deslegitimação social do cooperativismo.”

Aproveito para incluir uma avaliação que entendo pertinente para esclarecer o porquê da adoção preferencialmente do termo cooperativismo, e não Economia Solidária, relacionado à história de um dos empreendimentos da Cadeia Solidária. Segundo E3:

Esta resposta não a imagino te dar sem pensar nas diferenças históricas que temos entre nossos países, por exemplo. Uruguai é um país sumamente institucionalista, estadocêntrico. Não te esqueças, ainda, que Coopima está no interior, não está em Montevideu, onde a tradição das organizações sociais mais bem têm a ver com a formação dos sindicatos e as cooperativas de habitacionais. Então, o cooperativismo é como o conceito associativo consolidado e como o sentido comum das pessoas. O conceito de economia solidária é um conceito não apropriado e não percebido por parte do

uruguaio comum. Desde minha concepção ampla da economia solidária para mim, o cooperativismo é parte, e não ao revés. No Uruguai, por essa tradição que te disse, será ao revés. Está institucionalizado o cooperativismo e a economia solidária como uma expressão residual desse associativismo que supõe o cooperativismo. Isso me parece que ordena um pouco a questão. Então, a formação, tendo em conta isto, parte desde aí. Então, nós, muitas vezes, o que trabalhamos como todo é esta história vinculada à relação cooperativa – sindicato e uma necessária ampliação dessas margens para pensar outra economia num sistema econômico solidário, fraterno, que supõe outra forma de relacionar-se, inclusive economicamente. Como que fazemos ao revés o caminho. Aí em Brasil ou Argentina, o processo inicia desde a economia solidária e se chega a uma forma que é a cooperativa. No Uruguai, é ao revés. (grifo nosso)

Desta forma, fica claro que a opção de se tornar uma cooperativa²⁷ não é do empreendimento, mas decorre da própria circunstância de não existir um marco legal próprio para a Economia Solidária. Basta lembrar que o atual sistema econômico vigente foi concebido pelas empresas capitalistas.

Mesmo assim, encontraremos cooperativas que, na sua forma de atuação, mais se assemelham às empresas do que ao estabelecido no ideário clássico do cooperativismo, que tem origem no século XVIII e cuja inspiração do que nós denominamos cooperativismo popular para diferenciá-lo do cooperativismo tradicional, fazendo uma aproximação aos valores que orientam os empreendimentos da Economia Solidária.

Singer (2001, p. 46) entende que, sob a denominação de cooperativa, encontram-se duas acepções:

[...] o cooperativismo na verdade tem dois campos. Por um lado, continua tendo as cooperativas autênticas que eu chamaria de socialistas, solidárias, igualitárias, democráticas, em que os sócios são trabalhadores ou são consumidores, são pessoas físicas e aí a igualdade faz todo sentido. E, por outro, as que levam à frente uma visão capitalista como as agrícolas em que você tem grandes fazendeiros capitalistas explorando pequenos camponeses ou os grandes fazendeiros e os pequenos produtores associados na mesma cooperativa. (grifo nosso)

²⁷ [...] no movimento da economia solidária, há certa desvalorização por parte de alguns a respeito do papel que o cooperativismo cumpre como ator social e como ator transformador, (mesmo assim) [...] segue conservando muita força como opção para a maioria dos empreendimentos. (GUERRA, 2009, p. 34)

Deve-se considerar, a despeito do que indicou Singer, que existem cooperativas agrícolas, constituídas por pequenos camponeses, como EES.

No entanto, encontraremos, neste grupo, origens e trajetórias diferentes, o que irá caracterizar processos de construção de empreendimentos diferenciados, trabalhadores com subjetividades diversas, embora com identidades comuns, pois tiveram a sua gestação em movimentos sociais populares. Podemos acrescentar, ainda, nesta classificação, cooperativas no campo de finanças, assim como noutros setores, além das cooperativas de trabalhadores e consumo.

Nestes sentidos, teremos claramente dois tipos de empreendimentos dentro da Cadeia, o que vem a refletir o que acontece dentro do universo dos empreendimentos da Economia Solidária, a saber: primeiro - cooperativas que foram resultado da materialização da luta de grupos vulneráveis socialmente, desamparados até pouco tempo de qualquer política pública que reconhecesse a sua condição, como é o caso dos recicladores; e segundo - cooperativas oriundas de processos de luta pela recuperação de empresas falidas, pelas mais diversas situações, para o qual os trabalhadores não contribuíram diretamente ou indiretamente, no qual são exemplos a Coopima e a Coopertextil.

Não por mera coincidência que estes processos se deram em grande parte nos países da região sul da América Latina, assim como abrangeram os setores econômicos indicados. Basta lembrar a avalanche de produtos, especialmente de vestuário, oriundos da China, da Índia e do Paquistão, dentre outros, que se caracterizaram pela produção em grande escala, ofertados a preços baixos, à custa de um passivo social, decorrentes de salários aviltantes e jornadas de trabalho extenuantes com ausência de políticas de proteção e seguridade social para os trabalhadores.

4.2.1.1 As empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERT's)

As ERT's, segundo Ruggeri (2009, p. 19), antropólogo da Universidade de Buenos Aires, são:

[...] um processo social e econômico que **pressupõe a existência de uma empresa anterior, que funcionava sob o modelo capitalista tradicional** (inclusive, em alguns casos, sob as formas legais cooperativas) e cujo processo de falência, esvaziamento ou inviabilidade levou aos seus trabalhadores a um luta por sua reativação sob formas autogestionárias. (grifo nosso)

Com vistas a detalhar, ainda mais, como se operacionaliza este processo de autogestão nas ERT's, registra Fajn (2009, p. 193):

Os processos de luta foram intimamente relacionadas às formas autogestionárias que cada organização foi construindo. Podem-se percebê-las por intermédio das **práticas que se desenvolveram no interior das empresas: redistribuição igualitária da receita, implantação de processos coletivos para a tomada de decisão, formas de delegação, representação e controle, dinâmicas por assembleias, entre outras.**

A recuperação das empresas **configura um momento de refundação**, no qual os trabalhadores encarregavam-se das fábricas em situações extremamente desfavoráveis e traumáticas. Assim se iniciou um novo ciclo organizacional, cuja **primeira fase caracterizou-se pela complexidade e pelo número reduzido de alternativas.** (grifo nosso)

Fajn caracteriza bem a finalidade prioritária da ERT que é a sua reativação para reaver os postos de trabalho, mesmo que em condições extremamente precárias, porque esses empreendimentos chegaram ao fechamento através de vários processos, inclusive fraudulentos, de descapitalização, de incapacidade de competir, sendo comum ficar apenas com aqueles trabalhadores menos qualificados, sem crédito, sem a propriedade em definitivo do maquinário etc., o que identifica bem as reduzidas alternativas a que se faz referência. Há muitos desafios que as empresas deverão superar, criando um modelo diferente ao herdado.

Tomemos, inicialmente, o exemplo dos salários. O que se espera num processo de autogestão é que não existam diferenças, pois os trabalhadores poderão, e será uma boa prática, fazer rodízio nas diversas funções da organização. A existência de uma divisão de trabalho não será obstáculo para mobilidade dos trabalhadores nos diferentes postos dentro do empreendimento. As pessoas terão oportunidade de participar dos processos decisórios dos assuntos relativos à empresa. Os trabalhadores, por vezes, não aceitam o princípio da igualdade, muito caro em um empreendimento autogerido. Procuram manter as condições de ganhos e hierárquicas que detinham antes do fechamento da empresa. Neste aspecto, não há convergência entre os diferentes autores²⁸ que estudam o desenvolvimento da Economia Solidária. Afinal, o que se entende por igualitarismo?: 1) receber iguais valores ou 2) valores diferenciados em função da necessidade de cada um. Podemos acrescentar outros questionamentos: receber diferentes valores em função do tipo de trabalho realizado ou

²⁸ Pablo Guerra (2004) nos comenta que é um aspecto controvertido na Economia Solidária. Existe distribuição de ganhos de excedente que se distribui pro-rata, diz a doutrina de acordo com o aporte de cada sócio. Não é tão real que num processo de autogestão não devam ter diferenças entre os trabalhadores. De fato, se não existe diferença entre os trabalhadores, pode haver muitas injustiças. O critério mais radical de distribuição de ganhos não é o igualitarismo. No Kibutzin de Israel, aplica-se o princípio tão paulista como marxista: de cada quem segundo sua capacidade, a cada quem segundo sua necessidade.

diferenças de ganhos em razão da produtividade individual. Estas últimas abordagens têm relação com a concepção de remuneração adotada pelas empresas capitalistas. Portanto, vemos que é uma questão complexa que merece uma profunda reflexão dos trabalhadores envolvidos, e que a opção que se venha adotar seja, ao menos, resultado de uma decisão coletiva.

Esta condição fica mais grave quando se desconsidera a necessidade da apropriação coletiva dos saberes, especialmente voltados para gestão, dificultando a participação coletiva e a gestão econômica do empreendimento. A prática democrática, por sua vez, não é algo dado: o grupo deve assumir o compromisso de participar dos diversos espaços decisórios da organização, o que exige, ainda, qualidade de participação, o que, por vezes, não é assimilado por grande parte dos associados. Outro aspecto que tem prejudicado o avanço destes empreendimentos é que, em havendo melhorias na economia, dado que há dificuldade de obter em curto espaço de tempo ganhos expressivos diante de ofertas do mercado, muitos trabalhadores sentem-se atraídos pelas propostas financeiras, deixando de lado os valores que assumiram de solidariedade, de cooperação e de outros em oposição aos da empresa capitalista, dos quais comungavam no período mais forte da crise. É bom esclarecer que, normalmente, o grupo que participou da luta até a reativação da empresa constitui-se em número bem reduzido de membros comparando-se com aquele da época em que o empreendimento funcionava normalmente.

Neste particular, Rieiro (2008, p. 139) nos lembra de que:

[...] os primeiros em ‘abandonar o barco’ são os trabalhadores encarregados de trabalhos administrativos ou com graus de hierarquia elevados. Lembremos que as experiências de empresas recuperadas não nascem da consciência de classe, ‘insegurança’ perante o fechamento das empresas; não impacta de maneira homogênea ao coletivo dos trabalhadores, sendo que os mais qualificados encontram maiores oportunidades de ser requeridos no mercado do trabalho.

A ERT constitui-se numa alternativa de superação do atual modelo dominante de empresa, para o qual teve apoio dos sindicatos. Cabe ressaltar que isto foi uma evolução no posicionamento tradicional destas agremiações.

Sobre o posicionamento do sindicato, trago à tona o depoimento de E13:

*No Uruguai, somos muito conservadores: é ruim e, em algum momento, é bom, no sentido de manter um posicionamento claro sobre alguns princípios. A Central, é uma Central Única, mas essa Central Única são trabalhadores e **lhe***

tem custado muito, até hoje, pensar a autogestão como um caminho quando deveria ser o natural. Se não é contraditório com o discurso do trabalhador de querer se apropriar dos meios de produção, senão perpetuas o sistema de exploração que é tua base de luta. E, aí, que há uma contradição muito grande. E, no Uruguai, isto nos últimos dez anos, desde que o progressismo alcançou o poder tem crescido muitíssimo os sindicatos. Muitíssimo porque, aí, há uma política de ampliação onde primeiro se convocaram os conselhos de salários que faziam como vinte anos que não o convocaram; logo, esses conselhos de salários abarcaram outras atividades, os setores que não estavam aí, entre outros os trabalhadores rurais, as trabalhadoras domésticas, e também se deu noutros setores e em outras grandes empresas que não se permitia a atividade sindical. O marco legal se fazia cumprir, o que possibilitara a organização, permitindo que expandissem em nível de trabalhadores e associados. Além disso, com certo auge econômico, esses sindicatos saíram fortalecidos na medida que os trabalhadores conseguiam melhores ingressos. Reforçava esta pertença. E isto da autogestão, até pouco, estava sendo olhado com receio. A nível discursivo está, mas nos fatos nem tanto. Logo que tem havido recursos de governo para apoiar, tem sido também um incentivo. O FONDES também. Convênios do PIT-CNT. Há conflitos pela ocupação de espaços. Logo, no projeto mais global, somos sócios. (grifo nosso)

Outro aspecto importante é quanto ao controle da demanda operada pelo mercado, muito bem apontado por Rieiro (2008, p. 132): um problema generalizado que encontram as ERT's é a correlação em que a geração de mais-valia se mantém mediante a articulação estratégica do controle da demanda. Este seria o caso do trabalho da facção cujo empreendimento tem como seu mais importante cliente o antigo dono.

Este exemplo, com algumas nuances, nós encontramos nos empreendimentos da Cadeia Solidária. No caso da Coopertextil, em função de ainda não estar funcionando a Cadeia, e dada falta de recursos para investir, a sua receita hoje é gerada pelo trabalho a facção, atendendo a antigos clientes da indústria têxtil. Em um primeiro momento, um de seus principais clientes era o antigo dono, que tinha ficado com a etapa do processo industrial que gerava maior valor agregado, que era o acabamento. Esta etapa foi recentemente repassada para a cooperativa, pelo que se espera expandir os seus ganhos na prestação de serviços

enquanto não gerar os seus próprios produtos para comercializar no mercado sem intermediários.

A Coopima, entrando em funcionamento, terá também, em um primeiro momento, que colocar parte da produção não absorvida pela Cadeia no mercado. Neste processo, estará regida pelas leis da oferta e da demanda, que não são tão autônomas, como pretendem fazer acreditar. Certamente, ficará, por um longo tempo, dependente do poder de barganha que os compradores têm em relação a um novo empreendimento que ingressa no mercado e mais especialmente àquele que está retomando as atividades geridas por trabalhadores em condições desfavoráveis²⁹.

Os processos de recuperação da Coopima e da Coopertextil foram diferentes daquilo que normalmente se tem registrado. A esse respeito, a seguir, apresentamos um trecho da entrevista feita com E3:

*Outra coisa que nos chamou a atenção de seu processo de recuperação é que não comparte a forma de recuperação com outras experiências que há no Uruguai, onde tem havido momentos mais de luta de confrontação, na hora de recuperação da fábrica. Não foi desta forma em que **se recuperou a fábrica. Foi todo por uma via que nos chamamos legal e formal. Não houve ocupação; não foi pela via da força.** Isto foi o que nos chamou a atenção mais por fora; quando começamos o trabalho, mais perto, nos demos conta que tinha outra particularidade a mais: que contava com **os engenheiros que haviam montado a fábrica a fins do século XIX, nos anos 70.** Os dois engenheiros. O engenheiro mecânico que a empresa originária havia contratado para que fora procurar as máquinas à Alemanha estava dentro da cooperativa. Não como sócio da cooperativa, mas como colaborador. E o engenheiro que havia sido responsável por montar todo o processo de produção também. Quando começamos a trabalhar com eles, era o presidente da cooperativa. **Aí, há uma coisa que também foi muito curiosa para nós.***
(grifo nosso)

²⁹ Rieiro (2008, p. 134): As dificuldades com as que os trabalhadores se encontram para construir viabilidade econômica e social – sem capital de giro, sem acesso a créditos por falta de garantias, por falta de conhecimentos globais da empresa, por falta de capacitação na sua gestão e um contexto de necessidades urgentes que necessita atender – poderíamos dizer que, em primeira instância, as põe em condições desfavoráveis, embora não por isto determinantes no mercado capitalista.

Mesmo com o fechamento da antiga empresa Polímeros Uruguayos S/A, mantiveram-se, no quadro das cooperativas, trabalhadores que exerciam cargos gerenciais, como o caso próprio gerente industrial. Isto não é comum nos processos de empresas recuperadas em que, normalmente, os primeiros a sair, ou por iniciativa própria, ou porque o corpo de trabalhadores não desejava a sua permanência, são os executivos da empresa. Normalmente, isto é apontado como uma das grandes dificuldades no processo de recuperação das empresas em função de, nesta saída, se perder um grande patrimônio de conhecimentos, pois o modelo tradicional de administração capitalista concentra as decisões e os conhecimentos relevantes ao empreendimento no nível estratégico das empresas. Isto pode ser bom ou ruim. Ao mesmo tempo que se garante a manutenção do conhecimento sobre o funcionamento do empreendimento, há uma tendência a querer que tudo permaneça como antes. Este aspecto foi observado e exposto por alguns dos entrevistados da referida cooperativa.

A Coopertextil também foi uma saída encontrada pelos trabalhadores com os dirigentes da antiga empresa para preservar os postos de trabalhos sem processos mais conflitivos, como se reproduz no depoimento de E9:

Eu vim com esse propósito de ajudar a fazer a coisa. Aí, nos pensamos em cooperativa, pois na época havia um apelo muito grande do governo com relação ao emprego. O desemprego muito grande no País, e o governo estava ficando preocupado com aquilo. Então, a cooperativa era uma forma de manter os postos de trabalho. Não como empregado mas manter os postos de trabalho. E, esse apelo que nos fez resguardar de muitas ações de credores contra antiga fábrica, e o apelo era sempre esse. O Juiz deixava de sentenciar, por exemplo, a busca e apreensão de uma máquina em função disso aí. Procurava outros caminhos, retardava o processo, acertava negociação, porque 100% das máquinas estavam penhoradas, estavam dadas em garantia de empréstimos. (grifo nosso)

Nas cooperativas de reciclagem, verifica-se que a manutenção das coordenações tem origem no perfil dos trabalhadores, notadamente, de baixa escolaridade e que carregam diversos condicionamentos sócio-econômico-culturais.

Veronese (2009, p. 159) observa, com clarividência, este fenômeno e coloca a educação como determinante para se legitimar na função de comando:

E característico das **nossas sociedades o fato de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades para organizar interesses e participar autonomamente em processos de tomada de decisão.** Portanto, faria sentido explicar através dessas assimetrias a dificuldade que os sujeitos na economia solidária encontram para apropriar-se de novos modos de trabalhar e de se relacionar. **Quem tem maior capacidade expressiva/discursiva - dentro de uma usual concepção - pode acabar assumindo o papel de “chefe”, caracterizando a troca desigual.** (grifo nosso)

4.2.2 A autogestão

4.2.2.1 A autogestão e a heterogestão

Baseado nas conceituações desenvolvidas por Cançado (2004, p. 16), caracterizamos a diferenciação entre autogestão e heterogestão, a saber:

[enquanto a] [...] autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do trabalho e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização, a heterogestão [...] (gestão de diferentes ou desiguais) é o modelo hegemônico presente na sociedade capitalista. (CANÇADO, 2004, p. 16)

O conceito da autogestão é fundamental para compreender a lógica dos empreendimentos solidários e particularmente da forma de se organizarem os componentes da Cadeia, lembrando, ainda, que “[...] é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida, e não apenas na gestão do empreendimento, embora seja a forma mais expressiva pela busca do compartilhamento da gestão do trabalho, buscando a autonomia e a independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõem cada coletivo.” (CNES, 2014, p. 39)

Como podemos verificar, embora se trate de um conceito em construção, que se pratica no cotidiano da organização e nos diferentes atos da vida, constitui-se num princípio fundamental para diferenciar o tipo de relação econômica e societária que temos e que pretendemos construir.

Ela mantém estreita relação com outros valores caros à Economia Solidária, a saber: a autonomia, a democracia participativa, o trabalho associado, a educação libertadora, dentre outros, que incidem no processo de emancipação dos coletivos de trabalhadores.

Em relação à educação, de acordo com o documento final da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, realizada em Brasília, em abril de 2014, entende-se que a autogestão deve perpassar:

[...] as práticas educativas, que se materializam, em suas diversas dimensões - pessoal, familiar, comunitária e social no exercício da cidadania e da democracia, **na luta por direitos, na tomada de decisões de forma coletiva, na propriedade coletiva dos meios de produção, nas práticas territoriais e no relacionamento entre Estado e sociedade.** (CNES, 2014, p. 9) (grifo nosso)

Para que este processo assuma o caráter emancipador, deve-se iniciar pelo próprio sujeito, demonstrando capacidade e disposição “[...] para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo”, devendo reconhecer, ainda, as limitações culturais que precisam ser superadas.” (CNES, 2014, p. 10)

A autogestão está relacionada com a autonomia e com a democracia.

A democracia também é um valor fundamental para o projeto autogestionário; deve-se propor, portanto:

[...] **combinar a democracia política com a democracia econômica**, a democracia representativa (dos cidadãos individualmente concebidos) com a democracia participativa (dos cidadãos, individual e socialmente conformados: os trabalhadores, os grêmios, as associações ou as classes existentes); **combinando assim mesmo a democracia geral com a democracia cotidiana na família, o centro de trabalho, a escola, a igreja, o município, a comunidade, isto é, nos territórios e nos setores.** (NUÑEZ, 2007, p. 142) (grifo nosso)

Outro aspecto relevante para compreender a autogestão diz respeito à propriedade dos meios de produção sob o controle dos trabalhadores. Em consequência desse fato, é importante compreender a concepção de trabalho associado. Envolve três aspectos fundamentalmente, quais sejam: o controle dos meios de produção, o processo de decisão coletiva e a distribuição equitativa dos resultados.

Como bandeira do ideário de luta dos trabalhadores, a perspectiva de recuperar os meios de produção para superar a condição de alienação a que foram expostos está muito presente no imaginário dos trabalhadores. Mesmo assim, de acordo com Mészáros (2011, p. 628):

A questão fundamental é o controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de subverter os direitos de propriedade estabelecidos: precisamente por isso é que devemos constantemente ter em mente que a “expropriação dos expropriadores” é apenas o pré-requisito necessário para as mudanças necessárias.

Mesmo superando a figura do patrão, tendo o controle dos meios de produção, ainda não ficamos liberados das regras do capital que se espalham por todo o sistema, que envolve não somente as empresas, mas inclui toda a estrutura estatal, criada para suportar a hegemonia capitalista, os fluxos de riqueza, integrando os mecanismos de mercado etc. Talvez, nos

primórdios do capitalismo, deter os meios de produção resolveria o problema; hoje, temos que nos questionar a respeito dos mecanismos de distribuição, do mercado, do local e do global.

As grandes cadeias produtivas estão sob o controle da capital, abrangendo o mercado mundial, restringindo, sobremaneira, as possibilidades de influenciar decisões que impactam nas relações de produção e do trabalho. Portanto, é estratégico que se construam cadeias produtivas regionais onde se possam estabelecer condições mais favoráveis para os trabalhadores e os consumidores locais.

No âmbito dos empreendimentos, têm que se superar inúmeras contradições decorrentes da racionalidade presente nas empresas, como manter as estruturas hierarquizadas, a divisão social do trabalho às avessas, os processos decisórios centralizados, por meio de uma participação autêntica, estabelecendo formas de valorização do trabalho, com critérios mais equitativos e a renovação dos cargos de dirigentes.

Somos da ideia de que estamos num processo evolutivo, que tende se a perpetuar com avanços maiores, na medida em que se vão verificando resultados positivos que sinalizem boas condições de materializar o projeto de uma outra economia. Estes resultados deverão ser construídos e sentidos a partir dos empreendimentos.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões organizacionais na Cadeia Solidária, temos que:

Os trabalhadores, mesmo tendo uma boa avaliação das condições que oportunizam as práticas autogestionárias, entendem que persistem algumas dificuldades, a saber:

- A participação das decisões é pouco qualificada e prevalece a postura de esperar pelo dirigente, pois não se sentem ‘donos’;
- Mesmo se procurando aproveitar o potencial de cada trabalhador para que se sinta produtivo, alguns percebem diferenças de valoração das pessoas; e
- Percebe-se, ainda, pouca problematização quanto à produção e a partilha.

Embora se confirme o entendimento do que signifique a autogestão, é ainda forte o sentido de olhar para cooperativa como um local de trabalho, não priorizando o exercer e o reconhecer de outros ganhos além do financeiro, decorrentes desta nova forma de produzir e se relacionar. É forte, ainda, a subjetividade “celetista”.

Os trabalhadores das ERT's poderão apresentar uma postura mais ativa; porém, pelos aspectos já mencionados até o momento, fica claro que a autogestão é, ainda, um conceito pouco vivenciado nestes empreendimentos, salvo as questões de caráter estatutário que se devem cumprir, como a realização de assembleias, composição dos colegiados, dentre outros mecanismos, mas que estão longe de carregar o potencial transformador da autogestão.

Consideramos esta avaliação relevante na medida em que se trata de uma dimensão essencial para a Economia Solidária, a qual condiciona outras dimensões como a cooperação, a participação e a autonomia. Em consequência, dependendo do resultado desta combinação, haverá um menor ou maior impacto na emancipação dos coletivos de trabalhadores.

4.3 AS DIMENSÕES CULTURAIS E SEU POTENCIAL EDUCATIVO- EMANCIPADOR

Aqui, abordaremos os valores da Economia Solidária, desenvolvendo mais amplamente as dimensões de cooperação, de solidariedade, de diversidade, de participação e de trabalho associado e de tempo livre e seu potencial emancipador.

A Economia Solidária caracteriza-se por um conjunto de valores e por princípios que se constituem nos pressupostos de uma nova cultura organizacional, uma nova forma de fazer economia e uma proposta societária em construção.

Devido ao foco da pesquisa, estaremos avaliando a inserção destes valores no coletivo de trabalhadores dos empreendimentos que compõem, até o momento, a Cadeia Solidária.

Como vimos, existe uma estreita ligação entre a dimensão cultural e a organizacional, assim como estes valores e princípios perpassam o âmbito dos empreendimentos. Espera-se que os mesmos façam parte das relações dos trabalhadores nas diversas situações do cotidiano das suas vidas. Este seria um bom indicador de que estamos tratando de uma transformação de caráter mais amplo.

Como um último esclarecimento, cabe registrar que há uma muita proximidade entre eles (valores e princípios), como também com outros que apresentaremos nas outras dimensões. Portanto, não se deve estranhar que algumas análises sejam eventualmente mais desenvolvidas numa dimensão do que noutra.

4.3.1 A cooperação

O termo cooperar vem do latim *cum operari*, que significa “trabalhar com” ou “fazer com”. Diz respeito “[...] ao ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar, sinalizando por tanto para um sentido de ação e um sentido de movimento coletivo [...]” (JESUS e TIRIBA, 2003, p. 49). Estes mesmos autores (2009, p. 80) registram que, “em sentido amplo, indica ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social”.

Nesta mesma linha, Marx (1983, p. 259) define que: “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processo de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação.” Marx (1983, p. 259-260) apresenta, ainda, decorrente do processo de cooperação, o conceito de sinergia, ou seja, a forma de alavancar um resultado superior ao somatório do produzido por cada trabalhador isoladamente:

[...] a soma mecânica das forças dos trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa [...]. O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos muito mais longo ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual, por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. Abstraindo das novas potências de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global, **o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas [...].** (grifo nosso)

Razeto (1991), também no prólogo de sua obra *Empresas y Trabajadores y Economía de Mercado* (versão digital), procura caracterizar as dimensões do fenômeno cooperativo³⁰, como sendo, simultaneamente, um fato econômico, social, político e cultural:

o primeiro é o **econômico, que é [...] como um conjunto de sociedades e empresas de diversos tipos e dimensão que organizam uma determinada atividade econômica no mercado**, em nível de produção, comercialização e distribuição de recursos financeiros;

o segundo é o **social, que [...] como uma resposta ao problema social**;

o terceiro é o **político, que [...] como um significativo processo de agregação e formação de uma vontade coletiva que se propõe transformar a sociedade em sentido democrático**;

³⁰ Sob o termo “fenômeno cooperativo”, consideramos não somente aquele conjunto de experiências e ideias que explicitamente se referem ao cooperativismo e se reconhecem como expressões de cooperação econômica, senão também a outras formas de organizações de empresas e movimentos sociais que, embora não se identifiquem a si mesmas como cooperativas, de fato, manifestam características que as vinculam essencialmente aos modos cooperativos de fazer economia. As empresas autogestionadas, associativas e comunitárias e outras formas de organizações econômicas alternativas e solidárias as consideramos, aqui, integrando o “fenômeno cooperativo”. LUIS RAZETO <http://www.luisrazeto.net/content/proleg%C3%B3menos-1>

o quarto é o cultural, que [...] como um movimento especificamente cultural, de difusão molecular e metódica de um conjunto de ideias, valores e normas que constituem o que podemos denominar “estilo ou modo de ser cooperativo”: um particular modo de pensar, de sentir e de comportar-se individual e coletivo.
(grifo nosso)

Nestas conceituações, conseguimos perceber que a cooperação pode ser entendida como uma atitude coletiva e um movimento que se propõe a uma concepção de vida e a uma de sociedade a partir do cooperativismo. Como um tipo de organização, integra-se ao sistema econômico a partir de uma configuração própria que acompanha os valores e os princípios do cooperativismo.

O ato de cooperar, segundo Barreto (2003, p. 289), “implica em alta capacidade de comunicação e diálogo, liderança e trabalho compartilhado, respeito à ação alheia, responsabilidade, participação dentre outras tantas coisas, e tudo isso se liga à nossa história subjetiva, isto é, a nossos desejos, ambições, medos, inseguranças, fraquezas, forças etc.”

O mesmo autor (2003, p. 291-292) acrescenta que: “[...] só pode haver cooperação se há, entre os envolvidos, uma relação horizontal e autônoma de poder capaz de colocar todos na condição de igualdade de opinião e ação, do mesmo modo que garanta a justa equidade na distribuição dos ganhos da ação cooperativa, sejam eles materiais ou não, sempre em proveito de uma concepção humana de ganho.”

A cooperação faz parte do que Razeto denominou de FATOR “C”. Segundo Gutierrez (1993, p. 102), este fator agrupa um conjunto de fluxos (cooperação, colaboração, companheirismo, comunidade, comunicação, “cambiamanos”) que, embora diferentes, dimensionam a solidariedade como fator humanizante presente na Economia Solidária.

Decorrente da aplicação destas práticas e destes valores se constituem relações que terão impacto nas dimensões econômicas, educativa e social. A cooperação no trabalho, como vimos, acrescenta rendimentos superiores tanto na força de trabalho, quanto na eficácia. Assim mesmo, haverá compartilhamento de conhecimentos e informações, como também participação nos processos decisórios. Aliado a estas melhorias, este ambiente cooperativo trará, como consequência, a redução de conflitos e a satisfação de necessidades de caráter relacional e de convivência (GUTIERREZ, 1993, p. 108-109).

Como se percebe esta dimensão no dia-a-dia dos empreendimentos? A cooperação junto à autogestão e à solidariedade são tidas como um dos principais pilares da Economia

Solidária. Mesmo assim, a realidade nos ajuda a desmistificar aquilo que desejaríamos que fosse a partir do que realmente é. Pensar em cooperativismo faz parte do horizonte daqueles que trabalham para construir uma outra relação de produzir e de viver; todavia, não nos devemos esquecer que, para poucos, esta tem sido uma opção, uma escolha consciente. A maioria tem sido trabalhador numa cooperativa por circunstâncias que, na maior parte das vezes, estavam fora de seu controle. Além disso, também não podemos esquecer que nossa subjetividade foi moldada para o individualismo e para a competição, seguindo a lógica do capitalismo. No ambiente dos empreendimentos, as mais diversas situações ocorrem: trabalhadores que desenvolvem uma relação consoante com os valores do empreendimento solidário, quer dizer em harmonia, enquanto, noutros casos, esta relação é dissonante, conflitiva com suas convicções e interesses. Independentemente disso, todos os trabalhadores terão que conviver, ganhar seu sustento e tentar se adequar, sob pena de tornar esta uma causa de sofrimento.

De início, percebe-se, nas pesquisas, que este valor tem uma boa inserção no ambiente dos empreendimentos, sendo que esta orientação se materializa através da criação de relações de confiança, de respeito, de diversidade, de não existência de privilégios e, normalmente, do compromisso dos trabalhadores com as decisões tomadas coletivamente.

Ainda assim, evidencia-se que este sentimento de cooperação não perpassa o ambiente de trabalho, o que caracteriza que ele não faz parte da subjetividade dos trabalhadores. Não obstante, reconhece-se que há uma diferença a favor do trabalho cooperativado em relação ao trabalho assalariado nos empreendimentos, marcadamente pelos laços que se criam entre as pessoas por meio de condutas, como ajuda mútua, cuidado com o outro, preocupação com a saúde, clima de confiança, entre outras.

Os apoiadores também retratam esta situação, alegando que a competitividade e a condição de sobrevivência atropelam o sentido da cooperação. Também é registrado que ainda se desconhece o potencial que encerram as relações cooperativas para o empreendimento e para a vida das pessoas.

Verificamos, ainda, que existe um posicionamento mais crítico quanto à inserção deste valor nas ERT's da Cadeia. Para tanto, extraímos alguns trechos de depoimentos feitos por trabalhadores que exercem algum tipo de liderança formal e/ou informal dentro dos empreendimentos, a saber:

E10-

[...] agora não tem patrão ou gerente que te mande, sabendo que o salário pode estar ou não pode estar, e que já não são oito horas, senão são bem mais [...]. Tem que pensar como se fosses dono, não como quando tínhamos chefe ou patrão: agora é ao revês. Tu é o patrão da cooperativa. Tu e todo o resto. Todos têm que acompanhar o que não acontece.

Quando já vem de outras empresas, já são pessoas maduras, e o câmbio para ser cooperativista é muito difícil. Talvez trazendo gente nova que se vá integrando seja mais fácil, mas as pessoas mais maduras com os seus hábitos e suas coisas é muito difícil que mudem. A nós nos tem custado e nos custa.

*E há pessoas que se têm ido aposentando e dizemos: melhor! É meio egoísta, mas é melhor porque tem esse costume. Nos passou na prova: **iniciavam meia hora depois, porque eram donos; não pensavam que nos estavam prejudicando e antecipavam meia hora antes porque se tinham que ir.** Não lhes importava se ficavam as máquinas acessas: que venha o resto ou que venham os diretores, porque eles eram encarregados. (grifo nosso)*

E11-

*O que nos levou a formar a cooperativa é voltar a ter um trabalho estável e digno. E o que vemos que está passando noutras cooperativas é que **tem logrado reabrir e trabalhar, mas não põem suficiente esforço para se manter.** Ou seja, tudo o que custou, enquanto não tiveram o trabalho, dedicaram horas, trabalharam e buscaram. Agora que estão trabalhando, não fazem demais, ao invés: “se podem fazer dois, fazem um.” (grifo nosso)*

E7-

*Eu tive bastante dificuldade para me adaptar. **Tinham pessoas que ocupavam espaço, lutavam na função pela qual eram responsáveis de executar, vibrando no trabalho, e tinham outras pessoas que não enxergavam dessa forma, ficavam à margem, encostadas, criando um clima desfavorável no setor.** A gente foi trabalhando com essas pessoas, que todos os cooperados têm o mesmo direito, e que a gente precisava que elas retomassem o espaço delas,*

*que a gente contava com elas. Foi uma luta bastante grande. Outros cooperados achavam que a coordenação estava de marcação com determinadas pessoas e nos optamos para que essa pessoa, que estava enxergando outro caminho, participasse junto com essa que achava a coordenação estava exigindo demais. Então, no meu ponto de vista, nós estamos **tratando de pessoas que não vestem a camisa, não participam do grupo da cooperativa como gostaríamos, chega na ordem de, no máximo, a 5%. Se os restantes 95% dos cooperados conseguem trabalhar bem, esse pessoal com essa orientação de insistir falando, é possível reverter totalmente a cultura para o que deve ser o cooperativismo.** (grifo nosso)*

Embora uma visão mais crítica de representantes destes empreendimentos seja necessária, deixam claro que há condições de transformar uma postura que não é condizente com os princípios do cooperativismo.

Outro aspecto pouco explorado pelo movimento são as relações de intercooperação. Ainda que sejam consideradas relevantes pelo potencial que encerram, sendo vistas como um conceito inovador (E13), tem-se confirmado, através de pesquisa, que tem baixa incidência este tipo de prática. Nesse sentido, Gaiger (2004, p. 395) já nos indicava esta situação:

Um dos registros unânimes da pesquisa diz respeito à infreqüência de vínculos econômicos entre os empreendimentos, às fragilidades sistêmicas da economia solidária. Empresas de autogestão, cooperativas agropecuárias e grupos informais em sua **maioria encontram-se isolados, sujeitos aos ditames do mercado do setor em que atuam, no qual disputam a preferência por seus produtos e serviços segundo as regras do jogo.** (grifo nosso)

Novaes (2011, p. 81) faz referência a uma das pesquisas feita por Dal Ri e Veitez que registram também esta situação, colocando a experiência da Justa Trama, a cadeia do algodão orgânica, como não desprezível:

[...] sobre as possibilidades de compra e venda entre as Fábricas Recuperadas brasileiras mostrou as impossibilidades de se tentar realizar estas operações dentro de um possível muro ou rede que isolasse e integrasse as mesmas. **O critério para o estabelecimento de relações com outras empresas era a combinação de custo e qualidade, sendo ou não a empresa dos trabalhadores.** Em outros setores, principalmente **no têxtil, já há tentativas de interligação dos empreendimentos econômicos solidários ao longo de uma cadeia produtiva e isso não pode ser desprezado.** (grifo nosso)

Como vimos uma vez mais neste trabalho, indicamos que, independentemente de estarem inseridos no setor como EES ou como consumidor sensibilizado para os princípios da

Economia Solidária, estes têm como parâmetros, para opção de compra, a qualidade e o preço. Portanto, não podemos deixar de lado estes aspectos quando formulamos a estratégia para o empreendimento. Além disso, coloca, como um exemplo a ser seguido, a construção de Cadeias, a orientação do movimento desde a I CONAES, lembrando que a cadeia do PET espelhou-se, e muito, na Justa Trama.

Na cadeia do PET, isto está presente. Em mais de uma oportunidade, já presenciamos discussões, abordando como seria feito se, no caso da hora das cooperativas de reciclagem terem que disponibilizar as garrafas para as centrais, “o mercado” estaria com um valor mais elevado do que o pago pelas Centrais? Em primeiro lugar, é o cúmulo aceitar este tipo de discussão sabendo que os próprios recicladores são os donos das Centrais. Deixando de compreender que o mercado poderá ter oscilações de preços para baixo ou para cima, conforme as conveniências das empresas, enquanto a Cadeia procurará acordar entre os elos um preço justo e, mais, no encerramento das atividades anuais, havendo sobras, estas serão distribuídas entre as cooperativas associadas.

Também ouvimos este questionamento da Coopima, quando tem que colocar a produção de fibra sintética, havendo preço mais atrativo no mercado, quem teria prioridade de compra, se a Cadeia ou as empresas. Aqui, gravitam dois problemas: o primeiro é que, enquanto não estiver a Cadeia em funcionamento, haverá este tipo de especulações, e não foram assinados os acordos entre os elos, pois estes determinarão, dentro do espírito da declaração de princípios, que a Cadeia terá prioridade de atendimento. Fica muito claro que, ainda, com todo o esforço feito, permanecem na subjetividade de muitos trabalhadores o caráter competitivo, a prevalência do interesse individual frente ao coletivo e, para nós brasileiros, isto é: a lei de tirar vantagens. Não obstante, sempre lembramos, nas nossas intervenções, três aspectos extremamente relevantes para resgatar o senso crítico dos participantes da Cadeia: o que nos trouxe até aqui?; quais foram as causas dos processos de exclusão a que fomos submetidos?; e, finalmente, qual é a origem dos recursos que estão dando respaldo à recuperação dos empreendimentos e à construção da Cadeia? Não é preciso dar as respostas, porque elas são mais do que conhecidas.

Neste sentido, tive oportunidade de registrar um depoimento sincero que reflete a necessidade de uma maior coesão entre os membros da Cadeia, em que uma das lideranças, E10, diz-nos, refletindo o nível de envolvimento do coletivo de trabalhadores: “*Nós não*

estamos comprometidos. Até agora dizemos que estamos na Cadeia, mas não estamos comprometidos.”

A intercooperação é, então, uma estratégia importante a ser desenvolvida para o adensamento da Economia Solidária e, particularmente, para contrarrestar os efeitos, ao menos parcialmente. Os efeitos de que trato aqui advêm do sistema capitalista que deixa poucas brechas para outras formas de conceber e viabilizar a economia. A construção da Cadeia Solidária é um projeto que vai nesta direção.

4.3.2 A solidariedade

O termo solidariedade tem sua origem no latim *solidum* (fazer em conjunto). Possui uma estreita ligação com o ato cooperativo.

Conforme Laville (2009, p. 310), o conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos [...]: a) a solidariedade filantrópica em que cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente; e b) a solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas.

Lisboa (2003, p. 244-245) entende que se está, progressivamente, redescobrando o papel das emoções e reabilitando a vital dimensão da solidariedade. Desta forma são relegitimados os papéis da religião, da subjetividade e das paixões. Assim mesmo, alerta que solidariedade não é pura emoção, alimenta-se na vida social, sendo também atitude, compromisso político e ético.

Além de fazer parte como valor das relações pessoais, passa a constituir “[...] um projeto societário alternativo ao capitalismo” (LISBOA, 2003, p. 248). Faz parte da concepção de outra economia, em oposição à capitalista, portanto “[...] é incompatível com o mercado competitivo e com o aumento de riqueza” (LISBOA, 2003, p. 245).

Esta economia se constrói a partir de diversas experiências organizacionais de caráter econômico, baseada em novas e antigas formas de solidariedade, que se materializam de forma diversa, e cujas finalidades podem abranger desde a geração de fontes de trabalho e renda até a proposta de um novo modelo societário.

Conforme Gaiger (2004, p. 397), “as experiências concretas de solidarismo econômico possuem a propriedade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos seus fins.”

A superação dos condicionamentos a que os trabalhadores se vêm submetidos tende a acontecer por meio da construção de empreendimentos que se oponham à racionalidade utilitarista sob o primado da mercadoria, da empresa capitalista, que repercutem nas relações sociais e econômicas.

Segundo Barbosa (2007, p. 89), “[...] o solidarismo em atividade econômica não era tradição da prática política dos trabalhadores brasileiros e nasce nesse contexto já como crítica ao tipo de cooperativismo que vingou em nossa sociedade, voltado principalmente para a agroindústria.” Também se deve lembrar das relações existentes nas classes populares e povos originários que tinham, na vida comunitária, diferentes formas de realizar atos econômicos, mas sem caráter mercantil.

Como é percebida a dimensão solidariedade nos empreendimentos?

De acordo com os resultados da pesquisa e de nossas observações, reparamos que a solidariedade é um conceito compreendido e presente nos empreendimentos. Este valor, na visão dos trabalhadores, está inserido nas relações de cooperação, na preocupação do bem-estar dos colegas, no compartilhamento de conhecimentos, na aceitação de posicionamentos divergentes, na procura da melhoria da qualidade de vida, no clima de confiança e de fraternidade, dentre outros aspectos.

Assim mesmo, percebe-se que este valor não transcende o local de trabalho, fazendo jus ao que um apoiador comentou em E19:

Entendo o conceito de solidariedade quase como uma imposição no grupo para que seja taxado como economia solidária. Considero baixa (intensidade), principalmente porque não somos educados para ser trabalhadores solidários, e sim competitivos. Além disso, têm vários grupos que remuneram conforme a quantidade de material triado pelo reciclador, o que, ao mesmo tempo que nubla a solidariedade, eleva a capacidade de triagem do grupo (como estímulo), criando um paradoxo. (grifo nosso)

Aproveitando esta colocação, temos que registrar que, ao menos entre os trabalhadores das cooperativas de reciclagem e os apoiadores, existe uma visão bem diferente de como se percebe esta dimensão nos empreendimentos. Os trabalhadores possuem uma avaliação mais positiva.

Não deixando de considerar a visão de quem está diretamente vinculado aos empreendimentos, somos sensíveis ao pensar que existe quase que uma forma de auto-sugestão para nos convencer de que aquilo que vivenciamos é bom diante da impossibilidade, na nossa percepção, de mudar a realidade imediata.

Há, de fato, momentos em que a solidariedade está ausente. Verificam-se, por vezes, a exacerbação do trabalho individual, o caráter competitivo, as relações assimétricas de poder, fazendo uso inadequado da autoridade, a superficialidade nas relações, a intolerância, os conflitos que não têm um caráter construtivo, dentre outras situações identificadas.

Outro depoente (E37), vinculado ao projeto da Cadeia, apresenta-nos a sua visão sobre a prática da solidariedade nos empreendimentos:

O “ser” solidário tem que vir pronto, ele já existe dentro da pessoa, apenas tem que ser posto pra fora. Costumo dizer que Economia Solidária não se ensina, apenas despertamos. Podemos ensinar o conceito. Isto fica muito claro nos empreendimentos, ex: artesanato. Elas produzem em casa, escondem os moldes para não serem copiadas, se organizam para feiras e juram que são da economia solidária.

As contradições identificadas neste depoimento mostram a diversidade de situações em que se encontram no EES. Nesta interpretação, a solidariedade deixa de ser um valor construído socialmente. Além disso, num contexto da Economia Solidária, percebem-se atitudes egoístas, que em nada contribuem para o fortalecimento do coletivo, um dos pontos de diferenciação com as relações que se geram em ambientes de competição.

Sem querer deixar de ser sensível ao grande esforço que se faz cotidianamente para manter estes empreendimentos funcionando, o que não pode ser enquadrado como de baixa complexidade, pelo menos do ponto de vista das relações humanas, é que temos clareza de que assumir o ideário da Economia Solidária tem que ser algo que implique compromisso

permanente com a busca de uma vida melhor, e não apenas um tormento diário para a sobrevivência.

4.3.3 O respeito à diversidade

Segundo Lisboa (2003, p. 247), “o desafio maior da construção de um mundo mais justo reside em conviver na diversidade, no reconhecimento do outro!” Reconhecer o outro (alteridade) constitui-se em um dos fundamentos da solidariedade.

No Relatório Final da V Plenária da Economia Solidária (CNES, 2012 p. 54), que é um dos importantes espaços de manifestação do movimento, considerou-se: “[...] as diferenças como riqueza e como valor, mas que no processo histórico constituem motivos para práticas das desigualdades.”

Ao mesmo tempo em que o movimento da Economia Solidária se posiciona a favor da diversidade, o autor reconhece que, neste País, ainda “[...] raça, gênero, geração, orientação e expressão sexual, deficiência e pertencimento a povos e comunidades tradicionais tornam-se marcas de diferenciação e hierarquização.” Portanto, não é alguma coisa menor que possa ser deixada de lado ao discutir a construção de uma outra economia; em consequência, também, no desenvolvimento de um projeto como o da Cadeia Solidária, com grande visibilidade por se tratar, como vimos, de uma experiência original.

Por conseguinte, é relevante analisar o grau de engajamento dos empreendimentos nessa e noutras lutas que visam ao reconhecimento de setores historicamente marginalizados pela sociedade. A inclusão social é uma das marcas da Economia Solidária. Ao mesmo tempo em que se assumem estes valores na Economia Solidária, o que é elogiável, esta condição tem sido percebida pela sociedade e “utilizada” pelos governos para viabilizar a execução de políticas e programas de cunho assistencialista.

Este posicionamento vem a deturpar o caráter emancipatório e universal da Economia Solidária, já que, ao mesmo tempo em que gera condicionamentos e tutelas para estes grupos, retira da Economia Solidária a perspectiva de abranger todas as pessoas sem quaisquer distinções.

A superação das desigualdades sociais, econômicas e políticas é encontrada dentro e fora dos empreendimentos. Pela natureza do projeto, caberá, aqui, apontar, tanto quanto possível, as causas externas sob as quais não possuímos controle e tentar problematizar e

encaminhar eventuais soluções nas nossas organizações. Um exemplo de desigualdade que enfrentamos na realidade é o lugar que ocupam homens e mulheres em nossa sociedade, sendo que estas são a maioria nos EES.

Como se percebe a inserção do valor relativo ao respeito à diversidade?

De acordo com a pesquisa e com as observações feitas, percebe-se que a diversidade é aceita e materializada através do ingresso sem restrições de trabalhadores, independente de sua cor, raça, gênero, opção religiosa, opção sexual, ideologia, idade, ou qualquer outra forma de discriminação. Apoiam-se mulheres que vêm com histórico de violência doméstica, dependência química, problema de racismo, homofobismo e por quaisquer formas de exclusão e opressão. Talvez seja este um dos valores da Economia Solidária mais praticados, incluindo socialmente aquele que o necessite, disposto a trabalhar dentro de suas características, no seu ritmo e limite.

No entanto, percebe-se, ainda, algum problema pontual, como a questão de gênero que se manifesta de várias maneiras. Duas foram nas situações apontadas pelos respondentes da pesquisa: a dificuldade para as mulheres assumirem cargos de liderança e a demonstração severa de preconceito no cotidiano em relação a gênero e à opção sexual. Tais depoimentos surgem em relação ao MNCR.

Causa estranheza que tanto esta temática, quanto a de formação política, estejam ausentes nos programas formativos. Pode ser este um dos motivos também que faz com que os empreendimentos não participem ou integrem as bandeiras de lutas de outros movimentos sociais.

A questão do respeito à diversidade, mesmo que ainda haja aspectos importantes a serem superados, possibilita uma discussão sobre a inclusão, e esta parece ser maior entre os participantes da Cadeia do que em qualquer outro setor da população, principalmente pelo histórico de vida dos recicladores, assim como da classe trabalhadora mais pobre/humilde que historicamente teve e tem seus direitos negados. Dessa forma, a cooperativa vem sendo um refúgio interessante.

4.3.4 A participação

Segundo Razeto (2007, p. 328), a participação:

[...] é **expressão de solidariedade** à vez que a cria e a reforça. É expressão de solidariedade na medida que por ela se **exerce uma atividade integradora**, que **compromete às pessoas numa empresa e projeto comum**, em cuja realização e desenvolvimento **assumem e compartilham responsabilidades**. E através dela [...] **configura sujeitos coletivos, associativos ou comunitários**, que fazem pesar a sua consciência e vontade, suas ideias, objetivos, interesses e aspirações, na tomada **de decisões** respeito de atividades e processos que lhe dizem respeito. [...] **cria e reforça vínculos, relações e valores de solidariedade entre quem a realizam e nas organizações implicadas ou afetadas pelo seu exercício e pelas mesmas decisões emanadas pelo seu intermédio**. [...] implica essencialmente um **processo constante de comunicação** de intercâmbio de experiências e de informações, de buscar o consenso através da porta em comum dos objetivos, ideias, interesses e aspirações de cada um. [...] pode conceber-se de **dois modos: como cooperação dos dirigidos no exercício da autoridade, e como forma de gestão associativa e solidária**. (grifo nosso)

A conceituação de Razeto coloca a participação como uma mediação fundamental para a realização de um projeto, mas não de qualquer tipo de participação. Como vimos, exigem co-responsabilidade, comunicação e diálogo constantes com os envolvidos e compromisso com as posições assumidas.

Nesse sentido, Tragtenberg (1980, p. 86) alerta, tomando como exemplo o âmbito empresarial, para o diferenciar do participacionismo em relação à participação autêntica. Segundo o autor, “o ‘participacionismo’ não diminui em nada o poder da direção. O empresário não aceita, de forma alguma, dividir a autoridade na empresa; aceita [...] troca de informações, admite a consulta, a delegação de responsabilidades, sem colocar em xeque a decisão”.

Nessa linha, o participacionismo não é muito diferente em outros ambientes. Em quantas oportunidades nós somos chamados pelos governos de turno para apoiar um determinado projeto quando as finalidades e os limites já foram previamente estabelecidos.

Nesse sentido, resgato uma opinião de uma das lideranças dos trabalhadores (E18), entrevistado quando indagado sobre o que se tinha aprendido com o processo de construção da Cadeia:

O principal ensinamento bom foi o se discutir uma cadeia produtiva de início ao fim entre os trabalhadores. Discutir todo esse processo, de como vai se fazer, de como vai se organizar, como que a gente vai distribuir, os conhecimentos, as riquezas geradas pela cadeia produtiva. Eu acho que essa é a parte mais interessante. A discussão dentro do processo entre os

trabalhadores, entre os apoiadores. Poder discutir o topo de uma cadeia que, até agora, nós somos a base, que mais trabalha e mais é explorada.

O ensinamento menos bom fica para gente também que estes projetos, nessa envergadura, têm que se construir desde o início com os trabalhadores. Acho que faltou um pouco neste processo. Este projeto veio um pouco de cima para baixo. Por ser feito dessa forma, talvez está com algumas dificuldades e vai enfrentar alguma dificuldades para se concretizar. (grifo nosso)

Nós sabemos a dificuldade que é compatibilizar, além dos interesses específicos, os tempos do governo, principal patrocinador da Cadeia, com o tempo do movimento e o tempo, particularmente, dos trabalhadores de cada empreendimento. Por vezes, sacrifica-se, pelo menos em algumas fases do processo, como entendo ser o caso, a participação mais ampla nas discussões. Mesmo assim, fica um aprendizado para compreender o que os novos tempos exigem nos termos de Tragtenberg e uma participação autêntica ou, na perspectiva de Boaventura de Souza Santos, uma democracia sem fim, que disponibilize os espaços para a participação. Ou, colocado de outra maneira: “[...] a democracia representativa da forma como se consolidou no século XX não dá conta dos problemas sociais e culturais contemporâneos, sendo necessárias formas alternativas de participação.” (COELHO e DELLAGNELO, 2012, p. 76)

Pateman (1992, p. 96-97) esclarece-nos que há uma diferenciação no posicionamento entre a empresa e os trabalhadores na relação de participação. “Por serem ‘trabalhadores’ eles ficam na posição (desigual) de subordinados permanentes; a ‘prerrogativa’ final da tomada de decisão fica com os superiores permanentes, com a administração.” A mesma autora esclarece que, “mesmo que os termos “influência” e “poder” estejam bastante próximos, não são sinônimos [...]. Estar em posição de influenciar uma decisão não é o mesmo que estar em posição de (ter o poder para) determinar o resultado ou tomar essa decisão. Em consequência: [...] o poder de decisão final é da administração, e, se os trabalhadores puderem participar, conseguirão apenas influenciar essa decisão.”

Assim mesmo, Pateman (1992, p. 97) verifica que existem dois tipos de participação nas organizações: a parcial, dizem respeito a decisões no nível mais baixo da administração, relativas ao controle da atividade produtiva rotineira; e a plena, dizem respeito ao

gerenciamento da empresa como um todo, relativas aos investimentos, comercialização e assim por diante.

Procuremos aproximar estes posicionamentos em relação ao ambiente dos EES e particularmente aos que compõem a Cadeia Solidária. Nos empreendimentos solidários, procura-se a horizontalização da organização que implica a participação dos trabalhadores em todos os níveis de decisão. Ainda que isto seja assim, requer um preparo dos trabalhadores e de espaços organizados para esta finalidade. Dificilmente, poderemos encontrar, da noite para o dia, empreendimentos de cunho solidário que implementem estes mecanismos e funcionem a pleno, seja por falta de capacitação dos trabalhadores, seja por inércia de manter os hábitos da empresa precedente, no caso da ERT's, ou nas próprias cooperativas populares, onde persistem os condicionamentos da lógica capitalista que fazem parte da subjetividade dos trabalhadores, manifestando-se nas relações sociais e produtivas.

Para Tragtenberg (1980, p. 30), existe:

[...] a participação autêntica, onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar a da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado.

Outro aspecto fundamental a ser analisado é a qualidade da participação. “A oportunidade de falar e manifestar-se em assembleias e reuniões propicia que o sujeito se constitua, na ação e na linguagem, na produção simbólica e na interação, num sentido emancipatório.” (VERONESE, 2009, p. 158)

Através da pesquisa e de observações feitas, percebe-se, nos empreendimentos, que há espaços para participação, e, em certa medida, está aumentando a quantidade de trabalhadores e melhorado a qualidade da participação e a cobrança para que sejam efetivadas as decisões tomadas.

Os espaços que foram mais indicados pelos trabalhadores para a participação são as assembleias, os fóruns e as reuniões. Os assuntos tratados dizem respeito à organização do trabalho, à avaliação de resultados, ao critério de distribuição de ganhos, à alteração de estatutos, dentre outros.

No entanto, há, ainda, alguns aspectos preocupantes que se distanciam do conceito da participação autêntica apresentado. Dentre eles, destacamos: a perpetuação das lideranças, já citado noutra momento deste estudo, o risco da participação pró-forma sem envolvimento efetivo e a restrição às pautas operacionais, deixando, de lado, a discussão de temas mais espinhosos e/ou estratégicos para a vida dos empreendimentos.

O aspecto da manutenção das lideranças nas funções de dirigentes também decorre da passividade de posicionamento do grande grupo que delega esta atividade a quem acha ou que está mais preparado ou está disposto a assumir esta responsabilidade. De todas as formas, esse fato é um subproduto da falta de compromisso e também da falta de preparo para que se proceda à renovação dos quadros dirigentes. O coletivo deve ser soberano para encaminhar as soluções cabíveis.

Lembra um dos entrevistados (E6): *“No Conselho Administrativo atual, todos os quatro membros foram por indicação, porque ninguém quis se apresentar para participar [...] para a próxima eleição teremos dificuldade para arrumar candidato.”*

Temos que debitar, novamente, à falta de formação política a dificuldade para conseguir pessoas comprometidas com a causa, conforme foi apontado em diferentes momentos. Nesse sentido, registramos alguns trechos de depoimentos feitos:

E13-

Eu acredito que a formação política também está em se fazer responsável. Se eu sou uma cooperativa de trabalho, tu é trabalhador. Tens que fazer o discurso sustentado com fatos. Tens um discurso político interessante, mas na prática não trabalhas.

E37-

Entender política nos torna parte pensante dentro das organizações, nos empodera e nos dá embasamento para opinar e ajudar nas decisões.

E20-

A formação política é o conhecimento dos porquês, dos comos e, a partir disso, posso tomar decisões para transformar a realidade.

Por diferentes aspectos, os entrevistados colocam a necessidade de forjar trabalhadores conscientes de seu papel no mundo, nesta sociedade e dentro da Cadeia.

Por esse motivo, é oportuno ao menos lembrar que os mecanismos de coordenação da Cadeia Solidária existem e que eles se constituem em espaços fundamentais para a construção e a gestão deste projeto. Além de se constituir em espaços de participação estratégico, as reuniões das coordenações (geral e ampliada) são também espaços formativos e educativos para a gestão coletiva do empreendimento, porque, na Cadeia, já não se pode tomar decisões de forma separada, inclusive aquelas decisões de um elo que possam ser vistas como alheias à Cadeia são da Cadeia também, porque, de alguma maneira, comprometem ou podem comprometê-la, quiçá não agora, mas no futuro sim.

4.3.5 O trabalho associado

Conforme Tiriba (2008, p. 87), o trabalho associado pressupõe a propriedade ou a posse dos meios de produção, a divisão igualitária do excedente de trabalho e a instalação de mecanismos de decisão coletiva no interior da unidade produtiva. O mesmo mantém estreita relação com as dimensões da autogestão, da autonomia e da democracia.

O trabalho associado pressupõe a distribuição de ganhos entre os membros do empreendimento, diferente da relação do trabalho assalariado das empresas convencionais. Cabe registrar que o critério de distribuição tem se mostrado diferenciado nos empreendimentos econômicos solidários, como constatamos também nos que compõem a Cadeia em estudo.

Os empreendimentos da Cadeia mantêm, em comum, a instituição de mecanismos de decisão coletiva, atendendo às exigências estatutárias das cooperativas, como é o caso da realização de assembleias (ordinárias e extraordinárias), avançando em outros espaços de participação.

Teixeira (2010, p. 193) tem verificado também que, “[...] mesmo acreditando que o trabalho na economia solidária apresente algumas vantagens em relação ao trabalho formal, como o trabalho cooperativo e as decisões tomadas com base no consenso, a preferência pelo emprego tradicional tende, ainda, a persistir.”

De fato, há um grande condicionamento resultado da experiência pré-existente de assalariamento e também pelas condições precárias em que, inicialmente ou por um longo

tempo, padecem os empreendimentos solidários. Os EES têm tido dificuldade de gerar renda semelhante ao que o trabalhador recebia ou que poderia receber caso tivesse oferta de emprego no mercado.

É muito forte, ainda, fazer a comparação em termos de ganho financeiro entre uma configuração de organização solidária e de empresa. Quando consultados os trabalhadores de uma ERT sobre que mudanças houve com a constituição de uma cooperativa, respondem normalmente da maneira como E6 o fez:

*Para mim, mudou muita coisa. [...] a gente trabalhava “CLT”, carteira assinada etc. Todo final de ano, você tinha 13º, aí vinham as férias e assim por diante. Na cooperativa, a consciência mudou. Nós deixamos de ser empregados, **não existe mais a carteira assinada, não tenho 13º, você não tem fundo de garantia, não tem a carteira assinada, porque não é CLT. Nós perdemos...** Nós temos, na Cooperativa, por força estatutária, o fundo de descanso, que é uma reserva que, mês a mês, é retirada uma porcentagem para o final de doze meses, junta esses valores e dá a retirada do 13º. [...] (grifo nosso)*

Isto não quer dizer que não exista outro tipo de compensação que não seja reconhecida pelos trabalhadores. O primeiro desafio, após a preservação dos postos de trabalho pelos empreendimentos, se é que é possível, especialmente em uma ERT, é o de manter ou recuperar os valores percebidos a título de ganhos na condição anterior. A despeito disso, não devemos esquecer que o fechamento das empresas dá-se normalmente por uma falta de competitividade, por desatualização tecnológica, por elevado grau de endividamento, como também por problemas de gestão do negócio.

Em consequência, se queremos retomar a situação anterior, ao menos nos seus aspectos positivos, teremos que superar os problemas apontados aos que normalmente se somam à falta de dinheiro e o precário conhecimento da gestão, porque muitos dos trabalhadores que ocupavam funções de dirigentes ou posições críticas no processo normalmente não permanecem na nova configuração de cooperativa. Não é a realidade no caso em estudo. Curiosamente, permanece grande parte dos trabalhadores que detinham o conhecimento do funcionamento dos processos-chaves do empreendimento.

Somos levados, pela inércia e pelos nossos próprios condicionamentos, a refazer o empreendimento como era, sem nos darmos o tempo necessário para refletir sobre outras possibilidades mais condizentes com a realidade que nos tocará viver.

Isto pode levar a uma miopia sobre as reais possibilidades de que nos dispomos, sendo isto mais ou menos dificultado em função da história pregressa do empreendimento. Se houve sucesso no passado, o fechamento vai ser avaliado como um fato incidental, e, se vai tentar reerguer o empreendimento da forma que tinha sido concebido na sua origem, desconhecendo *a priori* o tempo decorrido e as novas perspectivas que surgem para o negócio e para os trabalhadores que assumem o controle dos meios de produção e a possibilidade de pensar uma nova estratégia de atuação – isto é o que está acontecendo num dos empreendimentos da Cadeia.

De fato, o projeto da Cadeia e a interação dos trabalhadores com os agentes públicos, com o sindicato e com as instituições apoiadoras possibilitaram um repensar para o empreendimento, um novo caminho a ser seguido (E3):

*[...] começamos a **trabalhar com eles o que eu chamo de mitos de Coopima.** Como se têm uma concepção [...] da Polímeros. Agora disse Coopima, mas na [...] cabeça disse Polímeros. E todo [...] esforço técnico está para recuperar até o milímetro o que era Polímeros. Ou seja, não há lugar para o novo [...]. O [...] esforço é para todo fique como era antes. Então, o novo [...] angustia. Então, havia um mito, por exemplo, que Uruguai não tinha condições de suprir de PET a Coopima pela capacidade produtiva enorme que tinha Coopima. **Nos demonstramos com uns números que obtivemos através de uma pesquisa que, há muitos anos, que fazemos vinculada à reciclagem que Coopima precisa 400 toneladas por mês aproximadamente, e Uruguai exporta dois milhões de toneladas. Não temos problemas de suprimento interno. Outro é o caso dos recicladores (de Uruguai.) [...] sempre se tem visto como um trabalho político de parte de Coopima, mas nunca se há visto a isso como um trabalho econômico e produtivo. [...]** Hoje que tenham ido a uma planta, [...] os companheiros de Coopima faz com que tome uma real dimensão o fato de que não estamos fazendo caridade. **Estas pessoas são parte de nosso processo produtivo. Estão em piores condições que nós em termos de qualidade de vida***

e de um montão de coisas. Mas não tem que inclui-los em nada, eles são parte, já estão incluídos. (grifo nosso)

Em função deste processo, hoje esta cooperativa já ampliou a sua perspectiva como empreendimento, visando à construção de uma Cadeia nacional no Uruguai que integre os recicladores e empreendimentos do setor têxtil e de pequenas indústrias que venham a absorver parte da produção, *a priori*, não alterando o interesse de se manter dentro da Cadeia Binacional Solidária do PET. Trata-se, então, de recuperar um setor econômico completo pelas mãos de trabalhadores.

Podemos aproveitar o momento para realizar uma outra reflexão. Não queremos, com isto, afastar-nos da realidade do empreendimento, nem de suas determinantes. Podemos começar a nos perguntar se uma planta industrial de fibra sintética pode produzir apenas este produto. Há espaço para alguma adequação sócio-técnica que nos permita desenvolver um outro produto, de outra forma e que atenda eventualmente a uma necessidade tida como mais prioritária para a sociedade e que atenda a valores e princípios que consideramos politicamente corretos como os da Economia Solidária?

Neste sentido, trago à tona uma colocação de Tiriba (2007, p. 89-90), que entende que o trabalho associado tem intrinsecamente o espaço e o dever para propor este tipo de questionamento:

As definições sobre “o quê os trabalhadores vão produzir” por exemplo, vão depender de um estudo de mercado. Não obstante, outras perguntas se fazem necessárias: **Quem será beneficiado com o produto? Quais são as necessidades reais da comunidade local? Em que medida é possível atender às necessidades reais da comunidade? De que maneira? A definição de “para quem vamos vender” e se “vale a pena produzir”,** além de ter como referência os trabalhadores entendem por necessidade humanas, pressupõe a compreensão dos conceitos de valor de uso e valor de troca, até porque, no capitalismo, o segundo se sobrepõe ao primeiro, provocando a produção de riqueza e a degradação do planeta. (grifo nosso)

Acreditamos que, nos empreendimentos da Economia Solidária e nos da própria Cadeia, passaram longe deste tipo de reflexão. Em sequência, trazemos para esta análise quase que um desabafo sobre esta questão de E20:

Os princípios e valores da economia solidária, às vezes, tenho a impressão que é um discurso vazio, no sentido de que se tem que seguir aquela reza. A consciência do significado político que permeia a economia solidária, isso é um projeto de vida, de sociedade, um projeto político de se relaciona com o

mundo capitalista e tudo mais. Ai, será que as pessoas têm o alcance disso? [...] Às vezes, vejo as pessoas envolvidas diretamente na produção e penso que isso é apenas um slogan. No que isso seja mais internalizado na compreensão de que se trata disso. Isso causa uma dívida, isso causa um sentimento de frustração, em certa medida. [...] (grifo nosso)

Aqui, temos que registrar o desconhecimento que os EES têm do potencial de transformação da educação, caracterizado, dentre outras formas, pela falta de espaço, nem dizemos de investimento para não justificar a falta de dinheiro como motivo para deixar de fazer. Espaço para reflexão, numa perspectiva educacional não bancária, ajuda-nos a questionar esta lógica e gera a busca por alternativas para sua superação.

Nesse sentido, Tiriba (2008, p. 82) esclarece que poderemos ter trabalho associado que “[...] não está, necessariamente, relacionado com a perspectiva de transformação das relações capitalistas de produção, restringindo a um processo de produção de bens e serviços; situação que pode ser verificada no atual momento da acumulação flexível, em que a crise estrutural do emprego repercute na proliferação das estratégias de trabalho, entre elas as associações cooperativas.”

Também se requer, para implementar o trabalho associado, na perspectiva autogestionária, que todos tenham domínio de todos os processos, inclusive os de gestão, sejam ou não responsáveis diretos por eles, pois serão chamados para opinar, questionar, propor mudanças, enfim, decidir sobre qual tipo de gestão administrativa, financeira, jurídica que melhor coincide com os interesses coletivos. Para tanto, não basta a concepção de uma formação que promova à polivalência; deve-se ir além, visando a uma preparação politécnica ou integral (TIRIBA, 2007, p. 94).

Diante desta realidade, em que nível podemos pensar que estamos atendendo aos princípios de trabalho associado na perspectiva marxiana e bem caracterizado nos textos da Lia Tiriba? Para tanto, baseamo-nos na pesquisa e nas observações que temos realizado junto aos trabalhadores e verificamos que, embora este conceito é tido como compreendido pelos trabalhadores, porque está intrinsecamente inserido no funcionamento dos empreendimentos com características autogestionárias, como é o caso das cooperativas, não é suficientemente praticado. São apontadas, pelos trabalhadores, como características do trabalho associado: o bom nível de compreensão da organização e da gestão do trabalho, a participação igualitária e

co-responsabilidade da propriedade e gestão dos meios de produção, o compartilhamento de saberes, a partilha equitativa dos resultados, o exercício da autonomia, a centralidade na pessoa etc. Um pouco mais distante, destacam-se os aspectos mais complexos de serem identificados, como o da questão tecnológica, o da avaliação de mercado, o do potencial emancipador do trabalho associado, dentre outros. Em resumo, os trabalhadores têm uma idealização do conceito destituída de uma prática correspondente.

Como registramos, o regime de distribuição equitativa dos excedentes está mais presente nas cooperativas de reciclagem do que nas ERT's da Cadeia. Os mecanismos de decisórios coletivos restringem-se principalmente às assembleias e se caracterizam, normalmente, pela pouca qualificação da participação. Como vimos, não é suficiente nos apropriarmos dos meios de produção, pois ainda controlam os capitalistas os mecanismos do mercado, os da circulação de mercadorias, os do crédito, os das grandes cadeias produtivas e os dos aparatos de construção da subjetividade social. Portanto, teremos muito pouco espaço de autonomia para decidir sobre a nossa forma de atuação.

Porém, não quer dizer que não se possa avançar no sentido de construir um mercado solidário que se oriente por outras regras que não as do capitalismo. A proposta de construção da Cadeia Solidária persegue, mesmo que com contradições e deficiências, esse objetivo.

Por sua vez, dentro dos empreendimentos, percebe-se que o trabalho associado nos propicia outros ganhos, como o compartilhamento de saberes relativos aos processos. Já não de forma fragmentada, o trabalho associado viabiliza o empoderamento das pessoas, gera novas relações de convivência, propicia a manutenção e qualificação dos trabalhadores que estariam marginalizados do mercado de emprego, contribui para a formação da consciência crítica, procurando se libertar da alienação a que estariam sujeitas no sistema de assalariamento, e a promoção de novas relações sociais. Mesmo assim, isto é, ainda, verdadeiro parcialmente, havendo diferenças claras de um empreendimento para outro.

Como também já apontamos, carecemos de um projeto de educação para a Cadeia Solidária, o qual não pretende homogeneizar o comportamento dos trabalhadores dentro de um padrão cultural, mas que insere alguns princípios que regem a convivência entre os empreendimentos.

Nesse sentido, foi esboçada uma Declaração de Princípios que ainda não está assimilada pelos trabalhadores das bases, porque este documento foi elaborado com as

lideranças dos empreendimentos, não tendo sido intensamente disseminado, talvez aguardando o início do funcionamento da Cadeia em definitivo.

4.3.6 A valorização do tempo livre

Manacorda (1991, p. 57) lembra Marx ao tratar do tempo livre:

[...] o reino da liberdade apenas começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade ou pela finalidade externa; encontra-se, portanto, por sua natureza, além da esfera verdadeira e própria da produção material”. Apenas aqui, de fato, ocorre o desenvolvimento das capacidades humanas que é um fim em si mesmo, cuja condição é a redução da jornada de trabalho.

Este posicionamento de Marx tem a ver com a forma com que foi concebido o modo de produção capitalista, em que o trabalho se constitui num espaço alienado e alienante. No entanto, não podemos esquecer que o sistema capitalista também se ocupou do “tempo livre” para ser, na verdade, uma “sombra” do trabalho. No intuito de contrapor esta abordagem, registramos o entendimento de Adorno que, mesmo sendo marxista, procura atualizar o alcance dessa concepção aos dias de hoje.

Quando pensamos na Economia Solidária *a priori*, deveríamos encontrar formas de concepção do tempo de trabalho que oportunizasse a realização do potencial humano. É o que Adorno nos propõe. Tomando-se como exemplo ADORNO (1995, p. 64), que considera que seu trabalho tem-lhe sido tão grato até o momento que não pode considerá-lo como oposto ao tempo livre, como habitualmente cortante divisão requer das pessoas. Considerava que a sua produção filosófica e a sociológica e ensino na universidade que desenvolve como profissional não serem incompatíveis com a sua atividade nos momentos livres, a saber: “[...] compor música, escutar música, ler concentradamente, são momentos integrais da minha existência”. De fato, é consciente de que está falando como privilegiado, “[...] como alguém que teve a rara chance de escolher e organizar seu trabalho essencialmente segundo as próprias intenções” (ADORNO, 1995, p. 64).

Vendo a realidade dos empreendimentos da Economia Solidária e da Cadeia em particular, isto parece ser inviável. Todavia, o erro está em querer recuperar o empreendimento como era anteriormente ou construir um novo empreendimento, como é o caso das Centrais de Cooperativas de Reciclagem na lógica empresarial, naturalmente, carregando todo o formato de funcionamento do empreendimento capitalista. Se, ainda,

pensamos nas atuais regras deste mercado, não há como pensar de maneira diferente. Aqui, também está implícito o condicionamento tecnológico.

É, aqui, que deveríamos nos deter, refletir e tomar consciência de onde queremos chegar. Se tomamos este primeiro impulso de colocar em funcionamento estes empreendimentos para resolver um problema imediato, que é a geração de renda e trabalho, para, em um segundo momento, pensar em constituir uma nova forma de organizar a produção e nossas vidas dentro de uma ótica diferente, é um caminho. É a posição entre a Economia Solidária possível e a ideal. Outro é pensar que não é possível mudar ficando no primeiro estágio de forma permanente ou querer em definitivo ingressar no segundo estágio, só que hoje não temos condições objetivas e subjetivas para tanto. O que fazemos, então, com todo este povo envolvido que vê, por exemplo, nesta Cadeia Solidária uma esperança de avançar na perspectiva de vida melhor? Outra situação é retomar a situação e não mudar, deixando, de lado, tudo aquilo que se avançou em termos de cultura solidária. É um risco que se corre, principalmente porque ainda muitos trabalhadores não estão plenamente convencidos de qual é o melhor caminho. Diante da dúvida, ficam com o que já conhecem e têm experiência. Estamos em uma verdadeira armadilha.

Tratar de qualidade do tempo não deveria se limitar ao período extra-trabalho. Devemos procurar condições para determinar a forma que devemos ocupar nosso tempo; em suma, a forma de aproveitar a nossa existência.

Entretanto, enquanto estivermos inseridos ou convivendo com um sistema capitalista ou estejamos numa condição de trabalhar para sobreviver, temos que estabelecer uma estratégia através da qual se consiga ir estruturando e fortalecendo os empreendimentos, para que, com resultados concretos, possamos ir adensando a Economia Solidária para ter melhores condições de nos autodeterminar.

Mesmo que consigamos conceber, com o tempo, uma nova forma de trabalhar, teremos um espaço que o denominaremos de tempo livre que será “[...] destinado ao descanso, à restauração das forças desgastadas pelo trabalho, mas antes de tudo o tempo que o trabalhador dispõe para organizar seus momentos vitais, de acordo com seus interesses e necessidades, em atividades que lhe dêem prazer crescimento espiritual, conhecimentos novos, gosto pela vida.” (PUCCI, 1996, p. 48)

O alerta que Adorno (1995, p. 64-65) faz é que, considerando:

[...] como verdadeiro o pensamento de Marx, de que na sociedade burguesa a força de trabalho tornou-se mercadoria e, por isso, o trabalho foi coisificado, então a palavra *hobby* conduz ao paradoxo de que aquele estado, que se entende como o contrário de coisificação, como reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado, é, por sua vez, coisificado da mesma maneira que a rígida delimitação entre trabalho e tempo livre. Neste prolongam-se as formas de vida social organizada segundo o regime do lucro.

E quem se encarrega de deturpar, mesmo o tempo “restrito” que chamamos de livre, é a indústria cultural. Vejamos o texto esclarecedor de Adorno (1947, p. 64):

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, **ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.** O pretense conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a sequência automatizada de operações padronizadas. **Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio.** Eis aí a doença incurável de toda diversão. (grifo nosso)

Além da pertinência destas observações, devemos pensar que ainda não existiam a televisão e as mídias sociais, hoje tão presentes na vida das pessoas, que vieram multiplicar os efeitos perversos e alienantes nas pessoas, já percebidos na época.

O maior desserviço da indústria cultural, talvez, tenha sido colocar o homem como ser genérico:

Cada um é tão-somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros: **ele é fungível, um mero exemplar. Ele próprio, enquanto indivíduo, é o absolutamente substituível, o puro nada, e é isso mesmo que ele vem a perceber quando perde com o tempo a semelhança.** É assim que se modifica a estrutura interna da religião do sucesso, à qual, aliás, as pessoas permanecem tão rigidamente agarradas. (ADORNO, 1947, p. 69) (grifo nosso)

Aqui, o ser humano assume, em elevado grau, o processo de alienação, na medida em que lhe são atribuídas as características de ser genérico, fungível, próprio da cultura de massas.

A denominada cultura de massas tem “encoberto” as manifestações culturais locais que dizem respeito à história dos povos, com o intuito de mostrar que existe algo superior que vem de fora, especialmente dos países do primeiro mundo e, portanto, deve ser melhor. O pior, entretanto, é aquilo que foi selecionado para nossos países, notadamente “produtos descartáveis” com pouca aderência à nossa cultura, restringindo o que tem valor para poucos. Esta “pobreza”, que não é apenas material, como também cultural, é percebida por meio da

forma com que os trabalhadores ocupam o tempo livre, e com base em critérios que optam por um determinado grupo de atividades.

Resta, porém, a esperança de que se exerce uma influência negativa; em um estudo realizado no Instituto de Pesquisas Sociais em Frankfurt, chegou-se à conclusão de que “[...] as pessoas aceitam e consomem o que a indústria cultural lhes oferece para o tempo livre, mas com um tipo de reserva, de forma semelhante à maneira como mesmo os mais ingênuos não consideram reais os episódios oferecidos pelo teatro e pelo cinema.” (ADORNO, 1995, p. 70) Desta forma, Adorno admite a possibilidade de não somente não se deixar levar pelo sistema, como utilizar a indústria cultural para atender a seus interesses.

Poderíamos fazer uma analogia com o ensino formal, que é criticado por sua orientação, mas se constitui em uma luta permanente para que todos os trabalhadores tenham acesso a uma educação, que compartilha os conhecimentos acumulados para “[...] pô-los em nível de seu tempo para que flutue sobre ele e não deixá-lo debaixo de seu tempo, com o que não poderá sair a flutuar, é preparar o homem para a vida” (MARTI, 2007, p. 81).

Seja por uma indústria cultural que, através da cultura de massa, desconsidera a riqueza da diversidade, seja por um sistema educacional comprometido, que responde aos interesses do grupos dominantes, têm-nos induzido a não pensar noutras opções de lazer diferentes das que estão naturalizadas.

É oportuno trazer a esta análise um dado da pesquisa realizado junto aos trabalhadores sobre utilização do tempo livre. Percebe-se, preliminarmente, a dicotomia de tempo de trabalho e tempo livre, na concepção marxiana do Reino da Necessidade e da Liberdade, mesmo em se tratando de empreendimentos de Economia Solidária. Isto não nos surpreende, porque ainda se está trabalhando para sobreviver.

Em termos de aplicação do tempo livre, percebe-se que as atividades mais preponderantes dos trabalhadores têm sido assistir televisão e participar de cultos religiosos, seguidos de atividades esportivas e leitura de jornais. Salvo pequenas variações, mantém-se este comportamento dentre os trabalhadores dos vários empreendimentos.

Fora a baixa contribuição que isto tem para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para agregar valor à vida das pessoas, mantém-se um sentimento de culpa por estar

desenvolvendo uma atividade de lazer. Além disso, há uma certa confusão em que tempo-livre é férias, como se fosse o único momento para fazer algo diferente além de trabalhar.

Corre-se o risco de que, ao analisar esta questão, banalise-se a precária realidade social em que estes grupos estão inseridos, mas este comportamento não tem relação direta com a condição econômica dos trabalhadores. Se bem é verdade que dinheiro pode facilitar, mas o que existe, aqui, é uma distorção do que se possam considerar bons hábitos para que valha a pena viver. Com isto, não queremos cair no erro de querer repassar para este trabalhador um padrão de vida que tenha identidade com as atividades e os hábitos das classes mais abastadas, não deixando de lado que esta distorção, como veremos, tem um ranço ideológico.

Dangeville (1978, p. 177; 149) denuncia que “a sociedade capitalista faz produzir o tempo livre por uma única classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho.” Além disso, esta mesma concepção societária permite que “[...] os <<ociosos>> dispunham de todo o aparelho científico e artístico da sociedade e não atuem, enquanto aqueles que são ativos na produção andam às apalpadelas na ignorância.”

Concordamos com a citação, mesmo que a disposição de recurso – tempo e dinheiro – assim como a produção cultural, não sejam sinônimos de bons hábitos ou de boas escolhas.

Outra questão é que, salvo raríssimas exceções, nos EES e nos da Cadeia, não é diferente, tem-se tratado deste tema. Em sequência, apresento algumas experiências de uma das cooperativas de reciclagem que participam da Cadeia, que mostram o déficit que os trabalhadores apresentam neste particular e quão pouco precisamos para melhorar esta condição:

E34-

Teve uma senhora que, a primeira vez que foi na praia, foi com a Coolabore e, no ano seguinte, faleceu. A integração é excelente. Todo aniversário da cooperativa comemoramos com os associados, se não fosse o nosso trabalho, aquela pessoa não teria a oportunidade de conhecer a praia.

E31-

E nós temos também o coral do qual participam trabalhadores da Cooperativa.

Este empreendimento, dentro de seu contexto, conseguiu avançar, ao menos nestas preocupações. Está-se trabalhando para atender às necessidades de renda, mas não se têm desconsiderado outras dimensões da vida.

A maior contradição, hoje, é que, em função do próprio desenvolvimento tecnológico que exige menor tempo para produzir, podendo liberar o trabalhador para melhorar a sua condição intelectual e, desta forma, poder contribuir para geração de riqueza, ao invés disso, é-lhe imposto sobretrabalho e fica cada vez mais pobre. Aqui, reside o caráter ideológico do sistema em que “[...] a produção capitalista se baseia na propriedade privada dos meios de produção, e os frutos desse processo são apropriados privadamente [...]” e “[...] o usufruto de tempo livre só existe para uma pequena parcela da humanidade, enquanto que os trabalhadores, em que pese o crescimento da riqueza social, são lançados na necessidade de prosseguir num processo de trabalho forçado.” (SAVIANI, 1987, p. 16)

Este também é um problema que devemos enfrentar no desenvolvimento da Cadeia Solidária enquanto não funcionar a pleno. Se, por hipótese, se conseguisse constituir um sistema fechado, onde fosse possível produzir os insumos produtivos, para depois transformá-los em produtos finais e comercializá-los dentro de uma rede de consumidores, que comungam de nossos valores, seria excelente. Isto não existe, porém, mesmo com a Cadeia em pleno funcionamento, porquanto, mesmo que chegássemos ao final da Cadeia, os consumidores vão decidir a compra do produto por variáveis como preço, qualidade, design etc., de modo que analisarão outras propostas. E, enquanto não funcionar a pleno e, mesmo funcionando, não significa que não haverá interferência do ambiente sobre os elos da Cadeia; portanto, haverá que ir se ajustando pelos mecanismos de coordenação estabelecidos, os quais assumirão maior protagonismo com o início das operações. Isto se dará por várias razões, principalmente por excedentes de produção não absorvidos pela Cadeia, fora os mecanismos de pressão exercidos pelo mercado que poderão atacar um ponto frágil da Cadeia, que é a falta de garrafa PET. Basta o mercado de embalagens ter um outro substituto economicamente viável, ou reduzir ou acabar com a produção desta e da nossa Cadeia. Voltaremos a este aspecto quando analisarmos os limites de desafios do projeto (ver Tópico 5.3.1).

E que relação tem esta colocação com o sobretrabalho e o tempo livre? O fato é demonstrar nossa vulnerabilidade aos condicionamentos do mercado. Nessas fragilidades apontadas e nos seus desdobramentos, como a baixa ou a alta do preço, do produto final, exigir-nos-á, por vezes, trabalhar mais para ganhar menos. Conseqüentemente, disporemos de

menos tempo, mesmo que tenhamos uma tecnologia mais avançada. A questão, uma vez mais, é ideológica, com uma lógica de reprodução do capital, e não da vida. Em uma empresa, estas oscilações se ajustam com o preço, redução de trabalhadores; em uma cooperativa, preserva-se o quadro, mas terminam se distribuindo menores valores. Soma-se a isto que sempre ficamos para trás nessa corrida da tecnologia. Por vezes, há dificuldade de investir em atualizações tecnológicas pela falta de capital, principalmente em setores competitivos, como é o caso da indústria têxtil, especialmente pela concorrência com os produtos externos, além de não ter havido redução da jornada de trabalho, visto que, eventualmente, é preciso ir além da carga horária normal para compensar a baixa produtividade.

Uma demonstração do esforço tem que ser feito por um empreendimento solidário, no caso participante da Cadeia, é de ter conseguido ser, na cidade, a única indústria têxtil que trabalha somente os dias úteis. Isto é uma das diferenças destacáveis entre a orientação da cooperativa para uma empresa. Nesta última, sequer os trabalhadores têm condições de optar por uma situação menos desfavorável para as suas vidas. Lembramos que a Coopertextil, hoje, vive de prestação de serviços para outras indústrias do setor, o que determina que seu plano de produção seja condicionado aos interesses e às demandas de seus clientes. Fora destes aspectos vinculados à produção, não se verificam quaisquer iniciativas de pensar estrategicamente em formas de redução da carga de trabalho, seja pela competição existente, por exemplo, no setor têxtil, seja pela necessidade de ter volume de materiais nas cooperativas de reciclagem devido aos baixos valores pagos, cujos preços estão fixados pelo mercado, que também explora a quem tem como uma fonte de renda o seu trabalho. Registre-se que este mercado da reciclagem termina sendo funcional ao capital, pois cabe a este, além de minimizar o problema ambiental, reciclar materiais que se transformam em insumos produtivos sub-valorizados. Resolve dois problemas para as empresas – ambiental e econômico – e não supera seu próprio problema de marginalização do acesso aos “benefícios” de uma sociedade industrializada.

Portanto, de acordo com Manacorda (1991, p. 192), “[...] a alienação que atua hoje não apenas no trabalho, mas também no tempo livre, [...] só poderá ser superada apenas numa diferente estrutura de produção.”

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões da cultura na Cadeia Solidária, temos que:

Mesmo considerando se tratar de valores importantes – cooperação, solidariedade e participação – dentro da Economia Solidária e, conseqüentemente, relevante para a constituição da Cadeia, o resultado pouco agregou para avançar no processo de emancipação dos trabalhadores.

Enquanto os apoiadores consideram a percepção de intensidade baixa, os trabalhadores indicaram média. Independente disso, estes valores são exercidos precipuamente dentro do ambiente de trabalho; isto quer dizer que está longe de modificar a subjetividade das pessoas e das relações sociais extra-trabalho. Todavia, percebem-se algumas diferenciações positivas no relacionamento com os trabalhadores. Também há pouco interesse em tratar questões que estão mais vinculadas à formação do sujeito, isto é, tudo gira, prioritamente, em torno das necessidades do trabalho.

4.4 AS DIMENSÕES PSICOLÓGICAS E SEU POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPADOR

Aqui, abordaremos as dimensões da subjetividade, da conscientização e da superação de condicionamentos e seu potencial emancipador.

4.4.1 A recriação da Subjetividade

Conforme Barreto (2003, p. 302),

[...] o ser humano é um ser cuja subjetividade, isto é, cujas características simbólicas, afetivas e cognitivas que o configuram enquanto sujeito social, **vão se construindo na medida de seu processo socializador e em função dele.** Dito de outra forma, **a sociedade precede ao indivíduo** no sentido de que esse se constitui enquanto tal em função – a favor ou contra – do que aquela estabelece como fundamental para sua reprodução. (grifo nosso)

Por sua vez, Marx (1982, p. 25) explicita que é “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência.**” (grifo nosso) Portanto, mudando as relações materiais, estaremos transformando nosso pensamento, nossa consciência, nossa forma de ser e agir no mundo.

Não é possível separar a constituição psicológica dos sujeitos de suas condições materiais de existência. Na perspectiva materialista, é o contexto sócio-econômico pré-existente determinado pelo modo de produção que condiciona a forma de vida em sociedade

sujeita a mudanças em função da história, das circunstâncias dos povos e da cultura que afetam a subjetividade das pessoas. No entanto, esta influência não tem caráter absoluto, cabendo aos indivíduos uma margem, maior ou menor, de reação frente a mesma (BARRETO, 2003, p. 302).

Há uma relação estreita entre o conceito de subjetividade, ideologia e hegemonia. Segundo Teixeira (2010, p. 93):

[...] a ideologia é uma concepção de mundo que se manifesta em todos os domínios da vida social e está presente em todos os níveis da sociedade, como na arte, no direito, na atividade econômica, e em todas as manifestações da vida individual e coletiva. [...] compreende uma consciência e uma ética ou normas de conduta que se difundem em todas as camadas sociais, mantendo coeso o bloco histórico, embora ela seja assimilada de forma diferente em cada extrato de camada social.

A ideologia se insere na consciência do sujeito de maneira que assume como próprias as ideias que lhe foram impostas, assim como participa ativamente do processo de sua reprodução. Deste mecanismo se utiliza o capital para produzir sujeitos necessários a sua sustentação.

Lopes (2010, p. 258), com referência à condição de sistema ideológico hegemônico, expressa que:

O processo de produção capitalista é definido – sem metáforas – como “uma máquina capaz de regular num mesmo território a produção desejante e a produção social”. Poderíamos dizer do mesmo modo – aproximando-se um pouco mais a Gramsci – que a eficácia e a eficiência do capital situam-se na capacidade de dominar o momento de produção imediata, tanto quanto de subordinar a reprodução social às suas finalidades (momento de hegemonia). Nas duas perspectivas, encontra-se presente a unidade indissociável das dimensões técnicas, ideológicas e políticas do modo de produção capitalista. (grifo nosso)

Em oposição a este sistema, posiciona-se o movimento da Economia Solidária, na perspectiva de se constituir uma contra-hegemonia.

Nesse sentido, Veronese (2009, p. 160-161) nos esclarece como se dá o processo de transformação da subjetividade dos agentes da Economia Solidária:

São idealizadas, pelos atores da economia solidária formas de se relacionar, sentir e agir, é como se essa posição de identidade solidária fosse algo obrigatório para eles. Sendo egressos de uma forma tradicionalmente capitalista – capitalismo de periferia do sistema mundo globalizado – de produção de riqueza e modos de trabalhar e viver (mesmo que **em suas vidas tenham assumido muitas vezes posições de combate às formas de subjetivação capitalistas, já que muitos participaram de movimentos sociais rurais e urbanos** antes da inserção na economia solidária), **os sujeitos são chamados a uma reestruturação subjetiva,**

que experimentam como algo acima de suas forças. Sentem-se, portanto, em um laberinto, no qual se perdem e não chegam a lugar nenhum. [...] (grifo nosso)

O desafio que se apresenta para a subjetividade é de como superar o processo de alienação em que se encontra o trabalhador, aprofundado pela divisão de trabalho e o desenvolvimento tecnológico que o distancia cada vez mais da sua obra. Este aspecto lhe nega a sua identidade, como trabalhador de uma classe e o sentimento de pertença na mesma.

A Economia Solidária deve procurar forjar uma subjetividade dos trabalhadores dentro de seus valores, na perspectiva de construção de uma nova hegemonia. Por sua vez, a economia capitalista tenta reformar a subjetividade do trabalhador com vistas à sua adequação à nova configuração do seu modo de produção. Na atual perspectiva patronal, o trabalhador-colaborador deve ter capacidade de analisar uma situação, de avaliar qual a melhor decisão tomada, de se antecipar e controlar situações imprevistas (LOPES, 2010, p. 265). A questão da produção, como vemos, leva para uma reflexão sobre o novo tipo de trabalhador que se faz necessário, pois há um vínculo estreito entre o modo de produzir e a forma de viver, pensar e sentir a vida, isto é, requer uma nova subjetividade.

Esta dimensão tem uma ligação estreita com o objetivo de desenvolver um novo sujeito coletivo solidário cuja subjetividade espera-se que venha a transcender o modo de produção e constituir novas relações sociais. Portanto, importa o reconhecimento desta formação, assim como o compromisso do empreendimento, para contribuir na adequação das características e comportamentos das pessoas ao novo perfil que será mediado pela forma de organizar a produção e pelas ações de formação que promovam a inserção de valores e princípios condizentes com a Economia Solidária.

Eidelwein (2011, p. 9-10) faz uma alerta em relação à reação do capital perante o avanço da subjetividade promovida pela Economia Solidária:

[...] a formação ideológica do capital está tão presente que a economia solidária passa a ser tratada não como outro modo de produção, mas como uma alternativa ao desemprego e direcionado aqueles trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade, geralmente sujeitos que se encontram no mercado informal e que estão assegurados pela Leis Trabalhistas.

Isto traz à tona vários aspectos importantes que contextualizam hoje a Economia Solidária e, de certa forma, podemos encontrar desdobramentos destes entendimentos nos pressupostos de formação da Cadeia Solidária.

Começemos com a postura ambígua do governo: ao mesmo tempo em que cria a SENAES, ela se supre de grande parte dos recursos canalizados para Cadeia Solidária e o atendimento aos trabalhadores da reciclagem, do Programa Brasil Sem Miséria, do Ministério de Desenvolvimento Social. De igual forma, propugna uma outra sociedade, uma outra economia, mas mantém a hegemonia do sistema capitalista. Como já registramos neste trabalho, a concepção do Estado moderno, entre eles o Brasil, foi criada para sustentar uma economia: a capitalista. Os programas sociais são feitos não para acabar com as desigualdades, resultado da concentração de renda e má distribuição da riqueza, mas sim para perpetuar um sistema sustentado mesmo por governos tidos como progressistas, como o brasileiro, ao custo de sofrimento, mostrando-se prejudicial para a grande maioria dos trabalhadores.

Esta postura dúbia faz muito mal ao próprio desenvolvimento da Economia Solidária. Também se percebe, em alguns trabalhadores, que o entendimento de que a situação em que se encontram é transitória e que poderão voltar ou ingressar no mercado de emprego no futuro. Com frequência, precisamos reforçar aos trabalhadores que se trata de uma situação estrutural, de ajuste do próprio sistema econômico, a causa da sua exclusão, ao mesmo tempo em que estamos trabalhando em uma outra concepção de economia, diferente de apenas discutir a sua possível funcionalidade ao capital.

Eidelwein (2011, p. 24-25) explicita melhor o universo do processo da subjetivação que não se limita ao indivíduo:

[...] cabe salientar que, quando se está falando de subjetividades, não se está fazendo referência somente ao sujeito singular diante do processo de (re)produção das próprias condições materiais e simbólicas de existência, mas também à existência de subjetividades coletivas, isto é, diferentes modos de ser, pensar, se relacionar, consumir etc. que caracterizam determinadas formas de organização da vida em sociedade.

O fato de tratarmos de empreendimentos e trabalhadores, na Cadeia Solidária, com histórias diferentes, torna mais complexo ainda o processo de transformação das subjetividades. Como vimos, temos os casos de massas falidas assumidas pelos trabalhadores, como também empreendimentos formados por trabalhadores desempregados, ou que não tiveram sequer oportunidades de experimentar emprego formal, encontrando o meio de sobrevivência nas cooperativas de cunho solidário. Entretanto, temos em comum, o que é muito forte ainda, a cultura ou a subjetividade empresarial, disseminada por meio dos diversos

aparatos que suportam a ideologia hegemônica: além da empresa, as escolas, os sindicatos, os meios de comunicação e o próprio Estado, dentre outros.

Sem dúvida, a educação é um elemento fundamental neste processo de subjetivação. Conforme nos lembra Rebellato (2009, p. 50):

[...] somos produtos, [...] de anos de uma educação sistemática; uma educação baseada na transmissão de conhecimentos sobre a articulação entre o saber e o poder [...]. Disto resulta a conformação, em nós de uma estrutura de consciência e de inconsciente [...]. Se não temos sido educados à criatividade dificilmente podemos suscitar criatividade em nós, e se o logarmos é a custa de uma ruptura profunda e de uma reformulação de nossa própria identidade.

No caso em estudo, temos, como exemplo emblemático, as cooperativas formadas a partir do fechamento das empresas. Sendo recuperadas pelos trabalhadores, a Coopertêxtil mantém muitos dos princípios que norteiam a empresa “tradicional”, mesmo que tenham avançado principalmente nos mecanismos de participação, na tomada de decisões nas questões estratégicas do empreendimento, verificando-se um ambiente democrático caracterizado pela livre expressão dos trabalhadores.

O fato da inércia quanto à manutenção de procedimentos, normas, valores, hábitos da antiga empresa não desqualifica os avanços operados na cooperativa, apenas caracteriza o quanto tem que se caminhar e investir em recursos, especialmente tempo para mudar uma subjetividade muito arraigada nas pessoas e aceita como naturalizada pela grande maioria dos trabalhadores nas suas relações dentro e fora do empreendimento.

Isto fica bem caracterizado dentro do conceito de representações sociais, envolvendo aspectos como a consciência, a percepção, o processo de construção de ideias, visões de mundo e opiniões, presentes na subjetividade dos trabalhadores. Guareschi e Jovchelovicht (1994, p. 79) propõem que “[...] os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura.” Portanto, é fundamental o aporte da educação, da formação dos trabalhadores nos princípios da Economia Solidária e, naturalmente, as práxis destes fundamentos. De fato, como já registramos, é restrito o investimento que se tem feito neste particular, além de não ter sido priorizado este tipo de temática, ficando mais focado nas capacitações técnico-produtivas.

Finalmente, desejaríamos comentar como é percebido o aspecto da subjetividade nos empreendimentos, iniciando com uma observação feita pelo entrevistado E19: *“Os valores acabam sendo a motivação de alguns e a razão de desistência de outros.”*

Isto dá uma pauta que nem todos os trabalhadores comungam ou estão sensibilizados para uma subjetividade social que integre, neste caso, os valores e princípios da Economia Solidária. Como já vimos, não existe uma estratégia de formação para todos os empreendimentos e trabalhadores vinculados à Cadeia Solidária. Então, como se constrói esta subjetividade? Fora a condição material, decorrente da organização do trabalho que, como vimos em Marx, é essencial para este processo, temos o aporte dos apoiadores que carregam consigo suas concepções educacionais, de sociedade e de mundo, misturados com o ideário da Economia Solidária, que, temos que convir, têm diversos entendimentos, mesmo que coloquemos como referencial as diretrizes, resoluções e orientações do CNES. Muito se aceita o parâmetro da “Economia Solidária possível” que, por vezes, não fica claro qual é a compreensão deste parâmetro. Numa visão simplista, pode-se entender: “seja bem-vindo tudo o que se fizer.” Ou, diante do grau de dificuldade, numa análise criteriosa dentro do que se espera na Economia Solidária, o possível dá uma ideia de etapas vencidas e a vencer em função das efetivas condições para se dar a transformação procurada.

Vemos também que as percepções dos trabalhadores, embora não as consideremos ingênuas, terminam sendo mais positivas do que as dos apoiadores. Os trabalhadores entendem que o modo de produzir tem promovido novas relações de trabalho, em que há espaço para diálogo, entrosamento com os colegas, maior conexão com os problemas internos e externos à cooperativa, com pessoas dispostas a falar, expondo-se como pessoas, e não apenas como trabalhadores, abrindo-se possibilidades para construir um presente e uma vida melhor; enfim, avançar em um estágio superior de humanidade.

Os esforços na construção da nova subjetividade do trabalhador não se limitam às ações dos apoiadores (mediações extrínsecas), o trabalho associado propicia experiências, desafios, intensificam relacionamentos, afloram sentimentos de aproximação e conflitos etc., promovendo momentos de reflexão e aprendizados (mediações intrínsecas), os quais contribuem para desenvolver uma postura crítica e emancipadora dos trabalhadores. Isto não quer dizer que todos os associados têm igual percepção sobre a cooperativa como um espaço de libertação ou local em que a qualidade de vida possa transcender a prática diária.

Estes aspectos, embora importantíssimos para o desenvolvimento dos coletivos, ficam num segundo plano, pelo menos é o que se percebe, neste momento, enquanto não se superem as carências de ordem material. Sem querer debitar tudo à falta de engajamento dos trabalhadores, parece que os mesmos ainda não têm assimilado à ideia que depende, em muito, de seu compromisso com o empreendimento do qual são sócios, para que se torne economicamente viável e sustente os demais objetivos de vida que desejariam ver materializados. Para poder desenvolver uma subjetividade social, devemos pensar em conquistar uma identidade coletiva; para tanto, devem-se aprofundar os laços entre os trabalhadores e destes com o empreendimento. Estes aspectos ainda são muito tênues, principalmente nas bases.

Em termos de Cadeia Solidária, este tema é ainda mais difícil de desenvolver, porque temos que interagir com as culturas e/ou subjetividades presentes nos elos, o que ainda não tem sido colocado como um objetivo na pauta de trabalho.

4.4.2 A conscientização

Quando ouvi a primeira vez a palavra conscientização, me dei conta imediatamente da profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica à realidade. (FREIRE, 1973, p. 29)

Em regime de dominação das consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais, é um difícil, mais imprescindível aprendizado – é a “pedagogia do oprimido”. Ernani Fiori, dezembro de 1967

Freitas (2008, p. 99) inclui, no Dicionário Paulo Freire, a conceituação do processo de conscientização, dando o seguinte significado:

[...] processo de criticização das relações consciência-mundo, é condição para a assunção do comprometimento humano diante do contexto histórico-social. No processo de conhecimento, o homem ou a mulher tendem a se comprometer com a realidade sendo esta uma possibilidade que está relacionada à práxis humana. É através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si mesmos.

O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, recentemente formulado, tem na conscientização um de seus pilares. Deste documento relacionamos algumas caracterizações oriundas das obras de Paulo Freire, as quais foram a principal referência para elaboração do mesmo, a saber:

[...] Consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência [...] Quanto mais elevado o nível de conscientização, maior a capacidade de “desvelamento” da realidade [...] mais capacitados estarão os anunciadores/as e denunciadores/as das situações-limites e desumanizantes [...];

[...] não pode existir fora da “práxis”, sem o ato de ação-reflexão;

[...] é um compromisso histórico. [...] é inserção crítica na histórica, implica que homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo; e

[...] é um processo permanente de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica [...].

Ademais, lembra-se que, nesta concepção, na perspectiva freireana, “[...] ninguém conscientiza ninguém, educadores e educadoras, educandos e educandas se conscientizam mediatizados pelo mundo, pelas relações estabelecidas, através das práticas e da reflexão sobre elas.” (BRASIL, 2014, p. 25-26)

Este ato, que é próprio do homem, é o único que pode tomar distância do objeto, do mundo para admirá-lo, sendo capaz, através da práxis humana, de transformar conscientemente essa realidade. E, nesse processo, teremos que experimentar dois momentos:

num primeiro momento de aproximação espontânea da realidade que reconhecemos com uma posição ingênua e;

num segundo momento onde se transcende a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar a esfera crítica na qual a realidade se dá como objetivo cognoscível na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1973, p. 29-30)

Enfatiza Freire (1973, p. 98) a sua posição, dizendo-nos: “Não pode se chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual senão pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão.” E, para tanto, será necessário contar com a mediação do diálogo, que aproxima os homens para o ato da pronúncia na busca da sua efetiva humanização.

Rebellato (2009, p. 25), recorrendo à psicanálise, desenvolve o conceito da ruptura analítica, valorizando o papel do inconsciente no processo de tomada de consciência:

Uma forma específica de ruptura epistemológica que implica a articulação da ciência com o processo de tomada de consciência do papel do inconsciente. Não são somente estruturas econômicas a que submetem a muitos universos simbólicos legitimadores. São também estruturas inconscientes internalizadas, que explicam os mecanismos através dos quais os homens caímos no mundo das ilusões, pensando que nossa consciência é a perspectiva absoluta de conhecimento da realidade. A ruptura analítica permite captar o mundo de projeções que muitas vezes elaboramos e sobre o qual transferimos nossas ansiedades e temores reprimindo iniciativas emancipadoras. (grifo nosso)

Muitas vezes, surpreendemo-nos ao descobrir que temos condicionamentos que nos levam a pensar que as opções que temos como referência na tomada de decisões são nossas quando, na realidade, são impostos por outros, atendendo a interesses específicos. Portanto, devemos checar se estes valores, pensamentos e ideias estão distantes de nossa identidade. Dependendo do resultado, isto pode nos levar a realizar rupturas e questionamentos profundos, mudando a orientação de nossas vidas.

A utopia é outro elemento presente no processo, sendo que não se trata de algo não realizável, tampouco de idealismo; diz respeito à dialética presente nos atos de denunciar e anunciar, as estruturas desumanizantes e a forma de sua superação, isto é, transcender as situações-limites, nas quais os homens são reduzidos ao estado de coisas. Portanto, exige conhecimento, um projeto, e não *bla bla bla* (FREIRE, 1973, p. 32-34).

Paludo (2011, p. 24) faz um alerta, entendendo que:

[...] a conscientização, hoje, não pode mais ser compreendida somente como conscientização política, que se traduz na capacidade de leitura da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista, tomada de posição e inserção efetiva nos processos de luta. É preciso que se trabalhe (e se pratique), nos processos educativos e nos espaços organizativos, com a ideia de formação de uma consciência ampliada e de formação omnilateral - formação humana.

Deixa-se claro, nesta citação, a relevância da educação neste processo. Da mesma forma, lembramos o filósofo Ernani Fiori que, no prefácio da obra *Pedagogia do Oprimido*, avalia o método Paulo Freire:

Não tem a ingenuidade de supor que **a educação, só ela, decidirá os rumos da história, mas tem, contudo a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano**, sejam estruturais, super-estruturais ou inter-estruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. **As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação.** Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. (FREIRE, 1983, p. 15) (grifo nosso)

E quem são os sujeitos que encaminharão o processo de libertação ou emancipação? Na perspectiva freireana, os oprimidos, aqueles que sofrem a exploração, os vulneráveis socialmente e, no contexto em estudo, os trabalhadores que lutam nos empreendimentos de Economia Solidária, sendo a grande maioria ou excluídos do mercado formal de trabalho, ou desempregados, hoje cooperados que lutam pela sua sobrevivência e almejam Ser Mais (ver Tópico 4.1.4).

Considerando a natureza dos empreendimentos de Economia Solidária, temos que entender que não “deveríamos” ter situações de opressão e de dominação, internamente, sendo que o desafio se dá no sentido da construção de um novo sujeito coletivo solidário. Além disso, teremos a convivência dos EES em um sistema econômico que se rege pela normas do capitalismo; portanto, aqui, teríamos outra relação assimétrica em termos de poder que deve ser analisada.

De uma forma ou de outra, Freire com a figura do oprimido, Dussel com a vítima e Marx com o proletariado: eles entendem que são estes os que têm a condição de se libertar e de libertar os seus opressores.

Esta figura do opressor, por vezes, não está bem clara para os trabalhadores de EES. Os mais evidentes estão dentro dos fluxos das Cadeias Produtivas que orbitam sobre as regras do mercado, mais as instituições que suportam o sistema capitalista, as quais cumprem as mais diversas funções dentro e fora do país, onde só percebemos as consequências de suas ações sem conhecê-las mais profundamente.

Vejamos, a seguir, alguns dados da pesquisa que nos dão uma pauta sobre como os valores da Economia Solidária e sua inserção nos empreendimentos têm contribuído para o processo de conscientização dos trabalhadores.

Não há dúvidas de que as práticas autogestionárias dos empreendimentos, os fóruns, os encontros, a ação dos movimentos de Economia Solidária, do MNCR têm ajudado para promover uma maior conscientização dos trabalhadores, comparando a lógica da empresa com a das cooperativas solidárias, percebendo-se pessoas com uma postura mais crítica, sentindo-se capazes de transformar suas vidas, reconhecendo a importância de fortalecer o coletivo, sentem-se detentores de mais informações para tomar decisões mais conscientes, por vezes, sentem-se mais preparados para debater questões que vão além do trabalho; contudo, não estamos dizendo que isto é perceptível e generalizado em todos os empreendimentos e em todos os trabalhadores. Por exemplo, as lideranças dos empreendimentos e da Cadeia estão mais informados e estão mais preparados para avaliar objetivamente as possibilidades reais do projeto, aspecto que está muito distante da maioria dos trabalhadores da base, pela razões que temos exposto ao longo deste trabalho. A maioria age em função do senso comum, influenciado pela lógica do sistema vigente, sem haver muito questionamento sobre o mesmo. Percebe-se que há dificuldades de discernir quanto de seu pensamento está comprometido

pela ideologia em vigor e do que seriam suas próprias convicções. E, eventualmente, reconhecendo as relações de dominação, não se sentem capazes de enfrentar e mudar a situação que os oprime.

Para isto colabora, uma vez mais, a falta de formação política, que já alguns empreendimentos da Cadeia Solidária começam a suprir individualmente por meio de intervenções de sindicatos, do MNCR, de instituições educacionais e de fóruns, com o da Economia Solidária.

4.4.3 A superação dos condicionamentos

Há uma relação muito estreita entre a subjetividade, o processo de conscientização e a superação dos condicionamentos. No entanto, “a passagem da percepção das condições objetivas à tomada de consciência como prática transformadora não é para nada mecânico.” (REBELLATO, 2009, p. 55)

Como veremos, existem muitas situações nos empreendimentos estudados em que os trabalhadores, mesmo tendo consciência de certas relações de dominação, mesmo em se tratando de EES, não conseguem superar esta condição. Isto tem muito a ver com as condições de opressão relacionadas com as histórias pessoal e coletiva.

Portanto, precisa-se desenvolver uma cultura libertadora, que supõe uma ruptura com a cultura de dominação presente nas relações dentro e fora dos empreendimentos, inclusive alcançando o âmbito doméstico. Neste aspecto, podemos adiantar estarmos longe de termos uma conscientização mais profunda por parte dos trabalhadores.

Uma justificativa de caráter amplo que nos poderia libertar de maior responsabilidade é aceitar a análise feita por Rebellato (2009, p. 56):

As estruturas ideológicas da consciência e do inconsciente não se transformam automaticamente. Num processo de câmbio, encontram condições muito apropriadas para sua transformação nas relações de dominação e dependência. Mas, ainda, **as mesmas organizações populares – por estar insertas numa sociedade capitalista e dependente, porque nelas convergem processos pessoais e coletivos que tem raízes (em nível consciente e inconsciente) numa história de dominação –, tendem a reproduzir relações de dominação ainda quando suas propostas e estratégias sejam libertadoras.** (grifo nosso)

Podemos confirmar que esta relação também existe, em menor ou maior medida, nos empreendimentos estudados. Tanto nas cooperativas de reciclagem, como nas ERT's da Cadeia, encontramos condicionantes que têm mais um caráter econômico do que ideológico e

que faz com que os trabalhadores, que ao final são também donos dos empreendimentos, sujeitem-se, sem maior questionamentos, às relações de produção estabelecidas. A maioria das vezes, como nos esclareceu muito bem Rebelatto, são condicionantes de mercado, as quais se perpetuam independentemente da transformação de uma empresa em cooperativa, porquanto, como vimos, não é suficiente ser detentor dos meios de produção, para se liberar das amarras a que estamos submetidos na economia capitalista.

Nas cooperativas de reciclagem, quando se visualizam diversas formas de opressão, são ainda mais perversas, pois se trata de exploração de um trabalhador em situação bem precária sobre outros, aprofundando a situação de miséria em que estão envolvidos.

Tratando no nível da Cadeia, isto não é tão perceptível, já que se lida no processo de organização do projeto com algumas lideranças das cooperativas que estão mais aparelhadas, em estágios evolutivos mais avançados. No entanto, quando se vai ao encontro das bases, percebe-se a condição de precariedade em que muitos dos grupos se encontram.

Não é por acaso que, quando consultados se indicariam o trabalho para outras pessoas, deixariam de fora os filhos. Claro que não está na cabeça dos que, de alguma forma, colaboram e dos que lideram o projeto que a atual situação de alguns empreendimentos deva ser referência para os propósitos perseguidos pela Cadeia Solidária.

Por isso, achamos muito conseqüente quando se lembra que devemos olhar com muita atenção para as bases sob risco de inviabilizar o projeto da Cadeia Solidária e também ter como um esteio para o processo a educação em todas as suas possibilidades. Vejamos, então, o depoimento de E18, que vai ao encontro deste direcionamento que estamos sugerindo:

*O que temos feito é o seguinte: a maioria dos grupos tem formações, inicialmente mais políticas, **formações de princípios de autogestão, de economia solidária**, que é importante. É um primeiro passo. Logo, segue uma formação, um pouco mais de trabalho mesmo, de **como se organizar o trabalho, mas são formações muito pontuais** que não atacam o cotidiano, o dia-a-dia do funcionamento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Em alguns grupos, estão tendo experiências de se implementar **formações permanentes**. São formações semanais mais específicas por setores, formações para determinadas funções que são desenvolvidas dentro dos grupos.*

Estou falando do movimento de catadores e dos empreendimentos, e tu farias uma aproximação deste trabalho com a cadeia. Sim, porque, na verdade, o bom funcionamento da cooperativa está ligada ao projeto. Uma parte da produção da cooperativa vai para esse processo do PET. Se ela tiver um bom funcionamento interno, executa bem seu trabalho, vai resultar no sucesso desse projeto.

Estou imaginando, até onde consigo acompanhar, não está tratado suficientemente no projeto da cadeia. (grifo nosso)

Um dado relevante da situação no interior dos empreendimentos é o comportamento de muitos trabalhadores. No geral, percebe-se que, mesmo tendo o espaço para tanto, não são muitas as pessoas que falam por si, muitas vezes são os outros que falam por elas. Isto pode ser medo de se expor ou falta de compromisso com as demandas de um empreendimento autogestionário.

Em sentido análogo, Rieiro (2006, p. 16) expressa que “os trabalhadores, dada sua antiga cultura organizacional apoiada sobre relações de poder, nas que os indivíduos estiveram insertos durante anos, apegados ao trabalho manual rotineiro, dita identidade e subjetividade específica contribui – em forma prática – a manter uma atitude de dependência, delegando – e não poucas vezes exigindo – a gestão da unidade por parte de outros [...]”. É a raiz disso que a referida autora sustenta que as relações de poder (opressor/oprimido) se reproduzem no seio da nova empresa, já que a situação de opressão não é eliminada, senão substituída.

Vamos encontrar nos empreendimentos diversos tipos de condicionamentos.

Começamos tratando de condicionamentos que têm base econômica, que têm origem nas tecnologias que determinam um modo de organizar a produção, assim como psicológicos, que podem ser mais sutis ou evidentes, ao ponto de se gerar grandes sofrimentos para os que estão submetidos a estas relações de opressão.

Não procurando esgotar todas as possibilidades, enumeramos algumas que poderemos encontrar também nos empreendimentos da Cadeia Solidária em estudo que, no conjunto, dificultam o processo de emancipação, uma das finalidades basilares da Economia Solidária, a saber:

- Condicionamento imposto pelo próprio sistema capitalista cuja regulação afeta todos os âmbitos de relacionamentos do EES;
- Condicionamento tecnológico, pois o padrão existente foi criado com vistas a atender a lógica capitalista, poupadora de mão-de-obra, hierarquizada e fechada ao acesso e compreensão por parte dos trabalhadores;
- Condicionamento financeiro dos EES pela falta de uma política de crédito para apoiar a Economia Solidária;
- Condicionamento cultural, caracterizado pela baixa escolaridade, pouco acesso aos bens culturais, e pelo não reconhecimento social e, por vezes, dos próprios trabalhadores em relação à proposta da Economia Solidária;
- Condicionamento político pelo abafamento que a ideologia capitalista provoca nos trabalhadores no sentido de descaracterizar a luta de classe e de desestimular a articulação com outros movimentos para o seu fortalecimento;
- Condicionamento ambiental que, de acordo com os princípios da Economia Solidária, tem que se produzir sem afetar a natureza, mas sim do que ela tem capacidade de renovar;
- Condicionamento social dos trabalhadores que não dispõem de um padrão de vida condizente, encontrando dificuldades para sua superação através dos EES; e
- Condicionamento psicológico ou autocondicionamento que resulta de uma história de privações e opressão, a qual constrói um pensamento que o leva a concluir que não é possível a transformação social, em um processo de emancipação coletiva.

Um aspecto que também se tem verificado em nível da pesquisa é a influência que exercem a educação, a família, o movimento da Economia Solidária, os meios de comunicação de massa e a religião (principalmente católica e evangélica), especialmente nos trabalhadores mais humildes. Na Cadeia Solidária, estranhamente, o MNCR não tem sido apontado como influente no processo de construção da mesma.

Quanto à superação dos condicionamentos, verifica-se, através da pesquisa, que pouco tem sido feito a respeito. Os recicladores têm apontado que são realizados encontros e reuniões para debater estes assuntos, muito focados na busca de uma melhor renda e na qualificação das relações interpessoais. Estes aspectos estão centrados nas demandas do ambiente de trabalho; porém, não tem havido preocupação com a articulação com outros

empreendimentos, com outros movimentos sociais, para fortalecer os EES e o movimento da Economia Solidária.

A educação, que pode ser um meio importante para tratar destes assuntos, ainda, como já registramos, não tem sido prioridade dos EES. O pouco que se tem feito em termos de ações educacionais mostra que se tem contribuído, para reconhecer a importância e a força do coletivo, fazer uma análise mais realista dos problemas que enfrentam, elevar auto-estima, assumir uma postura mais crítica, melhorar processo decisório, visualizando a perspectiva de construir um futuro, conquistar a autonomia e se identificar como classe social. Não se percebeu, nestas ações, a preocupação de como eliminar a cultura do silêncio existente em alguns empreendimentos, de como superar as formas de tutelas, a pensar Ser Mais etc. A questão tecnológica, por enquanto, é um assunto mais restrito para as ERT's da Cadeia. As cooperativas de reciclagem, especialmente por influência do MNCR, estão avaliando mecanismos com aporte de tecnologia para aumentar o volume triado e beneficiado. Reconhecem a necessidade de que se faça um trabalho intenso que deve ser desenvolvido por incubadoras e/ou outras organizações de apoio aos EES, focado na educação para a emancipação.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões psicológicas na Cadeia Solidária, temos que:

As dimensões analisadas – subjetividade, conscientização e superação dos condicionamentos –, que são relevantes para compreender o grau de intensidade em que se percebe a emancipação social, mantêm uma estreita vinculação, influenciando-se reciprocamente.

O processo de conscientização é que alavancaria a subjetividade e a superação dos condicionamentos. Porém, este último é o que manterá, a partir dos resultados obtidos, a mobilização das outras dimensões.

Neste sentido, percebe-se que, embora se tenha avançado, ainda a postura dos trabalhadores e de suas estratégias de atuação é conservadora. Em consequência, a possibilidade de emancipação social fica mais distante.

Sabe-se, ainda, que há dificuldade de lidar com os aspectos comportamentais, principalmente em função do perfil dos trabalhadores. Por vezes, muito mais que a falta de

prioridade é o desconhecimento de como lidar com estes temas. Não é por acaso que se olhe para educação e para os apoiadores como o caminho para superar grande parte dos condicionamentos, assim como para contribuir na constituição de uma nova subjetividade.

4.5 AS DIMENSÕES TECNOLÓGICAS E SEU POTENCIAL EDUCATIVO-EMANCIPADOR

A ideia de que uma tecnologia tem “ponta” e que outras são “rombudas”, de que algumas são altas e outras baixas, busca, na realidade, **substituir a noção de que algumas tecnologias são adequadas para determinados fins, e não para outros, e dificultar a percepção de que algumas são funcionais para a reprodução do capital, mesmo que em detrimento de valores morais, ambientais** etc. Mas essa concepção ideologizada do fenômeno científico e tecnológico, como tantas outras presentes no cotidiano, é hegemônica e, por isso, muito difícil de contestar. (DAGNINO, 2010, p. 63) (grifo nosso)

Aqui, abordaremos o conceito de Tecnologia Social (TS) e o desdobramento na Adequação Sócio-Técnica (AST) em relação às tecnologias convencionais, além de descrever sumariamente o tipo de tecnologia que os empreendimentos que compõem a Cadeia Solidária adotam. Assim também, iremos expor o estágio atual e as alternativas tecnológicas para o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos que estão presentes no universo de desenvolvimento do setor e, por consequência, da Cadeia.

Existem várias acepções de tecnologia. Com vistas a facilitar o entendimento, adotaremos aquela que se entende como “o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento. A importância desta acepção reside em ser ela a que se costuma fazer menção quando se procura referir ou medir o grau de avanço do processo das forças produtivas de uma sociedade.” (PINTO, 2005, p. 220)

Conforme Thomas (2009, p. 25), “[...] a resolução da problemática da pobreza, da exclusão e do subdesenvolvimento não pode ser analisada sem levar em conta a dimensão tecnológica [...]”. Porém, devemos ter claro que tipo de tecnologia devemos adotar. Lembremos que as tecnologias, como as ciências, não são neutras; são construções sociais que respondem a interesses de grupos hegemônicos, distantes dos da maioria da população. Não é por acaso que a OIT nos alerta de que: “[...] na reorganização do capitalismo em crise, por seu caráter excludente o capital, com sua nova base tecnológica, ao contrário de potencializar a vida humana – extensão das capacidades humanas – pode tornar-se poder destrutivo [...]: A tecnologia empobrece o terceiro mundo.” (FRIGOTTO, 1995, p. 86-87)

A Economia Solidária propõe a tecnologia social (TS), que se caracteriza por ser intensiva em conhecimento, poupadoras de recursos, centrada no trabalho, sustentável, promovendo a inclusão social como contraponto às tecnologias convencionais (TC)³¹ que se orientam pela lógica capitalista.

De acordo com Dagnino (2010, p. 210), a tecnologia social:

[...] seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função do contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais **ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo)**, permite uma **modificação no produto gerado passível de ser apropriada sendo a decisão do coletivo.** (grifo nosso)

Nesta definição, contempla-se o processo de organização do trabalho, do produto, apoiado em um processo coletivo e participação de decisão, numa perspectiva que inclui a denominada Adequação Sócio-Técnica (AST)³².

A AST pode ser “[...] entendida como um processo ‘inverso’ ao da construção, em que um artefato tecnológico ou uma tecnologia sofreria um processo de adequação aos interesses políticos de grupos sociais relevantes daqueles que o originaram [...]” (DAGNINO, 2010, p. 100-101). O processo abrange uma multiplicidade de situações ou modalidades.

Vamos ver que, nos empreendimentos da Cadeia Solidária, seja nas ERT’s, seja nas cooperativas de reciclagem, por diversos motivos, salvo eventuais adequações, mantêm-se os princípios das tecnologias convencionais. Esta situação condiciona o tipo de estrutura organizacional, o qual se assemelha ao da empresa tradicional.

Os autores que se orientam por uma visão marxista ortodoxa propõem a sua reestruturação radical, isto é, o redesenho tecnológico e de trajetórias socioprodutivas, baseadas no trabalho cooperativo e autogestionário, contribuindo para a promoção de processos emancipatórios da classe trabalhadora.

³¹ TC – caracterizam-se por ser intensivas em capital, poupadoras de mão-de-obra, mais intensiva em insumos sintéticos do que seria conveniente, ambientalmente insustentável, possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda, monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos e as organizações e os profissionais que a concebem estão imersos no ambiente social e político que a legitima. (DAGNINO, 2010, p. 5)

³² AST – “[...] pode ser compreendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita) não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental [...]” (DAGNINO, 2010, p. 100).

Novaes e Dias (2011, p. 141-143) nos lembram do pensamento de Feenberg, quando:

[...] propõe um radical reprojeto tecnológico que incorpore e harmonize na configuração tecnológica outras variáveis, tais como participação democrática no processo de trabalho, variáveis ambientais, critérios de saúde no trabalho, o impacto da técnica na saúde dos consumidores e o desenvolvimento das potencialidades intelectuais dos trabalhadores.

Este reprojeto envolve o conhecimento científico e tecnológico, incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, levando-se em conta os interesses dos atores que dela participam.

Aqui, estaríamos experimentando uma real concepção de tecnologia social condizente com um novo projeto societal, que se caracteriza pelo exercício de uma democracia efetiva, no econômico e no político, e pelo protagonismo dos trabalhadores principalmente.

Nesse sentido, Mészáros (2011, p. 575), nos alerta de que: “[...] as condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem, no dia seguinte à revolução, exatamente como antes”. É isto que, ao longo do tempo, praticamente impossibilita aos trabalhadores tornarem-se “produtores livremente associados”, tal como previsto anteriormente, mesmo sob as circunstâncias politicamente mais favoráveis.

Se bem isto pode ser verdadeiro, então como lidar com a situação na qual, herdando os equipamentos de uma empresa falida, pela compensação do passivo trabalhista, normalmente não pago nestas circunstâncias, ou pelo seu arrendamento pelo administrador da massa falida, nos casos das ERT's?

Em se tratando das cooperativas de reciclagem, os equipamentos adquiridos para as centrais de transformação do PET em *flake*, em que pese de baixa complexidade, não se caracterizam por ser tecnologia social.

Este aspecto, de certa forma, é minimizado por meio do que depreendemos do pensamento de Álvaro Vieira Pinto, que entendia que não era a tecnologia que trazia a desgraça para os trabalhadores, mas sim o uso inadequado que se fazia dela para atender apenas aos interesses da ganância e o enriquecimento rápido, sem uma contrapartida social (PINTO, 2005). Em consequência, entendemos que nenhum empreendimento, em geral, e os solidários, em particular, podem dispensar o ganho da tecnologia.

A dificuldade de transformação de uma tecnologia convencional através de um processo AST, embora exija bem menos esforço do que a construção de uma tecnologia social, não nos exime de responder a um importante questionamento do consumidor.

Existe uma necessidade de que a tecnologia disponível consiga produzir mais com menos, isto é, ter produtividade e otimização dos recursos produtivos. E, dentro da Economia Solidária, isto é um desafio, quando entendemos a necessidade de termos sustentabilidade no produzir e acesso a produtos e serviços, a preços justos, para o maior contingente de consumidores. Isto quer dizer que, se queremos tornar a Economia Solidária em um sistema econômico efetivo, devemos alcançar ao menos um padrão de qualidade e de preços que sejam, no mínimo, semelhante aos oferecidos pelo sistema econômico hegemônico. Desta forma, estaremos produzindo e preservando o meio ambiente e atendendo às demandas sociais, pois o fator lucratividade, que gera a expansão desenfreada da economia, estará restrito às necessidades do coletivo, e não à ambição de acumulação e de reprodução ilimitada do capital.

Nesta discussão, cabe lembrar o conceito de eficiência, que não é patrimônio das empresas capitalistas e que todos, inclusive os EES, deveriam ter como um de seus objetivos, isto é, “fazer mais e melhor com menos”.

Mesmo contando com um engajamento crescente dos empreendimentos e da sociedade aos valores da Economia Solidária, será que bastará a sua conscientização para que o consumidor final justifique pagar um preço superior ao que ele conseguiria através da aplicação de uma concepção tecnológica convencional.

Segundo Novaes e Dias (2010, p. 162):

Com frequência, tecnologias alternativas são criticadas por não serem rentáveis, produtivas ou viáveis quanto as tecnologias convencionais. Mesmo quando apreciadas a partir de valores de outra natureza, tais como a solidariedade no ambiente de trabalho, a sustentabilidade social e ambiental e a maior possibilidade de acesso garantida aos usuários, a viabilidade das tecnologias alternativas é questionada.

Cabe, neste momento, não esquecer que, por vezes, o preço praticado pela Economia Solidária deixa de ser “competitivo”, pois se compara com um sistema de produção baseado, por exemplo, na exploração infantil e na degradação ambiental, externalidades que as empresas não consideram nos seus custos. Não é qualquer coisa assumir o ideário da

Economia Solidária, mesmo que estejamos longe de que os seus valores e princípios sejam intensamente assimilados pelos EES.

Sob a ótica econômica do empreendimento, é fundamental que eles gerem produtos aceitos pelos consumidores. Não podemos deixar de reconhecer que, sem geração de riqueza e uma adequada distribuição, não se pode pensar em materializar as transformações que se fazem necessárias. Nesse sentido, a riqueza é funcional ao processo de emancipação social.

Chegamos a um ponto em que é relevante entender qual é o estágio tecnológico nos empreendimentos e como eles estão percebendo a questão tecnológica e a necessidade de adequação sócio-técnica da tecnologia existente.

Faremos uma apresentação sumária, utilizando-nos de depoimentos feitos por entrevistados dos empreendimentos e das nossas observações.

A Coopima possui uma tecnologia convencional que, apesar de não ter sido atualizada desde o encerramento da Polímeros Uruguayos, não tem variado muito na sua essência. Trata-se da única planta industrial que fabrica fibra *polyester* no país. Embora não esteja em seu pleno funcionamento, é um espaço sumamente interessante também para a formação de profissionais da produção de fibra de *polyester*.

Para que tenhamos uma versão mais fidedigna da atual situação da planta que foi aferida através do teste feito num curto período, nos meses de outubro-novembro/2013, a pedido da agência pública de fomento (FONDES), vinculada ao Governo Uruguaio, para checar as condições em que se encontravam os equipamentos e os cooperados remanescentes, com vistas à sua viabilidade, registramos trechos das entrevistas feitas por E3, E10, E11 e E12.

E3-

[...] Coopima tinha um sistema de produção muito pautado e havia muito pouca margem de modificação das especificações dos produtos. Porque cada fibra, para cada coisa, cada cliente tem uma receita particular.

Então, quase que não havia margem para modificar nenhuma dessas variáveis no processo. Por mais que o resultado fora ineficiente, as pautas não

se modificaram. Agora, para a prova, essas pautas não existiram, porque é a primeira vez que produziram com plástico reciclado.

Tiveram-se que construir essas receitas; criaram-se com muito mais livros. Por exemplo, houveram zonas de resfriamento que não se utilizaram. Ou seja, de fato, fizeram uma otimização energética importante, e isto reduziu muitíssimo o consumo de energia no momento da prova. Há que ver num funcionamento contínuo se é possível. Num princípio sim, porque a qualidade da fibra não se viu afetada por essa otimização no uso de energia. [...] há uma coisa que, com a prova, nos identificamos que a produção de polímeros com essa tecnologia é muito intensiva no uso de energia e tem um conceito industrial que já não se usa mais, porque não tem um conceito industrial de conservação energética.

Em termos econômicos, em termos ambientais, as regulamentações hão mudado muitíssimo, as eficiências meio-ambientais hão cambiado muitíssimo, e o conceito industrial há cambiado muitíssimo. Então, desse ponto de vista, Coopima tem um desafio enorme que é o de como se adaptar, da melhor maneira, a este novo cenário.

É possível trabalhar com essa tecnologia, mas se adequando o processo.

*Há um andar de Coopima que intercambia com o ambiente duzentos graus de temperatura. Isso não pode acontecer. Não se pode esquentar um espaço de 200 m² e que esse calor se vá ao ambiente. **Então, há toda uma estratégia para quando o funcionamento seja contínuo de isolamento desse setor e de reuso desse calor para reduzir o intercâmbio com o ambiente o mais que se puder e para reutilizar essa energia em distintas partes do processo, ou seja, toda a adequação do que já existia; depois, está toda a criação do que não existia e toda esta questão da reciclagem. E, depois, há uma etapa no médio que é a montagem entre o velho e o novo, e há sido o mais caótico de todo, porque a parte nova a desenharam, a construíram, e tem erros e há que modificá-la. Mas a montagem das duas partes tem sido o mais problemático de todo.** (grifo nosso)*

Quanto à estrutura, verifica-se:

[...] a estrutura da fábrica, como está organizada a linha de produção. [...] contrário de outros processos produtivos onde as **linhas de produção** são mais bem horizontais. **Em Coopima, estão organizadas de cima para baixo**, são cinco andares, e a densidade de trabalhadores por andar é muito pequena. No terceiro andar, por exemplo, que tem uma área de 200 m², às vezes há dois ou três trabalhadores.

Não é uma fábrica com uso intensivo da força de trabalho, e o tipo de trabalho que a fábrica imprime é [...] trabalho mais intelectual, e não tão vinculado ao trabalho físico. Os trabalhos [...] são de controle de variáveis. [...] nos chamou a atenção, em comparação com outros trabalhadores de outras empresas recuperadas, que **os trabalhadores de Coopima tinham uma disciplina, como uma forma de funcionamento muito pautada pela forma que lhe impõe a fábrica a eles como trabalhadores. São trabalhadores muito disciplinados, muito racionais na sua forma de olhar, de se conduzir no trabalho, na subjetividade própria.** [...] vimos que haviam ficado os engenheiros, que não é comum num processo de recuperação [...].

[...] os trabalhadores de Coopima pertenciam como uma sorte de elite, dentro da mesma classe trabalhadora. Mas **não eram trabalhadores comuns**. Isso também fez que fosse muito difícil a inserção laboral, porque o seu nível de especificidade na sua atividade era muito particular. **São os únicos trabalhadores que sabem produzir fibra de polyester neste País.**

Há outro problema que é quase simbólico: **a parte da produção está separada fisicamente da parte da administração** por uma rua. De fato, os trabalhadores de Coopima não usam o espaço da administração como espaço do encontro; seguem usando seu espaço como trabalhadores o que era o refeitório da fábrica. Quando se faz uma assembleia em Coopima, os trabalhadores se reúnem no refeitório.

Na história de Coopima, **há como um montão de pegadas que dão conta de um processo lento, mas muito profundo, onde parece que, se olhas, parece que, em Coopima, não acontece nada, mas passam muitas coisas.** Talvez não

passam com vigor ou velocidade, mas tem como uma cadência, como melodia vai ta...ta....ta... . (grifo nosso)

E10-

Deixamos de ter chefes, mas sempre seguimos sendo uma empresa. Tens que ter o equilíbrio entre a empresa e o cooperativismo. Quando estamos na produção, somos uma empresa. Quando estás na parte social, somos uma cooperativa. A estrutura como empresa tem que estar. Temos aprendido que a ordem tem que se manter. (grifo nosso)

E11-

*Nestes anos, nos temos dado conta que muitas coisas que eram feitas na empresa funcionavam, temos que copiá-la [...]. Se algo temos aprendido, é que há muitas pessoas que são as que comandam, dizendo o que devem fazer, mas não o fazem. Se não quer chamar de chefe, chama de referente, ou de outra forma, mas tem que colocar uma pessoa que dirija, e a essa pessoa tem que pagar diferente [...]. **Que todo se gere como cooperativa, o que se vai fazer ou programar em cooperativa, mas que a fábrica seja fábrica.*** (grifo nosso)

E12-

Numa cooperativa se eu estou trabalhando numa máquina e dou uma opinião a aceitam, numa empresa isto não é possível. Talvez a fazem, mas não vão te dizer nada. (grifo nosso)

É muito forte a relação de Coopima com o mercado pelo qual é pautado. Isto tem relação com a natureza da tecnologia, escala de produção e com os produtos fabricados.

Quanto à adequação sócio-técnica, mesmo não estando operando, percebe-se que a orientação está no sentido de se configurar juridicamente como cooperativa e atuar como empresa.

Os equipamentos não são de propriedade da Coopima, sendo atualmente acionados pelos credores para serem leiloados. Este aspecto deverá ter que se resolver, em breve, pois

qualquer investimento em atualização tecnológica só poderá ser feito se se confirma o repasse em definitivo da propriedade ou seu usufruto permanente.

Decorrente dessa situação, tem-se questionado aos pretensos credores: Qual o valor que têm os equipamentos de uma indústria desativada? E quem pagará todos estes anos de conservação dos mesmos quando ficaram esquecidos na planta?

Trata-se, como vimos, de uma tecnologia convencional, que se organiza empresarialmente, embora se adotem mecanismos de participação nas decisões. Mesmo não funcionando, fica claro que a condição autogestionária não leva a um entendimento da aplicação de todos os princípios propugnados pela Economia Solidária. Mesmo assim, entendem que a transformação em cooperativa propiciou boas expectativas quanto à mudança das relações sociais no ambiente de trabalho que, de fato, ainda não foi suficientemente vivenciada, porque esteve, por um longo período de tempo, sem atividade, apoiado na inércia provocada pela condição de recebimento do seguro-desemprego, hoje muito questionado.

Está prevista uma atualização tecnológica do processo, mas não se deverá alterar a forma de organizar o trabalho, isto é, a divisão técnica do trabalho. É forte, ainda, a separação entre a administração e a fábrica, como vimos no depoimento de E3, o que deixa claro a força da cultura ou a ideologia presente no empreendimento, que influencia o comportamento das pessoas até hoje.

Como parte destacável, tem-se a mudança de insumos, passando de matéria virgem para reciclada. Isto determina uma integração à Cadeia Solidária do PET e, em consequência, aos trabalhadores da reciclagem do Brasil e do Uruguai. Este aspecto, junto com a forma de distribuição dos ganhos, aproxima a gestão do empreendimento aos princípios da Economia Solidária. Em termos de estrutura de pessoal, há uma clara tendência de optar pelo preparo de jovens que irão substituir os trabalhadores que não permaneceram na cooperativa e os que, porventura, venham se desligar em função da aposentadoria. De um quadro previsto para operar a planta de 70 trabalhadores, hoje tem 45 cooperados e efetivamente não passam de 15 ativos.

A Coopertêxtil possui uma Tecnologia Convencional, acompanhando o padrão das indústrias têxteis. Embora não seja um dos setores mais avançados tecnologicamente, a cooperativa tem feito esforços para adquirir equipamentos, superando as práticas de distribuir todos os ganhos sem reservar valores para a atualização tecnológica.

Consideramos este um avanço em termos de gestão coletiva de empreendimentos solidários, ou seja, a conscientização de ter que investir para se manter no setor econômico em que se insere. À diferença da Coopima, os equipamentos, à exceção dos correspondentes à etapa do processo de acabamento, pertencem à cooperativa, incluídas já algumas aquisições feitas ao longo da existência da cooperativa. Estima-se de 6 a 7 milhões de reais o patrimônio fixo da cooperativa.

Trata-se da única cooperativa têxtil no Brasil recuperada, tendo apenas trabalhadores-cooperados. Houve adaptação da linha de produtos para operar com produtos mais nobres e com maior valor agregado.

Hoje, em função da condição econômica e do reconhecimento do mercado, dedica-se à prestação de serviços para outras empresas. Com a Cadeia Solidária, cria-se a expectativa de desenvolver, produzir e comercializar produtos próprios.

Em sequência, destacamos alguns depoimentos de entrevistados, neste caso lideranças do empreendimento, que nos oportunizam dados para compreender o estágio tecnológico e seus desdobramentos no processo autogestionário:

E9-

[...] apesar que é cooperativa, a gente não pode, de maneira nenhuma, desprezar o sentido de empresa. A empresa vive de resultados, a cooperativa vive de resultados também.

[...] temos teares que dão 600 rpm e já tem teares no mercado com 900 rotações por minuto dentro dessa linha que nos produzimos... até tem teares de 1200 rpm. [...] é muito grande a rotação de pessoas, o gasto com a energia elétrica e os custos. Hoje, você concorre só internamente no Brasil.

Uma questão que a gente se deve preocupar é com custo e com o preço. O preço, quem dita ele, é o mercado. Você não faz preço. O mercado que faz o preço. (grifo nosso)

E7-

A cooperativa está caminhando pela ordem normal do próprio mercado. Só na área de fiação e tecelagem, nós tínhamos 320 cooperados. A cooperativa sentiu a necessidade investir: investiu na fiação. A fiação tinha aproximadamente 120 cooperados só na área de produção. Hoje tem 38. Ela não desligou, mas naturalmente estão saindo e ajustando o quadro. (grifo nosso)

E27-

Mantiveram-se o pagamento dos valores que já se tinham na empresa anterior que faliu, e obedecendo o mercado externo de remuneração.

Uma cooperativa igual à nossa, que é uma indústria têxtil, que tenha concorrentes, tem que ter lá um gerente industrial de bom nível, tem que ter um diretor comercial, mesmo cada cooperativa tem que ter, e tem que remunerar por isso. Senão, nunca poderei ter um diretor comercial. (grifo nosso)

Trata-se, então, de uma tecnologia convencional de propriedade da cooperativa, em que tem sido investido na sua atualização, dentro do padrão adotado pelas empresas têxteis.

Da mesma forma que a Coopima, é forte o conceito de organização como empresa, com estrutura hierárquica e ganhos diferenciados.

Fica claro que, mesmo se constituindo em um bom ambiente de trabalho, confiável, participativo e solidário, ao menos no que concerne à preservação dos postos de trabalho na fase inicial da cooperativa, o que determina a atuação e a permanência do quadro de trabalhadores é a manutenção de uma condição de competitividade de mercado. Em consequência, a decisão de adquirir tecnologia intensiva em capital e a consequente redução, ou melhor dito, a não substituição dos que irão saindo, são condizentes.

As lideranças questionam a dificuldade de inserção dos valores cooperativos no comportamento dos trabalhadores, como também de investir para atualizar tecnologicamente a planta, ficando claro que muitas pessoas não aceitam, mesmo na condição de serem donos do empreendimento, assumir maiores responsabilidades e ganhar menos do que percebiam na antiga empresa ou atualmente no mercado. São poucos os que realmente compreenderam o

significado de estar inseridos num processo de recuperação de empresas por parte dos trabalhadores.

Barbosa (2007, p. 153-154) lembra o resultado de uma pesquisa feita pela ANTEAG no Rio Grande do Sul, com resultado semelhante ao registrado pelas lideranças da Coopertêxtil, ao mesmo tempo em que expõe a condição imposta em alguns casos aos trabalhadores nesta fase do processo:

O trabalhador encara essa mudança de modo ambivalente, pois embora valorize o comportamento cooperativo, **se ressentido do excessivo comprometimento e responsabilidade com a rentabilidade do negócio**, que ora se mostra positivo, ora se revela um entrave, **reacendendo o aprendizado do trabalho subordinado da empresa convencional** e demonstrando maior **dificuldade para lidar com a gestão do negócio** – tarefa afeita aos segmentos limitados ao trabalho mais intelectualizado [...]. (grifo nosso)

As cooperativas que assumem esse parque de tecnologia atrasada e sem capital de investimento **tendem a sacrificar ainda mais o próprio trabalhador cooperado** – que nessa condição adere facilmente à expansão das horas de trabalho – para aumentar a produtividade. (grifo nosso)

Ao contrário do percebido na Coopima, quanto ao pessoal jovem, aqui se tem avaliado que estes trabalhadores não estão motivados de ingressar especialmente neste setor, preferindo trabalhos de cunho administrativo e/ou comerciais que não exige tanto esforço físico e remunera melhor.

Podemos concluir que, tanto na Coopima, como na Coopertêxtil, a tecnologia, os produtos e o mercado condicionam um tipo de relação entre a organização e os trabalhadores que mais se aproxima ao de uma empresa convencional, mesmo que se organizem em cooperativas e dentro do que é entendido a cultura da Economia Solidária.

Também podemos verificar, nestes dois empreendimentos, por circunstâncias diferentes, que foi analisado que, quando tratamos da dimensão organizacional (ver Tópico 4.2), eles adotam, sem muita convicção, o conceito de empreendimento solidário, sentindo-se mais identificados com a configuração de cooperativa, da que se podem aproximar ao funcionamento de uma empresa tradicional, só que com a diferença de administrar um patrimônio de propriedade coletiva.

Outro problema que se apresenta é que, quando se trata de produção em grande escala, existem aspectos envolvidos que podem terminar em situações que se contrapõem aos princípios da Economia Solidária, como, por exemplo, o consumo consciente, o uso racional

dos recursos naturais, dentre outros, que a lógica da produção em grande escala atropela sem maior cerimônia. Nesta linha de raciocínio, na busca de competitividade, o menor custo traduz-se, por vezes, no interior dos empreendimentos, na intensificação do trabalho, na precarização dos dispositivos de segurança, na aceitação imposta pelas circunstâncias de não contar com o amparo de seguros de saúde e outros benefícios sociais que dêem tranquilidade ao trabalhador e sua família.

Em relação às cooperativas de reciclagem vinculadas à Cadeia, estão procurando se padronizar uma estrutura fabril, equipada com esteiras, prensas, elevadores etc. Trata-se, então, de alguns equipamentos de tecnologia convencional que apóiam um processo autogestionário. Têm se tratado alguns equipamentos, tais como: mesa de triagem, carrinho para coleta, dentre outros, como tecnologia social. No universo estudado, não encontramos esta situação e, a bem da verdade, não faria muita diferença discutir se é ou não tecnologia social.

Aproveitamos o momento para transcrever um depoimento de E19:

*[...] elas (as cooperativas) fazem uso de esteira, então nos deparamos com uma estrutura que criticamos enquanto reafirmação do modelo vigente, mas lógico que a esteira é importante nesse trabalho, quem não tem quer ter, por várias razões, aumentar a produção, agiliza o trabalho [...] por mais que a gente faça alguma crítica em relação a isso. **Podemos pensar nesse aspecto também em relação às empresas recuperadas.** Como é que a gente faz esse movimento, esse discurso que o Dagnino traz se coloca contra tudo que existe... pra mim, são conceitos extremistas e que não deixam claro uma alternativa. **O problema é a máquina ou é o fim que damos a máquina? Uma máquina que possa produzir retorno financeiro e bem estar para todos, ela não pode ser aderida?...** essa discussão não é tranquila. (grifo nosso)*

Em termos de AST, percebe-se que, além de utilizar tecnologias convencionais, adota-se em cooperativas sistemas diferenciados de ganhos.

Outro aspecto que, em que pese não estar presente nas cooperativas que participam da Cadeia, ao menos começa a ser debatido, principalmente em função da pressão feita indiretamente pelos governos municipais não convencidos da solução para o tratamento e a

destinação dos resíduos sólidos da incineração. Porém, não se observa, nesta região, alternativa por parte das cooperativas de reciclagem para resolver esta questão.

Portanto, entendemos que é necessário procurar as alternativas tecnológicas existentes no Brasil e no exterior e aplicá-las, considerando as escalas de atuação mais adequadas à situação concreta de cada cidade ou região. Temos, por exemplo, uma cooperativa solidária no interior do Estado do Rio Grande do Sul que implementou uma planta de triagem de resíduos e que atende a nove municípios da região, com aproveitamento de 70%, incluindo uma usina de compostagem.

Temos, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e em alguns pontos do Estado, cooperativas com um grau de organização que permitiria assumir a gestão de empreendimentos deste porte.

Neste sentido, apresento um depoimento de uma liderança do MNCR no Estado e da Cadeia Solidária que nos atualiza neste particular (E18):

*A gente está passando, como humanidade, para encontrar uma solução para o lixo e, particularmente no **Brasil**, que estabeleceu a necessidade de mudar paradigmas na gestão de resíduos sólidos a partir da política nacional de resíduos sólidos, que é uma lei que traz uma série de inovações, que reconhece o trabalho de catadores, mas não só isso. Além de conhecer o trabalho de catadores, eles vêm trazendo **um novo modelo de gestão dos resíduos sólidos, que é um modelo integrado dos resíduos sólidos a partir a participação constante plena da sociedade** na gestão dos resíduos sólidos. O que acontece? A grande maioria acredita que esse processo vai demorar anos. A grande maioria ainda tem muito resquícios que se vão continuar tendo desse antigo paradigma, que era pegar o lixo e simplesmente, no máximo, ter uma coleta seletiva e vai enterrar tudo. Essa era a solução que o Brasil tinha dado. E nós vamos ter que batalhar para fazer essa transformação de paradigma e materializar a nossa sociedade brasileira.*

*Quanto à alternativa tecnológica, a gente estava num seminário algum tempo atrás; em Belo Horizonte, foi feito um workshop sobre lixo zero. E lá estava a União Europeia e o Waste Zero, que já estão **avançando com a reciclagem**,*

batendo 90%. Eles estão dando alternativas que a gente e Brasil ainda está engatinhando. Nós estamos nos 5%, nem chegamos a isso.

*O diferencial nosso é que eles não têm o viés social na reciclagem, e eles querem aprender conosco. Existem alternativas tecnológicas. Inclusive a **incineração tem sido descartada** por eles, porque se tornou inviável. A destruição do resíduo para energia é incompatível com a rota tecnológica da reciclagem. Ela consegue coexistir com ela. Então, a incineração está sendo banida. É uma alternativa pautada por esse velho paradigma.*

*O que acontece junto a isso vê a realidade do País, onde muitos municípios, os recursos dos municípios são centralizados no governo federal, que, de certa forma, mantém o controle, e **muitos municípios não têm recursos suficientes para realizar essa mudança paradigmática** na prática. Porque, para mudar, vamos ter que investir nessa mudança. Não dá para pensar que, com o mesmo montante, vamos conseguir fazer essa mudança. Claro que temos que distribuir isso e achar a alternativa correta: qual é o modelo de gestão que vai se implementar? Essa **não é como uma solução mágica**, como uma alternativa real de resolver das prefeituras com base numa lei e diretrizes, prazos para serem cumpridos. Por outro lado, o governo federal não investe o suficiente para fazer essa mudança acontecer e, muitas vezes, as prefeituras ficam nesse enrosco que não se justifica para tomar decisões.*

E sobre a alternativa tecnológica, os catadores chegaram um momento para discutir soluções estratégicas sem esquecer seus princípios, que é, sim, buscar alternativas de escala para dar resposta ao que se propõe agora neste momento histórico. Agora, está tendo um exemplo emblemático em São Paulo, montando centrais mecanizadas para que sejam geridas pelos trabalhadores³³.

³³ As duas plantas de triagem mecanizadas implantadas das quatro programadas em São Paulo-Capital, com investimento público, foram repassadas à iniciativa privada para o seu gerenciamento. A cooperativa de trabalhadores participa da fase final do processo de triagem. Embora relevante do ponto de vista que aumentou significativamente o volume de resíduos triados (corresponde ao equivalente de material processado pelas 22 cooperativas existentes nessa cidade que realizam o processo manual), não avançou no sentido de reconhecer a capacidade e legitimidade dos recicladores para gerir este processo.

*E eu acho que dá para fazer alternativas complementares. Dá para ter vários espaços. Dividir o espaço onde existe esse modelo, onde as cooperativas executam com esses trabalhadores em pequenas escalas, mas que também tem essa **alternativa de ter centrais mecanizadas sob o controle dos trabalhadores que aí daria conta da escada desse 30 e poucos por centos que é reciclável.***

*Por outro lado, a gente tem que investir forte no orgânico. A gente tem **que investir na compostagem, na biodigestão**; isso vai ter que avançar no país. E, aí, que resta de tudo isso **menos de 15% considerado rejeito**. O que esses países estão fazendo que **a própria PNRS diz sobre isso**. **As indústrias não podem mais produzir produtos que não sejam recicláveis**, porque aí tu vais na origem do problema. Porque o problema, às vezes, se cria uma **falsa polêmica** no local errado. Diz que **a sociedade produz rejeito que não se tem o que se fazer com ele**. Não. A gente tem isso agora, onde tem que mexer. Temos que ir a quem produziu. Se a gente não tem solução, não vamos produzir esse problema. É um dos princípios da PNRS. Isto está acontecendo muito forte nos países onde está mais avançada a política ambiental: se quer fazer com que o setor não produza embalagens que não tenha reciclagem.*

Aí, se a gente consegue avançar com o reciclável, trabalhar com o orgânico, é um passo para trabalhar com o rejeito. As tecnologias estão aí: a gente tem que só discutir ela à luz do modelo que quer implementar em nosso país, que o que está de fundo na verdade: que modelo de gestão de resíduos estamos queremos implementar em nosso país? (grifo nosso)

Como vemos, já existem novas tecnologias que podem se adotar para fortalecer o setor da reciclagem e os empreendimentos autogestionados, avançando na solução do problema dos resíduos sólidos a partir de uma visão integrada, social, econômica e ambientalmente viáveis.

Nas Centrais de Cooperativas de Reciclagem (pólos) para operar na transformação do PET em *flake*, junto com as linhas de produção, incluem-se equipamentos de transporte interno e externo de materiais, envolvendo empilhadeiras, caminhões etc. que também se enquadram na classificação de tecnologias convencionais.

As centrais funcionarão com um corpo de trabalhadores cooperados, em torno de onze pessoas cada uma, desenvolvendo atividades diferenciadas, aplicando-se a divisão de trabalho técnico, com possibilidades de rotação em algumas posições.

Acreditamos que, mesmo avançando no processo industrial com aporte de tecnologia convencional, as centrais adotarão um modelo organizacional semelhante ao das cooperativas de base, tendo como referência aquelas que apresentam um funcionamento mais consistente.

Outro ponto a ser destacado é que, nestas Centrais, pela sua complexidade, deverão ser integrados e aperfeiçoados processos de gestão que serão também assimilados com o tempo pelas cooperativas de base. Não temos como pensar no funcionamento das Centrais ou da Cadeia Solidária sem cooperativas com estrutura e processos administrativos bem conduzidos desde a base. E, aqui, temos um ponto frágil na Cadeia que analisamos na dimensão educação deste estudo.

No nosso ponto de vista, este problema é agravado por outros aspectos de ordem econômica: falta de capital, falta de conhecimento dos canais de distribuição, de como gerir um processo produtivo de grande escala, a formulação da logística e mesmo de gestão de pessoas. Pareceria que o avanço na Cadeia é muito mais do que colocar equipamentos para beneficiar os produtos: requer outra série de competências e forma de pensar o empreendimento que se distancia, por vezes, das experiências dos trabalhadores. Alguns destes aspectos citados demonstram a dificuldade de manter com a expansão dos empreendimentos os valores da Economia Solidária, assim como de evitar que as lideranças se distanciem de suas bases, esquecendo que este crescimento depende delas.

4.5.1 A questão ambiental

Uma das perspectivas defendida pela Economia Solidária é o da sustentabilidade, seja pela vasta literatura que se dispõe a respeito, seja pelos recorrentes discursos e resoluções de dentro e fora do movimento.

O projeto da Cadeia tem também um propósito que se relaciona com o meio ambiente: dar uma destinação mais adequada às garrafas PET, que são despejadas no meio ambiente, gerando a degradação ainda maior, porque não se têm encontrado mecanismos que assegurem a aceleração da sua reciclagem ao longo do tempo. Olhando por esta perspectiva, estamos desenvolvendo um projeto de grande alcance ambiental e social.

Porém, como nos lembrava um dos nossos entrevistados, E18, quando nos diz da importância de não criar falsos dilemas, mesmo que saibamos que foge de nosso controle, somos impelidos a questionar o porquê de criar uma cadeia do PET?

Em relação ao aspecto ambiental, temos a escolha do material PET para sua reciclagem. Em verdade, o PET não se recicla – este conceito pressupõe a volta ao produto para o seu uso original, além de ser também um recurso finito e poluidor, porque é um subproduto do petróleo. Sabemos que o vidro, principalmente, na área de embalagens, cumpriria este papel com melhor desempenho, sendo 100% reciclável. Então, por que não se consegue reciclar o vidro e por que não há mercado para o vidro reciclado? É economicamente mais barato trabalhar com matéria virgem de PET do que com vidro. Para o material “reciclado”, estima-se um valor de 40% do valor original. Em consequência, manter-se-á em alta o seu uso enquanto não houver restrições mais rigorosas, caracterizando que a escolha responde à vantagem econômica que propicia, especialmente para produção de embalagens.

Além disso, há compostos do vidro, como o óxido de sílica, presente na areia, a qual tem sido colocada restrições legais de exploração pelo esgotamento deste material, principalmente pelo uso na construção civil. Hoje, sabemos que, para cada tonelada de vidro reciclado, evitamos a extração de 1.300 Kg de areia. Isso significa que, se a totalidade dos $2,95 \times 10^9$ Kg de vidro produzidos no Brasil em 2007 fosse reciclada, seria evitada a extração de $3,83 \times 10^9$ Kg de areia. A extração de areia é uma das principais causas da rápida degradação dos rios em diversas partes do Brasil. Mesmo assim, o Brasil é um dos países que menos recicla vidro dentre os países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Enquanto Suíça recicla 92%, Brasil não passa de 42% (2001). Então, por que não se recicla? Aqui, também encontramos as regras impostas pelo mercado. Os preços pagos pelas empresas desestimulam a sua reciclagem. Deve ser ressaltado, contudo, que a rentabilidade da reciclagem do vidro está muito aquém da rentabilidade obtida na reciclagem do alumínio, por exemplo. Esses contrastes de rentabilidade ressaltam a complexidade logística e operacional da reciclagem, já que ela implica não somente em uma grande diversidade de metodologias, dependendo do material considerado, mas também deve ser levada em conta a grande diferença nos custos finais envolvidos. Enquanto não se aplicarem as regras da PNRS, que proíbem produzir algo que não se possa reciclar, não faltará PET para os pólos de transformação no Brasil afora.

Como vimos, o PET não se recicla. Ele, por exemplo, não pode ser utilizado para embalagem de alimentos novamente. Além disso, existe ainda uma situação não devidamente esclarecida se é possível aplicar noutra tipo de produto. Estamos trabalhando na perspectiva de produzir produtos de vestuário, de cama, de tapeçaria, dentre outras aplicações. Já se tem experiência na fabricação de madeira sintética, outros materiais construtivos, vassouras, móveis etc.

Um dos depoentes (E38) nos informa, neste sentido, que:

Ainda há uma cultura que o material PET impede que a transpiração ocorra normalmente. Agora, se você for levar em consideração nylon, a lona, elas são muito mais fechadas, são bem mais prejudiciais e estão em todo vestuário. Só que ainda não foi homologado, precisa-se mandar para a Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vão ter que fazer tudo até que seja liberado oficialmente como algo não prejudicial para a saúde. (grifo nosso)

Como vemos, temos alguns desafios pela frente quanto à colocação do produto no mercado. Em verdade, existe um potencial de demanda que não é pequena. Além de pensar no conjunto de cooperativas que já tem protótipos de produtos nos segmentos que já referimos, como de indústrias que estão aguardando dispor da produção de tecidos com mistura PET, para diversas aplicações em grande escala.

Então, qual é o ganho da cadeia do PET?

Em primeiro lugar, temos que pensar que hoje não se tem solução para a destinação do PET, mesmo que não concordemos que seja este o problema, como já nos posicionamos.

Em segundo lugar, estamos criando uma experiência ímpar dentro da Economia Solidária, que trará uma nova forma de organizar a produção, em todas as suas fases, minimizando os efeitos da concorrência e das regras de mercado impostas pelo capitalismo. Não se trata de blindar os EES que participam da Cadeia, o que achamos impossível, porém de dar melhores condições de atuação com vistas a melhorar a renda dos trabalhadores e as condições de vida de forma geral, já que, como vimos, abrange públicos diversos, mas com o estigma de estarem numa condição precária laboral e, em muitos casos, refletidos numa existência de privações.

Pela ótica da organização, com a Cadeia Solidária vêm as Centrais e com estas a possibilidade de comercializar, de forma conjunta, também outros materiais das cooperativas de base. Possuindo maior volume de materiais, aumentam as chances de barganhar melhores preços, assim como de acessar a indústria diretamente sem ter que ficar atrelado aos “atravessadores”, que ficam com grande parte dos ganhos, detendo os canais de acesso aos grandes consumidores dos materiais reciclados. Isto também poderá criar condições para desenvolver novos mercados, produtos, para os materiais beneficiados de alguma forma.

Do ponto de vista institucional, a formação da rede e da Cadeia Solidária permitirá maior representatividade para articular, junto aos agentes públicos, a geração de políticas públicas, especialmente recursos financeiros e abertura para atendimento de compras públicas por meio de processos licitatórios que priorizem os EES. O fato de implementar e funcionar uma Cadeia Solidária deste porte estimulará, como já está acontecendo, a formação de outras Cadeias.

Enfim, não são poucos e válidos motivos que justificam a implementação da Cadeia, embora persistam as contradições aos que nos referimos. Não esqueçamos também de que, em termos de *hardware*, estes equipamentos adquiridos são restritos a este tipo de aplicação, portanto não dão margem ao aproveitamento noutro processo, que não seja o de transformação do PET em *flake*.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões tecnológicas na Cadeia Solidária, temos que:

Apesar dos resultados indicarem uma intensidade média, os trabalhadores não têm uma avaliação precisa do que seja a tecnologia, aspecto que se constata nos exemplos por eles indicados. Julgamos que ainda não é um assunto desenvolvido junto aos coletivos de trabalhadores. Talvez a Coopertêxtil e, em segundo lugar, a Coopima sejam os empreendimentos que têm mais presente a necessidade de trabalhar com esta variável, especialmente por se tratar de plantas de maior porte e pela sua orientação para o mercado.

As cooperativas de reciclagem estão entrando numa fase de industrialização com a instalação das Centrais.

De todas formas, o conceito de tecnologia social está bem mais distante dos temas que são abordados, tendo a tecnologia como meio de produzir em maior escala, agregar valor e,

por consequência, a obtenção de maiores ganhos. Não se caracteriza, muito bem, a discussão do que seja mais importante: tratar da tecnologia como meio ou como fim.

O trabalho associado é mais vivenciado nas cooperativas de reciclagem e, certamente, potencializa mais o intercâmbio de saberes, a autoconfiança, a participação, a conscientização, entre outros aspectos, que poderão levar a uma maior autonomia e a avançar nos processos de emancipação individual a partir do coletivo.

Um aspecto não lembrado pelos respondentes é o da tecnologia de gestão, em que temos grandes carências de experiência por parte dos trabalhadores e dúvidas de como inseri-las por parte dos apoiadores. A educação, nesta dimensão, pode e deve se tornar uma grande mediadora para incentivar os trabalhadores a perceberem o valor que ocupa a tecnologia nos destinos dos empreendimentos e do próprio trabalhador, assim como descobrir que a tecnologia não é neutra e que precisamos entender os condicionamentos que encerra desde a divisão social do trabalho, tentando justificar que existe uma separação entre trabalho operacional e intelectual, e que, de alguma maneira, uns nasceram para o uso da força, enquanto outros surgem na vida para comandar.

As respostas da pesquisa ficaram restritas ao universo dos empreendimentos; porém, em uma perspectiva emancipatória, seria importante aprofundar os processos de dependência tecnológica externa como um mecanismo de perpetuar as relações coloniais, que tão propriamente são tratadas por autores sul-americanos e que na área tecnológica possuem também a referência de Álvaro Vieira Pinto e Renato Dagnino.

4.6 AS DIMENSÕES POLÍTICAS E SEU POTENCIAL EDUCATIVO- EMANCIPADOR

Só na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas. (FREIRE, 1996, p. 27-28)

Neste capítulo, abordaremos as dimensões da autonomia, da radicalidade democrática, da integração com os movimentos e lutas sociais, da cidadania, do conflito, da mudança e da hegemonia e seu potencial emancipador.

4.6.1 A autonomia

Do grego, autonomia diz respeito à faculdade de se governar por si mesmo. Na perspectiva freireana, “[...] autonomia é um processo de decisão e humanização que vamos

construindo historicamente, a partir de várias, inúmeras decisões que vamos tomando ao longo de nossa existência.” (MACHADO, 2008, p. 57)

Freire (1996, p. 107) nos ensina que “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. A gente vai amadurecendo todo dia ou não. A autonomia o ser para si, é vir a ser. Não ocorre em data marcada.”

Isto quer dizer que nós somos responsáveis pelo desenvolvimento de nossa autonomia, conquistada dia-após-dia, com base nas nossas experiências, vivenciadas em um clima de liberdade. O educador deve “[...] provocar o educando no sentido de que prepare ou refine sua curiosidade [...] e que produza a compreensão do objeto estudo em lugar de recebê-la na íntegra dele.” (FREIRE, 1996, p. 118)

Por sua vez, Rebellato (2009, p. 34) entende que a autonomia:

[...] não significa independência total, senão protagonismo, constituição de sujeitos em dependência com o ambiente e o mundo. [...] A autonomia não pode pensar-se como uma situação em solidão, senão como condição humana necessariamente intersubjetiva. As subjetividades se constituem no diálogo com os demais, o que assim mesmo requer redescobrir a autenticidade como exigência do reconhecimento da própria identidade e da identidade dos demais. (grifo nosso)

Esta citação acompanha o pensamento de que estamos tratando de um processo social, como aliás acontece com as diversas dimensões, só se viabilizando numa perspectiva solidária e democrática por meio da interação entre as pessoas.

Nesta mesma linha de raciocínio, Schlesener (2007, p. 14) compreende o conceito de liberdade que mantém relação estreita com o de autonomia:

Para os trabalhadores, **a vivência da liberdade individual supunha superar o individualismo burguês com um crescimento da própria personalidade na vida coletiva, na qual o indivíduo “se enriquece com as experiências de todos os outros homens,** que vivem as mesmas dores e esperanças”. Na verdade, era preciso manter a **“convicção de que a liberdade para todos é a única garantia das liberdades individuais”**, opondo ao vago conceito de liberdade de pensamento uma nova noção de liberdade, construída a partir de um novo modo de ser e de pensar gerado pelo espírito de iniciativa, pela solidariedade e respeito. (grifo nosso)

A autonomia não se restringe apenas ao estado das pessoas, mas diz respeito também à condição do empreendimento e que, por sua vez, contribui para que os indivíduos e o coletivo alavanquem a sua condição de autodeterminação.

Nesse sentido, Rieiro (2006, p. 7) nos coloca que a autonomia dos empreendimentos se consegue através de dois requisitos, a saber:

- a) Em nível econômico: [...] constituindo um projeto sólido em nível comercial que garanta uma mínima sustentabilidade e independência econômica que permita a sua perpetuação; e
- b) Em nível simbólico-político: [...] promovendo um real empoderamento dos trabalhadores, seja através da participação na gestão do processo produtivo, seja em nível político mais amplo.

A mesma autora nos pede para observar que estes dois movimentos devem ser realizados com sucesso, sob pena de não atingir o objetivo da autonomia:

Se se consegue efetivar à eficiência econômica, a custa da postergação da democratização das relações sociais internamente, as unidades produtivas recuperadas pelos trabalhadores correm o risco de não se diferenciarem das empresas capitalistas. Por outro lado, se a democratização se leva a cabo sem conseguir uma mínima viabilidade econômica, corre-se o risco de aprofundar a dependência nas estruturas do mercado, assim como também ver limitado o seu alcance político na inter-cooperação com outras iniciativas e na criação de uma economia solidária de maior alcance social. (RIEIRO, 2006, p. 7)

De fato, este tensionamento é mais perceptível nas cooperativas que tiveram sua origem na busca da sua recuperação pelos trabalhadores após a sua falência. O caso emblemático na Cadeia é o da Coopertextil que, num primeiro momento, tentou seguir à risca os princípios cooperativistas. Preservaram-se os postos de trabalho e se distribuíram as sobras, mas, com o tempo, tiveram que reequilibrar os objetivos de democratização com os da viabilidade econômica do empreendimento.

Trazemos uma passagem de um depoimento de E9, que bem explicitou esta situação:

O grande atraso que houve na cooperativa foi distribuir 100% do que se ganhava. Nós distribuimos perto de 6 milhões de reais. Com este dinheiro na fábrica, se teria, hoje, uma fábrica moderna. A gente não teria as dificuldades que tivemos ao longo dos anos com a defasagem das máquinas, lutando sempre contra custos; a gente teria saído lá na frente.

Mas, como queria acompanhar 100% do rigor da cooperativa de quem decide é a assembleia, a gente levava um milhão, um milhão e duzentos mil reais e não conseguia segurar 10% para investimento e a dificuldade de arrumar de comprar uma máquina aqui. Eu lembro que as duas máquinas primeiras que compramos aqui foi por necessidade absoluta, fizeram greve e pararam a cooperativa.

*Mesmo sabendo que estava faltando a máquina, precisava a máquina e que, sem a máquina, a gente não sairia lá na frente. A gente produziu o fio, mas não conseguia bobinar o fio, para levá-lo para a tecelegam, ou seja, que tínhamos que comprar a bobinadeira. Então, esse, para mim, foi um erro, [...] tivemos uma assembleia que terminou quase uma hora da manhã e ficava rouco de tentar a convencer os operários que a gente tinha que investir. **Indústria só cresce quando você investe. Então, o negócio, apesar que é cooperativa, a gente não pode, de maneira nenhuma desprezar, o sentido de empresa. A empresa vive de resultados; a cooperativa vive de resultados também.** (grifo nosso)*

Embora a Coopima ainda não esteja funcionando, entendemos que, pelo seu histórico, essa cooperativa seguirá caminho semelhante ao da Coopertextil no sentido de equilibrar a gestão democrática com a rentabilidade do empreendimento.

No caso específico da Coopertextil, há uma tendência de busca pela inserção no mercado, isto é, submetendo-se às regras normais da competição. No entanto, mesmo não gerando um ambiente autoritário, não avança no sentido de realizar o potencial de uma gestão mais democrática. Preserva-se um bom ambiente de trabalho, mas não se afasta do modelo tradicional de empresa, havendo poucas mudanças estruturais que levem os trabalhadores a se sentirem mais “donos” do processo. De fato, existem argumentos a favor desta situação que resulta de certos condicionamentos difíceis de superar. Dentre eles, o tecnológico que determina a forma de organizar o trabalho, que incorpora todos os princípios administrativos de uma empresa. Neste caso, tem que ser registrado que, fora a questão tecnológica, a permanência da maioria de trabalhadores em todos os níveis da organização também contribuiu para que não se processassem muitas mudanças que dessem condições de vivenciar diversas funções, inclusive as de dirigentes do empreendimento.

O bom relacionamento que já existia entre os gestores profissionais e os trabalhadores da planta, assim como o respeito e o reconhecimento da especialização que cada um possui, contribuiu para se aceitar, sem maiores conflitos, a manutenção da estrutura organizacional do antigo empreendimento. Na Coopertextil, a autonomia do empreendimento se superpõe à autonomia dos trabalhadores. A expectativa é que isto venha a contribuir para melhorar o desempenho da cooperativa e, por consequência, dos ganhos a serem distribuídos. Aqui, é o

que difere da empresa convencional, em que os resultados iriam para as mãos dos donos ou acionistas do empreendimento.

Por outra parte, os valores de sobra que são distribuídos são proporcionais ao “pro-labore” mensal que se equivale a um salário de uma empresa. Nesta cooperativa, mantiveram-se os ganhos diferenciados, acompanhados proporcionalmente da hierarquização dos salários percebidos outrora na empresa falida.

Neste tipo de organização, há uma tendência de emular à sua vida pregressa, seja nos aspectos positivos, seja nos negativos.

Para efeitos de demonstrar que cada empreendimento cria as suas regras com erros ou acertos, mas dentro de uma lógica que o coletivo acaba legitimando, transcrevemos um trecho do depoimento de E6:

A menor retirada é o salário mínimo mais os 25%, mais vale transporte, etc., cesta básica R\$ 93,00. Em torno de R\$ 1.000 e poucos reais, a menor retirada.

Se eu sair hoje com 16 anos, não levaria nada. Adivinha por quê? Dos resultados negativos que a cooperativa teve, eu nunca deixei de retirar aquilo que recebia.

A cooperativa nunca distribuiu prejuízos. Quando tinha sobra, distribuía sobras; prejuízos nunca distribuiu. O que era para não receber, fica na contabilidade.

Isto nos faz pensar a necessidade de não tentar analisar a Economia Solidária apenas carregando uma cartilha acerca de como deve ser um EES. É fundamental entender a história dos empreendimentos e ver a sua coerência e a sua legitimidade na forma de geri-lo coletivamente. Considero isto mais prudente do que fazer pré-julgamento com poucos elementos, o que costumeiramente se termina fazendo.

Em relação às cooperativas de reciclagem, a questão da percepção ou falta mesmo de autonomia dos trabalhadores tem outra origem. Um dos maiores condicionantes para não evoluir adequadamente no processo de autonomia das pessoas tem origem nas condições de exclusão e opressão a que estavam submetidos historicamente, acrescido do baixo nível de escolarização. Em consequência, os trabalhadores que apresentam um perfil menos

comprometido psicologicamente com outras experiências laborais e/ou de associativismo, e talvez com um nível de escolaridade melhor e que apresentem características de lideranças, são os que irão assumir os cargos de direção, normalmente perpetuando-se por longos períodos.

Aqui, não estamos colocando em julgamento as intenções dos dirigentes; apenas desejamos retratar uma realidade para a qual não se percebe vontade ou capacidade para mudá-la. Há quase um acordo tácito para deixar tudo como está, pois é confortável para a maioria. Ainda assim, perde-se oportunidade de trabalhar o empoderamento dos trabalhadores com vistas a realizar o potencial da organização autogestionária em uma perspectiva emancipatória, na busca da autodeterminação das pessoas.

Da mesma forma, outro complicador é o estágio de desenvolvimento dos negócios do empreendimento. Não alcançando, na grande maioria, valores de ganhos mais significativos, a prioridade termina ficando no trabalho. Quando se chega a conquistar, em uma situação econômica mais estável, a primeira medida, seguindo uma orientação mais conservadora, é manter tudo como está com vistas a consolidar aquilo que foi alcançado.

Resumidamente, faltam a estes coletivos experiência em gestão e lideranças solidárias. Além disso, falta a capacidade de se pensarem assim mesmo como coletivo, comprometido e ousado para Ser Mais, assumindo a condição de “donos” com direitos e deveres, tendo a educação como um componente essencial da estratégia do empreendimento.

Entendemos que esta transformação se dará com a elaboração de um projeto estratégico, que venha a ser construído e implementado de forma participativa, propiciando a inserção gradual das práticas e dos valores da Economia Solidária, ajustando as ferramentas e os princípios de gestão com o que se consiga construir uma nova subjetividade que tenha um caráter identitário entre os trabalhadores.

De acordo com a pesquisa, verifica-se que a autonomia, na percepção dos trabalhadores, aparece com uma intensidade média para alta, isto é, enxergam-se possibilidades para exercer a sua autodeterminação. Em contrapartida, os apoiadores consideram ser baixa, havendo ainda muita dependência de órgãos públicos, entidades de apoio e das próprias lideranças, que exercem tutela sobre os coletivos de trabalhadores. Percebem, ainda, que são poucos os empreendimentos que são propositivos, que desenvolvem, efetivamente, um processo decisório coletivo, por meio do qual a participação

se limita às reuniões, e que, em função dos estágios do que se encontram, a prioridade é a procura da renda em detrimento de outro tipo de conquista ou reflexão.

Por sua vez, os indicativos desta autonomia, por parte dos trabalhadores, caracterizam-se na condição do empreendimento propiciar ganhos, reconhecer as capacidades dos trabalhadores, incentivar a postura crítica, desenvolver relações que se pautem pelo compromisso, pela responsabilidade, pela liberdade e pelo empoderamento a partir do coletivo e da equidade. Ao mesmo tempo, por vezes, não se reconhece o poder da autodeterminação para mudar as formas de atuar.

Embora encontremos perfis e situações diferenciadas dos empreendimentos, consideramos que ainda se tem avançado pouco neste particular. Entre as ERT's, que apresentariam mais potencial, uma não está funcionando, e outra está condicionada pela restrição financeira que marca seu atual estágio de desenvolvimento.

Estes resultados também estão influenciados pela ausência de investimentos em educação e cultura que tivessem dentro de seus objetivos a inserção das práticas autogestionárias e dos valores que constituem uma subjetividade coletiva que dessem condições para perceber o alcance de um projeto com as características da Economia Solidária. Fica, no entanto, a constatação da importância que é dada pelos cooperados ao trabalho coletivo mais humanizado, como indicativo de uma sociabilidade diferenciada, abrindo-se caminho para outras conquistas.

Consideramos, também, a autonomia como uma dimensão importante para o caminho da emancipação social, que se percebe mesmo com a avaliação positiva dos trabalhadores muito incipiente para alavancar um processo de transformação mais profundo.

4.6.2 A radicalidade democrática

Adotamos o entendimento de Rebellato (2009, p. 35) quanto à concepção democrática, quando nos diz que a democracia radical tem que ter o protagonismo, a autonomia e a liberdade como valores fundamentais. “Trata-se de potencializar uma cidadania crítica construindo espaços públicos que contribuam a superar formas de dominação e exploração.” E, acrescenta:

Democracia radical significa também radicalização do poder comunicativo, fortalecimento do espaço público não estatal e articulação entre formas representativas e forma de democracia direta. [...] o modelo de democracia radical

tem seu sustento na novidade de homens e mulheres novos que impulsionam audaciosamente um processo de recuperação de sua inteligência e poder.

Verifica-se, então, uma expectativa de superar as limitações da democracia liberal-burguesa, representativa, para avançar além do formalismo vigente. Isto acontece em todas as esferas, abrangendo governos, partidos, sindicatos, movimentos sociais, empresas etc. Não se tolera mais ficar com as posturas lenientes dos dirigentes, que levam mais em conta os seus próprios interesses do que o das bases que o sustentam.

Contudo, devemos ter claro que esta não é apenas uma questão de querer. Como expressa Quijano (2007, p. 162), “[...] não existe ‘economia alternativa’, nem ‘sistemas alternativos de produção’ sem estrutura de autoridade alternativa à do estado capitalista, em qualquer de suas variantes, desde os brutalmente autoritários e repressivos, até os mais democráticos.” E, acrescenta:

[...] isto requer um sistema de autoridade na qual todos os membros tenham acesso igual e aberto ao controle constante dos cargos e papéis acordados e às tarefas que tem sido destinadas, em cada momento a esses cargos. Em consequência, tem que se ter presente no projeto a ser construído que estes aspectos devem se constituir em objetivos que devem ser realizados no seio da sociedade e nos empreendimentos.

Como foi registrado no início e como se comprova nas frequentes manifestações de rua, há uma aspiração da sociedade no sentido de assumir o seu protagonismo, de exercer uma democracia real, nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2009a), “uma democracia sem fim”.

Schlesener (2008, p. 11) expressa que:

[...] é a democracia que gera condições para o exercício do pensamento e, com ele, proporciona um poder (de expressão, de criação, de emancipação política) que se concretiza na capacidade de um homem decidir sobre o seu próprio destino e contribuir para a construção da sociedade ou para gestação de uma nova sociabilidade.

Com esta citação, enfatizamos um outro componente fundamental para democracia: o da autonomia (ver Tópico 4.1.3.6.1).

Sem uma participação mais intensa da sociedade nas decisões políticas, principalmente que digam respeito à distribuição mais equitativa da riqueza que é gerada pela sétima economia do mundo, dificilmente sairemos desta situação que os governantes que se sucedem acham incômoda, considerando a classificação do País nos macroindicadores sociais

no mundo, e que a população acha insuportável, porque é sobre ela que recaem os efeitos reais dessa situação.

Estes desequilíbrios são sentidos fora e dentro das organizações, na sociedade e nos governos, no plano doméstico e global. Devido ao objetivo deste estudo, restringiremos a nossa análise ao ambiente organizacional e às suas relações no contexto onde se inserem os empreendimentos da Cadeia Solidária.

Dentro dos empreendimentos, como se percebem e se incentivam as práticas democráticas?

Normalmente, espera-se que as cooperativas, pela sua natureza, apresentem um espaço privilegiado para o desenvolvimento de relações democráticas. Nos empreendimentos da Cadeia, isto não é diferente. Em todos os estatutos, vão se encontrar mecanismos de decisões coletivas, particularmente com a realização de assembleias, em épocas pré-determinadas e reuniões pontuais com representantes. Desconsiderando estes mecanismos institucionalizados, no dia-a-dia, percebe-se que há um bom nível de comunicação, ao menos para tratar de questões mais direitas relacionadas com o trabalho. No entanto, percebeu-se, por exemplo, que, após três anos de processo de construção da Cadeia Solidária, em pesquisa realizada junto aos trabalhadores das cooperativas, muitas pessoas desconheciam a sua existência. Significa que a democracia representativa não está funcionando, pois as informações não chegavam à base dos empreendimentos. Mesmo achando que há pessoas que não se ligam em assuntos que não são de seu interesse, este aspecto já seria considerado como fragilidade no processo de comunicação essencial para estruturar um sistema autogestionário.

Nisto também temos que lembrar a ausência de um processo mais intenso de transformação mediado pela educação. Aqui, sem dúvidas, podemos falar que democratizar a educação não é simplesmente uma opção, mas é um dever, para o qual deve se investir.

Para tanto, lembramos o texto de Euclides Mance (1998):

Portanto, sem a democratização da educação e da informação não há expansão da liberdade, pois embora exista sempre alguma liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem algumas informações e não outras. Além de fazer circular a informação e desenvolver mecanismos intelectuais de sua compreensão, é indispensável ressingularizar os interpretantes afetivos e energéticos frente aos signos. (grifo nosso)

Em relação a esta dimensão, na pesquisa, verifica-se que, conforme os trabalhadores, os espaços democráticos se manifestam através da livre-expressão dos trabalhadores, da realização do potencial dos trabalhadores, do respeito às posições divergentes numa melhor compreensão da operação do empreendimento e no compartilhamento da tomada de decisões. Enquanto os trabalhadores indicaram que a presença desta dimensão é de intensidade média, para os apoiadores, tal oscila entre baixa e média intensidade. Para estes últimos, verificam-se alguns aspectos que restringem o agir democrático nos empreendimentos, a saber: a falta de renovação dos quadros dirigentes, já apontadas inúmeras vezes neste estudo, a manutenção de relações assimétricas entre dirigentes e trabalhadores, a percepção de que a democracia está mais presente no discurso do que na prática, a baixa auto-estima e o desestímulo para haver pouca mobilidade no ambiente das cooperativas.

Em resumo, percebe-se que ainda estamos falando não de uma radicalidade democrática, e sim do mínimo que se deveria experimentar num ambiente que deveria ter esta dimensão como um dos mais importantes princípios a serem exercidos.

4.6.3 A cidadania

Segundo Del Royo (2005, p. 4), o conceito da cidadania, conforme os liberais, pressupõe:

[...] uma visão positiva do Estado político, no mais das vezes entendido como forma de ordenação e refreamento da 'natureza humana', egoísta e destrutiva. Neste contexto, o cidadão é o indivíduo privado que se vê representado no Estado, do qual é súdito. A liberdade e a igualdade manifestam na subjetiva dimensão político-jurídica, o que não contradita a desigualdade social tida como insuprimível. Assim, a própria noção de cidadania deriva de uma insuperável cisão entre a esfera privada e a dimensão pública que o homem projeta.

Com a presente citação, ficamos informados de que esta concepção de cidadania, ao mesmo tempo em que restringia os poderes do Estado, homogeneizava as características dos sujeitos, facilitando, dessa forma, o controle das suas atividades e da regulação social.

Desconsideravam-se as diferenças sócio-econômicas existentes e as causas geradoras e perpetuadoras das condições de desigualdades, incluindo-se a preservação do direito à propriedade privada, à concentração da renda, às questões raciais, de gênero, de sexo, dentre outras.

Mesmo com a evolução para o conceito da cidadania social, fora dos países centrais, a periferia do sistema-mundo não viabilizou condições para implementar as políticas de bem-

estar social. Neste período, embora se equilibrasse a relação entre o princípio do estado e do mercado ampliando as políticas assistencialistas, terminou se constituindo em uma nova estrutura de exploração capitalista [...], aprofundando a regulação em detrimento da emancipação (SANTOS, 2009a, p. 244-245).

Na década de 1990, a crise do capitalismo na busca de novas formas de ganhos de produtividade, promovendo a mudança do sistema de produção fordista para o toyotismo (produção flexível), teve graves desdobramentos para os trabalhadores e a população em geral, caracterizado pelo precarização das relações de trabalho, desmobilização do movimento operário, desmantelamento das políticas sociais, envolvendo a educação, a saúde, a habitação etc.

E, nesta época, (re)surge a Economia Solidária, retomando a luta por uma cidadania que refletisse as aspirações da sociedade, por relações mais democráticas, justas e humanas, uma nova sociabilidade aberta, que propicie condições para o seu aperfeiçoamento. De acordo com Coraggio (2007, p. 45), a Economia Solidária propõe “[...] a cidadania como direito a aceder a recursos e capacidades para constituir-se como novos trabalhadores-empresários, que se organizam de forma autônoma, associada e cooperada, formal ou informal, e se articulam em redes.”

Este posicionamento deixa clara a finalidade da economia de forjar uma autonomia através de desenvolvimento de empreendimentos autogestionários, com a perspectiva de construir uma nova subjetividade para o trabalhador social, coletivo e solidário (ver Tópico 5.3.3).

Mesmo que muitos dos direitos reivindicados façam parte do ideário cidadão contido na Constituição brasileira e façam parte de programas e ações de governo, os trabalhadores, como lembra, Tiriba (2007, p. 94):

[...] tem aprendido na “escola da vida” que não tem sido suficiente reivindicar do Estado seus direitos mínimos de cidadania. O abandono do Estado em relação às necessidades básicas de alimentação, moradia, educação, etc. tem influenciado na construção de uma cidadania ativa – que vai além do protesto e da reivindicação.

No objetivo de construção da cidadania, também vamos ter que contar com a educação. Como nos diz Tonet (2005, p. 153):

[...] formar cidadãos seria formar pessoas que tivessem consciência dos direitos e deveres inerentes a uma sociedade democrática; que tivessem uma postura crítica

diante das desigualdades sociais e se engajassem na sua superação; que compreendessem e assumissem praticamente que a sua realização pessoal implica também a realização das outras pessoas.

Através de trabalhadores engajados e conscientes de seu papel na história, podemos ter possibilidades de avançar na conquista da cidadania real e da emancipação social, que é a utopia que o homem se propõe para realizar na plenitude à sua humanidade.

Em relação a esta temática, a ideia da pesquisa que desenvolvemos era identificar a compreensão e o compromisso dos trabalhadores individual e coletivamente com esta dimensão. Os resultados obtidos deixam claro que ainda se está longe de ter uma percepção do significado sócio-econômico-político-ético da cidadania por parte dos trabalhadores. Assim mesmo, de ter uma mobilização clara de reivindicação e de luta dos direitos que lhes cabe por serem cidadãos deste país.

Os trabalhadores das cooperativas de reciclagem, que participam da Cadeia Solidária, são apoiados na sua mobilização pela ação do Movimento Nacional de Catadores e Recicladores, pelo Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos e pelo Fórum da Economia Solidária, por ONGs, movimentos da igreja, incubadoras universitárias e gestores públicos.

Como já registramos, temos tido, nos últimos anos, através deste projeto da Cadeia Solidária, um engajamento muito grande na luta por reconhecimento da profissão de catador, do respeito às determinações estabelecidas para o setor contidas na Lei e Política Nacional de Resíduos Sólidos e contra a incineração. No entanto, ainda se verifica a necessidade de provocar, de estimular os trabalhadores para que participem do movimento devido principalmente à dependência financeira que têm, em função dos baixos ganhos e de realização de longas jornadas de trabalho. O reino da necessidade está ainda muito presente nestes coletivos.

A Coopima mantém uma mobilização permanente para colocar em funcionamento a planta, hoje reforçado pelo apoio sindical, do movimento cooperativista e da universidade principalmente. No entanto, percebeu-se que, em função do processo de recuperação não ter sido conflitivo, da baixa inserção sindical nos ex-trabalhadores da Polímeros, a postura passiva do governo, que optou pela concessão do seguro-desemprego por um longo período a ter um atitude mais comprometida com a solução do problema, provocaram a lentidão e o alongamento do prazo (14 anos) no processo de retomada das atividades.

A Coopertextil, em um processo de recuperação diferente, também não comportou um conflito mais acirrado. Numa primeira fase, os antigos donos deram, em locação dos equipamentos, a planta para dar sequência às atividades como cooperativas na condição de prestadora de serviços para antigos clientes. Por último, mais recentemente, foi negociada a incorporação da unidade de acabamento, que dará condições de agregar valor à produção e possibilidades junto com a Cadeia Solidária de desenvolver, fabricar e comercializar seus próprios produtos.

Dá para notar, então, que a transição de empresa para cooperativa não foi muito traumática, e os desafios que se impuseram foram gradativamente alcançados com o comprometimento dos cooperados. O nível de mobilização de caráter reivindicatório perante a gestão pública de Minas Gerais quase que inexistiu, dado o grau de desinteresse demonstrado pelo atual governo de apoiar a Economia Solidária; tem recebido mais apoio e orientação de representantes do Governo do Rio Grande do Sul, que tiveram uma participação ativa na construção da Cadeia Solidária.

Pelos contatos e observações realizadas, ainda os trabalhadores das cooperativas de reciclagem estão mais mobilizados, mesmo exigindo apoio para articulação externa; a Coopima, colocaríamos em segundo lugar, em termos de intensidade de mobilização, devido ao momento que estão vivendo, fazendo, a nosso ver, a última tentativa para reabrir a sua planta.

E, finalmente, a Coopertextil que tende a se moldar ao funcionamento de uma empresa convencional, salvo as situações de práticas autogestionadas adotadas em função da sua configuração organizacional de cooperativa.

É bem verdade que a Cadeia ,no seu conjunto, não tem, ainda, e não sei se terá, uma cultura organizacional, que se constitua em um fundamento para o seu desenvolvimento e perpetuação.

Hoje, se se tivesse que prognosticar o futuro da Cadeia, ver-ia-am dois empreendimentos, que irão gradualmente se transformando em organizações com funcionamento de empresas e controle efetivo de um pequeno grupo de trabalhadores-dirigentes: a Coopima e a Coopertextil, as cooperativas de reciclagem que manterão os objetivos de consolidar a cultura autogestionária impulsionada pelos apoiadores, especialmente daqueles que assumem sua militância na Economia Solidária.

Finalmente, cabe registrar que ainda os investimentos em formação ético-político quase inexistiram, o que nos ajudaria a aprofundar esta temática nos coletivos.

As próprias atividades que têm um caráter educativo, como a participação em reuniões e em assembleias, salvo em algumas cooperativas de reciclagem, nos demais empreendimentos, têm, como pauta principal, assuntos vinculados à produção.

Em pesquisa realizada com os trabalhadores, percebe-se que, mesmo com algumas avaliações positivas, ainda os direitos da cidadania são ofertados de forma precária. Além dos problemas gerais que o Estado brasileiro tem, como oferecer serviços públicos de qualidade, também os trabalhadores carecem de informações adequadas para acessá-los. Não se percebe, salvo raras exceções, que os empreendimentos tenham esta preocupação, assim como de se articularem com outros movimentos sociais e organizações para cobrar os seus direitos. Alguns grupos participam do Orçamento Participativo, sendo que, por meio de colaborações pontuais de colegas, têm-se resolvido algumas das dificuldades apontadas. O PNRS também tem ajudado para embasar reivindicações para as cooperativas de reciclagem. Também o já citado Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos tem cumprido este papel de informar e sensibilizar para as questões da conquista da cidadania para esta categoria. Este aspecto é relevante para uma população que, em grande parte, vive em situações de risco social.

Quanto às ERT's do empreendimento, a realidade é bem diferente, devido a terem um padrão de vida superior se comparado com o dos recicladores; pela avaliação feita, estão mais satisfeitos pelos serviços públicos disponíveis.

Os apoiadores têm, como noutras dimensões, uma avaliação mais crítica, confirmando grande parte das fragilidades já apontadas pelos trabalhadores. Nisto também se repara a falta de organização dos coletivos para tratar destes assuntos. Não julgamos apenas a responsabilidade das lideranças que, como vimos, exercem uma grande influência nos coletivos, mas ao grupo, como um todo, que tem dificuldades de ir além das responsabilidades laborais.

4.6.4 O engajamento em movimentos e lutas sociais

Esta dimensão mantém estreita relação com os processos de conscientização política, a reivindicação de direitos de cidadania, o “solidarismo” nas lutas dos movimentos de

Economia Solidária como de outros movimentos sociais, dentre outros, que estão sendo analisados ao longo deste estudo.

De acordo com Coraggio (2007a, p. 44),

o objetivo político de uma economia solidária e popular do trabalho seria integrar-se em todos os movimentos sociais para voltar a associar direitos sociais com o estatuto do trabalhador, combinando democratização com outra socialização dos meios de produção e reprodução social da riqueza para disputar a forma de geração e apropriação do excedente social. (grifo nosso)

Este aspecto é extremamente importante se lembrarmos que as especificidades das lutas têm fragmentado os movimentos sociais ao ponto de enfraquecê-los, esquecendo que as questões como as de cunho racial, sexual e de gênero, estão intrinsecamente ligadas às lutas de classes, cujo fundamento é a divisão social do trabalho.

De acordo com CNES (2012):

[...] historicamente, o movimento de Economia Solidária, aproximou-se mais dos movimentos de mulheres, negros, indígenas, agricultura familiar, agroecologia e povos e comunidades tradicionais. Consideramos fundamental, portanto, estender essas relações à outras diversidades (LGBT's, pessoas com deficiências, geracional, dentre outros), integrando-nos aos espaços de lutas e discussões desses movimentos.

Tem sido reconhecido, como relevante dentro do movimento, a articulação com outros grupos historicamente oprimidos, na luta por transformações sociais. No entanto, isto não se constitui em um processo simples: requer uma aproximação respeitosa, conhecer o que está sendo feito, estabelecendo diálogos e parcerias possíveis no sentido de se fortalecer mutuamente. Cada movimento apresenta as suas peculiaridades que são muito pouco conhecidas. Pensar em se integrar ao movimento da população indígena é ter presente que existem vários povos, diversas culturas e línguas, não devendo subsumir a riqueza das suas diferenças. A questão racial é um tema presente dentro dos movimentos populares que requerem sensibilidade para compreender que se trata de uma forma de exclusão e opressão das mais terríveis e de difícil superação, se não se tem claro o grau de complexidade que ela encerra. Estes movimentos se dão em várias frentes e através de ações de diversas naturezas no campo sócio-econômico, político e cultural.

A Economia Solidária tem procurado se fortalecer por meio de processos de intercooperação entre os empreendimentos, com a formação de redes e cadeias produtivas,

como é o caso da Cadeia Solidária Binacional do PET, numa perspectiva ainda de complementaridade econômica regional, entre Brasil e Uruguai.

Sabe-se a importância destas iniciativas, mesmo que ainda careçamos de uma maior representatividade em termos econômicos. Portanto, precisamos fortalecer para construir uma identidade que sustente a operação de uma economia dentro dos princípios propugnados pela Economia Solidária.

Como nos alerta Rieiro (2008, p. 132): “[...] visto, a longo prazo, o objetivo de alcançar maior equidade deve se enfrentar não somente dentro do estabelecimento produtivo senão em solidariedade com a classe trabalhadora no seu conjunto global.” Acrescenta, ainda:

Se no contexto externo às unidades autogestionárias seguem concentrando o capital em base à exploração, dita dinâmica outorgará vantagens comparativas às empresas capitalistas clássicas, as quais através da intensificação da produção alcançarão diminuir o potencial projeto utópico da cooperativa.

No campo político, dentro do Movimento da Economia Solidária, através dos Fóruns nacionais, locais e regionais, organizações como ANTEAG, UNISOL, frentes parlamentares, dentre outras instituições, procuram manter vivas as reivindicações dos empreendimentos e trabalhadores vinculados a este setor.

Em termos dos empreendimentos da Cadeia Solidária Binacional do PET, percebemos algumas diferenciações quanto ao relacionamento e engajamento das lutas de outros movimentos sociais. Isto tem muita relação com a história de cada empreendimento.

Parte das cooperativas de reciclagem está vinculada ao Movimento Nacional de Catadores e Recicladores. Existe uma tendência natural a seguir o movimento com o qual há uma identificação de classe. O porquê de não estarem todas as cooperativas ainda no movimento diz respeito a algumas diferenças de entendimento sobre como deve ser conduzido, havendo um posicionamento forte quanto a este distanciamento das cooperativas de reciclagem do Vale dos Sinos, que tem uma história longa de formação e luta neste setor. Não se percebe maior interesse no envolvimento com outros movimentos, além da Economia Solidária.

No caso da Coopima, foi retomado recentemente o relacionamento com a Central Sindical PIT-CNT de Uruguai. Além disso, o Instituto Nacional de Cooperativismo, subordinado à Diretoria de Relações do Trabalho, do Ministério de Trabalho de Uruguai, e

pela Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai, acompanha este processo de recuperação há mais tempo. Esta relação, de alguma forma, integra-os aos movimentos sindical e cooperativista do Uruguai.

A Coopertextil não tem uma participação ativa no movimento da Economia Solidária, como também noutras lutas sociais. A relação com a Economia Solidária tem origem na sua participação na cadeia do algodão orgânico Justa Trama, como prestador de serviços na produção de tecidos utilizados para confecção de peças de vestuário na Cooperativa UNIVENS de Porto Alegre.

Esta relação está mais ligada a aspectos de negócios do empreendimento do que propriamente a uma convicção ideológica. Ainda assim, esses negócios têm sido sensíveis no processo de aproximação e de integração na Cadeia Solidária do PET, assimilando os valores e critérios adotados no seu processo de construção.

A falta de maior engajamento dos empreendimentos com o movimento da Economia Solidária e/ou com outros movimentos sociais deve-se, em grande parte, ao comprometimento de seu tempo com a atividade laboral. Neste sentido, seria conveniente fazer um esforço para integrar, como registramos, as lutas sociais que mantêm identidade. Caso contrário, mesmo os mais engajados na militância não teriam condições de participar de todas as manifestações e encontros agendados pelos movimentos.

Com incentivo dos apoiadores, os representantes dos empreendimentos costumam participar das Conferências Nacionais da Economia Solidária. No caso de trabalhadores da reciclagem, também procuram, em parte, participar das atividades do seu movimento.

A pesquisa demonstrou o baixo engajamento dos grupos em movimentos sociais, à exceção dos que se vinculam mais diretamente à atividade. Estas oportunidades restringem-se a discussões, passeatas, conferências voltadas para os recicladores, comprovando, assim, a fragmentação dos movimentos sociais em causas particulares, não havendo uma solidariedade entre as bandeiras de luta; cada grupo faz a sua história.

Como a Cadeia Produtiva está composta por recicladores e tem um caráter solidário, os movimentos que aparecem direta e indiretamente são o MNCR e a Economia Solidária. Utilizei o termo indiretamente propositalmente para caracterizar que, embora os trabalhadores

explicitem a sua participação em fóruns e reuniões de Economia Solidária, não percebem estes eventos como fazendo parte de um movimento social.

Percebe-se, ainda, que há poucos espaços, no ambiente de trabalho, para debater sobre o posicionamento político do empreendimento e sobre as lutas que estão sendo processadas dentro dos diversos movimentos. Embora não se percebam restrições por parte dos empreendimentos, os poucos que têm uma vida de militância normalmente são as lideranças pelo seu marcante acúmulo político, o que inibe outros trabalhadores de quererem participar.

Aqui, também é evidente a falta de formação política quanto a lideranças para poder ter preparo e disposição para ampliar as parcerias nas lutas com outros movimentos sociais. A falta de história de militância da grande maioria dos trabalhadores vinculados aos empreendimentos da Cadeia dificulta, por vezes, conseguir incluir espaços de formação com essa finalidade.

Finalmente, consideramos também que a ação política desenvolvida dentro dos movimentos sociais “[...] nas suas demandas, nas suas formas de organização e nas suas estruturas têm um caráter educativo que faz com que os diferentes atores se apropriem e codifiquem os processos e a organização na qual estão inscritos. Neste sentido, haveria que afirmar que a unidade da cidadania coletiva é possível pela existência do movimento e do seu caráter educativo.” (MEJIA, 1996, p. 83)

4.6.5 Os conflitos na alavancagem de processos de mudanças

O termo conflito vem do latim *-conflictu-* (FERREIRA, 1975, p. 363) e, dentro de suas acepções, temos a que significa colisão, choque, que podemos aplicar aos denominados conflitos de ideias, que se adéqua e vem aos nossos propósitos.

Ao conflito podemos associar o ato de mudar (mudança) (FERREIRA, 1975, p. 951), partindo da premissa de que esta mudança não se dá de forma espontânea, ou seja, temos que provocá-la. Mas ainda considerar esta relação no contexto da realidade social é aceitar que existem pessoas com opiniões diferentes e que, portanto, temos, em uma perspectiva democrática, que pode lidar com estas diferenças, e tentar construir algo melhor que, senão atenda a todos, ao menos se crie uma dinâmica, por meio do diálogo, para entender o que cada uma das partes tem de argumentos para defender a sua posição. Eventualmente, uma posição poderá conseguir maioria, porém sem desqualificar a minoria, pois esta também tem seu

valor, até para checar que diferentes aspectos foram mais valorizados numa determinada decisão. E, mesmo em um clima de convivência social, deveremos respeitar a decisão e também podemos ter novas oportunidades para rever eventuais decisões que o tempo não confirmou como mais adequadas.

Sabemos, também, no cotidiano, que este processo não é tão simples de ser assimilado. Em primeiro lugar, existe certo grau de intolerância com posições divergentes daquelas institucionalizadas pelos grupos que detêm o poder, fora o temor e a insegurança que decorrem de qualquer processo de mudança.

Goes (2008, p. 93-94) nos contextualiza sobre como, nos tempos atuais, as sociedades convivem com as divergências, e nos traz a alternativa do diálogo freiriano para lidar com isso:

Nas sociedades atuais os homens e as mulheres não acolhem as diferenças, não conseguem equilibrar seus pontos de vista uma vez que estes estão de acordo com a lógica imposta pelo neoliberalismo. **O verdadeiro caos, o princípio da desordem na sociedade moderna, é a falta de compreensão e respeito sobre o diferente. É preciso que busquemos a tolerância.**

Freire não nega que nessa dinâmica da ação dialógica com o diferente, na tentativa de compreensão do outro, possam vir a existir conflitos, contradições e tensões. Ele reconhece que **para construção coletiva de uma “relação dialógica” entre diferentes culturas não se consegue eliminar essas tensões tão presentes nas relações humanas.** (grifo nosso)

Como vemos, então, não vamos eliminar as tensões e o conflito, mas podemos, através da relação dialógica, encontrar o caminho da tolerância, o caminho de construir a unidade na diversidade (FREIRE, 2008).

Conforme Goes (2008, p. 95), para Freire, o conflito “[...] é fundamental para o exercício do diálogo, para a construção do conhecimento decorrente da criação, recriação dos homens e mulheres para reflexão sobre temas geradores e conteúdos programáticos no contexto da educação libertadora, para a conscientização do processo dialético das ações políticas e pedagógicas.”

Para Freire, as diferenças seriam resultado de nossa incompletude como seres humanos. Portanto, necessitam estar em permanente busca de respostas às diferentes indagações da vida. O homem é o único ser capaz de reconhecer a sua incompletude; portanto, ele é o único capaz de se educar. Nesse sentido, Freire (1995, p. 75) nos ensina que:

[...] para que a finitude, que implica processo, reclame educação é preciso que o ser nela envolvido se torne dela consciente. A consciência da incompletude torna o ser educável. A incompletude sem a consciência dele engendra adestramento e o cultivo. Animais são adestrados, plantas são cultivadas, homens e mulheres se educam.

Ainda assim, esse processo deve ter um caráter democrático. Não se pode aceitar uma relação de subordinação, por exemplo, de uma cultura sobre outra, sufocando quaisquer tentativas de diálogo.

Uma vez mais, precisamos de uma boa dose de tolerância para avançar no processo de uma construção democrática nas relações sociais e, por decorrência disso, nas relações de trabalho nos empreendimentos.

Qual seria hoje a realidade dos empreendimentos da Economia Solidária e, particularmente, dos que compõem a Cadeia Solidária?

Através de pesquisa realizada junto aos trabalhadores, informam que se adota o diálogo como meio para solução de conflitos, porém não há muito espaço para posições divergentes e para alterações de decisões tomadas, da mesma forma em que se verifica descompromisso com as decisões que possam ferir interesses imediatos. Reconhecem, ainda, a capacidade de resolução de conflitos dos dirigentes, mas nem todas as questões são discutidas abertamente como, por exemplo, o impacto das normas e reflexões sobre mudanças. Também não é a maioria dos trabalhadores que apresenta a predisposição para assumirem riscos.

Os apoiadores percebem que os grupos têm amadurecido ao longo do tempo, mas estão longe de se sentir confortáveis e provocar discussões sobre assuntos de interesse, até porque se dá ao conflito uma conotação negativa. Seja por experiências passadas, seja por outros motivos, a maioria termina aceitando, permanecendo quieto, aquilo que é decidido por uma minoria.

Temos que lembrar Freire (2008a, p. 70) quando nos exorta a construir relações democráticas que desenvolvam “[...] formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição às formas de vida ‘mudas’, quietas e discursivas [...].” Mais uma vez, sentimos falta da formação política que, se não resolve tudo, ao menos deixariam os trabalhadores mais mobilizados, inquietos, críticos e com indagações que ajudariam neste processo de conscientização.

Se isto é importante na perspectiva do empreendimento, será ainda maior quando tratarmos da Cadeia Solidária, porque estamos lidando com trabalhadores de outros empreendimentos, de outros países, com culturas e histórias diferentes. Portanto, quanto mais se aprofunde esta relação, teremos que encontrar mais mecanismos para chegar a consensos e a diálogos. Sem dúvidas, será o caminho que deveremos trilhar.

Aproveitamos nossa reflexão para indicar dois trechos de depoimentos feitos por E13, que entendemos muito elucidativos para justificar a necessidade de formação política, a saber:

a-

[...] na cadeia, já não se pode tomar decisões de forma separada, inclusive aquelas decisões de um elo que possam ser vistas como alheias à cadeia são da cadeia também, porque, de alguma maneira, comprometem ou podem comprometê-la. Quiçá não agora, mas a futuro sim. [...] É, isso também tem que pensá-lo. Isso também é um processo de educação, se pensar além do universo da gente. O universo não termina no espaço vital da gente, ou o espaço vital vai mais além para dizê-lo de outra maneira. Isto é o mais complexo, porque aqui há uma tensão. Do que é meu, eu me faço responsável, contanto que controle esse processo, e tenho segurança. É o coletivo que gera mais incerteza. Essa tensão me parece que está bem que exista, é natural. Ali, tem que trabalhar sobre ela. O interessante disto é justamente que, para o empreendimento, para um conjunto, não há ninguém que possa se dizer que tem o saber. Isso permite um intercâmbio mais horizontal entre os distintos atores que eu acho muito interessante. E acredito que é um processo que leva muito trabalho e muito tempo. Inclusive, há que derrubar pré-conceitos que podemos ter sobre um trabalhador estabelecido com o que pode ter com coletor de resíduos. Existe isso, porque, de alguma maneira, a gente e as classes se estabelecem por mecanismos que vão além do que nós podemos até nos darmos conta, ser conscientes. Tendemos a nos posicionarmos diferente e fazer diferenças. Então, como tal, é um processo educativo no seu conjunto, logo tem particularidades ou deveria ter particularidades, especificidades em cada elo e também no seu conjunto, na gestão coletiva do empreendimento.

b-

O tema de desenvolvimento como uma meta. Se discutirmos onde queremos chegar, não haveria um acordo. Seria interessante em conseguir em coisas móveis. Não tem um ponto de chegada, uma definição exata. Me parece que o que há que construir mecanismos e indivíduos capazes de poder ter um diálogo constante entre os que nos rodeiam, no caso da cadeia e além dela, o universo próximo que nos permita não renunciar ao que queremos, mas poder, de alguma maneira, dialogar com o outro e acorda. Eu penso, devo chegar aqui e respeito o que tu quiser, mas juntos vamos e negociamos até onde podemos chegar como coletivo, mas aí implica muitas coisas, tolerância à diversidade, questões que não as temos.

O que devemos construir hoje são indivíduos mais tolerantes, aceitar ao outro com as diferenças, o que não é fácil. A construção de um homem livre para conviver no coletivo, não uma perspectiva individualista.

Há uma tendência de vincular o macro com o micro. Não posso desconsiderar o mundo que está aí, mas, olhando para o micro mesmo, em última instância, nos estamos transformando pessoas.

Acredito que estes textos caracterizam bem o desafio de como lidar com conflitos, alavancando processos de mudança que se dão por meio de um diálogo permanente. Nesta transformação, devemos lembrar que, antes de pensar no outro, nós temos que mudar: a mudança tem que começar por nós.

4.6.6 Em procura de nova hegemonia

A palavra hegemonia vem do grego, podendo ser entendida como preponderância, supremacia, superioridade (FERREIRA, 1975, p. 715). Gramsci é um dos autores que mais trabalhou este conceito. Embora no início utilizasse a palavra do mesmo modo que outros marxistas, sugerindo que a liderança de uma classe sobre outra se daria por meio do uso da força, ampliando, posteriormente, o seu entendimento para acrescentar o significado de outros mecanismos de obtenção do consentimento.

Conforme Bottomore (2001, p. 177), em função da crescente intervenção do Estado na sociedade civil e no reformismo, como resposta às demandas na arena política de grupos de pressão, a base material da hegemonia passa a se constituir mediante reformas ou concessões

graças às quais se mantém a liderança de uma classe (burguesa), mas pelas quais outra classe (trabalhadora) tem certas exigências atendidas. Dito de outra maneira: a formação social capitalista se baseia no predomínio do modo de produção capitalista sobre os demais como, por exemplo, o da Economia Solidária.

De acordo com Tifni (2010a, p. 48), Gramsci “[...] define hegemonia como algo que opera tanto sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade como também sobre o modo de pensar, sobre as orientações teóricas, e até sobre o modo de conhecer, portanto, pode ser entendida como a capacidade de direção, de conquistar alianças e de proporcionar uma base social ao estado.” Isto dá uma pauta do caráter de totalidade que a hegemonia representa. Podemos também encontrar, nesta citação, a sua estreita relação com o conceito de ideologia, pois perpassa os diversos atos da vida, alcançando a subjetividade das pessoas.

A concepção gramsciana nos permite pensar que, enquanto permaneçam as condições estruturais que dêem suporte ao que denominou de revolução passiva³⁴, à impossibilidade de haver rupturas teremos espaços para negociar algumas transformações.

Entendemos ser este o momento que estamos atravessando com a Economia Solidária. Mesmo que muito se tenha avançado, ainda temos uma longa caminhada pela frente em termos de lutas, aproveitando as brechas forjadas pela intensificação das ações do movimento. Tendo presente este aspecto, consideramos adequada a observação feita por Schlesener (2007, p. 32):

[...] qualquer traço de iniciativa autônoma é de um valor inestimável para o processo histórico integral. A resistência depende de como estas iniciativas são organizadas em instituições criadas pelos trabalhadores (sindicatos, partidos, comissões de fábrica, jornais de opinião, etc.).

A hegemonia desvela as maneiras em que opera o poder para formar nossa compreensão cotidiana das relações sociais e para orquestrar as maneiras que consentimos (e reproduzimos) essas relações tácitas e dissimuladas do poder (BUTLER; LACLAU; ZIZCEK, 2004, p. 19-20).

³⁴ O conceito “revolução passiva” deduz-se rigorosamente dos dois princípios fundamentais da ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista; e 2) a sociedade assume compromissos cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias etc. (GRAMSCI, 1989a, p. 75)

Considerando o entendimento da hegemonia em Gramsci, passamos a tecer algumas considerações relacionadas com os atores que, direta ou indiretamente, exercem algum tipo de influência na Cadeia Solidária em estudo.

Em relação às diversas esferas de governo, percebe-se que:

- Têm sido feitas concessões para a Cadeia dentro de determinados limites orçamentários, mas principalmente políticos;
- Os repasses de recursos têm sido freqüentes, atendendo às demandas solicitadas, previamente acordadas em função das disponibilidades;
- Parte dos mesmos têm sido repassada de programas de assistência social, oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social, o que deixa caracterizado o entendimento assistencialista que se dá ao projeto, muito em função de que parte dos empreendimentos é constituído por trabalhadores da reciclagem³⁵;
- A falta de políticas de estado tem sido equacionada nas demandas da Cadeia por meio de diretrizes e ações que orientam o atual governo nesta matéria;
- Não tendo o marco regulatório específico para a Economia Solidária, os empreendimentos têm-se regido principalmente pela lei das cooperativas de trabalho, que, embora bem intencionada, está distante de atender às demandas do setor;
- O excesso, por vezes, de burocracia no relacionamento com a administração pública tem dificultado a execução do projeto, destacando-se a exigência dos processos licitatórios e dos requisitos burocráticos inadequados ao porte dos recursos solicitados;
- Somado à disputa por recursos e para adequação do marco legal da Economia Solidária que afetam o nosso projeto, têm-se também aspectos de caráter institucional. Como exemplo, registramos a tentativa reiterada de transformar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que está vinculada ao Ministério do Trabalho, em um Ministério da Micro e Pequena Empresa, o qual foi descartado peremptoriamente pelo movimento, por total falta de identidade com a finalidade da Economia Solidária;
- Em nível estadual, o Rio Grande do Sul adotou uma proposta semelhante, criando-se a Diretoria de Fomento e Incentivo à Economia Solidária (DIFESOL), dentro da

³⁵ Freire (2008, p. 65) expressa nesta situação o seu desgosto por este tipo de orientação assistencialista: “Opúnhamo-nos a estas soluções assistencialistas, ao mesmo tempo que não aceitamos as demais, porque guardavam em si uma dupla contradição. Em primeiro lugar, contradiziam a vocação natural da pessoa – a ser sujeito e não objeto, e **o assistencialismo faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação.** Em segundo lugar, **contradiziam o processo de “democratização fundamental” em que estamos situados.**”

Secretaria Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE). Afortunadamente, o que realmente faz a diferença, neste caso, é a capacidade de articulação política que a titular da DIFESOL, com a sua equipe, tem conseguido junto ao núcleo de poder no governo estadual;

- Em nível federal, ainda, o projeto se tem beneficiado por aportes de programas especiais voltados para os trabalhadores da reciclagem, do Comitê Interministerial, coordenado pelo Gabinete da Presidência da República, assim como pelos aportes de autarquias como Banco do Brasil (Programa CATAFORTE, na sua terceira fase) e Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), dentre outros;
- O apoio institucional de governo ao movimento da Economia Solidária no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e ao Conselho Nacional de Economia Solidária também tem ajudado a dar visibilidade ao nosso projeto direta e indiretamente. Hoje, o projeto da Cadeia Solidária é acompanhado no Brasil e externamente como uma experiência que, espera-se, venha a confirmar as expectativas e se constitua em uma referência para reaplicar em outras Cadeias Produtivas Solidárias dentro e fora do país;
- A Lei e Política Nacional de Resíduos Sólidos também tem sido relevante para sensibilizar as prefeituras, dentre outros aspectos, para contratar as cooperativas para executarem a prestação de serviços da coleta seletiva e de outras fases da coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos. Já se tem conseguido, em cooperativas da Cadeia, melhorar o padrão de renda, o que facilita o desenvolvimento da Cadeia Solidária do PET;
- Mesmo que, amparados na lei e com apoio do Ministério Público, ainda ficamos à mercê da decisão dos poderes executivos municipais e estaduais para não optarem pelo recurso da incineração, como se este fosse realmente uma alternativa para resolver o problema da destinação dos resíduos sólidos. A única argumentação que se aceitaria é de que ainda a estrutura existente dos recicladores não é suficiente para tratar da totalidade dos resíduos. Mesmo assim, discordamos na medida em que se dêem os recursos para implantação de uma Usina de Incineração, assim como os subsídios que são negociados com as prefeituras e tempo para preparar os trabalhadores, ganhar-se-ia em várias frentes: social, econômica, ambiental e, principalmente, em termos de saúde pública;

- Os programas de capacitação técnica-produtiva e de formação política, mesmo que ainda insuficientes, seguem a orientação mais próxima dos paradigmas do movimento;
- Somado a estas ações, a dinâmica da implantação do projeto tem colaborado para desenvolver quadros dirigentes, com postura crítica, “libertas” e éticas que ajudarão a fortalecer o projeto e o movimento (SEMERARO, 2006, p. 30). Apesar deste resultado, entendemos que se tem que fazer um esforço maior, cabendo aos próprios empreendimentos a emergência de novas lideranças. Ainda o poder está concentrado em um pequeno núcleo de trabalhadores que se revezam em diversas atividades dentro do projeto;
- A Coopertextil em Minas Gerais tem recebido apoio financeiro do BNDES para aquisição de equipamentos para a planta industrial, não em consequência direta do projeto da Cadeia Solidária, mas também por este vínculo que lhe dá uma classificação de EES;
- A Coopima no Uruguai também tem recebido apoios do governo, por meio do Instituto Nacional de Cooperativismo (INACOOOP), vinculado ao Ministério do Trabalho, do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério de Desenvolvimento Social. Neste momento, estão aguardando a decisão final do FONDES (Fundo Nacional de Desenvolvimento), necessária para viabilizar a retomada da operação da planta industrial;
- Ao longo destes três anos que acompanhamos a construção da Cadeia Solidária, mesmo com limitações, tem-se percebido o protagonismo do poder público, especialmente do Rio Grande do Sul, apoiando financeira e politicamente o projeto, perpassando estados e países. Podemos assegurar que tanto a Coopertextil em Minas Gerais, quanto à retomada de recuperação da Coopima no Uruguai, deveram-se às iniciativas empreendidas pela Difisol junto aos respectivos governos; e
- O projeto tem conseguido uma boa articulação também junto às entidades de apoio formadas por incubadoras de universidades e institutos públicos federais e privados, ONG's do país e exterior e também com os gestores públicos (ver Tópico 2.6.3.5.1).

Mesmo não querendo aceitar, de pleno, as observações pertinentes de Gramsci, quando entende que os trabalhadores não conseguem chegar à consciência crítica de forma espontânea, não se tornando independente “por si” sem se organizar necessitando ajuda externa (ALVES, 2010, p. 76), assim como, quando forma seus intelectuais orgânicos, o faz árdua e lentamente, tendo dificuldades de superar o nível econômico corporativo a formidável

e bem organizada estrutura ideológica da classe dominante (SCHLESENER, 2007, p. 39), entendendo que tem um fundo de realidade.

Podendo ser pela disponibilidade de tempo, formação, nível cultural, experiências ou outras capacidades, somado, naturalmente, ao conhecimento do movimento, alguns dos representantes das entidades de apoio têm exercido esse papel. Não considero, ainda, uma atividade plenamente consolidada, nem tampouco entendo que, ao menos, aqueles que hoje estão próximos do projeto têm todos os atributos que precisariam para exercer esta responsabilidade. Entendo que não temos muito tempo para gerar os resultados que se precisam para consolidar o projeto, assim como não dispomos de trabalhadores dos empreendimentos com o preparo e a disponibilidade necessária para realizar sozinhos a função “[...] num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’; a partir da sua atuação política, irá apontar as contradições que perpassam o social, desmistificar o poder e as relações de dominação, despertar a consciência crítica e autônoma; criar um mesmo ‘clima cultural’ que prepare a nova hegemonia.” (SCHLESENER, 2007, p. 39)

Entendemos, também, que os laços entre os empreendimentos e os “intelectuais orgânicos” ainda não estão devidamente compreendidos. De acordo com o empreendimento que analisamos, podemos encontrar apoiadores com maior relacionamento com os coletivos e, eventualmente, com boa experiência neste papel junto a movimentos sociais. No entanto, isto se deve mais à disposição dos apoiadores do que propriamente a um acordo de expectativas que possa ser estabelecido entre as partes.

Também podemos encontrar apoiadores com perfis e orientação de trabalhos distantes do que se espera a uma proposta emancipadora. Algumas situações que, julgadas como bem intencionadas, terminam dando ao apoio um caráter assistencial, caracterizando uma postura de tutela para os trabalhadores, o que tem acontecido em algumas cooperativas de recicladores que recebem apoio de organizações religiosas. Há, não podendo ser diferente, um sentimento de gratidão às pessoas que se aproximam aos empreendimentos, mas, se tem tomado a iniciativa por parte do apoiador ou dos trabalhadores para acertar uma melhor forma de convivência, que formalize os objetivos que justifiquem a relação entre as partes.

Outro aspecto que merece ser observado é evitar tirar autonomia dos trabalhadores, desvirtuando o papel dos apoiadores, dando-se mais valor às suas orientações, em detrimento

das experiências concretas dos trabalhadores. Um exemplo claro é quando se percebe que se quer estruturar a organização de acordo com a concepção acadêmica, impondo o que deva ser um EES. Embora importante o acúmulo de trabalhos a respeito, cabe sempre construir, cooperativamente, as soluções para os empreendimentos. O apoiador não deve deixar de dialogar e pedir ser retroalimentado com informações sobre a adequação da estratégia adotada no seu trabalho.

Os apoiadores, pelas diversas razões apontadas, têm ganho espaço e legitimidade perante os empreendimentos, a situação semelhante a que percebemos em nível nacional.

Nesse sentido, Santos (2011, p. 12) registra, em relação à participação dos apoiadores nas diversas instâncias do movimento da Economia Solidária, que: “mesmo a estreita relação dos agentes externos com o movimento da Economia Solidária, participando do processo como sujeitos diretos, em um patamar abaixo dos EES, mas com direito de decisão, [...] não tem comprometido a legitimidade do processo [...] reconhecendo-se o seu espaço ‘protagônico’ [...] mesmo assim preservando a autonomia de decisão da base.”

Mesmo assim, percebe-se, em algumas situações, que as entidades apoiadoras pautam as ações do empreendimento. Nessa mesma linha, reparamos um certo grau de dirigismo do governo, o principal patrocinador da Cadeia Solidária. Temos encontrado também situações controversas em relação aos gestores públicos. Com um discurso de apoiar os empreendimentos, terminam querendo tirar a autonomia dos trabalhadores na decisão que lhes diz respeito. Por vezes, isto é, aceito pelos trabalhadores em função do histórico do relacionamento, em que sempre se viu aos trabalhadores como “pobres coitados”, incapazes de reconhecer o que tem valor. Não podemos deixar de reconhecer que, em alguns casos, os próprios trabalhadores fazem questão de preservar esta postura e tentar repassar as suas responsabilidades ao poder público no papel de benfeitor, ao invés de reconhecer eventuais direitos como cidadãos e lutar para sua efetivação.

Afortunadamente, estas situações, embora percebidas, não se constituem na generalidade dos casos.

Temos exemplos de prefeituras que, após longo tempo de negociação, terminam contratando a cooperativas de reciclagem para realizar serviços semelhantes aos que realizavam as empresas, pagando menos, exigindo mais, por períodos mais curtos e

pressionando-os para avançar em aspectos não contratuais, aproveitando-se da fragilidade que os EES apresentam para se posicionar contra estes abusos.

Os representantes das incubadoras que têm uma participação mais próxima com os empreendimentos desenvolvem um termo de compromisso onde se acordam normalmente as atividades que se irão realizar. Entende-se que isto deve ajudar, mas falta aprofundar estes compromissos em assuntos estratégicos e vinculados a objetivos políticos do empreendimento e de sua relação com o movimento.

Desta forma, tivemos uma amostra das articulações do projeto com instituições e das ações que fortalecem um melhor posicionamento e legitimidade na busca de reequilibrar as relações com o bloco histórico hegemônico na disputa principalmente por espaços de poder e recursos econômicos. Cabe, portanto, seguir fortalecendo o projeto, integrando outros empreendimentos e atores, fazendo novas alianças no campo social e popular com o qual mantemos maior identidade.

Concluindo, podemos registrar que em relação, à análise da incidência das dimensões políticas na Cadeia Solidária, temos que:

Mesmo com algumas diferenças de avaliação entre os trabalhadores e os apoiadores, verifica-se que as dimensões políticas, importantes alavancadoras da emancipação social, têm avançado na sua inserção no interior dos empreendimentos, porém carecem, ainda, de uma posição mais consistente e consolidada. Temos, naturalmente, que considerar que, nestas dimensões, há uma interação importante com o ambiente externo aos empreendimentos, o que torna mais complexa a sua materialização.

No entanto, encontramos algumas dificuldades que podem ser tratadas pelos trabalhadores, porque estão sob seu controle, como, por exemplo, a necessidade de uma maior abertura das lideranças, a ampliação dos espaços de participação, o investimento em formação política, a criação de espaços para tratar de assuntos que vão além da atividade laboral, especialmente relativos a formas de acessar políticas públicas e de implementar ações coletivas que visem melhorar a vida dos trabalhadores. Acreditamos que, desta forma, vamos ter pessoas mais comprometidas e com vontade de avançar na perspectiva de Ser Mais.

Procura, ainda, a aproximação com outros movimentos sociais, visando o fortalecimento mútuo. Lembramos umas passagens de Freire muito oportunas que refletem

esta necessidade de união para enfrentar os detentores do poder os quais denomina de antagônicos:

[...] a virtude revolucionária [...] consiste na convivência com os diferentes para que se possa melhor lutar contra os antagônicos (1992, p. 39); [...] estou convencido de que quanto mais as chamadas minorias se assumam como tais e se fechem umas às outras tanto melhor dorme a única e real minoria, a classe dominante. As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical. (1992, p. 153-154)

É preciso vencer o poder das classes dominantes que também não nos querem unidos para, assim, poder explorar-nos. É preciso ir além das diferenças para ganhar, criar e inventar uma unidade necessária e indispensável. Eu diria aos senhores que a unidade na diversidade é algo que se inventa politicamente. Ela não existe como fenômeno espontâneo. Ela só existe como fenômeno criado, inventado e por isto é um ato político, de decisão política, no qual as lideranças devem transformá-la em um objeto pedagógico, isto é, discutir com os grupos populares sempre que possível o que é unidade na diversidade. (2008b, p. 88)

Este é um grande desafio para os empreendimentos, especialmente para suas lideranças, de encontrar nesta estratégia formas de empoderamento coletivo que dêem maior força e legitimidade para suas lutas.

5 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Nesta capítulo, abordaremos a superação dos principais entraves presentes no projeto, as transformações intermediárias, nova organização, novo sujeito coletivo, social e solidário, o Bem-Viver e a emancipação social. Incluímos, ainda, no seu início, um sub-capítulo, em que se trata das estratégias globais, as novas epistemologias e os movimentos de resistência, porque, na sua interação com o ambiente local e o projeto, influenciam as transformações sociais.

Cabe observar que, em função da natureza do estudo, algumas transformações já aconteceram, outras estão em processo e outras serão implementadas ao longo do tempo, pois se trata de um projeto de longa maturação.

5.1 ESTRATÉGIAS GLOBAIS, AS NOVAS EPISTEMOLOGIAS E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

[...] o primeiro passo na gramática da descolonialidade poderia ser dado, utilizando uma expressão procedente dos documentos da Universidade Intercultural dos Povos Indígenas do Equador, mediante o “aprender a desaprender, para poder assim reaprender”. (MIGNOLO, 2010, p. 97-98)

Para termos uma melhor compreensão do atual momento e descobrirmos alguns fatos que tiveram influência, mesmo que longínqua, no desenvolvimento da Economia Solidária e, particularmente, no processo de construção da Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET, faremos uma breve apresentação do cenário sócio-político-econômico nacional, regional e mundial do período 1985-2014.

É importante registrar que o espaço de tempo considerado é o período que abrange os últimos trinta e cinco anos, em função de que, nesta época, processava-se, na América Latina e, particularmente, no Uruguai e no Brasil – que são os que abordaremos neste estudo –, o restabelecimento da democracia.

Estamos em 1985, quando ocorre o processo de retomada do Estado de Direito nestes países, depois de anos de ditadura que, dentre os malefícios que provocou, deixou reflexos profundos de uma péssima administração no campo econômico, caracterizado pelo grande endividamento externo e interno, elevado déficit público, queda das reservas cambiais, taxa inflacionária galopante, alta concentração de renda, orientação do consumo para bens

duráveis, expansão do ensino superior privado, precarização e informalização das relações do trabalho, períodos de recessão econômica e, em consequência, indicadores sociais que evidenciaram, claramente, a opção destas gestões não voltadas à maioria da população.

Concomitantemente ao descalabro da gestão dos chamados regimes de exceção, uma nova etapa do processo de dominação econômica procurou expandir os mercados dos países centrais para a periferia que estava em gestação. Este processo, que denominamos de globalização, sensibilizou os governos da época que adotaram, nas suas estratégias econômicas, o receituário de políticas neoliberais conhecidas como Consenso de Washington.

A ideia que se propunha para os governos era a necessidade de realizar ajustes profundos que envolviam, por exemplo, abertura comercial, redução do déficit público, combate à inflação, redução do papel do Estado na economia (Estado mínimo). Tais aspectos estavam associados, naturalmente, à geração de superávits primários, cada vez mais crescentes, para pagamento das dívidas aos credores internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e bancos privados). Tudo isto gerou uma profunda crise social, que tentaria ser controlada com planos sociais de orientação keynesiana de baixíssima intensidade, pois não se buscava revitalizar a economia mediante o pleno emprego, mas tão somente moderar a pressão que vinha dos setores da sociedade mais afetados.

Os primeiros governos normalmente são oriundos das forças políticas tradicionais e vão absorver em cheio estas receitas, as quais iriam aprofundar a crise e desapontar as populações que viam, no processo de retomada da democracia, uma redenção a todos os males sofridos no período das ditaduras.

Em decorrência disso, nos últimos anos do século XX e no início do século XXI, as sociedades do Uruguai e Brasil, fazendo a análise apenas destes países em função das limitações de nosso estudo, começam a experimentar, inicialmente em nível municipal, estadual e, por último, nacional, a inserção de novos posicionamentos nos seus governos por meio de partidos com ideários progressistas, os quais tinham, como prioridade, o resgate da dívida social, que, mesmo nos primeiros governos democráticos, não foi possível reduzir.

Outro aspecto presente nestes grupos políticos que ascenderam ao poder é olhar para os vizinhos e ver de que forma podem se integrar com vistas ao fortalecimento das suas próprias economias, visualizando possibilidades para ampliar o mercado da região e fazer

frente à concorrência instalada no mundo, através de blocos econômicos. É nesta perspectiva que se irão criar o MERCOSUL (1991), a ALBA (1994) e a UNASUL (2008).

No plano internacional, estamos na presença de um mundo que acabou com a utopia do socialismo (de Estado), enaltecendo os modelos de livre concorrência de mercado e as sociedades democráticas ocidentais. O fortalecimento da Alemanha e do Japão, obtendo grandes taxas de expansão econômica, serviu de referência para outros países. As economias asiáticas começam com a exportação do modelo japonês, inicialmente para sua região de influência, constituindo os tigres asiáticos e, logo depois, para o mundo. Mais recentemente, a China, ocupando os primeiros lugares da economia do mundo, deixa perplexos muitos países que não viam condições de concorrer com os seus produtos, ao ponto de desindustrializarem suas economias. Nesse sentido, Barbosa (2007, p. 121-122) retrata bem este momento que tem repercussão na crise do setor têxtil, dentre outros setores, do qual participam dois empreendimentos na Cadeia:

Com a liberação comercial dos anos 1990 e a conseqüentemente invasão de produtos de origem asiática a preços baixíssimos, a reorganização produtiva provocou significativas mudanças incentivadas pela própria “guerra fiscal” dos estados. De modo geral, a redução de empresas e postos de trabalho tem sido o destino das indústrias de vestuário paralela à abertura de novas plantas automatizadas e com baixa demanda de mão de obra, com o artifício de transferência para as regiões Norte e Nordeste do país.

No Uruguai, por sua vez, o setor têxtil praticamente desapareceu na década de 1990. Outro aspecto que começa a tomar espaço nas preocupações de organizações que formulam as estratégias para o mundo (ONU), assim como do movimento ambientalista, é o questionamento sobre como podemos visualizar o futuro do planeta se seguirmos trilhando um processo de consumo desenfreado, que não respeita os limites de regeneração dos recursos naturais. É bom lembrar que estamos tratando de um problema que, embora tenha origem principalmente nos grandes centros econômicos do mundo, afeta todos os habitantes do planeta. À procura de causas e efeitos, devemos ter presente que existem pontos deste problema que estão muito próximos de todos nós, como é o caso da geração, tratamento e destinação dos resíduos.

Independente de estatísticas de quem contribui mais ou menos com o aprofundamento deste problema, temos que ser conscientes de que há a necessidade de que todas as esferas de governo dos países com os cidadãos têm a sua responsabilidade de encontrar mecanismos para restringir o consumo e reciclar os resíduos gerados ao máximo. Seja pela questão

financeira, seja pela ambiental, não é possível aceitar que o destino de materiais recicláveis termine sendo os aterros, lixões ou mesmo processos de incineração que, como vimos, geram novos problemas. Neste sentido, registramos o fato de que, em 1989, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) introduziu o conceito de Produção Mais Limpa, inserindo as empresas neste esforço de não gerar resíduos nos processos produtivos.

Nesta época, temos como importante registro, no processo de redemocratização, a reforma das constituições nacionais, que propiciaram um novo marco legal para a construção de uma nova nação sem o viés autoritário dos governos que os precederam.

Nesse contexto, (re)surge a Economia Solidária nos anos 90, como uma demonstração de que as forças populares têm uma resposta à máxima de Margareth Thatcher de que não havia alternativa para o mundo além do ajuste neoliberal. O primeiro Fórum Social, que aconteceu em 2001, tornou-se um porta-voz dos povos que clamavam por uma transformação dos princípios que regem a convivência no mundo. Ele também virá a alavancar a proposta da Economia Solidária e as propostas de erradicação da pobreza como uma prioridade para ser inserida nos projetos políticos de todos os governos do mundo. Não estamos relacionando apenas os países do sul, pois o sul também existe nos países classificados como desenvolvidos.

Na cronologia histórica da formação da Cadeia Solidária Binacional do PET e nos fatos que influenciaram neste processo, abrangendo o período 1985-2014, podem-se identificar alguns acontecimentos que foram importantes para o desenvolvimento da Economia Solidária e que tiveram a sua repercussão na constituição da referida Cadeia.

Embora abordaremos, prioritariamente, os contextos regionais e locais com mais detalhes, devemos ter presente que somos afetados também por muitos dos fatos que acontecem no mundo, bem como podemos afirmar que a América está sendo referência em termos de experiências no campo sócio-econômico-cultural para mundo, especialmente para sociedades que têm claro o esgotamento do atual paradigma. Trazendo o pensamento de Boaventura de Souza Santos, da sociologia das ausências, verifica-se, com este exemplo, que vem da periferia, do sistema mundo, de onde emergem com toda a sua história, tradição, experiências de valor de povos que se revelam para si e para o mundo, após sofrerem processos de encobrimento, de descaso, de invisibilidade, de colonialidade, mas que retornam

com toda força, constituindo-se em sementes de um grande processo de transformação que está em curso.

A Economia Solidária e, especialmente, o Projeto da Cadeia Solidária têm despertado interesse de organizações como a CICOPA Mundial, que tem interesse de avaliar ações concretas neste campo, as quais suportem novas estratégias de “desenvolvimento”³⁶. Vejamos, então, o depoimento de E5:

[...] o apoio que os governos progressistas têm dado à economia social tem sido um exemplo para poder caminhar na direção na qual temos caminhado. [...] a nível de CICOPA Mundial, esta é a área, hoje, muito mais dinâmica da economia social.

Eles acharam importante apoiar encadeamentos produtivos, porque a intercooperação, obviamente em nível de cooperativa de base e em nível de produção mesma, fortalece muito mais o movimento, e era a concretização máxima que se podia aspirar pensar da intercooperação. E quando se escreve isto, não existiam experiências de encadeamentos em nível regional, e também a experiência de encadeamentos de economia solidária em nível nacional eram muito poucas.

[...] CICOPA MERCOSUL (estas propostas) estão sendo úteis para serem apresentados a países como Grécia e outros países que a Europa está tentando recuperar. Está passando que Estados Unidos e Canadá lhe pedem apoio para fortalecer o cooperativismo. Tudo isto fica assentado sobre as mesas do debate mundial, porque, para o cooperativismo, esta experiência que se tem levado adiante aqui é de extremo valor [...].

Hoje, qual é o cenário em que estamos inseridos que pode afetar a sequência deste e de outros projetos semelhantes?

Em termos mundiais, percebe-se: a recuperação gradual da crise econômica norte-americana, o risco de um processo de “estag-inflação” na Europa e a desaceleração no

³⁶ Utilizo o termo desenvolvimento para facilitar a comunicação com o leitor. Como poderão verificar, quando trato da dimensão desenvolvimento, acompanho os autores que criticam a concepção tradicional deste construto, apoiando a proposição da Cosmovisão do Bem-Viver (ver Tópico 4.3.4).

crescimento dos países emergentes, dentre eles destacamos o BRIC, incluindo o Brasil, este particularmente com perspectiva de crescimento muito baixo (+/- 1%) na economia, mesmo se comparado com a economia de países da América do Sul.

Disto decorre, caso não ocorra uma urgente mudança de rumo na política econômica, o aprofundamento do processo de desindustrialização, com a decorrente queda do emprego e o aumento das demandas sociais.

No campo político, está, em processo, uma mudança de orientação importante no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Isto se constitui em um aspecto relevante, se entendemos que existe um protagonismo do governo no setor, e especialmente nesta Cadeia que foi alavancada principalmente com apoio das esferas estadual e federal.

Não dispomos, ainda, de políticas de Estado para a Economia Solidária, isto é, um marco legal que garanta condições para funcionar, independentemente de sua orientação política. É claro que se tem avançado muito neste processo de institucionalização dentro do movimento da Economia Solidária, o que dificilmente será ignorado pela coligação partidária que assumir a nova gestão de governo.

Podemos verificar que, no período 1980-89, a economia refletia o modelo que tinha chegado ao esgotamento, seja pelos maus resultados, seja porque não respondia nem aos interesses do capital estrangeiro, nem ao empresariado local e, muito menos, à sociedade de forma geral.

O receituário aplicado à economia nacional teve seus desdobramentos no Estado. Em consequência disso, ficou bem caracterizada a perda de competitividade do setor industrial, principalmente nos segmentos tradicionais da economia gaúcha, como o setor de máquinas agrícolas e das indústrias de calçados, dentre outros. Isto foi agravado pela falta de investimento em tecnologia, expansão produtiva e concorrência com países asiáticos.

O nosso empresário adotou uma estratégia defensiva, isto é, tentar se manter no mercado investindo pouco e esperando o milagre da política cambial que eventualmente podia lhe favorecer.

Esta dura experiência levaria a economia gaúcha a desenvolver estratégias de diversificação industrial, integração nacional e externa, desenvolvendo alianças com empresas situadas em setores estratégicos da economia, como, por exemplo, setor metal-mecânico,

vários segmentos produtivos ligados à exportação, segmentos industriais vinculados à tecnologia de informação, dentre outros ligados à automação industrial, a modernização do agronegócio, como é o caso da pecuária intensiva.

Outra mudança expressiva foi a ampliação do setor terciário (serviços) que vem absorvendo expressivos contingentes de trabalhadores, ampliando sua participação na geração do PIB e a participação ocupacional no Estado, mas que também reflete uma redução do setor industrial e também o tamanho das empresas pela adoção de tecnologias flexíveis, que exigem menor número de trabalhadores para sua operacionalização.

No campo político, em nível estadual, assumem lideranças de partidos tradicionais, como foram os casos do PMDB e do PDT, mas se inicia também um processo de experimentação a partir de Porto Alegre, com o primeiro governo do PT, cujo prefeito – Olívio Dutra – seria eleito governador do Estado em 1999, após dez anos do início de seu mandato municipal.

Na primeira década do século XXI, tivemos uma sequência de governos em nível municipal de Porto Alegre, com preponderância de comando do Partido dos Trabalhadores, seguido do PMDB e atualmente do PDT. E, em nível estadual, seguindo a tradição de não haver reeleição de fato de um mesmo partido, intercalamos governos do PT, com o PMDB e com o PSDB.

Em verdade, isto não afetou tanto o desenvolvimento da Economia Solidária, visto que, paralelamente à sequência de governos federais do PT, que tem apoiado esta nova economia, suprimindo eventuais faltas de interesse dos governos municipais e estadual, o movimento tem se adensado e estruturado nos aspectos políticos e econômicos que lhe garantem um certo grau de autonomia.

E quanto às novas epistemologias e aos movimentos de resistência?

No cenário apresentado, surge o fenômeno dos movimentos de resistência que se contrapõem ao paradigma hegemônico. Um destes movimentos é o da descolonialidade, que agrega pensadores como Walter Dignolo (2004; 2010), Anibal Quijano (2010), Edgardo Lander (2005) e Catherine Walsh (2008), movimento esse que, nos anos 80, projetou-se como uma das produções intelectuais mais lúcidas dos últimos tempos, oriundas do continente sul-americano, que visa explicar as estratégias de dominação, principalmente sobre o hemisfério

sul, ainda existentes e que remontam à matriz de poder modernista, nos diversos desdobramentos, mostrando os caminhos para o despreendimento (desencadeamento) epistêmico para viabilizar a opção descolonial.

A estes autores agrega-se Boaventura de Souza Santos na procura do paradigma emergente, que tem muita sinergia com o diagnóstico e com as propostas de superação das relações de dominação referidas.

A denominada matriz colonial está baseada em quatro conceitos, a saber: a colonialidade do poder (econômico e político), a colonialidade do conhecimento, a colonialidade do ser (de gênero, sexualidade, subjetividade e conhecimento) e a colonialidade da natureza.

Conforme Mignolo (2010, p. 14), “o conceito de colonialidade tem aberto a reconstrução e restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagem e conhecimentos subalternizados pela ideia da Totalidade definida sob o nome de modernidade e racionalidade”. Também nos “[...] revela o lado obscuro da modernidade e o fato de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2004, p. 670).

A concepção do pensamento único e válido representado pelo pensamento ocidental, eurocêntrico, cristão, caracterizado racialmente, pela supremacia do homem branco, traduzido no campo econômico, pelo neoliberalismo, justificaria os mais diversos meios, inclusive violentos, para “invisibilizar”, silenciar, desqualificar e destruir qualquer que venha pôr em risco essa hegemonia.

Um exemplo perceptível desta dominação que reproduz o conceito da colonialidade do poder, do ser e do saber, é a categorização de progresso, criando artificialmente uma relação de dependência entre países de primeiro mundo, desenvolvidos, civilizados e países do terceiro mundo, subdesenvolvidos, não industrializados, atrasados cultural e tecnologicamente.

Esta dominação se dá nos mais diversos campos, chegando aos corpos e às mentes, isto é, à subjetividade das pessoas, no espaço mais íntimo do ser humano, impondo-lhe condicionamentos que hão de marcar a sua existência.

Então, o pensar descolonial vem a desvelar que existem outros conhecimentos, outros saberes, outras culturas, outras economias, que seguem lógicas diferentes e que, mesmo

tentando serem encobertas, conseguem se manter vivas, coexistindo conflitivamente, enfrentando inúmeras situações criadas para preservação do sistema hegemônico.

Aqui, teremos também um espaço de mediação da educação, uma educação para descolonialidade voltada para construção-reconstrução dos saberes, desde baixo, implicando a recuperação de suas experiências de resistência, luta, organização e propostas [...], enriquecendo um pensamento intercultural emancipatório, que participe das práticas de busca e construção do novo (RAUBER, 2011, p. 4).

Dussel traz a sua contribuição para esta análise com o pensamento de fronteira, transmodernidade, com o qual nos alerta que existe produção de cultura, de conhecimento e de experiências de valor que convivem com outros sistemas, sem necessariamente ter que existir uma hierarquia. Cada conhecimento tem seu valor, na medida em que atende às demandas da sua comunidade, não sendo ético, nem prudente, desperdiçar toda esta experiência acumulada pelos povos ao longo de sua história.

Nesta perspectiva, Santos (2006) surge com a denominada sociologia das ausências e das emergências. Para que seja possível, a sua materialização propõe-se a expandir o presente e a contrair o futuro, respectivamente.

Parte do enfrentamento do que chama de razão indolente, representada sob duas formas: razão metonímica e a razão prolética. A razão metonímica caracteriza-se por se considerar a única e relevante forma de racionalidade, valorizar a ideia de totalidade em detrimento das partes; conceber dicotomias que contêm uma relação hierárquica (ex.: civilização/primitivo; capital/trabalho; branco/preto); ser incapaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a perspectiva ocidental; considerar-se exaustiva, exclusiva e completa etc. Para tanto, reduz-se o tempo presente a um instante fugaz, desperdiçando o acúmulo de experiências sociais do mundo (SANTOS, 2006, p. 782-785).

A crítica da razão metonímica propõe ampliar o mundo por meio da ampliação do presente com vistas a recuperar a experiência desperdiçada, mostrando que existem totalidades, sendo estas feitas de heterogeneidades, e que as partes têm vida própria.

Em consequência, Santos (2006, p. 786) propõe:

[...] pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que as unem, como primeiro passo para os libertar dessas relações, e para revelar outras relações alternativas que têm estado ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas.

Pensar o Sul com se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo com se não houvesse senhor.

A ideia é, então, transformar ausências em presenças, centrando-se nos fragmentos de experiências sociais, não socializadas pela totalidade metonímica. Neste processo, utiliza-se de outras lógicas, a saber: ecologia de saberes, ecologia das temporalidades, ecologia dos reconhecimentos, ecologia de trans-escalas e ecologia da produtividade.

A razão prolética caracteriza-se por julgar que sabe tudo, e, portanto, não se aplica para pensar no futuro, concebendo-o como uma superação, linear e automática, do presente, ampliando-se enormemente as expectativas e se reduzindo o campo das experiências e do presente.

A crítica da razão prolética propõe-se, por meio da sociologia das emergências, contrair o futuro, proceder a uma ampliação simbólica dos saberes e agentes, de modo a identificar neles as tendências do futuro, sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperanças em relação à probabilidade de frustração.

Em consequência, os campos mais importantes onde a multiplicidade e a diversidade mais provavelmente se revelarão são os seguintes: experiências de conhecimento, experiência de desenvolvimento, trabalho e produção, experiência de reconhecimento, experiências de democracia, experiências de comunicação e informação.

As críticas metonímica e prolética propostas por Boaventura ajudam-nos para entendermos melhor o processo da Economia Solidária e da construção da Cadeia. O paradigma vigente não reconhecia, até a crise de 90, a existência de outro modo de produção que não fosse o capitalista. A permanente pressão dos movimentos sociais e a premência dos governos de tentar minimizar as consequências da crise fizeram com que algumas medidas viessem a convergir para que trabalhadores, entidades apoiadoras e o Estado dessem materialidade à Economia Solidária, como um movimento com possibilidades de construir alternativas para gerar fontes de trabalho e renda para grandes contingentes de trabalhadores desempregados, decorrente do fechamento de empresas e da reestruturação produtiva, que vieram juntos com a mudança da matriz tecnológica e que se somaram a outros grupos que constituíam a população marginalizada pelas mais diversas formas de exclusão.

Os próprios sindicatos levaram um tempo até entender o fenômeno das ERT's, pois não tinham claro como tratar com o trabalhador-sócio de uma cooperativa.

Ou seja, a força dos acontecimentos fez emergir ao mundo algo que já existia na fronteira, mas não era reconhecido como tal. Prova disso é que houve, inclusive, enfrentamentos e repressão violenta aos trabalhadores que ocuparam as fábricas na busca da sua recuperação.

A Economia Solidária também trouxe uma série de questionamentos que se foram adensando com o tempo, com as conferências e os encontros, e as várias oportunidades que se disponibilizaram discutiram, por exemplo, a desmistificação do conceito de “desenvolvimento”, que trato neste estudo, a valorização dos saberes do trabalho, a inclusão social, a questão tecnológica, os mecanismos de participação, só para citar alguns dos importantes temas que Boaventura procura refletir através das ecologias e experiências, nas sociologias das ausências e das emergências.

Vimos, então, que, ao mesmo tempo em que recebemos influências dos desdobramentos das estratégias globais da matriz econômica, temos também movimentos de resistência (ex. descolonial, Economia Solidária, transmodernidade) que também vão se adensando e adquirem visibilidade para mostrar que existem outras formas de produzir, viver e pensar, que podem nos ajudar a encontrar alternativas a este sistema que, além de não dar respostas aos atuais desafios, mostra-se excludente, destrutivo para o meio ambiente e falacioso, na medida em que promete algo que não vai cumprir.

5.2 A SUPERACÃO DOS PRINCIPAIS ENTRAVES PRESENTES NO PROJETO

Aqui, abordaremos os principais desafios e limitações enfrentados, até o presente momento, com o projeto, decorridos um pouco mais três anos do início de sua execução.

A construção da Cadeia Solidária se constitui em um projeto de execução de longa duração pela sua natureza, envolvendo aspectos sócio-econômico-político-culturais, integrando empreendimento de dois países com todos os desdobramentos que isto acarreta, já que ambiciona transformar os princípios e os valores que orientam a atividade de trabalhadores e empreendimentos em uma lógica que se opõe ao do sistema econômico hegemônico, com vistas a propor um novo modo de produção que redunde na materialização, tanto quanto possível, da perspectiva do Bem-Viver.

Embora ambiciosos os objetivos deste projeto, não podemos deixar de registrar ao mesmo tempo o seu potencial, destacar o que, até o momento, foi enfrentado e dar uma

dimensão das próprias limitações do mesmo, levando em conta que algumas destas poderão se constituir em desafios ou não, dependendo das condições que se apresentem para sua superação de agora em diante.

Para iniciar a nossa análise, neste particular, registramos algumas das indicações de limitações apontadas pelos próprios trabalhadores, que dão uma pauta do entendimento que possuem do projeto da Cadeia Solidária.

Limites vinculados às dimensões educacionais:

- A educação não sendo vista como principal fator alavancador das transformações sociais que, espera-se, sejam conseguidas por meio da Cadeia Solidária;
- A falta de momentos educativos dentro do ambiente de trabalho;
- A falta educação formal (ou baixo nível de escolaridade) que prepare as pessoas para a vida e para o trabalho; e
- As propostas educacionais de cunho emancipatório que exigem tempo e planejamento não têm sido priorizadas nos projetos dos empreendimentos solidários.

Limites vinculados às dimensões sócio-econômica:

- A falta de recursos financeiros;
- As dificuldades para encontrar alternativas de colocação da produção para os empreendimentos enquanto a Cadeia não esteja funcionando plenamente;
- A competitividade existente no mercado;
- O controle exercido pelos atravessadores, no caso da cadeia de reciclagem; e
- Os trabalhadores não percebem, ainda, o Projeto como uma grande oportunidade para a superação das condições sócio-econômicas.

Limites vinculados às dimensões organizacionais:

- A falta de entendimento dos empreendimentos de que investir no planejamento e na organização dos procedimentos administrativos é essencial para a construção da Cadeia;
- A falta de pessoal qualificado para coordenar os processos gerenciais e produtivos do novo empreendimento;

- A falta de trabalhadores preparados para suprir as funções diretivas nas cooperativas, em função dos deslocamentos das atuais lideranças para organizar as Centrais e as coordenações da Cadeia;
- A falta de intercooperação entre os empreendimentos;
- A falta de conhecimento sobre o volume e a qualidade produtiva e as demandas dos demais elos da Cadeia;
- A falta de planejamento de longo prazo;
- A falta de área voltada para o desenvolvimento de produto;
- Os diferentes entendimentos das possibilidades de transformação social que encerram a Cadeia entre as lideranças e os trabalhadores da base; e
- A falta de experiência nos mecanismos de coordenação da Cadeia.

Limites vinculados às dimensões culturais:

- A falta de cultura para trabalhar no coletivo na perspectiva solidária;
- A falta de visão empreendedora por parte dos coletivos de trabalhadores;
- O consumidor não está disposto a pagar mais por serem produtos sustentáveis;
- A falta de uma maior identidade entre os trabalhadores da reciclagem; e
- A baixa de inserção dos valores da Economia Solidária.

Limites vinculados às dimensões tecnológica/ambiental:

- A necessidade de adaptação dos equipamentos industriais para o processo de transformação do material reciclado;
- A tecnologia industrial desconhecida pelos recicladores;
- A falta de uma compreensão clara do que representa a reciclagem na solução dos problemas ambientais; e
- A contradição existente de que, para manter o fornecimento de matéria-prima, precisa-se de mais consumo de embalagens PET.

Limites vinculados às dimensões políticas:

- A aplicação da Lei de Resíduos Sólidos, na forma em que está sendo implementada, não dá garantia para o fortalecimento da reciclagem; e
- O desenvolvimento da Cadeia dentro de um sistema econômico capitalista.

Cabe destacar que estas limitações se constituem em desafios a serem enfrentados, sendo que os que tiveram menor frequência foram as indicações relacionadas com as dimensões educacionais. Disto, podemos concluir:

- Não se conhecem o potencial transformador da educação;
- Esta situação fica ainda mais evidente, porque, uma vez consultados os trabalhadores também sobre que papel poderia exercer a educação no encaminhamento da solução dos desafios apontados, em quase a maioria dos casos os que responderam, afirmativamente, não superaram 50% das respostas; e
- Soma-se, a isto que, quando existe algum entendimento sobre que a educação, pode aportar de positivo, na construção da Cadeia, normalmente, pensa-se em um tipo de mediação extrínseca, isto é, nas modalidades de ensino convencionais – capacitação, formação e assessoria técnica –, deixando de lado o potencial que existe nos empreendimentos decorrentes dos momentos que têm caráter educativo: assembleias, reuniões, troca de saberes, rotação de cargos etc. (mediações intrínsecas).

Como já registramos noutra momento, este problema do entendimento do alcance da educação não se limita aos trabalhadores, senão que envolve também os apoiadores, ao menos os que não se prepararam adequadamente. Isto decorre, também, de problemas estruturais das próprias incubadoras que se apoiam em estudantes, o que deve fazer parte das suas finalidades, mas não conseguem, eventualmente, prepará-los, em tempo, para ir a campo, com condições efetivas para desenvolver as suas atividades. Além disso, a rotatividade é grande, não dando tempo ao seu amadurecimento, tendo que estar sempre procurando novos estudantes e as formas para sua capacitação. A princípio, não se pode considerar uma perda, pois são pessoas que terão uma formação em Economia Solidária, sendo futuros multiplicadores dos princípios desta nova economia.

Do outro lado, os empreendimentos não estão preparados para recebê-los e fazer uma avaliação condizente com aquilo que se espera. Parece não se sentirem confortáveis a um diálogo franco sobre o que se espera de ambas partes.

Como será muito difícil abranger todos os entraves que foram elencados pelos trabalhadores e/ou de outros que não foram registrados, escolhemos alguns assuntos que consideramos pontos de estrangulamentos dos empreendimentos importantes e, por consequência, da Cadeia Solidária.

Começemos pelas Cooperativas de Reciclagem e Centrais de Reciclagem. Para o caso destes empreendimentos que estão no início da Cadeia, escolhemos o fornecimento de matéria-prima e a falta de trabalhadores qualificados e de recursos financeiros.

Já tivemos oportunidade, ao tratar na dimensão tecnológica, de discorrer sobre a questão ambiental que envolve a escolha do PET. Passemos, então, a considerar outros aspectos relevantes sobre a garantia de fornecimento do PET para suprir insumos produtivos das Centrais de Reciclagem.

Aqui, reside um dos potenciais problemas (ou gargalos) da Cadeia Solidária. Hoje, temos quatro plantas prestes a funcionar e uma em fase de implantação. No entanto, mesmo iniciando as operações, já se percebe que não existe um sistema de coleta de garrafas PET, organizado eficazmente, que garanta o volume de material necessário para alimentar, simultaneamente, todas as unidades produtivas. Em função de estimativas feitas no Estado, sabe-se que a indústria de bebidas tenha utilizado, na sua produção e comercialização, quantidades de materiais que, logo de consumidas, transformar-se-iam em resíduos sólidos. Porém, a atual estrutura de cooperativas, associadas às Centrais, não consegue captar, por meio de coleta seletiva e/ou outros meios, material suficiente para as suas centrais (capacidade de produção de cada pólo – 400 toneladas/mês). Sabe-se, ainda, que a maior quantidade é coletada por “carrinheiros” avulsos, que comercializam diretamente o material com aparatistas.

O próximo elo da Cadeia é a Coopima que, para colocar em funcionamento a planta, tem que dispor, no mínimo, de 400 toneladas/mês.

O último elo da Cadeia é a Coopertextil, que prevê começar com 50 toneladas/mês e ir aumentando até o limite de sua capacidade produtiva, podendo vir a absorver toda a produção de fibra produzida em um período no muito extenso.

Para superar este gargalo de fornecimento de matéria-prima, tornam-se necessárias a ampliação do número de cooperativas associadas e a integração dos carrinheiros no sistema. Estes trabalhadores têm certa resistência a se integrar a uma organização devido a sua condição de vida, tendo optado por não se associar ou vincular-se a qualquer empreendimento.

Outro aspecto que está avançando é a organização dos recicladores do Uruguai, o que, ao mesmo tempo em que contribuirá para minimizar o compromisso de fornecimento às cooperativas de reciclagem brasileiras, abre espaço para rever a estratégia das Centrais no Rio Grande do Sul. Hoje, sem material suficiente (garrafas PET), mesmo com estrutura em condições de operar, não teria como manter um corpo de trabalhadores produzindo parcialmente com um custo fixo mensal. Portanto, dever-se-ia optar, num primeiro momento, por concentrar a produção numa das plantas e, na medida em que venha a ser alcançado o volume de material necessário para operar as outras plantas, poderiam entrar em funcionamento. Isto ainda não foi discutido, mas parece ser o mais razoável.

Não temos comentado sobre a possibilidade de instalação de Centros de Triagem automatizados, porque, mesmo acontecendo, o volume de material de garrafas PET não teria muita variação, se não se altera a organização dos canais de fornecimento do material.

Fora este problema, olhando para o futuro, temos que pensar em alternativas para a restrição de produção de PET por questões econômicas ou ambientais e, nesse caso, ver se há condições de realizar uma AST com a planta, porque, *a priori*, trata-se de uma tecnologia fechada, isto é, construída para este processo específico.

Quanto à falta de trabalhadores qualificados, consideramos que o ponto frágil está na falta de lideranças. O desejo de perpetuação de muitos dirigentes fez com que hoje se tenham dificuldades de atender adequadamente todas as demandas que a construção da estrutura da Cadeia exige com desdobramentos nas cooperativas de base. Percebe-se que, por vontade própria ou levado pelas circunstâncias, muitos dirigentes, especialmente nas cooperativas de reciclagem, têm concentrado o poder e, conseqüentemente, as responsabilidades, mesmo que não tenha sido de seu interesse submeter os seus pares. De qualquer forma, isto não tem contribuído para inserção dos valores de uma Economia Solidária, principalmente o da autogestão, que privilegia um tipo de gestão participativa, em que direitos e deveres são distribuídos equitativamente, ou assim se espera.

Veronese (2009, p. 159) tem percebido que esta situação não é tão tranquila nos EES:

[...] pode-se encontrar também desconhecimento total dos princípios norteadores da autogestão e da cooperação, atitude passiva esperando que os sócios-gestores, identificados com aqueles que “sabem o que é a economia solidária”, tomem todas as decisões, representem o EES nos eventos do setor, enfim, conduzam a situação, o que descaracteriza a autogestão e a autoridade compartilhada.

A estratégia mais adequada para superar este entrave é, ao mesmo tempo, investir em formação e criar espaços para rotação de funções, inclusive para as posições de dirigentes. Quando falo em formação, estou pensando em uma mudança na forma de pensar e de agir dos trabalhadores, em uma perspectiva que consiga assumir os bônus e os ônus de um processo autogestionário. Como também já foi registrado, há carências de ordem técnica, principalmente quanto às habilidades de gestão, as quais precisam ser ensinadas e vivenciadas por um número cada vez maior de trabalhadores.

A falta de recursos financeiros pode ser resolvida através do aumento da receita via agregação de valor no trabalho que é realizado. Não falo, *a priori*, de volume, pois isto demandaria, hoje, uma sobrecarga de trabalho sem modificar muito a receita e sacrificando, ainda mais, os trabalhadores.

Já se estão fazendo, em função da criação das Centrais de Reciclagem, por exemplo, tentativas de vendas conjuntas de materiais recicláveis. Com maior volume, podem-se pleitear melhores preços e, eventualmente, conseguir fazer venda direta a aparatistas ou à indústria de beneficiamento destes materiais. Outras cooperativas já estão beneficiando materiais, como plásticos, conseguindo melhor nível de receitas.

Em breve, espera-se conseguir isto com a transformação do PET em *flake*. O fato de se estabelecer um preço justo e de mecanismos de redistribuição de ganhos terá repercussão no aumento das receitas do empreendimento e, conseqüentemente, no ganho dos trabalhadores.

A Coopima e a Coopertextil, com o início da operação da Cadeia, estabelecerão as suas formas de ganho, tendo dois parâmetros: o interno da Cadeia estabelecido em conjunto na Coordenação, constituindo-se como preço justo e o do mercado, ajustado de acordo com a lei da oferta e da demanda.

A Coopima tem desafios importantes pela frente. Fora a confirmação dos recursos via FONDOS para começar a operar, vai ter que ajustar o seu processo industrial e adaptá-lo aos novos princípios que regem a engenharia de produção, levando-se em conta que, do tempo em que a planta foi concebida até agora, decorreram 40 anos. Além disso, existe o desafio de pleitearem, em definitivo, a apropriação do maquinário, pois, no Uruguai, não existe lei de expropriação destes bens em favor dos trabalhadores.

Como lembra Rieiro (2006, p. 8):

No que respeita à maquinaria lembremos que no Uruguai não tem sido aprovada nenhuma lei de expropriação pelo que as unidades recuperadas se encontram frente a um vazio legal ao que hoje se luta para sanar através do “projeto de lei de empresas recuperadas pelos trabalhadores e trabalhadoras a incluir dentro da lei de falências, impulsionado por vários empreendimentos desde a Mesa de Coordenação.

Outro desafio importante para Coopima é recompor o quadro de trabalhadores, substituindo os que estão saindo e trazendo novos cooperados, preferentemente jovens da região. Nesta ação, deve ser incluída a criação de um Centro de Formação de Trabalhadores, voltado para a fabricação de fibra *polyester*, aproveitando se tratar da única indústria no Uruguai detentora desse *know-how*.

Desde já, deve-se ir estudando o que fazer com os excedentes de produção, já que a Cadeia não poderá absorver todo o volume de fibra, porque isto requer um prazo para desenvolver produtos e mercados para aplicação destes insumos.

Já existem iniciativas para a colocação de fibra no mercado interno com a formação de uma rede de empreendimentos solidários que utilizaria este material para fabricar produtos para o consumidor final.

Além disso, têm-se feito estudos para conhecer potencial de compra do mercado brasileiro de fibra, aproveitando a experiência que detinham da época da empresa Polímeros Uruguayos.

Por último, deverá acompanhar a organização dos recicladores do Uruguai, que certamente será um canal de fornecimento de matéria-prima importante para a planta.

Os desafios da Coopertextil que se relacionam com a Cadeia são um pouco diferentes. A cooperativa está funcionando, tem pessoal e estrutura em condições de absorver gradualmente a fibra que venha ser produzida.

Mesmo com todas estas condições, a Coopertextil vê na Cadeia uma forma de superar a condição a que foi submetida com a recuperação da empresa, que, não tendo capital e com equipamentos defasados e o compromisso de manter a força de trabalho, teve que desenvolver uma estratégia de atuação como prestadora de serviços (facção) para antigos clientes da firma.

Esta situação bem caracterizada das indústrias recuperadas foi registrada por Rieiro (2006, p. 9):

Nos encontramos com **um primeiro limite à autonomia econômica, o trabalho fica dependente do empresário-façaneiro, quem se beneficia com o trabalho dos cooperativistas sem ter que cumprir com os direitos salariais-sociais** que lhe proporcionaria contratá-los diretamente - direitos dos trabalhadores obtidos através do movimento sindical - o que em alguns casos condena aos trabalhadores a trabalhar em situações de alta precariedade.

Por um lado, **os que defendem a autogestão cooperativa, argumentam que somente fazendo-se cargo e responsabilizando-se por todas as atividades, referidas à produção e comercialização, os trabalhadores alcançam maior liberdade e independência da lógica capitalista** - em especial da expropriação do fruto de seu trabalho - associando-se com um inversor se reproduziriam relações de dependência similares às antigas entre trabalhadores - patrão. (grifo nosso)

É esta autonomia que está procurando a Coopertextil quando ingressou na Cadeia Solidária de poder desenvolver produtos e mercados para colocação dos mesmos. Existe grande interesse de setores como o de montadora de automóveis e o de fábricas de calçados da região com um elevado potencial de demandas para produtos com fibra sintética reciclada.

Poucos seriam os ajustes que se fariam na linha de produção para receber no processo este novo insumo.

Em termos do conjunto da Cadeia Solidária, ainda temos alguns desafios importantes, a saber: equalizar os estágios organizacionais diferentes, institucionalizar os mecanismos de coordenação, assumir a plena autonomia da Cadeia, superando a fase da tutela estatal, e realizar o potencial da intercooperação.

Nós temos presentes o grande esforço e o avanço processado pelas cooperativas de reciclagem, porém há diferenças expressivas quanto ao estágio de desenvolvimento organizacional em relação às ERT's, e isto se sentirá ainda mais com a entrada em operação da Cadeia. Portanto, a partir das Centrais, e não esquecendo de fortalecer as bases, deve-se começar um processo de qualificação organizacional dos empreendimentos e dos trabalhadores. Faço esta distinção, sabendo que uma coisa não vem sem a outra; porém, quando falo de organização, refiro-me ao estabelecimento de procedimentos, controles, aplicações das ferramentas gerenciais, especialmente o planejamento, com os quais o trabalhador da reciclagem não está acostumado.

Quando tratamos, por exemplo, da questão do preço justo e tenhamos que levantar custos em cada elo, certamente, na condição de hoje, a Coopima e a Coopertextil sairiam na frente. É tão importante construir relações de confiança para manter uma Cadeia como sistemas de monitoramento que apoiem o processo decisório.

Em consequência, quanto mais cedo consigamos implementar esta cultura organizacional, e os trabalhadores da operação ou da gestão estejam por dentro da integralidade do empreendimento, teremos condições também de avançar nos mecanismos de coordenação que foram esboçados e vivenciados em uma etapa pré-operação. Agora, temos que fazer acontecer no processo de operação, com a responsabilidade de não deixar parar o funcionamento da Cadeia que tanto esforço nos custou. Pareceria, por tudo o que se fez, que o mais difícil já aconteceu. Podemos assegurar que o mais complexo está por vir. Além dos membros da Cadeia, outros atores deverão ser incluídos, principalmente as cooperativas que fabricarão os produtos para o consumidor final, os clientes, os agentes financeiros, os agentes públicos e toda uma série de relações que se cria com um empreendimento em operação.

A intercooperação, pela sua importância, é lembrada como uma inovação social. Com a criação da Cadeia Solidária, isto adquire uma importância ainda maior. Este aspecto pode ser determinante no sentido de se constituir num diferencial diante das empresas. A troca de experiências, o compartilhamento de conhecimentos, a construção de toda uma estrutura que envolve cooperativas de primeiro grau, de segundo grau, ERT's, redes de fornecimento de insumos e de compradores, enfim, aprendendo mutuamente, unindo as operações comerciais, financeiras, produtivas, co-criando produtos, que permitam economias de escala e ganhos de eficiência, abrangendo mercados locais, nacionais e internacionais, como é o caso da Cadeia Solidária, são um fenômeno econômico de respeito.

Existe, ainda, um desafio que consideramos também importante pela história de gestação da Cadeia Solidária que é a conquista da autonomia plena, principalmente em relação ao Estado. A Economia Solidária e a Cadeia, particularmente, tiveram como um grande protagonista o Estado, que concebeu e gerenciou, em grande parte, todo o processo de implementação até o presente. Neste sentido, não tenho como deixar de observar o fato de que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da DIFESOL, conduziu este processo que está, certamente, desconstituindo-se com o ingresso dos novos gestores.

Mesmo com o eventual apoio do Governo Federal, acreditamos que é uma oportunidade para começar a assumir os destinos do empreendimento, iniciando certamente pela estruturação e pela institucionalização dos mecanismos de coordenação.

Os EES devem construir as condições para que sua autossustentação e eventuais investimentos, num primeiro momento, possam acessar linhas de financiamento junto a órgãos de fomento que tenham, inclusive, linhas a fundo perdido.

O desafio, então, é conseguir cortar o cordão umbilical com o governo, porque, quanto mais se insistir nesta vinculação, mais demorado e maiores riscos correrão para constituir a sua autonomia econômica e política.

Estes desafios estão ligados ao processo de emancipação social que colocamos como decorrência da alavancagem que o projeto da Cadeia Solidária pode oferecer para os trabalhadores. Neste projeto, como vimos, podemos atender tanto às nossas necessidades de ordem material, quanto às subjetivas e, desta forma, avançamos no desenvolvimento de nossas capacidades a partir do coletivo e realizamos nosso potencial de humanização.

Cabe uma última observação sobre este tópico abordado de entraves e desafios a serem enfrentados no projeto. Acreditamos que o exposto venha a contribuir no aprofundamento do diagnóstico para o encaminhamento de soluções aos problemas apontados; muitos, inclusive, já está sendo equacionados. Tudo isto não descarateriza as potencialidades do projeto que nos têm mobilizado quanto a todos os demais apoiadores, agentes públicos e, principalmente, os trabalhadores dos empreendimentos que participam da Cadeia. Ao longo deste estudo, já enumeramos muitos dos aspectos que consideramos relevantes; porém, necessário se faz lembrar do mais destacável do projeto: realizar o potencial existente no contingente de trabalhadores que vem construindo os seus empreendimentos e suas vidas com muita sabedoria e criatividade, superando a falta de recursos de toda ordem. Soma-se a isto o conhecimento que possuem do setor da reciclagem de onde vem o seu sustento. Por último, consideramos que a configuração da Cadeia venha a superar as fragilidades que os EES isolados apresentam, além de propiciar melhores condições para equacionar as relevantes demandas social e ambiental contidas no projeto.

5.3 A NOVA ORGANIZAÇÃO

Dentro das variadas formas de se organizar a Economia Solidária, temos as Cadeias produtivas. Este tipo de estrutura já era proposta na III Plenária Nacional de Economia Solidária, em junho de 2003. O objetivo era o fortalecimento da Economia Solidária com a integração de empreendimentos que abrangessem todas as fases de processo de produção, desde a fabricação até a distribuição dos produtos. Desta forma, espera-se transformar o

conceito de uma economia alternativa para uma alternativa econômica, dentro de princípios e valores em oposição ao sistema hegemônico.

Para tanto, a Economia Solidária permite articular, solidariamente, os diversos elos de cada Cadeia produtiva em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e às reprodutivas da sociedade e às dos próprios agentes econômicos.
- Contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes permite que se façam investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social (FRANÇA FILHO, LAVILLE et al., 2006, p. 79-80).

Na mesma linha, um autor de referência nesta área, Mance (2003, p. 26), registra que “as cadeias produtivas compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até o seu consumo final.” Acrescenta o mesmo autor sobre a importância de se constituir Cadeias produtivas:

A reorganização solidária das cadeias produtivas sob a lógica da abundância, amplia os benefícios sociais dos empreendimentos em função da distribuição de riqueza que operam, visando a sustentar o consumo nas próprias redes.

Essa progressiva remontagem possibilitaria à economia solidária converter-se paulatinamente no modo de produção socialmente hegemônico e não apenas em uma esfera de atividade econômica de segunda ordem, paliativa ou complementar, destinada apenas a atender populações pobres ou marginalizadas pelos movimentos dos capitais. (MANCE, 2003, p. 26)

A proposta da Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET é implementar uma estrutura semelhante, integrando empreendimentos solidários dos setores de reciclagem, têxtil e de vestuário.

Os empreendimentos de Economia Solidária se caracterizam por serem organizações de natureza coletiva, permanente e podendo ser de estrutura singular ou complexa. Para construção da Cadeia Solidária, estes tiveram, necessariamente, que se constituir em Cooperativas. É relevante também ter presente, como já foi exposto ao longo do estudo, que há diferenças na origem de constituição de cada um dos elos da Cadeia. Existem cooperativas que surgem a partir de processos de recuperação de empresas (casos da Coopima e da Coopertextil); outras que surgiram como forma de oportunizar trabalho e renda para

trabalhadores que não estavam inseridos no mercado formal e/ou que tinham sido excluídos deste, como é o caso das cooperativas de reciclagem; as cooperativas de produção de vestuário têm origens diversas: são, normalmente, pequenos empreendimentos compostos por trabalhadoras (costureiras) ou jovens que estão se iniciando na atividade laboral em pequenas manufaturas, gerando ou complementando a sua renda através do trabalho associado. Em princípio, são as características dos empreendimentos que se têm aproximado à Cadeia com vistas a integrá-la logo que entre em operação.

Ela teve sua origem no esforço conjunto de entidades integradas no projeto Red del Sur patrocinado por CICOPA-Mercosul, que tinha, como um de seus objetivos na região, a constituição de Cadeias que aproveitassem as complementaridades econômicas regionais.

Vejamos dois depoimentos que refletem esta fase inicial, avançando nas finalidades do que se iria constituir a Cadeia Produtiva Solidária Binacional do PET, feitos pela Coordenadora da sede de COSPE, Ana Tifiro, responsável pelo gerenciamento do projeto e a Diretora da DIFESOL – Nelsa Néspolo, idealizadora desta Cadeia, representando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, um dos principais patrocinadores junto com o Governo Federal deste projeto:

O projeto da Red del Sur iniciou em abril de 2010, e uma das decisões centrais foi que, para a busca das ideias produtivas ao redor das quais trabalharão os encadeamentos, era com as cooperativas de base que se deveria falar. Não íamos a falar com técnicos, pesquisadores para que disseram em que setores produtivos se iriam estabelecer. Nós facilitamos os encontros com as cooperativas de base em nível regional para que, entre eles, surgissem as ideias. Até esse momento, não haviam saído os encontros regionais. Eram sempre de dirigentes; não era de cooperativas de base. Então, a gente começou, em abril de 2010, o primeiro encontro regional de cooperativas em Santa Maria em julho desse ano. E, depois, houve um segundo em outubro, em Buenos Aires, e já as cooperativas de base começaram, entre elas, a fazer os acordos para empreender processos de encadeamentos. Aí, nasce e fortalece toda a ideia da Cadeia do PET. Nos surpreendeu a todos, acredito, não somente a nós. Cospe, que é uma ONG que, em todo este processo, tem apoiado a articulação, tem feito um trabalho de apoio ao fortalecimento da capacidade técnica dentro da federação, porque são atores profundamente

políticos, os que, depois, em alguns casos, tinham equipes técnicas dedicadas a um trabalho com certa metodologia, trabalho de campo. Então, nós temos feito a articulação, temos feito de apoio à conformação de equipes técnicas de formação. Mas não nos surpreendeu somente a nós; surpreendem também a eles, eu acredito, de que todo a podido caminhar rapidamente. (TIRIFO, 2013)

O histórico, ele se baseia nessa busca de encontrar alternativas para que os empreendimentos se fortaleçam, e cadeias produtivas já são algo que a Economia Solidária vem trabalhando que não é de hoje, e que essa é a forma de fortalecer e, de fato, dá vida longa, porque sempre que o empreendimento fica fazendo apenas só uma parte, ele consegue sim, dependendo do nicho do mercado, ir bem, mas também acaba tendo um limite. A partir daí, se a gente for olhar nos últimos grandes debates e escritos da economia solidária, eles sempre apontam muito para essa questão das redes e cadeias produtivas. A relação com Uruguai, ela começa com ações que foram feitas a partir da Red del Sur que podia estar integrado, como fortalecer esse bloco da região sul do mundo. (NESPOLO, 2013)

Em consequência, cabe, neste momento, tentar responder às seguintes questões: Em que se transformou o projeto da Cadeia idealizado em 2010? Quais os aspectos que fazem desta Cadeia uma nova organização?

Para evitar maiores questionamentos que não contribuem para analisar o fenômeno da Cadeia Solidária, é bom reiterar que ela está em construção. Portanto, trataremos sobre a sua concepção, especialmente naquilo que os resultados alcançados conseguem prever como normal sequência do projeto. Não é por isso que não é de denominar algo diferente do termo Cadeia, até porque não se constitui em um conglomerado de empreendimentos, pensados isoladamente, sem uma, ao menos, incipiente coordenação.

Se houvesse dúvidas quanto à sequência deste projeto, teríamos, ainda, a possibilidade de constituir estruturas de Cadeias semelhantes nos países que a compõem, o que não é improvável e o que tampouco desqualifica os estágios a que se têm alcançado até o momento. Além disso, o exemplo da conformação de EES em Cadeia, como já registramos, já tem sido multiplicado, o que mostra que se trata de um caminho sem volta.

Desta forma, o que caracteriza a nova organização é conceber e materializar um macro-empendimento que abrange, como vimos, todas as etapas de uma Cadeia produtiva. Esta acrescenta, ainda, o fato de ser binacional.

Possui uma estrutura de governança (coordenação geral e coordenação ampliada) que terá que administrar, de hoje em diante, todas as decisões, principalmente de caráter estratégico para sua operação e manutenção.

Ela deve seguir, em grande parte, o exemplo da Justa Trama, cadeia do algodão orgânico, ao qual já nos referimos, constituindo esses mecanismos de coordenação não como uma empresa, em função de estarem inseridos em dois países, o que, por enquanto, não teria amparo legal, com um certo grau de institucionalização, conseguido a partir de uma Declaração de Princípios e contratos que serão assinados entre os empreendimentos que compõem os elos da Cadeia.

Independentemente disso, os empreendimentos têm sua estrutura administrativa e operacional a qual terá que ser eficiente para poder manter-se funcionando e se viabilizar, contribuindo para o fortalecimento da Cadeia.

Temos, por sua vez, uma outra estrutura de coordenação que são as Centrais de Reciclagem (pólos), as quais realizam um trabalho semelhante ao da rede de cooperativas a ela associadas, tendo precipuamente o papel de suprir matéria-prima, no caso as garrafas PET, para ser processada nos pólos industriais. Como já registramos também, seu escopo não se limita a isto, tendo, dentre outras atividades, a organização de comercialização conjunta de outros materiais recicláveis, assim como o fomento e o apoio ao desenvolvimento das cooperativas de base.

Poderíamos incluir, nesta estrutura, uma coordenação - a dos polos -, com certo grau de formalização, hoje composta de três Centrais, uma já na sua fase final de implantação e outra na fase inicial da execução do projeto.

Fora destas organizações, temos em implantação uma Central que processará plástico flexível, que se agrega a outros empreendimentos que já atingiram este estágio evolutivo. Embora não tenha relação direta, esta planta foi idealizada junto com a Cadeia Solidária, porque processaria um outro material que também se descarta em grandes volumes, cujo

beneficiamento permitirá aos associados da Cadeia ter uma outra fonte para aumentar a sua renda.

Neste esboço de apresentação que fizemos, teríamos, como resultado do projeto da Cadeia, a transformação de empreendimentos isolados, com poucas perspectivas de melhoria, em uma organização bem mais complexa, que abrange, à exceção do consumo, todas as demais etapas da Cadeia, e com um outro diferencial, como uma das inovações contidas no projeto, que seriam a distribuição e a redistribuição de ganhos em cada um dos elos e no final da Cadeia, visando a uma maior equidade neste aspecto, reconhecendo o valor que cada uma das fases tem no conjunto da Cadeia.

Em consequência, consideramos que tivemos vários aspectos deste projeto de Economia Solidária, que podemos enquadrar como inovações sociais. Além do sistema de redistribuição de ganhos, que ainda não está implantado, mas já comprometido entre as partes que compõem a Cadeia, aguardando para a sua aplicação com o início das operações, podemos indicar a forma de organizar a produção, os mecanismos de governança, a própria construção da Cadeia Solidária Binacional, pelo seu ineditismo, e o aprofundamento da intercooperação em todas as suas instâncias.

Em relação a este último item, é bom notar que parece óbvio que as cooperativas devem cooperar entre si, na realidade de Economia Solidária, e isto se tem verificado com frequência. Talvez esteja aí um dos grandes diferenciais da Economia Solidária e das Cadeias. Conseguir materializar a intercooperação significa a redução de conflitos entre as partes, adotando o diálogo como forma de relacionamento, a troca e a produção de conhecimentos, sem custos de *royalties*, a preparação de trabalhadores com um entendimento pleno do funcionamento dos empreendimentos e da Cadeia, menores custos de controle, pois se está lidando com parceiros, em um clima de confiança que cria laços de amizade, os quais repercutem além do âmbito dos negócios.

Em termos de inovações contidas no projeto, foram citadas, ainda, a aplicação do conceito do preço justo, nas relações entre os elos da Cadeia e com o consumidor final, e a cultura solidária, que devem estar presentes nas relações do ambiente de trabalho e nas atitudes das pessoas.

Curiosamente, a propriedade dos meios de produção, o desenvolvimento de cunho emancipatório e a democracia direta não se constituem, para os trabalhadores, em transformações/ inovações sociais, embora tão relevantes quanto as outras.

Fora o ganho para os coletivos de trabalhadores e da sociedade, avança no sentido de resolver problemas de ordem social, econômica e ambiental. Ampliam-se e se complementam as relações das economias regionais, levando a marca cultural da Economia Solidária, com ênfase no desenvolvimento local, para um universo mais amplo: o regional, o nacional e, neste caso, o binacional.

5.4 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SUJEITO SOCIAL, COLETIVO E SOLIDÁRIO E SEU POTENCIAL EMANCIPADOR

O novo sujeito que está se desenvolvendo na Economia Solidária e nos empreendimentos deverá apresentar a subjetividade forjada pelo movimento, explicitada em princípios e valores comuns ao conjunto de trabalhadores que dele participam. Isto quer dizer que não será anulado o que nos caracteriza como indivíduos; porém, em função da identidade assumida, teremos formas de pensar e agir semelhantes para fazer possível a coexistência dos trabalhadores e fortalecer-se politicamente, com vistas a viabilizar a estratégia e o ideário das lutas por uma sociedade mais humanizada.

A perspectiva de construção do novo sujeito solidário se dá a partir do coletivo comprometido com um projeto de transformação, de caráter alternativo, voltado para superação das condições de dominação a que estão submetidos ou para conquistar a emancipação, e deve se corresponder com a vontade política de construir um poder distribuído democraticamente, vinculado a um esforço educativo e de formação em comunidade, na tarefa de desconstruir e de desaprender, na cotidianidade, os rigores normativos e as regras de sociabilidade discriminatórias, as relações de intersubjetividade baseadas no racismo e a colonialidade do poder [...] (LUZ, 2012, p. 210).

Destas primeiras colocações, podemos depreender que a condição de sujeito solidário, em oposição à perspectiva solipsista burguesa, tem um caráter social, coletivo, que se conquista e se exerce com base num projeto social, onde estão presentes os valores e princípios da Economia Solidária, tendo, como fundamento, ambientes livres de opressão e de quaisquer tipo de exclusão, presentes nas relações sociais.

Conforme Chaui (1988, p. 10), o novo sujeito é social, pois foram os movimentos sociais populares (ex. Economia Solidária), “[...] em cujo interior, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas.” E, quanto ao sujeito ser coletivo, a mesma autora esclarece que, “[...] embora coletivo, não se apresenta como portador de uma universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sócio políticas e para o qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.”

Concordamos com Sader (1995, p. 55) quando adere à conceituação do termo coletivo de Castoriadis, “[...] no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades constituindo-se nessas lutas.”

Quanto ao projeto, o mesmo é formulado “[...] a partir de uma realidade cujos contornos não são plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas.” Assim como o projeto, a elaboração da própria identidade tem que refletir as próprias experiências e a condição de autonomia (SADER, 1988, p. 53).

Outro estudioso da Economia Solidária, Cruz (2013, p. 141), esboça o perfil do que entende como sujeito social da nova economia:

[...] não são assalariados – são trabalhadores associados. E é o surgimento embrionário dessa nova classe social que determina a existência da possibilidade de um novo substrato social para uma ação política transformadora. Convém dizer expressamente: **os trabalhadores associados, embora numericamente frágeis, não são um “apêndice da classe trabalhadora”, mas constituem socialmente o que há de mais próximo da ideia de sua emancipação**, da emancipação do assalariamento através de relações sociais de produção igualitárias. (grifo nosso)

São aqueles, dentre os trabalhadores, que estão mais próximos de compreender o que é o capitalismo e como ele funciona, porque precisam saber suas regras para poder sobreviver como iniciativa econômica.

Esta conceituação enfatiza a característica do trabalho associado, a postura consciente do trabalhador no seu lugar no mundo e a missão que carrega a partir de sua identidade com a Economia Solidária.

A questão que se coloca neste momento é a seguinte: se é possível desenvolver uma identidade com trabalhadores e empreendimentos com histórias e trajetórias as mais variadas?

Basta lembrar, a título de exemplo, as possíveis origens dos EES, um dos sujeitos coletivos essenciais à Economia Solidária:

[...] há EES que se formaram a partir da iniciativa comunitária, há EES que possuem identificação com a luta da reforma agrária, há EES oriundos de massa falida e possuem relação com o movimento sindical, há EES formados por perspectiva de reinserção social (pessoas que possuem algum tipo de doença – doença mental, dependência química, HIV; presidiários...), enfim há EES predominantemente de mulheres, quilombolas, indígenas, etc. que carregam outras bandeiras de lutas, além de possuírem uma identidade comum: a economia solidária. (SANTOS, 2011, p. 10)

Esta dificuldade também pode ser encontrada quando tratarmos do Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), também um sujeito coletivo, que congrega os diversos atores da Economia Solidária, a saber: além dos EES, as entidades de apoio e os gestores públicos.

Esta diversidade de componentes, de diferentes tendências, com eventuais conflitos, caracterizam uma visão não unívoca própria da natureza de um movimento, um dos sentidos da Economia Solidária. Em consequência, a Economia Solidária constitui-se numa “[...] convergência de múltiplos sujeitos que unem forças, experimentam a prática coletiva, solidária e autogestionária e representam interesses comuns.” (SANTOS, 2011, p. 8)

A pluralidade, na Economia Solidária, antes de ser uma fragilidade, deve ser entendida como uma força. Além de enriquecer o debate, as reflexões dentro do movimento, nas questões cruciais, as posições são semelhantes. Talvez o movimento que possa ter alcançado o estágio mais avançado de sujeito social no Brasil seja, sem dúvida, o Movimento Sem Terra (MST), tomado como exemplo pelo grau de coesão e de identidade, historicamente construído.

Dentre outras lições que podemos carregar para o movimento da Economia Solidária, temos que:

[...] participar do movimento da luta vai educando o jeito específico do ser humano, que potencializa o principal traço da humanidade, que é a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si própria, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história. (CALDAR, 2002, p. 133)

Fica, assim, caracterizado o princípio educativo do movimento, que, através da participação nas ações de lutas, educa os trabalhadores para não terem uma postura de resignação perante as condições de vida que estão dadas, indo em busca da realização da utopia da humanização.

Então, que requisitos devem ser atendidos para que os trabalhadores se constituam em novos sujeitos solidários? Em relação aos trabalhadores, verifica-se que a motivação para se engajar e para participar no processo de construção da identidade do movimento inicia quando se superam as condições mínimas de sobrevivência e quando se percebem uma certa estabilidade do empreendimento e uma afinidade com os valores e crenças professadas. Em se tratando da Economia Solidária, embora com algum grau de dificuldade, entende-se que estes objetivos estão presentes no horizonte dos empreendimentos.

Estes aspectos, embora importantes, não são os únicos que interferem no processo, o qual exige, por exemplo, um projeto em que se proponham objetivos sócio-econômicos e políticos e uma filosofia de atuação sustentada em concepções de mundo, de sociedade e de pessoa, que estejam em sintonia com as expectativas do coletivo de trabalhadores.

A própria convivência, como verificamos em relação ao MST, construindo uma experiência em comum, condiciona a consciência social, influenciado por aspectos objetivos e subjetivos presentes no universo do empreendimento, com que os trabalhadores se reconhecem, identificam-se tanto com os outros, como a si mesmos.

Outro papel importante, neste processo, é o das lideranças, mas de cunho solidário, que devem, ao mesmo tempo, exercer certa diretividade, mas que não anulem o protagonismo do coletivo e criem condições de empoderamento para que estar preparado para exercer este papel quando necessário. É relevante destacar que: “[...] a maioria das vezes os empreendimentos solidários nascem e crescem a partir da ação de lideranças oriundas dos movimentos sociais dos anos 80 e 90.” (GUERRA e CRUZ, 2006, p. 96-97) Em consequência, há que se resgatar as matrizes de formação de lideranças da época e ressignificá-las para a atual conjuntura.

A dinâmica do movimento, apoiada em processos educativos, deve ser capaz de produzir pessoas que se convertam em sujeitos sociais da Economia Solidária.

Finalmente, Luz (2012, p. 211) expõe que:

[...] as experiências e práticas sociais dos coletivos humanos, inscritos no marco da economia solidária, propõem novos cenários políticos, sociais, econômicos e culturais, [...] em tensão permanentes e contínua com o modelo de sociedade proposto pela ideologia dominante, com um ideal de desenvolvimento desenhado-distorcido pelos centros de poder hegemônico, e em questionamento-conflito respeito dos espaços colonizados.

Diante disso, a questão que se faz é: que tipo de postura se espera do novo sujeito social solidário? Percebe-se, atualmente, que prepondera a postura de moderação em relação à do radicalismo no campo político. O dilema é o seguinte: se, diante das atuais condições, é mais estratégico para o movimento propor alternativas de cunho reformista ou partir para uma solução revolucionária, para o qual se deve avaliar se se dispõem das condições objetivas necessárias para tanto.

Em termos da construção de identidade dos empreendimentos da Cadeia, a pesquisa realizada traz à tona a seguinte situação: nos trabalhadores da reciclagem (catadores) no Rio Grande do Sul, encontramos cooperativas onde o Movimento Nacional de Catadores e Recicladores (MNCR) exerce influência, como é o caso da região abrangida pela Central Catapampa, enquanto na região do Vale do Rio dos Sinos, que faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, devido ao histórico de formação dos empreendimentos e ao perfil dos trabalhadores, o referido movimento tem dificuldade de inserção.

Quanto à identidade dos empreendimentos com a Economia Solidária, percebe-se que as cooperativas de reciclagem sentem-se mais aderidas ao seu ideário do que as empresas recuperadas que participam na Cadeia Solidária - Coopima e Coopertexil.

Nestas últimas, por terem sido empresas industriais, a cultura operária de origem sindical moldou um tipo de trabalhador diferente daquele que desejamos construir. A sua inserção na Economia Solidária deveu-se mais à sua necessidade de preservar os postos de trabalho, amparados em políticas de governo que apoiam a Economia Solidária, do que propriamente a uma decisão de caráter ideológico. Naturalmente, se questionado o discurso, está ele bem afinado para, em uníssono, responder que estão compenetrados da proposta da Economia Solidária.

Nos casos da Coopima e da Coopertexil, tiveram elas, na fase inicial, o apoio do movimento cooperativista. A Coopima, ainda, teve uma interface com o sindicato que agora está sendo retomada por meio da Central Sindical PIT-CNT. Isto poderá determinar, no caso da Coopima, um reforço da ideologia sindical e uma identidade maior com o movimento das empresas recuperadas. A Coopertexil desenvolveu uma cultura híbrida, porquanto se organiza como uma cooperativa e funciona dentro de um sistema que não se afasta da estrutura empresarial convencional.

Os empreendimentos da Cadeia não tem uma participação mais expressiva dentro do movimento “oficial” da economia solidária. Normalmente quem tem participado são militantes do movimento, que se vinculam ao governo e às entidades de apoio, e procuram incentivar os trabalhadores e suas lideranças a um maior engajamento neste processo.

Em consequência, a mobilização política dentro dos empreendimentos, fora os aspectos mais direcionados à atividade-fim, não desperta maior interesse. Um exemplo evidente é a mobilização realizada em relação ao repúdio da perspectiva de implementação da incineração no Estado.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência da construção do novo sujeito social, coletivo e solidário na Cadeia Solidária, temos que:

Verifica-se que este processo de construção de uma identidade como sujeito social, coletivo e solidário, ainda é praticamente inexistente. Em consequência, esta situação pouco poderá contribuir na alavancagem do processo emancipatório.

Imaginamos que isto fará parte das preocupações com o tempo e que seja fruto de um refinamento da percepção do que representa, na vida dos trabalhadores, o fazer parte da Economia Solidária.

Observa-se, ademais, que há alguns movimentos que vão ao encontro deste processo, caracterizado este pela inserção dos valores da Economia Solidária nos empreendimentos, pela criação de espaços de inclusão e pela postura de privilegiar o coletivo, dentre outros aspectos. Porém, constatam-se poucos espaços para a reflexão, a não inclusão de pautas relativas às questões de gênero e velhice, a não aceitação de posições divergentes, o não incentivo a mudanças comportamentais e a prevalência dos ganhos financeiros sobre outros assuntos. Resumidamente, o trabalhador não está conseguindo usar, a seu favor, o potencial de estar vinculado a um empreendimento autogestionário.

A sua postura, ainda, é de esperar que alguém esteja atento e disposto a prover as suas necessidades. Como isto não acontece, a avaliação e a sua relação com o empreendimento têm um caráter utilitário. Fica-se vinculado por necessidade, e não por uma opção ideológica, como os idealizadores da Economia Solidária gostariam que fosse. Os valores que carregam os trabalhadores têm muito a ver com outras experiências, principalmente de assalariamento. Vemos, aqui, também a falta da educação como desveladora de mitos que as pessoas

carregam sem saber. Sempre é oportuno resgatar o pensamento atual e pertinente de Freire (1995, p. 51):

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do **homem moderno, está em que hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir**. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele são apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, **quando julga que se salva segundo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto**. (grifo nosso)

Ainda:

O que importa, realmente, **ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se** (E aos povos também). **É fazê-lo agente de sua própria recuperação**. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. (FREIRE, 2011, p. 79)

O desafio está posto no sentido de construção deste novo sujeito portador de uma subjetividade social própria, desenvolvida a partir das convergências que os trabalhadores considerem constitutivas de sua identidade.

5.5 A COSMOVISÃO DO BEM-VIVER, COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA E SEU POTENCIAL EMANCIPADOR

[...] desde 1492, ocidente tem ordenado o mundo para o “progresso/desenvolvimento” - expansão/acumulação capitalista - e não para a vida”.

A gente se dá conta de que começou o “dia depois do desenvolvimento” quando já não depende, não se emociona nem se compromete com a constelação semântica dos conceitos constitutivos da “ideia de desenvolvimento”, nem compartilha os valores, indicadores, parâmetros, classificações, premissas, promessas e soluções concebidas reproduzidas e legitimadas em seu nome. (SILVA, 2013, p. 470-473)

Aqui, abordaremos as principais estratégias de “desenvolvimento” em disputa, presentes na região do continente, onde o projeto da Cadeia Solidária está sendo implementado, escolhendo, como referência para análise da emancipação social, a Cosmovisão do Bem-Viver.

É muito complicado expor um assunto que, embora importante como referencial para as análises dos impactos que a Cadeia Solidária produz ou recebe no ambiente onde se insere, é um tema muito distante da percepção dos trabalhadores, em função do atual estágio de desenvolvimento do projeto, ou pela falta de preparo dos mesmos para relacionar a proposta

de “desenvolvimento” que os governos adotam como referência e as consequências diretas e indiretas no projeto e nas suas vidas.

Mesmo assim, acreditamos que, para a tese, não podíamos deixar este tema de fora, quando esta dimensão foi indicada como um dos fatores que teria influência no processo de emancipação dos coletivos de trabalhadores.

O Bem-Viver, que vem ganhando espaço na estratégia do movimento da Economia Solidária, está presente nos documentos da CONAES, em substituição ao desenvolvimento humano, sustentável e solidário que, ao nosso ver, tem sido deixado de lado pela contradição insolúvel que carrega o termo desenvolvimento.

Conforme Razeto (2007, p. 331):

[...] há tempo que se tem começado a falar da necessidade de “outro desenvolvimento”, de um desenvolvimento alternativo, sustentável, integral. Isto porque o desenvolvimento econômico tal como se tem dado no mundo moderno, parece ter chegado a limites superados os quais começa a gerar mais problemas que benefícios: desequilíbrios ecológicos, desintegração social, deterioro tendencial da qualidade de vida, perda do sentido humano do processo, etc.

Esta constatação, que não é apenas de Luiz Razeto³⁷, resulta de um conjunto de reflexões de diversos autores, principalmente da América Latina e do Caribe, desde a década de 1970, e em diversas áreas de conhecimento que convergem sobre a necessidade de se pensar junto com uma nova estratégia de “desenvolvimento”, uma outra economia.

O mesmo autor nos orienta no sentido de que este desenvolvimento alternativo deverá implicar “[...] o desenvolvimento dos setores sociais menos desenvolvidos economicamente; que tem de ser ecologicamente sustentável; que deve conduzir a níveis superiores de integração social; que tem de estar presidido por valores de justiça e solidariedade” (RAZETO, 2007, p. 331). E, ainda, propõe-nos ter, como referência, a experiência dos povos indígenas sul-americanos, que sofreram, desde a colonização, todas as formas de opressão

³⁷ Com efeito, desde meados do século XX, tiveram lugar, na América Latina e o Caribe, significativas contribuições como o centro-periferia (Raul Prebisch); a teoria da dependência (Theotonio Dos Santos, Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel e Pedro Paz); o pensamento nacional-popular que, inspirado na revolução mexicana, se plasma na obra de Raul Haya de la Torre em Peru ou Arturo Jauretche na Argentina; a filosofia da libertação (Enrique Dussel); a pedagogia da libertação (Paulo Freire); a teologia da libertação (Gustavo Gutierrez); as análises sobre marginalidade social (José Nun); o desenvolvimento a escala humana (Manfred Max Neef, Martin Hopenhayn, Antonio Elizalde); ambiental (Enrique Leff); o pós-desenvolvimento (Arturo Escobar); o Bem-Viver (Patrício Carpio, Eduardo Gudynas); ou o pensamento descolonial (Walter Mignolo, Anibal Quijano, Ramón Grosfoguel). (MADOERY, 2012, p. 62)

possíveis, conseguindo sobreviver pela manutenção e reafirmação constante de suas identidades culturais.

Partindo destas referências, pretendemos fazer uma revisão sumária das modalidades de desenvolvimento chegando ao Bem-Viver, demonstrando como esta cosmovisão mantém estreita vinculação com a Economia Solidária. Também almejamos relacionar alguns resultados do nosso estudo junto à Cadeia Solidária que nos esclareça se estamos próximos ou distantes dessa proposta e, conseqüentemente, qual é o grau de contribuição desta concepção para avançar no processo de emancipação social.

Há surgido diferentes [...] “alternativas de desenvolvimento” que “re-formam” o modelo atual de crescimento econômico com exclusão social e deterioro ambiental do capitalismo neoliberal, como paradigmas de “desenvolvimento sustentável”, “eco-desenvolvimento”, “desenvolvimento local”, “desenvolvimento territorial”, “desenvolvimento endógeno”, “decrecimento” e, mais recentemente, o da “economia verde” proposto no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20.” (SILVA, 2013, p. 501) Refere, ademais:

Todos estes “modelos” são herdeiros da carga política-ideológica-epistemológica constitutiva da gênese e trajetória da ideia cuja invenção foi dirigida à dominação para exploração. Teorias e modelos alternativos de desenvolvimento compartilham a existência de um modo de vida inferior – o subdesenvolvimento – a superar e um modo de vida superior – o desenvolvimento – a aspirar.

Em verdade, o conceito de “desenvolvimento”, entendido como progresso linear, especialmente expressado em termos de crescimento econômico, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido.

Uma das alternativas que prevaleceu por um certo tempo como a solução politicamente correta para os novos tempos foi a do desenvolvimento sustentável, propugnando [...] que o atendimento às necessidades do presente não pode comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (Relatório Brundthland)³⁸.

³⁸ O Relatório Brundthland constitui o principal trabalho produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), conhecida pelo nome de sua presidente Gro Harlem Brundthland (SILVA, 2012, p. 106).

O ideário do Desenvolvimento Sustentável busca compatibilizar a acumulação capitalista, a preservação ambiental e a justiça social (SILVA, 2012, p. 109), porém não consegue responder a questões básicas, tais como:

- Como é possível atender à lógica de crescimento nos padrões de desenvolvimento propugnado sem comprometer as condições de renovação e a capacidade dos ecossistemas?
- Desenvolvimento sustentável para que e para quem?
- Se é que possível falar em sustentabilidade quando o que se percebe é a intensificação dos mecanismos de exploração do trabalho humano com a precarização dos direitos sociais, e,
- O que falar dos conflitos étnicos-raciais aprofundados quando se coloca em xeque a lógica da destruição ambiental?

Vale lembrar, como exemplos, os conflitos com os povos indígenas patrocinados pelos governos da Bolívia e Equador para viabilizar a intensificação dos seus planos extrativistas, deixando de lado os compromissos assumidos, como veremos, com a implementação do Bem-Viver.

Para a perspectiva do social-liberalismo, o mercado ainda é a melhor forma de organizar as relações sociais de produção e de reprodução inventada pelo ser humano, devendo sofrer ações tópicas nas suas principais falhas, como a má distribuição de renda e a destruição ambiental (CASTELO, 2012, p. 47-48).

Nota-se que, ainda, nos governos progressistas de Lula e Dilma, a orientação do social-liberalismo, aqui denominado como neodesenvolvimentismo ou sociodesenvolvimentismo, perpassa as políticas econômicas e sociais. Conforme o mesmo autor, o exemplo mais emblemático é do lema do atual governo: “Brasil, país rico, é país sem pobreza”. O Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011, com a promessa de erradicar a pobreza de 16 milhões de brasileiros (8,5% da população), tem uma estreita ligação às teses do social liberalismo. (CASTELO, 2012, p. 48)

Conforme o atual governo, por meio da combinação de políticas de redistribuição de renda, de aumento do salário-mínimo, da facilitação do crédito, têm-se conseguido criar condições para a mobilidade social sem precedentes, ascendendo um grande contingente à classe média. Compreenda-se este fenômeno no sentido de acesso ao consumo. Marilena

Chaui entende que este movimento gera mais uma nova classe trabalhadora do que uma nova classe média, que assume a sua ideologia: o individualismo, a competição e o sucesso a qualquer preço, o isolamento e o consumismo (BRASIL, 2014).

O intelectual indiano, ganhador do Prêmio Nobel de economia, Amartya Sen, insere-se neste universo por meio de sua proposta de desenvolvimento com liberdade.

O criador do IDH promete articular o crescimento econômico capitalista com o desenvolvimento humano e social (MARANHÃO, 2012, p. 88), renovando as promessas liberais não cumpridas, em um momento de crise do capitalismo, cujo desdobramento tem afetado mais profundamente os países periféricos e suas populações mais vulneráveis.

Maranhão (2012, p. 88) comenta que a classificação de Sen como progressista só pode ser resultante de “[...] uma leitura mais apressada e superficial de seus textos [...]”. E, acrescenta: “[...] nas elaborações de Sen comparece o reconhecimento de um certo papel do Estado na resolução da dívida social.”

Para tentar desmistificar o verdadeiro intento de seu esforço intelectual, vale destacar alguns trechos da obra clássica de SEN (2000) - Desenvolvimento com liberdade:

Ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas [...]. A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes, não necessita justificação defensiva com relação aos seus efeitos favoráveis mas distantes; [...] A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca- e palavras, bens, presentes. (p. 21)

Nas discussões recentes, ao se avaliar o mecanismo de mercado o enfoque tende a ser sobre resultados que ele produz, como por exemplo as rendas ou as utilidades geradas pelos mercados. Essa questão não é pouco importante [...]. Mas o argumento mais imediato é em favor da liberdade de transações de mercado, baseia-se na importância fundamental da própria liberdade. (p. 136)

O problema da desigualdade, realmente se magnifica quando a atenção é desviada da desigualdade de renda para a desigualdade na distribuição de liberdades substantivas e capacidades. (p. 144)

Não ocorre apenas que, digamos melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoas auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. (p. 94). Saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica [...]. (p. 171)

Dessas colocações, decorrem os seguintes pressupostos:

- O mercado seria capaz de resolver os problemas de miséria e de desigualdades no mundo;
- O modelo de desenvolvimento baseia-se nas escolhas individuais e na capacidade das pessoas desenvolverem tais habilidades;
- O objetivo das políticas não é mais a redistribuição de renda e da riqueza, mas sim de criar um ambiente que ofereça oportunidades sociais adequadas para os agentes;
- Restringir as políticas sociais para quem realmente necessite, evitando a geração de déficit públicos; e
- Não há questionamento sobre as assimetrias entre economias centrais e periféricas, nem a concentração de renda e centralização crescente da propriedade; dentre outros.

Mesmo pensando nas “boas intenções” do autor, percebemos, da mesma forma que Maranhão (2012, p. 100), que a concepção de Sen não permite qualquer análise crítica, mesmo que limitada, dos efeitos nefastos da dinâmica atual de financeirização e mundialização do capital. Ao mesmo tempo em que se trata de uma mistificação, pois recairia nas costas dos indivíduos, de suas escolhas, mesmo com a cobertura “social” do Estado, as possibilidades de efetivação de melhoria de padrão de vida – isto é superação das condições de pobreza e desigualdades.

O resultados pífios das metas do milênio propostas pela ONU demonstram que, por opção político-ideológica, imposições do sistema econômico hegemônico, ou por outra razão qualquer, os Estados não estão comprometidos ou não conseguem diretamente realizar as transformações que são consenso e são de extrema urgência.

Como já nos referimos neste texto, os antecedentes na América do Sul, relativos ao questionamento da concepção de desenvolvimento adotada, datam da década de 1960. Alimonda (2012, p. 44) lembra que, nesta época:

[...] existiu um esforço teórico regional por construir uma noção de desenvolvimento que incorporasse a complexidade de contextos históricos globais, regionais e nacionais determinados e que estavam referidos a estruturas e classes sociais. É dizer, tratava-se de elaborar alternativas à visão linear do desenvolvimento como crescimento econômico ou qualquer outra simplificação negadora da historicidade dos processos sociais e políticos dos países da região.

Estes estudos têm, dentre os pensadores, a figura de Celso Furtado, que propugnava o chamado desenvolvimento autêntico e questionava as simplificações economicistas que se faziam ao tratar das realidades sul-americanas.

Conforme Alimonda (2012, p. 46), a obra de Furtado, além do valor que contém pelo seu pioneirismo quanto ao questionamento sobre a falácia da perspectiva que o “desenvolvimento” oportunizava para as economias subdesenvolvidas, [...] apontam a uma concepção humanista de desenvolvimento, muito próximo ao “bem-viver”.

Com suas palavras, Furtado (1974, p. 75) nos alertava de que:

Temos assim a prova definitiva de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias a que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que **essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico**, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que **a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito.** (grifo nosso)

Nesta análise feita por Furtado, podemos encontrar:

- A certeza de que o subdesenvolvimento não trata de uma fase anterior ao desenvolvimento;
- Caracteriza-se pela disparidade na distribuição de renda e a heterogeneidade social;
- A presença de elementos da colonialidade cultural, por exemplo, no padrão de consumo adotado que mantém relação com as elites dos países industrializados; e
- A destruição ambiental que se mistura com a questão racial, em que povos e natureza estão submetidos a uma condição de exploração, devido às concepções eurocentrista e antropocêntrica do desenvolvimento.

De certa forma, Furtado foi precursor do reconhecimento de que a cosmovisão do Bem-Viver teria como fundamento de um autêntico desenvolvimento, em que, antes de se definirem os meios, deve-se pensar nas suas finalidades.

Furtado, percebendo a importância da questão ambiental, questionava sobre o porquê, na medição do Produto Interno Bruto PIB, “vaca sagrada dos economistas”, ignorava-se o

custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis), assim como “[...] a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rio sem que as usinas despejam os seus resíduos?” (FURTADO, 1974, p. 117-118)

Para Arturo Escobar, colombiano, autor da obra “A invenção do Terceiro Mundo: construção e desconstrução do desenvolvimento”, sem deixar de reconhecer a importância dos economistas cepalinos, como Furtado, entende que:

[...] os economistas da Cepal não questionaram algumas das crenças da teoria econômica ortodoxa (em particular a teoria do comércio internacional) proporcionaram uma visão mais complexa do desenvolvimento que dava acolhimento a considerações estruturais e **demonstraram maior preocupação pelo nível de vida das massas**. Apesar destas diferenças, o desenvolvimento econômico seguiu sendo aos olhos dos economistas, em essência, **um processo de acumulação de capital e de progresso técnico**. Em resumo, como aguçadamente o assinala Cardoso (1977, **o pensamento da CEPAL possuía “a originalidade de uma cópia”**). (ESCOBAR, 2007, p. 144) (grifo nosso)

Este autor, seguindo o pensamento pós-estruturalista, perguntava-se o [...] porquê, por meio de quais processos históricos e com quais consequências, Ásia, África e América Latina foram ‘idealizadas’ como o ‘Terceiro Mundo’ por meio de discursos e das práticas do desenvolvimento, encontrando, dentre outras respostas, as seguintes:

[...] o discurso do desenvolvimento³⁹ se disseminou através um vasto aparato institucional formado por uma rede de instituições como: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, agências nacionais de planejamento e desenvolvimento; a profissionalização de problemas de desenvolvimento, o qual tem incluído o surgimento de conhecimentos especializados em especial sobre subdesenvolvimento; institucionalização do desenvolvimento; e exclusão de conhecimentos as vozes e preocupações daqueles que deveriam ser seus beneficiários: os pobres da Àsia, África e América Latina. (ESCOBAR, 2005, p. 19)

A perspectiva do pós-desenvolvimento, apresentada por este autor, pode ser caracterizada por:

- O “desenvolvimento” deixa de ser o princípio central que organiza a vida econômica e social;
- Questiona-se efetivamente a premência do conceito crescimento econômico e este como meta;

³⁹ “[...] a palavra desenvolvimento, em seu sentido de crescimento econômico programado e perseguido (...) se usa sobre todo a partir do Ponto Quarto do discurso de Harry Truman em sua toma de posse como presidente dos Estados Unidos em 1949. Refere-se a uma determinada situação, a um determinado objetivo a perseguir e/ou a uns determinados meios que se podem aplicar para sair da situação contrária (“subdesenvolvimento”) e chegar à desejada (“desenvolvimento”).” (TORTOSA, 2008, p. 3-4)

- Desconstrói-se a matriz cultural de onde provém o desenvolvimento e sua historicidade (visão dominante europeia da modernidade);
- Desarticula-se paulatinamente, na prática o modelo de desenvolvimento baseado na premissa da modernização, a exploração da natureza como ser não-vivo, os mercados, a exportação e a ação individual;
- Reconhece-se uma multiplicidade de definições e interesses ao redor das formas de sustentação, as relações sociais e as práticas econômicas;
- Desenham-se políticas, desde a racionalidade entre grupos humanos e entre estes e a natureza; isto é, procede-se desde um princípio de cosmovisões relacionais (com as que subjacem as cosmovisões e práticas de muitos grupos indígenas, negros, camponeses, e de forma comum as de alguns grupos urbanos, assim com a ecologia), em vez da cosmovisão dualista que separa seres vivos de não vivos, humano do não humano, indivíduo e comunidade;
- Estabelece-se um diálogo inter-cultural ao redor das condições que poderiam existir num universo plural de configurações sócio-naturais, isto é, uma multiplicidade de propostas e visões (ex. liberais e comunais, capitalistas e não capitalistas, etc.); e
- Preferem-se formas de integração regional autonomia baseadas em critérios ecológicos (por ex. o bio-regionalismo), de desenvolvimento autocrático (não ditado pelos requerimentos da economia mundial), em níveis sub-nacionais, nacionais, regionais e globais. (ESCOBAR, 2010, p. 29-30).

Para Madorey (2012, p. 62) o desenvolvimento “[...] é um conceito que se encontra incorporado no imaginário social de um modo pleno de conotações positivas: se o identifica com crescimento, câmbio, oportunidades, bem-estar, esperança, qualidade de vida.”

Conforme este autor (MADOREY, 2012, p. 72), existe:

[...] uma disputa epistêmica entre duas matrizes de pensamento/ação para o desenvolvimento: uma de primazia econômica baseada na aceitação e assimilação aos postulados da modernidade ocidental e alimentada historicamente através de numerosas teorias como a da modernização, o neoliberalismo e o progressismo pós-moderno; e **outra de primazia política, apoiada na crítica às relações desiguais de poder na região edificada a partir do estruturalismo periférico, o liberalismo nacional-popular, a fratura descolonial ou Bem-Viver.** (grifo nosso)

Destas matrizes decorrem duas construções diferentes de sociedade. Verifica-se, ainda, que, mesmo em governos tidos como progressistas, há o tensionamento entre as duas concepções e, em consequência, será difícil, senão impossível, manter e aprofundar as transformações em marcha.

Como vimos, a cosmovisão do Bem Viver é possível a partir de um novo entendimento do que seja “desenvolvimento” em oposição ao conceito tradicional naturalizado como universalmente aceito.

Na língua kichwa “Sumak Kawsay” (Equador) e na língua aymará “Suma Qamaña” (Bolívia), reconhecemos os termos “Bem-Viver ou “Viver Bem”, diferente de “Viver Melhor”. Enquanto este último caracteriza o atual paradigma em que a melhor condição de vida de alguns se dá a custo de muitos que vivem mal, numa perspectiva egoísta, individualista, competitiva, os primeiros promovem uma vida em comunidade, de maneira fraterna e harmônica, entre pessoas e natureza (pachamama em aymará).

De acordo com David Choquehuanca, intelectual aymará, o Bem Viver supõe ter tempo livre para a contemplação e a emancipação e que as liberdades, as oportunidades, as capacidades e as potencialidades reais dos indivíduos/coletivos se ampliem e floresçam de modo a que permitam lograr, simultaneamente, aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um – visto como um ser humano/coletivo, universal e particular – valorizam como objetivo de vida desejável, tanto material, como subjetivamente, sem produzir nenhum tipo de dominação a um outro (GUDYNAS, 2011, p. 7).

Conforme Gudynas (2011, p. 2):

Um aspecto central na formulação do bem-viver tem lugar na crítica ao desenvolvimento contemporâneo. Questionam-se, por exemplo, a racionalidade do desenvolvimento atual, a sua ênfase nos aspectos econômicos e o mercado, sua obsessão com o consumo, ou o mito de um progresso continuado.

O Bem-Viver não pode ser confundido com o bem-estar ocidental. Isto não significa que se excluam os avanços da modernidade, especialmente os técnicos científicos. Reconhece a existência de limites biofísicos das atividades humanas, bem como a existência de uma relação sujeito-sujeito entre o homem e a natureza. A separação homem-natureza, em uma perspectiva antropocêntrica, transformou-se em um dos principais argumentos da colonização e da exploração sem limites de pessoas e recursos naturais até hoje.

Prova disso é que nos países – Equador e Bolívia – onde o conceito do bem-viver foi integrado à suas constituições, inclusive dando à natureza a condição de sujeito de direito (Equador), ancoraram suas economias no setor extrativista⁴⁰.

Embora o neoextrativismo tenha propiciado a retomada dos recursos naturais sob o controle do Estado, dando condições de avançar nas políticas sociais, a subordinação aos ditames do capital está longe de ser superada.

⁴⁰ Utiliza-se o rótulo de extrativismo em sentido amplo para as atividades que removem grandes volumes de recursos naturais, que não são processados (ou que o são de maneira limitada) e passam a ser exportados (Gudynas).

Uma economia que se oriente pelo Bem-Viver tem, na solidariedade, um dos seus principais fundamentos. Em consequência, podemos considerar que o Bem-Viver mantém estreita relação com a Economia Solidária e com os princípios e valores que a regem. Portanto, conforme nos lembra Acosta (2012, p. 205):

O mundo do trabalho no Buen Vivir é parte fundamental da economia solidária, entendida também como economia do trabalho. Portanto, se pleiteia o reconhecimento em igualdade de condições de todas as formas de trabalho, produtivo e reprodutivo. Este enfoque se consolida com a inclusão (e não a discriminação), a igualdade de gênero, os direitos reprodutivos no espaço do trabalho.

Notamos que, no movimento a partir da II CONAES, tem-se explicitado, nos documentos, a opção da Economia Solidária do Bem-Viver, a qual foge da armadilha do progresso e do crescimento linear, que se compatibilizam com o sistema capitalista, marginalizando grande parte da população mundial. Embora um conceito ainda novo e pouco compreendido no Brasil, possui grande tradição na cultura dos povos andinos.

Até a V Plenária, o termo desenvolvimento sustentável se mantinha como um referencial importante nos debates e documentos, como horizonte de longo prazo, que orientasse a concepção de sociedade que se pretendia construir, como as estratégias e metas a serem alcançadas ao longo desse período. Entendia-se, nesse momento, que era a escolha politicamente correta, condizente com o ideário da Economia Solidária. Entretanto, pensamos que esta opção não foi suficientemente refletida, vindo a cair com o tempo.

Um dos aspectos presentes e valorizados nesta cosmovisão é a valorização dos saberes de todos, sendo a diversidade considerada um fator de enriquecimento e não de diferenciação para construir uma relação assimétrica de dominação em que sejam valorizados uns conhecimentos em detrimento de outros. Esta fase é uma das dimensões da colonialidade (do saber, do ser, da natureza e do poder) que devemos superar para construir um novo paradigma que tenha como finalidade a felicidade das pessoas. E, para tanto, devemos construir uma educação e pedagogia da libertação que superem os condicionamentos do “desenvolvimento” a que estávamos e ainda estamos submetidos (SILVA, 2013).

De acordo com Niel (2011, p. 16), “A educação recomendada pela alternativa do Bem Viver busca romper com a educação ocidental individualista, antropocêntrica e competitiva e transmitir todos os conceitos fundamentais da cosmovisão como a reciprocidade, complementaridade, ajuda mútua e aciclicidade”.

Concluindo, podemos registrar que, em relação à análise da incidência das dimensões do desenvolvimento na Cadeia Solidária, temos que:

Nesta dimensão, também ficamos a dever no sentido de poder contribuir na alavancagem do processo de emancipação social.

Embora os trabalhadores da reciclagem percebam que há preocupação com a melhoria das suas vidas no empreendimento, não se tem conseguido avançar. Por outra parte, repetem-se as restrições apontadas de não priorizar outros aspectos, além daqueles que se relacionam com a viabilização do ganho financeiro.

Sabemos que, ao tratar de um conceito como o Bem-Viver, não se pode restringir tal ao empreendimento, nem apenas aos trabalhadores, mas também compreendemos que tem que partir de cada um dos trabalhadores esse processo de transformação. Como assimilar, por exemplo, as distorções nos hábitos de trabalhadores da reciclagem quando declaram que não fazem a segregação dos resíduos nas suas residências, que optam por hábitos alimentares prejudiciais à sua saúde, que se resignam a trabalhar em condições insalubres e inseguras para sua integridade física e que não se tem tempo para ações educacionais etc.?

Em relação aos trabalhadores das ERT's da Cadeia, apresentam melhores condições de avançar na melhoria da qualidade de vida com o desenvolvimento deste projeto. Embora não se possa falar de uma condição confortável fazer parte de um empreendimento que não opera há mais de dez anos, como é o caso da Coopima, percebe-se menor grau de condicionamentos se compararmos com o público de recicladores que carregam o estigma da exclusão. Soma-se a isto o nível de escolaridade e cultural que é superior. A Coopertêxtil também tem boas possibilidades para colocar, em prática, os princípios do Bem-Viver, porém está faltando criar espaços para este tipo de reflexão. Neste caso, falta uma maior imersão no universo da Economia Solidária a fim de que isto seja percebido como uma demanda do empreendimento a ser equacionada pelo conjunto dos trabalhadores, segundo uma perspectiva autogestionária.

5.6 A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Aqui, faremos uma revisão sobre o termo emancipação social, justificando a sua preferência em relação ao de libertação, e a conclusão sobre a intensidade em que se percebe o fenômeno da emancipação social nos trabalhadores, a partir da análise do conjunto de dimensões que fazem parte do seu construto e estão presentes no projeto da Cadeia Solidária.

5.6.1 A opção pelo conceito de emancipação social

Como primeira aproximação, registramos a etimologia da palavra emancipação. De acordo com Cattani (2003, p. 130), o verbo emancipar provém do latim *emancipare*, composto pela partícula ‘ex’ significando fora de, não mais, e ‘*mancipium*’, que diz respeito ao escravo ou indivíduo dependente. Acrescenta, ainda, que ele remete à liberdade concedida, adquirida ou conquistada.

Em termos amplos, emancipação diz respeito “[...] ao processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais.”

Pressupõe, dentre outras transformações: livrar-se do poder exercido por outros; aceder à maioria da consciência, isto é, a capacidade de conhecer e reconhecer normas sociais e morais; exercer a plena capacidade civil e de cidadania, assim como vivenciar uma sociedade em que se priorizem os valores da igualdade, reciprocidade de direitos e obrigações, a livre expressão e a autonomia (CATTANI, 2003, p. 130).

Marx adota a expressão emancipação humana. Embora considere que a emancipação política, de fato, representa um grande progresso, não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação dentro da ordem mundial vigente até aqui. “Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática.” (MARX, 2010b, p. 41)

Adams (2010, p. 44) distingue emancipação de cidadania, entendendo que: “[...] a emancipação política, tal como ela é praticada nas democracias formais que se aperfeiçoam na prática da participação política, mas, ao mesmo tempo geram formas de desigualdade cada vez mais profundas no interior das sociedades e entre os países.” E, acrescenta:

[...] a busca pela construção de um mundo de cidadania solidária, encontra-se absolutamente limitada, porque o liberalismo tende a confinar as possibilidades de inclusão capitalista. As relações capitalistas de trabalho negam o sentido ontológico do mesmo, impede a **emancipação social cujo horizonte é a vida libertada na sua integralidade**. (grifo nosso)

Por estas citações, fica claro que não há mais espaço para manter as situações de desigualdades, exploração, centralização do poder, onde não se possam determinar a forma e os critérios de distribuição da riqueza, por aqueles que efetivamente a geram. Sem se superar estas condições, torna-se difícil falar em liberdade efetiva, material, substantiva ou plena.

É oportuna a análise feita por Santos (2009a), demonstrando que existe um desequilíbrio entre as duas grandes ideias-forças da modernidade: I- conhecimento-emancipação, que propunha os ideais de transformação, liberdade, igualdade e fraternidade; e II- o conhecimento-regulação, que colocava restrições à emancipação por meio dos limites impostos pela organização dos Estados modernos.

De acordo com Santos (2009a, p. 57), esta assimetria pode ser explicada em função de “a redução da emancipação moderna à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e a redução da regulação ao princípio do mercado, incentivadas pela conversão da ciência na principal força produtiva, constituem as condições determinantes do processo histórico que levou a emancipação moderna a render-se à regulação moderna.” Em consequência, o mercado e o conhecimento científico-tecnológico passam a ter preponderância em relação a outras formas de intercâmbio, experiências e saberes que não se enquadram nos critérios estabelecidos para as relações mercantis. É o caso da Economia Solidária.

Embora deveria existir um equilíbrio dinâmico entre estas principais formas de conhecimento, verifica-se que a regulação se sobrepôs à emancipação, restringindo as suas possibilidades de avançar e deixar espaços de instabilidade (caos) que propiciem o surgimento de novos conhecimentos. Para tanto, Santos (2009a) propõe pensar numa dupla ruptura epistemológica que transforme o conhecimento científico (racionalidade cognitivo-instrumental) e crie um novo senso comum e emancipatório.

Mignolo (2010, p. 27) propõe uma reflexão sobre os temas emancipação, libertação e colonialidade. Considera que:

[...] emancipação e libertação em realidade são as duas caras da mesma moeda, a moeda da modernidade/colonialidade. (Enquanto) a emancipação captura o momento no qual uma etno-classe emergente a burguesia, se emancipa das estruturas monárquicas de poder, [...] a libertação captura a diversidade racializada de etno-grupos, colonizados pelas burguesias que se emanciparam das monarquias.

Dussel (1996) elege o termo libertação ao invés de emancipação, por entender que está mais alinhado com os movimentos de libertação nacional na África, na Ásia, na América do Sul e no Caribe.

Nas suas obras, Paulo Freire adota “[...] os termos ‘libertação’, ‘humanização’ e ‘emancipação’ como semelhantes aos do marxismo e da teoria crítica, articulando a perspectiva individual e social [...]” (STRECK; ADAMS, 2014, p. 68).

Conforme Jones (2008, p. 247), a libertação é um conceito central no pensamento freireano, estando intrinsecamente vinculado à liberdade, conscientização e revolução. Nas palavras de Freire (1983a, p. 36), trata-se de um parto doloroso: “O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos.” É uma práxis, na qual se desenvolvem a reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Para tanto, lembra Marx (2002, p. 29) que “[...] não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem em condições de adquirir comida, bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas.” Assim como dependerá do “[...] alto grau de desenvolvimento das forças produtivas [...] para a diminuição do tempo de trabalho [...] para que o trabalho possa assumir uma forma que lhe permita tornar-se fundamento do “reino da liberdade” (TONET, 2005, p. 104).

Este aspecto é bom relativizar. Não seria adequado pensar que o homem só poderia se emancipar quando tenha satisfeitas as condições materiais. Outro aspecto a ser destacado é o da tendência de conceber este fenômeno como totalizante, isto é, pode-se falar de emancipação quando todos a atingirem em suas diversas demandas. Porém, os autores pós-críticos “[...] recusam-se a abraçar a dimensão universalista abrangente do social postulada pelas teorias críticas e propõem que a emancipação social dificilmente possa ser um processo absoluto e que atenda às necessidades de todos e todas” (MAIA, 2011, p. 3). Santos (2010a, p. 44) afirma que: “Não há emancipação, há emancipações e o que as define como tal não é uma lógica histórica, são antes critérios éticos e políticos [...].”

Adams e Streck (2014, p. 71) consideram que “[...] a emancipação tem a ver com uma dinâmica não linear mais centrada em processos do que em estágios finais de libertação ou transformação social de acordo com visões deterministas.” Em consequência, há necessidade e possibilidade de pensá-la na interação dialética entre ações coletivas locais articuladas com processos macrossociais e com dinâmicas interculturais.

Concordamos com estes autores quanto ao caráter processual da emancipação, apoiada numa práxis – ação-reflexão-ação –, que propicia uma permanente avaliação e ajustes que se fizerem necessários. Considerando o que foi exposto, entendemos que mais importante que o termo é o significado dado, optando pelo de emancipação social, mantendo equivalência com o de libertação.

Em consequência, entendemos emancipação social como um processo, um “vir a ser” necessário, que vai avançando em intensidade, conduzindo à libertação de todos, que seja resultado de transformações: recriação de uma nova subjetividade, gestando indivíduos com autonomia, que atingem a maturidade da consciência e que são capazes de superar os condicionamentos-sócio-econômico-tecnológico-cultural a que são submetidos; alteração na forma de organizar as relações de produção e sociais, para uma configuração que enfatiza a solidariedade, o associativismo, a cooperação, as práticas autogestionárias e a participação democrática; conquistas pelo indivíduo em comunhão com o coletivo, com a marcante mediação da educação. Uma emancipação que atenda às dimensões política e econômica e supere as contradições presentes numa proposta de cidadania que, ao mesmo tempo, avança na concessão de direitos e nos mecanismos de regulação e tutela, numa perspectiva assistencialista que alimenta a postura clientelista, própria das relações com o Estado moderno.

Trata-se de um processo que perpassa as lutas por relações do trabalho mais justas, acrescentando as demandas de gênero, sexuais, das minorias étnicas e de toda forma de opressão e dominação, de injustiças e desigualdades sociais. Sofre influências da dinâmica das transformações em nível local-global, opondo à estratégia econômica hegemônica, a cosmovisão do bem-viver, que se constitui em um contraponto ao desenvolvimento fundamentado no progresso ilimitado, linear, de caráter antropocêntrico, em detrimento de uma relação equilibrada e harmônica entre o homem e a natureza, com limites que assegurem a sua preservação.

A emancipação social considera processos interno e externo ao indivíduo. Mesmo que os estímulos possam ter origem externamente, existe uma disposição para assimilar os argumentos que nos são apresentados, por exemplo, através de uma ação educacional, e desenvolvemos um processo de conscientização que tem implicações na formação de uma nova subjetividade. Aqui, podemos relacionar as contribuições de Freire e Dussel quanto aos conceitos de conscientização e libertação.

Este processo se desenvolve a partir do coletivo, do social, pois esta reflexão se fortalece e se aperfeiçoa por meio da interação com os outros, adensando o movimento com os outros sujeitos que têm interesses comuns e criaram laços de confiança e amizade, fortalecidos pela participação e criação de um espaço democrático, gerando relações e atos

econômicos. Aqui, lembramos o Fator “C”⁴¹ desenvolvido por Razeto (1993) como fundamento da Economia Solidária.

Quando falamos de coletivo, não desconsideramos a importância de fortalecer a subjetividade social sem subsumir a subjetividade individual. A ideia não é “[...] reduzir à equivalência e à indiferença as especificidades e as diferenças que fundam a personalidade, a autonomia e a liberdade dos sujeitos individuais.” Isto tem gerado confusão em relação à posição de Marx: “O conceito de classe, adotado por ele, visava precisamente contrapor à homogeneização reguladora do capitalismo a homogeneização coletiva dos produtores diretos.” (SANTOS, 1997, p. 242) Aqui, devemos considerar o processo dialético que propõe uma permanente reflexão crítica que deve se processar nestas duas dimensões simultaneamente, que visam o seu enriquecimento.

O que visamos, então, com a emancipação social? Precipuaente o processo de libertação.

Na perspectiva marxista, a emancipação implica a superação da condição da alienação e o atingimento do “Reino da liberdade”. E isso mesmo para os autores que radicalizam o seu posicionamento, de não haver possibilidade de emancipação enquanto não se supere o sistema capitalista, considerando se tratar de um processo em que serão valorizadas rupturas moleculares (GRAMSCI, 1987, 1989), formação de constelações emancipatórias (SANTOS, 2009) etc., lembrando que sempre será renovada a busca de novos estágios de libertação (DUSSEL, 1977, 1996) na perspectiva da maior humanização (FREIRE, 1983; MARX, 2010).

O projeto da Cadeia Solidária promove novas formas de organizar a produção e os fluxos de intercâmbio (MANCE, 2008), gerando relações humanas e de poder mais

⁴¹ “Fator C”: Na economia convencional, os diferentes fatores econômicos são integrados e submetidos às categorias de capital (fator K) e trabalho (fator L). Nosso “fator C” – assim denominado porque em nosso e em vários idiomas começam com a referida letra diversos termos com que podemos citá-lo, a saber: cooperação, comunidade, colaboração, coordenação, coletividade – consiste no fato de que um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente, no interior dessas unidades econômicas, efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica. “[...] O “fator C” significa que a formação de um grupo, associação ou comunidade, que opera cooperativa e cordialmente, proporciona um conjunto de benefícios a cada integrante e um melhor rendimento e eficiência à unidade econômica como um todo, devido a uma série de economias de escala, economia de associação e externalidades, implicadas na ação comunal e comunitária.” (RAZETO, 1993, p. 40-41)

harmoniosas, além de promover condições materiais e psicológicas para a reprodução ampliada da vida (CORAGGIO, 2007)⁴².

Propicia também condições de articulação com outros movimentos sociais, havendo o mútuo fortalecimento nas suas lutas e o reconhecimento político para reivindicar a superação das desigualdades e uma distribuição da riqueza entre todos os trabalhadores. Nesta concepção, não cabe a divisão social do trabalho em que um enriquece à custa dos outros, assim como acontece na relação sujeito-sujeito entre o homem e a natureza. (CORAGGIO, 2007, p. 166-168)

5.6.2 O processo emancipatório

Marx diferenciava os indivíduos dos animais por meio do ato laborativo. No entanto, este trabalho “[...] é tanto fundamento ontológico da sociabilidade humana como, em certas condições determinadas, a causa de estranhamento.” (IASI, 2010, p. 61) E, acrescenta:

Por conta dessa dualidade, o trabalho opera de formas distintas no sentido da emancipação, ora como mediação fundamental que leva à emancipação propriamente humana, ora como forma que se encontra na base de relações que mais distanciam o humano e fazem com que o universo das coisas submeta seus produtores, transformando-os, eles mesmos, em coisas reificando-os. (IASI, 2010, p. 61-62)

Mesmo não sendo a única forma de mediação, o trabalho constitui-se numa das principais atividades que tornam o ser “humano”, e é neste trabalho que ele transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades. No entanto, este ato tem algumas características especiais: trata-se de um ato coletivo, isto é, é resultado do esforço de um conjunto de indivíduos que, ao mesmo tempo que extraem, transformam e adaptam os recursos naturais às suas necessidades, produzem a si e às suas relações sociais.

⁴² Reprodução simples – “[...] não se refere à mera subsistência, à reprodução da vida biológica, senão que denota uma qualidade de vida biológica e social considerada moralmente como um mínimo social por debaixo do qual não deveria estar nenhuma unidade doméstica pertencente à sociedade sob análise.”

Reprodução ampliada da vida humana – Ao nível da unidade doméstica, uma situação de reprodução ampliada implica um processo em que, por em cima do nível de reprodução simples, verifica-se durante um período prolongado (por exemplo, uma geração), um desenvolvimento sustentável na qualidade de vida dos seus membros que “[...] contempla incluso em nível consciente dos desejos, acesso igualitário a um sistema de justiça, estar a salvo da repressão política, a violência física e psíquica, assim como outras fontes sociais de sofrimento não derivada de modificações nos recursos e relações econômicas.” (CORAGGIO, 2007, p. 166)

O modo de produção capitalista transforma esta relação, apropriando-se dos meios de produção, estabelecendo o que, de que forma e para que produzir, tornando o bem e o sujeito do trabalho em mercadorias, numa relação que Marx denominou de alienação. A partir do momento em que o sujeito deixa de produzir os seus bens diretamente, resta-lhe, para tentar as suas necessidades vitais, vender o único de que dispõe: a sua força de trabalho.

Este processo, já bem conhecido a partir da profunda análise que Marx realizou na sua obra *O Capital*, não tem se modificado, mesmo com as transformações ocorridas nos processos produtivos. Vale recordar a transformação do sistema fordista/taylorista para o toyotismo ou produção flexível que, embora amplie as capacidades a serem utilizadas pelos trabalhadores, a participação e o ganho de uma certa autonomia, ainda permanecem fortemente a lógica de controle e a assimetria distributiva que caracterizam o capital.

A questão que fica é a seguinte: é possível mudar esta lógica por meio dos empreendimentos de Economia Solidária enquanto estejam inseridos em um sistema hegemônico capitalista que envolve todas as relações de intercâmbio, determinando as relações sociais?

Conforme Gaiger (2004, p. 395), “[...] as empresas da economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representem a sua antítese e ameacem sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório.”

Para tanto, exemplifica com algumas respostas obtidas na pesquisa que deu origem à obra *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*, da qual foi organizador, a saber:

[...] ruptura das relações ancestrais de mando e subserviência, escape da pauperização material, emocional e intelectual dos trabalhadores, formação de comunidades de trabalho, desrecalque e reconstituição da subjetividade autêntica, recuperação de solidariedades primárias, espaço de expressão, recomposição do sujeito fragmentado, instauração de produtores livremente associados, nova cultura do trabalho e assim por diante.

Contudo, esta posição não é acompanhada por todos os pesquisadores e autores de referência da Economia Solidária. Dentre os autores da vertente socialista⁴³, Iasi (2010, p. 79) considera que: “Nenhuma ação pontual [...] no bojo da chamada acumulação flexível, seja nos mitos modernos ligados ao trabalho cooperativado ou em supostas empresas de “economia

⁴³ Istvan Mészáros, Henrique Novaes, Claudio Nascimento, Ricardo Antunes, Lia Tiriba, Neusa Dal Ri e Candido Giraldez Vieitez, dentre outros.

solidária” [...] avança nessa discussão um só milímetro.” E, complementa: “Não basta estabelecer relações ‘emancipadas’ [...], “a produção de mercadorias, a sobredeterminação da lógica do mercado e do lucro, as formas instituídas de propriedade e do direito burguês e as condições gerais de acumulação e reprodução do capital como forma determinante acabam por solapar a aparente negação particular.” (IASI, 2010, p. 80-81)

Por conseguinte, só seria possível pensar em emancipação, criando uma nova forma de sociabilidade e superando o trabalho estranhado, marca da ordem capitalista, por meio de um processo revolucionário. No entanto, seja por idealismo, seja por estratégia, os militantes, os apoiadores e os trabalhadores dos empreendimentos de Economia Solidária estão trabalhando em uma perspectiva de avançar por meio de resultados concretos que venham adensar o movimento, conquistando gradualmente legitimidade e força, necessárias para efetivar a pretendida transformação. Aqui, lembramos a guerra de posição de Gramsci, ou as condições de factibilidade proposta por Dussel, no sentido de ir avançado, tendo claro qual o objetivo a ser alcançado. Além disso, também não há plena concordância de que se tenha que existir um único sistema econômico, como atualmente se quer impor por meio do capitalismo. O andar do processo irá nos demonstrar qual é o desenho dos objetivos que deveremos alcançar na busca permanente do Ser Mais, em termos de humanização.

É neste sentido que o projeto da Cadeia Solidária está sendo conduzido. Se temos no trabalho o grande mediador do processo emancipatório e a educação como um aliada de peso, que repercute em todas as dimensões da vida, então o que vem a se constituir em trabalho emancipado?

Nos Anais da I CONAES (2006, p. 60), foram explicitamente registradas as condições necessárias para adotar essa classificação:

- I- **O trabalho exercido por livre opção**, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido;
- II- **O trabalho cujo produto seja de propriedade do trabalhador**, individual ou coletivamente, e não alienado pelo capital;
- III- **O trabalho como exercício de construção do sujeito**, de desenvolvimento de sua capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina;
- IV- **O trabalho que possibilita a realização pessoal do trabalhador**, seja pelo reconhecimento de seus pares, seja pela satisfação do bom uso de quem o recebeu, e não individualizado e desvinculado do destino final do produto;
- V- O trabalho que é **viabilizado pela redução crescente do trabalho necessário** pela democratização dos ganhos da produtividade e pela maximização do tempo disponível para o desenvolvimento dos potenciais individuais e coletivos superiores do ser humano (físicos, mentais e espirituais);

- VI- O trabalho que possibilita a realização de todos **os trabalhos que precisam ser feitos para reconstrução da vida** e não a fabricação desenfreada de mercadorias para a comercialização, ameaçando o trabalho;
- VII- **O trabalho como fonte geradora de conhecimento** é fundamental;
- VIII- O trabalho que **pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital** e a implantação da autogestão;
- IX- O trabalho que pressupõe o **fim da alienação do trabalho** e apropriação por quem a produz; e
- X- O trabalho que considera tanto a **esfera produtiva quanto a reprodutiva**, sob pena de excluir parcela ativa responsável pelo cuidado das pessoas. (grifo nosso)

Estas características são assumidas pelo que se denomina trabalho associado, o qual se constitui na forma mais livre, para que se realize a plenitude da emancipação social.

Nesse sentido, Tonet (2005 p. 106) se expressa: “É com fundamento nesta forma de trabalho (associado) que se construirá uma forma de sociabilidade plenamente livre, onde a auto-edificação humana encontrará diante de si um horizonte ilimitado.” Trata-se, então, de conquistar uma “liberdade plena”, isto é, [...] o grau máximo de liberdade possível para o homem – que o indivíduo tem como integrante de uma comunidade real [...]” (TONET, 2005, p. 107).

É lógico que não encontramos todas as caracterizações em igual estágio de desenvolvimento, nos empreendimentos que pesquisamos, mas é nesta perspectiva que as estratégias de implementação da Economia Solidária seguem trabalhando. Também é certo que esse ideário não está devidamente incorporado à subjetividade dos trabalhadores dos empreendimentos, porém é a partir destes objetivos que especialmente as entidades apoiadoras estão elaborando os programas de formação e de capacitação para os coletivos de trabalhadores.

Devemos notar que, desta maneira, está-se construindo “[...] um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo, caracterizando-se, portanto, como um processo revolucionário.” (I CONAES, 2006, p. 61)

5.6.3 As dimensões da emancipação social

É tido como um grande desafio ao tratar de conceitos, dado seu caráter qualitativo; portanto, propomos desdobrar o conceito de emancipação em aspectos mais “tangíveis” que facilitem seu entendimento e sua operacionalização.

Ao assumir este desafio, procuramos abranger o conjunto de tópicos (19) que, embora amplo, pode ajudar a caracterizar situações práticas em que se manifestem os aspectos abaixo relacionados. Mesmo assim, poder-se-ão ampliar ou restringir, como resultado da criatividade e de uma análise mais aprofundada de estudos que poderão ser efetuados no futuro.

Levamos em conta, para tanto, que a maioria dos aspectos que estariam neste construto (emancipação) estão sob o controle e arbítrio da gestão dos empreendimentos, exceção feita à Cidadania e à Cosmovisão do Bem-Viver, dimensões que decorrem de políticas de Estado e estratégias do governo.

Porém, é bom destacar que: 1) existe uma grande inter-relação entre estes aspectos, o que pode fazer com que, na análise que se venha a fazer, os efeitos de uns podem estar influenciando outros fatores; e, 2) embora grande parte deles, como registramos, pode ser materializado com a ação dos empreendimentos, não há dúvidas de que existem fatores do ambiente externo ou mesmo interno que poderão facilitar ou dificultar a sua realização (ex. políticas de governo, disponibilidade de recursos financeiros, humanos, tecnológicos, do empreendimento, ideologia, relações de poder etc.).

Para todos os efeitos, não encontramos, na revisão bibliográfica que fizemos, uma seleção de fatores que fosse tão detalhada e abrangente como este, portanto esperamos que se constitua em uma importante contribuição para as próximas investigações.

As dimensões já foram apresentadas nos Capítulos 3 e 4.

Devemos destacar que tomamos o cuidado de não dar um peso em demasia a um instrumento de avaliação, sendo nossas considerações fruto de três anos de acompanhamento do processo de construção da Cadeia, período em que foram aplicadas diversas técnicas e instrumentos de pesquisa, além de um permanente envolvimento como pesquisadores-participantes neste processo.

Partimos do pressuposto de que existe uma relação entre o agir do empreendimento sobre as dimensões presentes no projeto e a alavancagem no processo de emancipação social.

A proposta, então, é concluir qual é o nível de percepção dos trabalhadores sobre o processo de emancipação social que decorre, da ação do empreendimento sobre as dimensões presentes no projeto da Cadeia Solidária, reiterando as ressalvas de que pode haver outros efeitos que concorram para o resultado, assim como dimensões que possam ser melhor

percebidas e compreendidas pelos trabalhadores e, conseqüentemente, avaliadas de forma mais consistente.

Para tanto, foram analisados a incidência de cada dimensão presente no projeto (Capítulos 3 e 4) e seus possíveis efeitos gerados por si ou em combinação com outras dimensões, particularmente com a mediação da educação, que possam ser identificados, resultado de situações ou fatos geridos a partir do empreendimento ou decorrente de algum evento que tenha origem reconhecida e que não fique sob o controle do mesmo.

Em seqüência, faremos o registro das principais conclusões que caracterizam o potencial emancipador da Cadeia Solidária.

5.6.4 O potencial emancipatório da Cadeia Solidária

Tentar fazer uma síntese e emitir um parecer sobre um assunto como o da emancipação social não se constituem em uma tarefa fácil. Podemos pecar por ser demais críticos, deixando de lado os avanços que, mesmo incipientes, não deixam de ser importantes para o público com que estamos lidando. Nem tampouco cabe seguir a linha de que tudo está muito bem.

Entretanto, como pesquisadores, vemo-nos impelidos a tentar registrar e analisar de uma forma, o mais fidedigna que nos permita nossa capacidade, cientes de que estivemos acompanhando este processo, por longo tempo, o que nos permite ter uma certa autoridade para fazer algumas afirmações e mesmo se correndo o risco de poder serem feitas outras interpretações também importantes que venham a divergir de nosso ponto de vista.

Em termos gerais, percebemos que estamos inclinados a encontrar mais convergência na avaliação dos apoiadores do que nos trabalhadores, mesmo que estes sejam o centro de nossas preocupações. Portanto, como avaliação inicial, vemos que, em termos de emancipação social, neste momento, não se vai muito além de uma percepção de baixa intensidade. Dito de outra forma, consideradas todas as dimensões, umas mais e outras menos, não percebemos muitos avanços na condição dos trabalhadores para vir a assumir uma maior autonomia, a superação de seus condicionamentos, um ambiente de trabalho e de organização da produção caracterizado por grande parte dos valores e princípios propostos pela Economia Solidária, incluindo as práticas autogestionárias, cooperação, participação, diversidade, radicalidade democrática e integração com outros movimentos e lutas sociais.

Deixei, por último, os aspectos que considero mais complexos de serem tratados no atual estágio de desenvolvimento dos empreendimentos e dos seus trabalhadores, quais sejam: a tecnologia social, o Bem-Viver, a valorização do tempo livre, a cidadania, a recriação de uma subjetividade e de um novo sujeito coletivo, social e solidário que, além de não aparecerem indicações mais consistentes de sua existência nos empreendimentos, requereriam um preparo maior dos sujeitos da pesquisa para ter uma compreensão do alcance destas dimensões.

Temos, ainda, que tecer comentários sobre a grande ausente do projeto, ou seja, a dimensão de que mais se fala, mais se valoriza e pouco se pratica: a educação.

Não temos dúvidas de que, aqui, está a grande ausente deste projeto, a despeito de que se tenham realizadas algumas atividades e seja o produto mais ofertado pela ação das incubadoras.

O problema, entendo, não esteja tanto na quantidade de atividades, e sim no que ensinar, de que forma, com que intensidade e o tipo de contrato que deve existir entre as partes que participam do processo.

O projeto pecou por não dispor de uma estratégia clara do que deveria ser feito em nível de educação para o conjunto dos trabalhadores.

Fora a questão dos recursos serem escassos, parece difícil justificar o investimento em educação. Talvez porque este processo, para ser bem feito, deve partir de um diagnóstico profundo, ter-se a percepção de que se trata de uma projeto de longo prazo e que requer um claro compromisso de educandos e educadores, para não desistir no meio do caminho. Lembro uma das colocações de um dos trabalhadores que deixa expressa a sua clarividência neste particular (E28): *“A educação é como um remédio que precisa de tempo e continuidade para fazer efeito, não dá para parar o tratamento no meio.”*

São nestes momentos que se deve analisar, com rigor, o descaso que se dá ao conhecimento, à especialização de uma determinada área profissional. É isto que é constatado em diversas situações, inclusive a partir de depoimentos dos próprios trabalhadores, que desdenham o valor do conhecimento. Talvez seja resultado de terem sido excluídos pela falta da educação, porém estão atacando o alvo errado. Deveriam, sim, exigir e se comprometer com o acesso ao conhecimento e a elevação do nível de escolarização.

Em relação aos dados recolhidos na pesquisa, percebe-se que, fora as informações contidas nas análises feitas, surgem alguns comentários situados de que os esforços dispendidos no projeto começam a ter efeito nos trabalhadores e na sua busca pela emancipação. Dentre outros, destacamos: as cooperativas têm oportunizado melhores condições de vida para os associados; é visível o crescimento das pessoas, seu empoderamento com o passar do tempo dentro do grupo; alguns grupos começam a melhorar a sua condição financeira, e citamos, como exemplo, as cooperativas de reciclagem que têm feito contratos de prestação de serviços com prefeituras, decorrentes da evolução ocorrida, administrativa e operacionalmente, nos empreendimentos, como resultado do padrão organizacional exigido pela implantação da Cadeia Solidária; o reconhecimento do papel da educação e autonomia em diálogo com o processo emancipatório, e este como pano de fundo das demais questões abordadas do qual decorre que os associados e os empreendimentos, mesmo com dificuldades, estão bem melhor do que se não se tivessem formulado e implementado o projeto da Cadeia Solidária. E isto não se limita aos recicladores. As ERT's também, direta ou indiretamente, avançaram nos seus empreendimentos a partir da perspectiva de implementação deste projeto.

Todavia, ainda estão presentes alguns aspectos que devem ser superados para avançar no processo emancipatório, a saber: a dependência, ainda muito forte, do poder público; a relação com os apoiadores, que deve ser melhor aproveitada e assumida pelos coletivos; e a necessidade de avançar na construção de relações mais democráticas no interior dos empreendimentos, com espaços de participação autêntica. Devem-se acrescer um maior compromisso com os processos educativos, o preparo e o acesso às funções de dirigentes, a distribuição de ganhos mais equitativa, a disposição de melhores condições de seguridade e saúde para os trabalhadores e, finalmente, uma melhor articulação dentro do movimento da Economia Solidária e com outros movimentos. Este último aspecto demanda tempo e dedicação, visto que se trata de um processo político que requer tanto ou mais cuidado do que os assuntos econômicos do empreendimento. Ainda, colocaria também uma mudança fundamental na postura dos trabalhadores para não esquecer que se estão lidando com um empreendimento que precisa gerar resultados, portanto requer dedicação ao trabalho e investimento. Temos apontado, ao longo deste estudo, que participar de um EES requer dos trabalhadores um nível de comprometimento bem maior do que percebemos, por vezes, na relação de assalariamento nas empresas. Situação esta que pode ficar além das capacidades ou expectativas dos trabalhadores. Quando isto acontece, pode-se gerar, no trabalhador, um

sentimento de desvalia, de culpa por não conseguir alcançar os resultados esperados. Isto não exclui situações em que se fica bem caracterizado o descompromisso de trabalhadores com as responsabilidades assumidas coletivamente.

Mesmo sabendo que nem todos os trabalhadores percebem estas mudanças que, por vezes, não são tão evidentes, ou mesmo não são percebidas por despreparo ou descompromisso dos próprios interessados, o fato é que os avanços operados trazem benefícios para todo o grupo. As pequenas mas importantes transformações nos empreendimentos são demonstrações dos efeitos da construção da Cadeia. Nesse sentido, a pesquisa registra algumas destas mudanças percebidas nos empreendimentos, a saber: melhoria na participação nos processos decisórios, na liberdade de expor as ideias, a abertura para o diálogo, o acesso à informação, o respeito às diferenças, o relacionamento com a comunidade, as práticas cooperativas, o clima de confiança etc.

Em relação às transformações no comportamento das pessoas, as próprias respondem que melhoraram a sua auto-estima, sentem-se mais felizes, percebe-se melhor nível de conscientização, maior compromisso com as atividades e autonomia, dentre outros.

Mesmo desejando, intimamente, poder expor mais elementos para justificar uma percepção mais intensa do fenômeno da emancipação social, no coletivo de trabalhadores, não podemos deixar de notar que, se estas transformações ainda não são muito expressivas, entendendo que aqueles que estão inseridos nos EES, na Cadeia, estão bem melhor do que se estivessem fora, e não é apenas pensando na condição material.

Vejamos o depoimento de E26:

*Pode-se dizer que **houve pouca emancipação social por parte dos cooperados de maneira geral, mas houve grande avanço dentro da Cooperativa. Há participação democrática de todos os cooperados. Muitos quando chegam, ficam calados, não emitiam opinião e, com o passar dos dias, se integram ao grupo e passam a participar ativamente no dia-a-dia do galpão, dá pra perceber o crescimento deles nitidamente.** (grifo nosso)*

Colocamos o exemplo de uma cooperativa de reciclagem, pois fica bem perceptível o que denominamos de micro transformação, mas de grande valor, no processo de humanização no qual estamos investindo.

No final desta avaliação, desejaríamos compartilhar um depoimento de E19 que nos desafia para avaliar até que ponto temos o controle da situação e podemos definir objetivos para um processo de transformação como o da Economia Solidária, o qual se materializa por meio de projetos como a Cadeia Solidária, que, entendemos, mesmo utópicos para o atual momento, são realizáveis em uma perspectiva de meio e longo prazo.

Sobre as questões relacionadas ao Bem Viver e a subjetividade... Não vejo espaço para isso, considero uma vontade de quem estuda a temática. A possibilidade de trabalhar fora das regras das leis trabalhistas não necessariamente trazem benefícios. Abrir mão dos direitos dos trabalhadores (e a gente sabe que muitas cooperativas não conseguem garantir férias, décimo-terceiro, nem mesmo licença à maternidade), submete o trabalhador, que não é liderança, a condições precárias, principalmente pelo fato dele encontrar, muitas vezes, lideranças autoritárias ou donos do grupo... Portanto, associo que o bem-estar, a construção de um novo sujeito coletivo capaz de reconstruir uma subjetividade a partir do trabalho está distante da realidade das cooperativas que acompanhamos e tenho dúvidas se a economia solidária poderá, algum dia, melhorar essa condição, pois somos uma ilha dentro de um sistema que joga contra. Nesse sentido, a disputa e a reflexão precisa extrapolar o grupo, é econômica e política, e essa clareza ou identificação os grupos não possuem...

Eduardo Galeano se lembra de uma exposição feita por Fernando Aguirre (cineasta argentino) que responde ao seguinte questionamento: para que serve a utopia?

A utopia está no horizonte e sei muito bem que nunca a alcançarei.

Eu sei que se eu caminho dez passos, ela se afasta dez passos.

Quanto mais a procuro, nunca a encontrarei, porque ela vai se afastando na medida que me aproximo.

E, então, para que serve a utopia?

Para isso, para caminhar.

Acredito que, quando nos propomos a inserir, em um projeto de construção social como é o da Cadeia Solidária e, concomitantemente, desenvolver uma pesquisa como a que estamos realizando e, mais, quando se trata de uma pesquisa-participante em que, ao mesmo tempo em que fazemos uma análise crítica da realidade, participamos da sua transformação,

não podemos perder a condição de sonhar, mais ainda de construir utopias que estejam nesse horizonte em direção ao qual vamos nos encaminhar. As dimensões incluídas na citação não são, de fato, as mais fáceis de construir e visualizar, mas são aquelas que nos permitem sair da realidade que nos oprime e não nos dá condições de enxergar, mostrando-nos que há muito mais do que fazer do que apenas sobreviver. Há muito mais pelo que lutar, para fazer com que a vida valha a pena ser vivida. Pensar no Bem-Viver é pensar numa vida digna. Isto não implica devaneios de consumismo do chamado primeiro mundo; é poder viver com o equilíbrio entre os reinos da necessidade e da liberdade, conforme nos propugna Marx.

Pretender construir um novo sujeito social, coletivo e solidário, e recriar a sua subjetividade e colocar em, cada um de nós, a chama da esperança, pois não ver outra forma de vida diferente da que nós temos sob a égide do capitalismo é deixar de reconhecer a capacidade do ser humano de refletir, de se superar e de fazer boas escolhas.

Deixando um pouco de lado o tom mais visionário, sabemos que temos uma longa estrada a ser percorrida. Este projeto constitui-se em uma das paradas que nos permite avaliar o que é possível fazer no momento, questionarmo-nos se é compatível com as expectativas que se fizeram e, se necessário, fazermos as adequações para seguirmos em frente em uma perspectiva que seja emancipatória, que seja de humanização e que seja de libertação das pessoas e do coletivo.

E, nesse sentido, lembro o pensamento de Iasi (2011, p. 42) que procura desmistificar a ideia de que só posso pensar e transformar a minha percepção sobre as possibilidades da realidade após ter resolvido as condições materiais:

Isso não deve levar à compreensão de que a transformação revolucionária se dá materialmente e só depois é que o universo das ideias vai se transformando automaticamente. Essas esferas combinam-se, ainda que preservada a determinação material, de forma que a luta das **ideias e a capacidade de uma classe revolucionária apresentar suas concepções e valores, como os valores do conjunto da sociedade, antecipam-se e preparam o terreno para transformações revolucionárias.** (grifo nosso)

6 BALANÇO E PERSPECTIVAS

Neste capítulo, faremos um balanço dos resultados obtidos até o momento no projeto da Cadeia, destacando as experiências que podem servir de referência para novos empreendimentos em Economia Solidária, especialmente na construção de novas redes e Cadeias produtivas. Procuraremos, como também o fizemos ao longo do trabalho, dar voz a quem vem dando materialidade ao projeto. Assim mesmo, tentaremos, ao menos sumariamente, registrar alguns objetivos já comprometidos na coordenação que darão sequência aos trabalhos de implementação na Cadeia Solidária.

6.1 O QUE FOI FEITO

Em grande parte, já foram apresentadas muitas das realizações do projeto da Cadeia Solidária. Mesmo assim, fazemos um resumo para dar uma dimensão do que hoje representa o projeto, que tem um pouco mais de três anos de existência.

Começamos, então, pela estrutura organizacional que foi criada a partir da Cadeia Solidária.

Foram constituídas cinco centrais de cooperativas (pólos), sendo três em condições de operar a curto prazo (entrada em operação prevista no 1º. Semestre/2015) e duas que estão em fase de implantação. Estas Centrais já dispõem de toda a infra-estrutura (operacional e administrativa) para transformar as garrafas PET em *flake*. Além disso, organizaram-se para realizar vendas conjuntas de outros materiais recicláveis. Várias dessas cooperativas (hoje 23, com expansão provável para 53 unidades), que fazem parte da rede, eram associações que foram transformadas em Cooperativas de primeiro grau.

A Coopima está em processo de retomada plena das atividades, após quatorze anos, tendo feito, em 2013, uma prova onde foram testados equipamentos e trabalhadores que garantem as condições de operar com a estrutura disponível, com alguns ajustes no processo e nos equipamentos para transformar a matéria-prima reciclada.

O projeto da Coopima compreende dois “*clusters*”, um nacional e outro binacional. Este último integra a Cadeia Solidária e o nacional, fazendo parte de uma outra Cadeia que compreende também recicladores e empreendimentos que utilizem fibra sintética como

insumo produtivo ou como produto para consumidor final. Desta forma, estar-se-ia recuperando não apenas uma empresa, e sim todo o setor têxtil pelos trabalhadores, os quais têm na Coopima a única indústria especializada em fibra *polyester* do Uruguai.

A Coopertêxtil foi também um projeto de recuperação de empresa pelos trabalhadores e opera, ininterruptamente, desde sua transformação em cooperativa. Está aguardando a fibra PET para poder começar a fazer os testes e a desenvolver os primeiros produtos, na condição de membro da Cadeia Solidária. Têm-se verificado boas possibilidades de colocação destes produtos, dentro da Cadeia, em cooperativas de vestuário e junto a grandes clientes dos setores automotivo e calçadista.

As Cooperativas de Vestuário já foram cadastradas e aguardam os insumos (tecidos PET) para fabricar produtos, tais como: peças de cama e mesa, calçados, mochilas, guardapós, tapeçaria etc. para os quais já se dispõem de protótipos.

Para o gerenciamento da Cadeia, foram desenhadas e vivenciadas as Coordenações Geral e Ampliada, que, com a entrada em funcionamento, deverão ser institucionalizadas, em definitivo, para gerir a operação da Cadeia Solidária.

Para conhecermos a finalidade e funcionamento, assim como a referência deste mecanismo de coordenação em relação à Justa Trama, incluímos um trecho do depoimento de E1:

*É fundamental, pois **senão um elo vai estar pensando pelos outros**. Então, acho que toda essa construção da Justa Trama, que também tem representantes de cada elo, que tem reuniões três vezes por ano presenciais e, depois, ela tem essas comunicações que nem a gente faz com a cadeia do PET, que é via e-mail, e o telefone a articulação. Ela é fundamental, essencial, porque **senão** você tem partes que estão aqui, constroem tudo, depois elas ou levam pronto para aquele outro elo, ou então ele acaba criando uma crise com esse elo. Então, em toda construção, estão juntos. É a estratégia que se tem. É no momento difícil e num momento fácil, tem que se estar aí pensando junto para que todos possam ganhar com essa construção. [...]*

O diferente é que a Justa Trama criou uma pessoa jurídica onde todos fazem parte, portanto o elo final da comercialização se faz por essa entidade

representada por todos. Por que não avançamos nisso na cadeia do PET? Não avançamos, porque a gente não pode fazer isso, nós temos que mudar a lei no Brasil. A gente não poderia montar uma central com Uruguai presente. A outra razão é porque nós não temos, ainda, um amadurecimento para ser feito. Mas eu acho que não devemos desistir dessa ideia, não. Porque assim, e, esse talvez seja neste momento, ele não está tão focado. Mas, quando chegar todo o processo de produção, nós vamos ter ele como um ponto que pode virar conflito, se não trabalhar direito. (grifo nosso)

Tem-se, ainda, de uma Coordenação em que se articulam as atividades das Centrais. Gradativamente, com o início das atividades, esta coordenação terá uma importância estratégica para o funcionamento da Cadeia Solidária e também junto à rede de cooperativas, pois, com a Lei do PNRS, surgem grandes possibilidades no setor da reciclagem.

Para orientar o funcionamento desta estrutura, foi elaborada uma Declaração de Princípios da Cadeia Solidária, que orienta a tomada de decisões da Cadeia e dos empreendimentos no que, de alguma forma, pode interferir no seu funcionamento.

Do ponto de vista geo-econômico-político, a Cadeia envolve dois países – Brasil e Uruguai –, dois Estados – Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, e um conjunto de cidades e regiões onde estão localizados as 25 cooperativas vinculadas ao projeto, com a participação dos poderes públicos das diversas esferas de governo, de entidades educacionais, de ONGs, de Sindicatos etc.

Em termos de investimentos, a Cadeia Solidária recebeu recursos financeiros da ordem de sete milhões de reais vindos dos governos federal e estadual, fora todos os valores e tempo dedicado de servidores públicos na articulação do projeto. Não existe, no país, outra ação de Economia Solidária diretamente para o empreendimento.

Na área da educação, foram realizados dois programas para os trabalhadores da reciclagem: um voltado para a capacitação em aspectos gerenciais e operacionais para aqueles que participaram das Centrais e outro de assessoria técnica voltado para atender a demandas específicas de cada pólo, tendo sido realizados pela Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos – UNIJUÍ e pela Escola Mesquita do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre, respectivamente.

Os empreendimentos tiveram, ainda, o apoio de incubadoras universitárias e de outras entidades, principalmente em atividades de cunho educacional.

A Coopima, por exemplo, tem previsto, com aporte de recursos públicos do INAFOT, capacitar gente nova nos processos, com cooperados experientes, com conhecimento do processo produtivo da fibra *polyester*. As entidades do movimento cooperativista e o Programa de Extensão da UDELAR apoiam as ações deste projeto.

Em torno de mil trabalhadores estão envolvidos diretamente no projeto da Cadeia Solidária.

Este projeto é reconhecido pelo seu caráter de inovação social, nacional e internacionalmente. Já foi levado a Cuba, Itália, Espanha, Canadá e, recentemente, foi convidado para ser apresentado em um evento mundial da OIT.

6.2 AS INOVAÇÕES DA CADEIA SOLIDÁRIA

A própria construção da dinâmica de Cadeia Solidária é percebida como uma inovação. Segundo E1:

*A maior inovação dela é tu fazer com que as pessoas, elas pensem, elas reflitam e pensem sobre as suas possibilidades. Eu falo isso de trabalhadores da economia solidária de empreendimentos. Da economia solidária, que pensam e acreditam numa Cadeia do peixe, do papel, das frutas nativas, então essa é a inovação. Essa integração entre os vários setores e sentir que não está se disputando um com o outro, que a soma e o entrelaçamento de um elo com outro, ele fortalece essa cadeia. Ele se fortalece, e esse é um bom caminho; então, por que acho que ele **traz uma tecnologia social**, importante de ver, porque no sistema organizado, como está o sistema capitalista, não tem outra saída. Porque também você pode equipar as cooperativas e associação de catadores para fazer a coleta seletiva com melhor qualidade. Tudo bem, isso melhora a vida do catador, melhores condições de vida, mas ele está desequilibrando uma coisa do ponto de vista econômico? Não está, muito pelo contrário: quanto com mais qualidade de ele entregar o material, mais vai ganhar o atravessador e a indústria. Esse está se olhando de ponta a ponta. Eu acho que é um impacto importante e que o que **Paul Singer sempre fala o***

trabalhador se desalienar, não pensar só naquilo que ele faz, mas ele tem que se apropriar do que outro faz, no que o outro faz, no que outro faz...

*E lá ver como Coopima funciona. E lá vai conhecer. Você precisa ver o dia que nós fomos a Coopertextil com os trabalhadores da Cadeia do PET, não imaginava o que é a fiação, o que é uma carga, o que é um tear que faz a produção no final. E, ao mesmo tempo, esses trabalhadores conhecerem uma cooperativa de catadores. Isso, acho, de fato, que a gente deve fazer. **A consciência de uma classe que precisa estar integrada.** (grifo nosso)*

A Cadeia Solidária, ainda, trouxe a aplicação do conceito do preço justo, os mecanismos de coordenação e de redistribuição de ganhos e os processos de inter-cooperação, como marcas do projeto.

6.3 OUTROS RESULTADOS OPORTUNIZADOS PELA CADEIA SOLIDÁRIA

Em consequência do projeto da Cadeia Solidária, foram desenvolvidas outras ações relevantes, a saber:

- A construção de duas plantas de beneficiamento de plástico flexível, em fase de implantação;
- A organização dos recicladores do Uruguai;
- A organização de Cooperativas de Recicladores de Cooperativa e autônomos no Estado do Rio Grande do Sul;
- A integração entre os Recicladores de Uruguai e do Rio Grande do Sul;
- O Projeto de criação de um Centro de Formação de Profissionais especializados na fabricação de fibra de *polyester* no Uruguai;
- A construção das cadeias do peixe, do osso, da lã, das frutas nativas, tendo como referência a configuração da cadeia do PET;
- Desenvolvimento de projeto na área de logística reversa de equipamento eletro-eletrônicos, na linha de especializar e agregar valor ao trabalho das cooperativas;
- Ampliaram-se o número de cooperativas com contratos nas prefeituras para coleta seletiva e convencional; e
- O acesso a novas fontes de financiamento, como é o caso do Programa Cataforte 3, sustentado por várias autarquias federais do Brasil.

Em termos da academia, embora importante a elaboração da presente tese, consideramo-na um produto no conjunto de realizações que um projeto desta envergadura possibilita; portanto, vale incluímos também:

- A elaboração de artigos que estão sendo apresentados em diversos congressos no País e no Exterior;
- O compartilhamento de informações com dois estudantes: um de Portugal de Mestrado em Economia Social e Solidária pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e o outro de Escócia-Glasgow, doutorando pela Universidade de Cambridge;
- A participação de docentes e estudantes ampliando o seu conhecimento e experiência na área;
- A inserção na Rede ITCP, divulgando esta experiência em diferentes encontros regionais, nacionais e, proximamente, em livro;
- As diversas atividades de capacitação e formação para as equipes das incubadoras que participam deste projeto;
- A participação do Fórum de Recicladores do Vale do Rio dos Sinos, acompanhando os trabalhos e produzindo juntos momentos de reflexão;
- A participação da Conferência Regional de Economia Solidária;
- A participação no Curso de Especialização em Tecnologia Social na Universidade de Campinas; e
- A implementação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a primeira no Instituto Federal do Rio Grande do Sul do Estado e a terceira em termos de Brasil.

6.4 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CADEIA SOLIDÁRIA

Para responder a esta questão, auxilio-me dos depoimentos de lideranças que foram entrevistadas:

E1-

Eu acho que o maior ensinamento que essa Cadeia traz é o que ela é para todos, que a economia solidária é para todo o setor econômico, seja aquele que a sociedade capitalista jogou para fora, excluiu. Ele pode se organizar e se reerguer num lugar dentro da economia como uma economia diferenciada.

Acreditar. O maior ensinamento é acreditar, tal a capacidade que tem os trabalhadores quando eles decidem tocar e se sentem identificados com essa ação. É por essas coisas que, por mais que tenhamos momentos difíceis, tem que se acreditar nisso, porque tem resposta, tem resposta daqueles que estão na ponta. De acreditar e buscar mecanismos de não desanimar, de persistir que é a mesma coisa.

Coopetsinos estava lá e dizia a todo mundo, cobrando, eles param, sentam, organizam, assina e toca em frente. A vida não é sempre parelha. Ela não é sempre boa, maravilhosa, tudo andando. Tem momento de baixa, momento de desânimo, têm momentos difíceis dentro cooperativas. E nessas dificuldades não se pode perder as perspectivas novas, diferentes. E acho que, sobretudo, a cadeia do PET chega dar uma perspectiva que ela pode conflitar com muita gente, inclusive com os trabalhadores mesmo e de quem trabalha com esses trabalhadores. É de fazer com que eles saiam dessa situação de catador, mas que eles não saem dessa categoria. Deles fazerem um trabalho com mais qualidade sem deixar de estar trabalhando com os resíduos sólidos e no processo posterior. (grifo nosso)

E5-

Que é possível. Talvez seja um dos principais ensinamentos desse projeto. Sim, se pode, que não é um sonho, que não é algo feito nos princípios cooperativos, que lemos em algum livro. Que sim, se pode. É, isto não tem requerido muito em nível de coordenação, nem tem requerido muitos recursos.

*A Cadeia do PET põe trabalhadores a construir um processo de um impacto fundamental na construção de uma nova economia, de uma outra economia. As cooperativas de base, na cadeia do PET, onde o cooperativista, quem conhece seu processo produtivo, quem trabalha cotidianamente, **trabalha lado a lado com o técnico, mas a sabedoria é da produção, da cotidianidade.** Como disse Cecilia Matonte, que é engenheira e disse que: **o que eu aprendi da fibra, aprendi aqui.** Então, eu me lembro, numa das reuniões da cadeia do PET, coisas que me ficam gravadas e foram aprendizados de verdade para a vida. Não só de acreditar neste sonho de outra economia. Numa reunião em*

Porto Alegre, quando se apresentou o estudo do SEBRAE, e praticamente as cooperativas de base disseram aqui falta isso, não funciona tal coisa, e a gente disse uay! Eu sou uma profissional que terminou a universidade, tenho lido obviamente o ensino de Paulo Freire, encantava-me escutar Paul Singer, e isto é verdade, é assim. Não está somente nos livros. Há uma sabedoria que vem do trabalho mesmo, que a autogestão potencializa, multiplica, que se pode assentar numa cátedra em processo produtivo e que abrange, na sua proposta, uma revolução na sociedade na maneira de viver que é global, que não tem que ver somente com o trabalho. Como diz Sarachu, que em vez deles, a universidade, ao invés de oferecer ajuda, são eles que a recebem. Mas onde é que se aplica isto de que, de verdade, o conhecimento é levado à academia, o conhecimento que vem de baixo. Isto é uma experiência da perseverança deles, o otimismo permanente. O não aceitar de porquê não colocamos uma assinatura, não tem valor. O alto valor ambiental desse processo. O poder falar a uma sociedade inteira que se fortaleça mais adiante, para poder dizer, para poder combinar uma coleta separada, uma atitude diferente quanto ao consumo, isto tem uma potencialidade revolucionária esta cadeia. Nós, quando a apresentamos em Itália e contamos isto, acharam quer era algo revolucionário. (grifo nosso)

Como vimos ao longo do trabalho, tem sido uma preocupação demonstrar como os trabalhadores percebem a educação como mediação para realizar os objetivos do empreendimento e, especialmente, como potencial emancipatório do projeto. Também nos utilizamos de outro depoimento de um dos responsáveis pelo projeto para responder a esta questão (E1):

Há duas coisas: uma é a educação formal. Realmente: imagina quando esses catadores estudarem, seja até quarta série que seja, até o segundo grau que seja, seja aonde for. Se eles tivessem certamente a possibilidade de saber como fazer uma planilha de custos, como se faz um registro de uma reunião, como é essa coisa que pudesse ajudar colocar com alguém que está pensando um negócio, e não somente para poder ter dinheiro hoje, para comer hoje; com certeza, ele olharia isto de uma outra forma. Infelizmente, a nossa educação formal está bem longe de preparar qualquer cidadão para se colocar como um empreendedor da economia solidária. Ele pode se colocar como

empreendedor de uma empresa, de uma microempresa, mas não de um trabalho coletivo, na construção de uma economia diferenciada.

E não existe possibilidade dessa cadeia dar certo e de nenhum empreendimento da economia solidária dar certo, se não tiver um processo de educação, de formação. Porque ontem nós estamos em Tramandaí e até uma das discussões era essa. Nós temos um sistema que te leva a esse lado. E nós temos a economia solidária, quer te levar para outra visão. Isso tem que ser feito um processo de educação permanente, senão o capitalismo te recupera, e ele te leva para o outro lado. E, aí, você desanima, larga fora procurar outra atividade ou, então, você não tem sonho e, aí, você se acomoda, cai no vazio, no desânimo que é atividade econômica, e nenhuma perspectiva, então, tem que ter formação permanente. E eu acho, para essa Cadeia, foram importantes os momentos.

Nós ainda estamos num estágio de conseguir as condições para que, num segundo momento, a gente consiga atrair esse público para uma formação de um novo sujeito, que pense diferente, como foi conduzido a pensar. Trabalhar melhor e pensar melhor. (grifo nosso)

Será que, depois deste depoimento, podemos acrescentar algo a mais?

6.5 OS ASPECTOS NÃO PLANEJADOS

Nós percebemos que não houve um planejamento muito rigoroso que propiciasse o seu acompanhamento sistemático ao longo da execução. Na verdade, tinham-se alguns objetivos e, na medida em que ia avançando o projeto, eram efetivados e, eventualmente, ajustados e acrescidos ou excluídos outros em função das necessidades. Esta pode ser uma das causas de que não se colocou, como demanda, desde o início, um plano educacional que desse o suporte necessário para que os trabalhadores pudessem realizar o projeto sem muitos sobressaltos.

E1-

Me surpreendeu a lentidão com que as prefeituras tocaram os seus compromissos. Isso, por exemplo, em 2011, achei que isso não seria um problema. Porque, assim, se isso fosse um problema, elas não deveriam ter disputado, muito pelo contrário. Até previa que a gente tivesse que ir e

convencer as prefeituras para abrigar um negócio desses. E isto continua acontecendo até agora. Agora, para definir onde ia a ser o pólo da fronteira, duas prefeituras estavam disputando e colocando toda a infra-estrutura necessária à disposição. Acho que isso não imaginava que fosse acontecer.

Quando a gente fala que é um Cadeia binacional que envolve dois países, que envolve dois estados, do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, isto seria um projeto a médio ou longo prazo. A gente o quer como um projeto a curto prazo. E, então, dentro disso, o balanço do ponto de vista operativo a minha avaliação é que ele nos está desgastando pelo operativo, porque está sendo demorado, sobretudo porque a gente não conseguiu fazer um trabalho forte de sensibilização das prefeituras parceiras. É um esforço como qualquer outra coisa. E ele não poderia ser tratado como qualquer outra coisa como está se fazendo. Ele tinha que ser olhado pelas prefeituras como uma prioridade por uma exigência de um plano nacional, por aquilo que significa esse público pelo impacto que pode estar dando. E, ali, eu acho que a gente teve um erro que, de fato, não conseguimos trazer para o centro da cadeia, no sentido da operação que ele precisa fazer. (grifo nosso)

Sem dúvida, o componente político, especialmente partidário, fez-se presente como uma variável que, em alguns momentos, atrapalhou o andamento do projeto. Seja por eventuais diferenças das agremiações políticas, seja pelo entendimento diverso que se tem em relação à estratégia que devia ser adotada em relação à gestão dos resíduos sólidos, seja mesmo por motivações “duvidosas” de governantes que não priorizam o interesse da sociedade, algumas prefeituras não tiveram o mesmo engajamento demonstrado pelo poder público nas instâncias federal e estadual.

Podemos ver, também, dificuldades nas relações da ERT's com seus respectivos governos. Percebe-se alguma dificuldade em tratar este projeto com potencial de viabilizar um setor – reciclagem – onde, até ontem, os trabalhadores desta categoria não tinham acesso às modalidades de operação com maior valor agregado. Para se ter uma ideia, as prefeituras, de forma muito reservada, aos poucos, estão admitindo a necessidade de pagar pelos Serviços Ambientais (PSA) aos trabalhadores, exigência da PNRS, por exemplo, os relativos a serviços de triagem aos recicladores. Limitavam-se apenas a descarregar a coleta seletiva e/ou

convencional, criando pequenos “lixões” nos galpões das cooperativas, achando que o ganho da venda dos resíduos comerciáveis seria razoável.

6.6 O QUE PODIA TER SIDO MELHOR DESENVOLVIDO E O PONTO ALTO DO PROJETO

Consideramos, em geral, que o projeto foi e está sendo bem gerido. Não obstante, percebe-se, como já foi registrado, a ausência de uma estratégia mais elaborada na área de educação, bem como um projeto de execução mais detalhado.

Vejamos, então, depoimentos de trabalhadores que tiveram e terão boa participação na execução do projeto da Cadeia Solidária:

E13-

No que respeita à capacitação, a educação, como tal, exigia um plano de capacitação, ou de formação, ou de aprendizagem mais dirigida; aí, também, por agora está fraccionado. Não há um fio condutor. Acredito que os que têm avançado mais têm sido as cooperativas de catadores com convênio de FDRH-UNIJUI, como algo mais armado, como estruturado, como formação, como capacitação. O que há, agora, está fraccionado com os catadores.

No Uruguai, em Coopima, nesta primeira fase, não vai ver muito tempo para capacitação, porque a prova vai ser um período de cinco semanas. Mas logo está se pensando uma formação muito mais estruturada que pensamos, e inclusive temos falamos com Coopima e a Federação das Cooperativas de Produção, tem que abordar aspectos tanto desde o negócio, a gestão econômica, financeira, mas também a gestão produtiva, operar as máquinas, operá-las bem e também da gestão coletiva, que é muito importante, que é uma debilidade deste coletivo que tem sua idade, que são mais velhos. Inclusive, não se está pensando um intercâmbio mais de formação enquanto da gestão coletiva, grupal, a questão produtiva, o tema da qualidade, de todo o processo produtivo. (grifo nosso)

E18-

O que está se propondo, um avanço na Cadeia produtiva e, para ti avançar na Cadeia produtiva, o teu elo tem que estar bem. Não tem como avançar na Cadeia produtiva, se teu elo inicial não está bem feito e o seguinte. E, aí, essa compreensão que falta um pouco ou faltou dentro desse projeto, que é essa visão de processo, de sistema. Pensar a Cadeia produtiva desde aqui até lá. E a gente tem essa lacuna, como fazer isso um desafio enorme. Não há como pensar na Cadeia solidária binacional do PET somente a partir do pólo que vai lá e beneficia o flake. Não tem que pensar da sua base desde sua organização interna, desde aonde que chega o material para ela, como é que é processado; qual é seu padrão de qualidade nesses procedimentos internos até chegar à Central e seguir o fluxo dessa Cadeia produtiva. (grifo nosso)

O ponto alto do projeto, nas palavras dos protagonistas:

E1-

Agora, acho que o maior saldo positivo que a gente tem é com os catadores. Eu fico imaginando, sabe, se não existisse a Cadeia do PET, o que que nós teríamos no Estado: uma disputa entre jeitos diferentes de estar tocando a ação, não teria unidade entre os catadores, seriam muitas experiências pontuais de uma ou outra cooperativa atuando e ficando, no máximo, no foco de fazer a coleta seletiva. E olha só o avanço que se teve, por mais que estejam ainda fragilizadas, porque acho que a fortaleza ainda vem quando começar a operar como central. Puxa, hoje a gente tem quatro centrais constituídas. O pessoal teve que sair um pouco de seu entorno para fora, pensar a região. Tem um laço de amizade grande entre os catadores, um laço de cumplicidade, de unidade também, que ultrapassou a organização que estava apoiando; a ONG que está apoiando as cooperativas ultrapassou até uma certa visão de fonte de recursos. Sabe, conseguiu dar esse elo de unidade e, agora, está chegando na quinta que é a da fronteira que, para mim, era uma coisa para outra gestão. Nós não íamos nem entrar nisso. (grifo nosso)

E1-

Eu acho que a Cadeia PET foi uma construção importante para o governo de Política Pública. Não tem hoje, no governo, quem não saiba desta cadeia e,

falar dessa cadeia, tem que falar de economia solidária. Tem que falar de catador, desse trabalhador, que não é no sentido de estender uma política pública de assistência: é no sentido do Estado estar presente num setor econômico e fazer com que ele se desenvolva.

E isso está provocando muito as prefeituras para discutir uma lei de apoio à economia solidária, criar um espaço de economia solidária, construir casas, poder olhar a economia se organizando de uma outra forma, e isso dá um entusiasmo muito grande. Pensar que é um marco que você consegue fazer com recorte de uma ação, puxar todos os outros temas que eles são importantes. Essa integração internacional com Uruguai. Se começar tudo de novo, não se poderia perder esse ponto de vista. Isto te coloca numa perspectiva de dizer que a economia solidária não tem limites. Não é na discussão, não nas ideias, é na prática, na vida prática de integração de cadeias. E isso derrubou um monte de conceitos e pré-conceitos para construir, de fato, uma sociedade diferente, e que ela é possível. Possível com as suas dificuldades, mas a gente vai tocando com uma boa aplicação também do recurso público. (grifo nosso)

6.7 O QUE SERÁ FEITO

Em relação à Cadeia, já está programada, para o início do ano, dar sequência à articulação da quarta fase do projeto com as cooperativas solidárias que irão fabricar produtos para o consumidor final.

A curto prazo, pretende-se reunir os empreendimentos da área de confecção e começar a pensar produtos, abrir mercados, porque, na hora que isto estiver funcionando, já se terá a negociação avançada sobre onde podem ser colocados os produtos.

Naturalmente, deve-se fortalecer o início do processo de produção, ter as Centrais bem organizadas e com lideranças mobilizadas e as coordenações geral e ampliada, assim como a dos pólos, funcionando a pleno. Ainda, registro a implementação dos mecanismos de redistribuição de ganhos ao longo da Cadeia, aspecto que marcaria também pelo ineditismo.

Há, também, uma expectativa para se integrar as outras Cadeias em rede com a do PET como uma perspectiva de fortalecimento do setor da Economia Solidária.

Dentro da reciclagem, ainda, existem outras cadeias sendo construídas. Além dos pólos de plásticos a que já nos referimos, há a cadeia do vidro, a qual pode estar em funcionamento no ano que vem.

Não temos como esquecer a necessidade de investir nas diversas formas de fazer educação, reforçado com o estímulo à elevação da escolaridade. Far-se-ão, também, reuniões com os coletivos para analisar os resultados desta pesquisa, na perspectiva de problematizar algumas situações presentes nos EES que dificultam o normal desenvolvimento do projeto. Além disso, sensibilizar os coletivos para adotarem metodologias de sistematização de experiências que ajudem no seu próprio crescimento, como no conjunto da Cadeia.

Será um ano muito difícil, com ajustes necessários, que deverão ser feitos tanto nos aspectos operacionais, quanto nos estratégicos. Fica bem nítido, nos depoimentos, que alguns pressupostos, em que havia um certo entendimento tácito, evoluíram para outros significados, o que não quer dizer que estejam errados. Isto é, na medida em que se acerca o dia “D” do início das operações, os empreendimentos começam a rever posições que, mesmo não tendo caráter definitivo, merecerão novas avaliações pelo conjunto dos participantes.

Um exemplo claro disso é que os empreendimentos da Cadeia já expressaram que a mesma não se pode fechar em si mesma e admitem se relacionar com o mercado. Esta situação surge, porque não há como garantir que a Cadeia absorva, desde o início, toda a produção dos elos, assim como, havendo diferença de preços da Cadeia para o mercado a favor deste, poderá ficar a dúvida sobre a quem se dará a preferência de fornecimento. Este falso dilema será resolvido pela Declaração de Princípios, pelos contratos a serem assinados entre as partes e, principalmente, pelas coordenações que terão representantes de todos os empreendimentos. Porém, este e outros assuntos farão parte da complexidade normal de uma Cadeia produtiva operando.

Vejamos estes dois depoimentos em que aparecem, com diferentes perspectivas, a lógica de relacionamento da Cadeia com o mercado:

E27-

*Eu acredito nessa **Cadeia**, mas só que também **acredito que ela não vai poder ficar fechada no elo**. Lógico, é importante que cada elo, que é uma cooperativa, mas o lado econômico é que vai determinar... De um lado, de*

alguma forma que a gente vai ter que também se ajustar [...]. Tem que ser só entre nós, tem que garantir o ganho entre nós. Acho que vai ter que ser mais conversad, porque não é simples, e a gente, infelizmente, nós estamos num País capitalista. Acho que essa Cadeia vai funcionar assim, respeitando o elo, cada um fazendo a sua parte, mas elas vão ter que abranger mais coisas que talvez não está inserido, só em parte, em empreendimentos autogestionários. (grifo nosso)

E18-

Esta discussão, internamente, dentro na cadeia produtiva do PET, está se discutindo o controle obreiro mesmo, desde início ao fim. Como é que vai funcionar? Como que não vai funcionar? Como é que vai ser? Aí, eu acho que o principal desafio dessa próxima etapa, a partir de agora, e um desafio permanente é a gente conseguir a visão do mercado, que a gente trabalhe a partir da cooperação e da solidariedade, e não da competição e do individualismo. Acho que isto é um principal desafio. E, aí, eu acho que a formação tem que estar sempre junto, sempre analisando, refletindo e vendo como vai dando espaço para não perder de vista qual é nosso norte nesse projeto. (grifo nosso)

Com as observações feitas ao longo do trabalho e neste capítulo em particular, consideramos o balanço da conta de desafios, mas também de variadas conquistas. Como registramos, dias mais difíceis virão, mas acreditamos no acúmulo de experiência que se tinha e com o que foi agregado nestes anos, e as articulações feitas em todos os âmbitos não deixarão muita margem para a possibilidade de correremos maiores riscos de que a Cadeia não se materialize.

7 CONCLUSÕES

Neste capítulo, pretendemos responder, sumariamente, como foram realizados os objetivos previstos nestes estudo e tentar concluir se a afirmativa – **É possível avançar no processo de construção da Cadeia Solidária que promova melhorias, principalmente na condição sócio-econômica-política-cultura dos coletivos de trabalhadores, apoiadas em mediações educacionais orientadas por uma perspectiva emancipatória** –, tomada como pressuposto da investigação, confirmou-se.

Em consequência, partiremos da análise de cada um dos objetivos específicos estabelecidos para desenvolver a análise da função da educação como mediação para a construção da Cadeia Solidária Binacional do PET e a emancipação dos coletivos de trabalhadores.

Em relação à identificação das mediações educativas presentes no cotidiano dos empreendimentos e órgãos de coordenação da Cadeia, verificou-se que, salvo duas atividades realizadas e os espaços de participação (principalmente assembleias) gerados pela exigência legal da configuração jurídico-organizacional de uma cooperativa, não houve maiores destaques sobre ações educativas. Ressalvo, apenas, de grande valor pedagógico, as reuniões da Coordenação Ampliada e Geral da Cadeia.

Fora estas atividades, já foram registradas, pontualmente, outras modalidades de ações, em geral não planejadas, e que decorrem das circunstâncias da operação dos empreendimentos. Neste sentido, acreditamos que, com a intensificação de reuniões de sistematização de experiências nos coletivos, conseguiremos fazer com que os trabalhadores percebam a riqueza e potencial de aprendizagens que decorrem das relações/práticas sociais que se desenvolvem dentro e fora do ambiente de trabalho.

Não podemos registrar os esforços das incubadoras que acompanham os empreendimentos, mas entendo que devam ser revistas as suas estratégias de atuação e, principalmente, integrar as suas intervenções com as demais que, muitas vezes, concorrem pelo espaço nos empreendimentos.

Acreditamos que as técnicas utilizadas para identificar e avaliar estes aspectos foram suficientes para embasar tais conclusões.

Em relação à análise da capacidade e dos limites da educação para a superação dos principais entraves presentes na construção da Cadeia, tendo presente os argumentos apresentados, concluímos que o grande déficit deste projeto, até o momento, é a educação. Lembramos, uma vez mais, que o entendimento de educação não se limita às ações planejadas (mediações extrínsecas) quanto aos momentos educativos oportunizados em decorrência da forma de organizar as relações de produção (mediações intrínsecas). Em relação a esta segunda modalidade, o problema se relaciona a dois aspectos já apontados, quais sejam: 1) a baixa percepção dos trabalhadores sobre a relevância dos momentos educativos oportunizados em uma organização autogestionária; e 2) a falta de maior frequência de momentos de reflexão provocados pelos apoiadores, partindo de situações-problemas identificadas. Neste último aspecto, podemos inserir também a referida metodologia de sistematização de experiências.

Pode parecer um contrasenso falar de ausência da educação, como um aspecto determinante, quando o projeto avançou sem grandes investimentos nesta área. No entanto, queremos fazer notar que estamos tratando de um empreendimento que quer se estruturar dentro dos princípios solidários, portanto em busca da emancipação dos trabalhadores. É nesse sentido que não foi aproveitado o potencial transformador da educação. Além disso, estamos apostando que, se chegamos até aqui desta forma, podemos seguir em diante sem o aporte da educação. Entendemos ser um erro compartilhar deste posicionamento, porquanto já temos um conjunto de aspectos importantes que deixamos na trajetória feita, que podiam ser solucionados ou, ao menos, melhorados com a educação, e não se fez. O que vem pela frente são desafios ainda maiores. Não vemos como dispensar a relevante contribuição que a educação possa dar ao empreendimento da Cadeia e especialmente aos trabalhadores, na perspectiva de que se tornem sujeitos sociais, coletivos e solidários, essenciais para a construção de identidade dos que constroem, cotidianamente, a Economia Solidária.

Desejaríamos tratar dos limites, mas estamos, ainda, na perspectiva de conseguir realizar o potencial da educação. Podemos afirmar que, sem risco de supervalorizar a educação, em todos os limites apontados para o projeto, caberia propor a educação como um dos elementos que contribuiria, em maior ou menor grau, para sua superação. Este aspecto precisa ser reforçado junto aos coletivos, no intuito de sensibilizar, aos que ainda não avaliam adequadamente, sobre o papel da educação no projeto.

Da mesma forma, precisamos ajudá-los também a ter uma clara percepção sobre as possibilidades que encerram o projeto da Cadeia Solidária para a melhoria das condições de trabalho (e de vida). Apesar de já se ter avançado em resultados concretos nesse sentido, nas pesquisas realizadas para elaboração da tese, tem-se confirmado que os trabalhadores não percebem ainda o projeto como uma grande oportunidade para a superação das condições sócio-econômicas.

Por tudo o que temos apontado, mesmo ponderando as restrições existentes, no balanço geral, o resultado é de superávit para os trabalhadores. Em que residiria, então, esta falta de compreensão do alcance do projeto? Podemos começar com a educação e sua falta de investimento, o que é agravado pelo baixo nível de escolaridade, principalmente dos recicladores e, damos sequência, com a concentração das informações nas lideranças, aspecto muito presente nas diversas análises feitas. No entanto, podemos avançar para outros aspectos mais complexos que puderam percebidos em um primeiro momento, que são os condicionamentos, os quais marcam a personalidade ao ponto de dificultar uma compreensão adequada da realidade que está sendo vivenciada.

Para tanto, faremos um relato sumário que consideramos muito elucidativo desta situação registrada no Diário de Campo:

Tivemos uma experiência muito concreta quando visitamos uma das unidades-sede de um dos pólos que transformará o PET em flake; isto consideramos um grande avanço para o setor e um passo, podemos dizer, gigante para a vida dos recicladores, que começam a visualizar um horizonte, vem mais atrativo para suas vidas.

Duas trabalhadoras nos apresentaram as instalações, destacando o que faziam, como era feito e onde realizam seus trabalhos, dentro outros aspectos.

Cabe notar que, até esse momento, tudo o que estava sendo falado dizia respeito às atividades de coleta, triagem e enfardamento dos materiais, tarefas normais numa usina de reciclagem. Passando pelos maquinários instalados, mas não operando ainda, não fizeram as trabalhadoras quaisquer menção, o que nos chamou a atenção, posto que aí estava plantada a semente do futuro que entendo promissor para esta categoria, isto é, integrar uma cadeia que envolva todas as fases do processo. Perguntamos, para dirimir nossa

“curiosidade”, que eram esses maquinários? Responderam, imediatamente, “Ah, são os equipamentos para processar as garrafas”. Recebida esta resposta seca e sem comentários adicionais, seguimos em frente, conhecendo aí, sim, uma grande área construída, que disseram ser aproveitada, eventualmente, para fazer pequenas confraternizações e assim por diante.

Só comparando o tamanho do relato e o espaço ocupado pela resposta dada em relação ao maquinário, observava-se claro que não tinham a menor noção do que isto significava para elas, para a reciclagem e para o movimento da Economia Solidária. Fazíamos, naquele momento, uma retrospectiva na nossa memória de tudo o que tinha acontecido nos últimos três anos e, conhecendo um pouco da história da reciclagem, consideramos incompreensível a postura destas trabalhadoras, em um processo evidente de alienação.

Neste caso, podia-se alegar, a favor das trabalhadoras como atenuantes, o fato de não terem participado do planejamento, assim como do acompanhamento da instalação da unidade de processamento. Mesmo sendo possível que isto tenha ocorrido, o fato de ter uma linha de produção montada no ambiente de trabalho no mínimo deveria despertar a curiosidade dos cooperados. Além disso, seria inexplicável que, decorrido um longo período, como citamos, do início do projeto de construção da cadeia, não houvesse quaisquer tipos de comunicação a este respeito, assim como participações em reuniões e atividades de capacitação realizadas localmente para sua divulgação.

É aqui que podemos entender o Rebellato nos fala dos condicionamentos, que atingem o inconsciente das pessoas, que podemos interpretar também pelo lado da ideologia e de outras formas de compreensão de como as pessoas perdem o senso crítico, sem ter consciência disto.

A educação, mas não qualquer educação, tem que ter a condição de abrir a perspectiva da conscientização, de contribuir para superar condicionamentos, de, em suma, ajudar-nos a nos libertar destas amarras que, por vezes, sequer são reconhecidas pelos próprios sujeitos.

Finalmente, neste objetivo, também propomos apontar as contradições e os desafios. Começamos pelos últimos: os desafios que enfrentamos e que teremos daqui em diante.

Preferimos, neste caso, colocar que houve uma grande cumplicidade de todos os envolvidos para superar os limites, sejam quais eles fossem. Com alguns percalços, o projeto

foi andando. Podia ser melhor, menos desgastante, sem dúvidas. Contudo, estamos tratando de um projeto social, o qual não foi organizado e executado como um projeto. Como registramos, o mesmo foi se construindo partindo de ideias-forças e foi agrupando ações que convergiam para que os objetivos fossem se materializando.

Em consequência, os desafios começaram pela falta de um projeto melhor elaborado e seguiram pela complexidade de lidar com públicos dos mais diversos que se associam mais pelo compromisso das pessoas e, eventualmente, das instituições às quais representam. Nesse sentido, podemos afirmar que foi uma experiência ímpar, especialmente para quem tem uma referência do contexto empresarial, e que encontramos um projeto deste porte, que tem mais valor nas relações que se constroem por meio das pessoas do que nos acordos assinados entre as partes. Todavia, não podemos esquecer que se assinaram termos de compromissos entre os governos de Uruguai e do Rio Grande do Sul, mas que, na prática, valeram para legitimar as inúmeras reuniões que os empreendimentos fizeram ao longo destes três anos. Para não subestimar estas articulações, basta dizer que o Presidente do Uruguai participou da inauguração da Central Coopetsinos em Novo Hamburgo. Outros eventos que merecem registros foram as ações do Governo do Rio Grande do Sul, junto ao Governo de Minas Gerais e às Prefeituras onde se sediariam os Pólos de transformação do PET.

Não alongando a análise do que foi realizado em relação a este objetivo, não poderíamos deixar de registrar dois aspectos que já foram apontados no corpo do estudo, como contradições do projeto. Ficaremos apenas em dois questionamentos, a saber: o porquê de criar uma Cadeia que tenha como insumo o PET e o porquê de pensar em avançar na construção de Cadeias que, por vezes, mostram-se mais vulneráveis pela sua relação com a economia de mercado.

Sem entrar em detalhes do que já foi tratado em relação ao primeiro questionamento, chegamos à conclusão de que, com nossa ação isoladamente, o resíduo PET seguirá existindo enquanto for viável economicamente para as empresas. Portanto, trata-se de um problema ambiental grave, que poderá ser contornado por algum tempo com o trabalho dos pólos que estão se instalando. Em relação ao segundo questionamento, que está associado ao primeiro, temos que registrar que esta matéria-prima tem origem em indústria de grande escala de produção (indústria de embalagens de bebidas principalmente) e tem possibilidades de reaplicação por meio de processos industriais de grande escala também. Não seria suficiente

pensar em resolver o problema do resíduo do PET, por meio de pequenos empreendimentos ou atividades artesanais.

Por outro ponto de vista, enquanto durar esta situação, vai se resolvendo, além de um problema ambiental, um problema social, especialmente o dos recicladores.

Também se vai aprendendo a gerir um empreendimento, inclusive de porte, em todas as suas fases, que é por demais importante para o desenvolvimento dos trabalhadores.

Deixamos, propositalmente, três questionamentos, de que já tratamos, mas que caberia aprofundar em um outro momento: o porquê de querer recuperar uma empresa na mesma concepção daquela que faliu?, no caso das ERT's; o porquê de construir um empreendimento não sustentável?, um dos princípios da nova economia; e será que é possível manter os princípios da Economia Solidária, como eles foram idealizados, em empreendimentos de grande porte? Lembramos, neste último questionamento, a experiência do Grupo Mondragón, na Espanha, que se diz empreendimento solidário, mas reconhecidamente funciona como uma grande corporação empresarial.

O objetivo de esboçar um modelo que ajudasse na interpretação dos fatores micro e macro (perspectivas local-global) – sócio-político-cultural – que são determinantes na dinâmica do processo de transformação social, de fato, ajudou-nos a entender a complexidade na qual estávamos inseridos, especialmente para entender as relações entre as diversas dimensões do projeto e os ambientes onde orbita o projeto da Cadeia.

Em relação à análise da relação da educação com as demais dimensões presentes no projeto e seu impacto no processo de emancipação dos coletivos de trabalhadores, pensamos que demos uma boa contribuição, elaborando um construto do conceito de emancipação social o qual permitiu analisar as mediações da educação, junto com a incidência das dimensões no projeto e sua alvancagem para ter uma percepção da intensidade em que se deu este fenômeno (emancipação social) nos EES da Cadeia.

Como se trata de um projeto de longa duração, alguns aspectos mais complexos poderão ser entendidos e percebidos com o tempo, o que valoriza o modelo adotado, porquanto está aberto a novas contribuições que possam ser realizadas por outros pesquisadores, dando mostras do potencial do trabalho realizado.

Não encontrei, do muito que pesquisei, uma abordagem de emancipação, do ponto de vista, de operacionalizar do conceito, tão amplo como o que conseguimos formular.

Fora esta questão de defesa metodológica, entendemos que o resultado caracteriza bem o estágio de desenvolvimento do projeto e dos coletivos de trabalhadores e, em certa medida, o da Economia Solidária real, não a que se apresenta nos documentos e literatura que visa institucionalizar o desenho oficial da Economia Solidária.

Resumidamente, as dimensões mais compreendidas e presentes nos EES da Cadeia foram percebidas com maior intensidade do que as tidas como mais complexas e que requerem maior tempo de maturação para serem percebidas. O nível de criticidade na avaliação, como já registramos, foi menor nos trabalhadores do que nos apoiadores, o que precisa servir para qualificar as estratégias que estes últimos estão implementando.

Sobre a análise de outras transformações decorrentes do projeto da Cadeia Solidária que dão sustentação ao processo de emancipação, no qual estudamos a nova organização, o novo sujeito social, coletivo e solidário, e a inserção da concepção do Bem-Viver, como uma estratégia de reprodução ampliada da vida, entendemos que a que mais ficou evidente foi a que tratou da nova organização. A proposta de construção da Cadeia é a que potencializa os diferenciais da Economia Solidária se comparado a um empreendimento isolado. Como esta já conseguiu resultados concretos, pode ter contribuído para alavancar o processo emancipatório.

O novo sujeito social, coletivo e solidário exige um projeto e investimentos em educação, em todas as suas modalidades, o que sabemos que não aconteceu de forma satisfatória. Além disso, mesmo com a existência de um Plano de Educação, precisamos colocar esta formação como um dos objetivos, senão isto não vai acontecer. Portanto, isso ficará para ser analisado noutro momento e como observação para formular estratégias educacionais condizentes com as reais demandas dos trabalhadores, à luz do que se propõe para a Economia Solidária.

Também é bom lembrar que este objetivo deve ser resultado de uma ação mais ampla que transcende o empreendimento; portanto, está vinculado também ao avanço das relações com o movimento da Economia Solidária e demais movimentos sociais.

Finalmente, em se tratando da concepção do Bem-Viver, temos que pensar também em uma cumplicidade com todos os trabalhadores, não apenas do empreendimento, mas também do movimento da Economia Solidária. Oficialmente, a cosmovisão do Bem-Viver está contida nos documentos e resoluções do CNES, portanto podemos dizer que estamos amparados por reflexões importantes que vêm do próprio movimento da Economia Solidária. Entretanto, cada empreendimento e os da Cadeia não podem ser exceção: devem fazer a sua parte para materializar os princípios da Economia Solidária e, por consequência, dos propostos pelo Bem-Viver.

Certamente, das dimensões propostas na pesquisa, esta é uma das mais complexas para ser analisada pelos trabalhadores, visto que envolve aspectos externos e internos ao empreendimento. Logo, trata-se de uma dimensão que requer uma avaliação mais ampla, procurando compreender, como tentamos mostrar, a origem e a intencionalidade destas estratégias que têm um caráter de totalidade, repercutindo não apenas nas nossas vidas, como nas de muitos trabalhadores no mundo afora.

Em relação aos pressupostos que tínhamos no início da investigação, podemos concluir que:

Quanto ao seguinte pressuposto:

-a baixa inserção dos valores da Economia Solidária nos empreendimentos e o déficit educacional existente, junto com o perfil atual do trabalhador, constituem-se em principais entraves da construção da Cadeia, verificamos que:

- Neste particular, apenas relativizaríamos a intensidade da redação deste pressuposto, colocando que o baixo investimento em educação e a reduzida inserção dos valores da Economia Solidária, senão os principais, são dos mais importantes entraves para a construção da Cadeia, pelo menos se consideramos tratar-se de uma Cadeia Solidária. Não podemos absolutizar esta condição, tendo em vista que a Cadeia, mesmo com estas carências, andou.

Quanto ao seguinte pressuposto:

-a orientação das ações educativas pode contribuir significativamente para o processo de conscientização e superação dos condicionamentos a que estão submetidos os coletivos de trabalhadores, verificamos que:

- Sobre ele, cabe dizer que ficou ainda na condição de indagação, pois a falta de uma maior presença da educação, somado ao estágio de desenvolvimento organizacional e cultural dos empreendimentos, não propiciaram condições para avaliar e confirmar eventuais transformações nos trabalhadores indicadas no pressuposto.

Quanto aos seguintes pressupostos:

-a combinação do trabalho associado com a educação constitui-se em fator de relevância na busca da emancipação humana; e

-as práticas autogestionárias podem se constituir em fator de integração e de coesão dos coletivos de trabalhadores, nos empreendimentos e nos órgãos de governança (coordenação), no processo de construção da Cadeia, verificam-se:

- Entendemos que tais pressupostos se verificam na realidade dos empreendimentos, porém não em um grau de intensidade elevada. Consideramos também cedo para ter uma avaliação, em definitivo, mesmo decorridos três anos do projeto. Trata-se de transformações que carregam componentes de cultura importantes, por isto requerem investimento expressivo em ações educacionais e o exercício dos valores do trabalho associado e autogerido, para que se incorporem à subjetividade do coletivo de trabalhadores e passem a ser vistos como características identitárias. Em relação aos empreendimentos, as cooperativas de reciclagem têm-se aproveitado melhor das práticas autogestionárias do que as ERT's da Cadeia. As coordenações (geral e ampliada) da Cadeia têm vivenciado estes princípios nesta primeira fase de implantação e se espera que se intensifique, ainda mais, com a entrada em operação. A ampliação dos espaços da autogestão contribui para a integração e a coesão do coletivo, pela troca de informações e ganhos de confiança que esta prática propicia entre os participantes.
- Finalmente, a emancipação humana, como observamos, é resultado de uma combinação mais ampla de dimensões, tendo na educação, na sua função mediadora, a principal alavancadora do potencial educativo transformador das demais dimensões do projeto.

Quanto aos seguintes pressupostos:

-é relevante, para efeito de compreender o potencial de emancipação do projeto, conhecer a evolução operada pelos trabalhadores na sua subjetividade a partir de seu ingresso nos empreendimentos e da perspectiva de constituição da Cadeia Solidária;

-as relações de poder existentes nos empreendimentos devem ser compreendidas à luz do processo de emancipação do coletivo de trabalhadores; e

-na perspectiva da emancipação, é fundamental conhecer o papel que exercem e a orientação das entidades apoiadoras e, particularmente, do Estado pelo seu protagonismo na construção da Cadeia, verificam-se que:

- A evolução da subjetividade, as relações de poder existentes, quanto à orientação das entidades apoiadoras, não são suficientes para compreender o processo de emancipação operado.
- Como já tratamos, a recriação da subjetividade é uma dimensão complexa para ser assimilada pelos trabalhadores dos EES da Cadeia e não apenas por eles. Basta ver que, para tratar deste assunto, precisamos compreender por quais concepções de mundo, sociedade e de pessoa que os sujeitos se orientam. Logo, ver de que forma, dado um determinado perfil de sujeito que nos caracteriza como social, coletivo e solidário, precisamos formá-lo e criar ambientes e relações que reforcem esta cultura, configurando uma nova subjetividade social e que passa a ser também do sujeito como indivíduo. Também, neste caso, requer-se um certo tempo também para poder checar que se houve, efetivamente, a transformação da subjetividade e de que forma isso contribuirá para o processo de emancipação.
- As relações de poder, especialmente aquelas que determinam formas de opressão ou dominação, também afetam o processo emancipatório. Observamos que, em vários EES da Cadeia, é percebido este tipo de relação assimétrica, em que o poder é utilizado para subjugar os próprios colegas trabalhadores. Mesmo em situações em que isto não se constitua em uma estratégia predeterminada de um grupo ou de uma pessoa, para se aproveitar desta condição, a falta de desvelamento desta situação faz com que as pessoas ajam sem ter consciência, reproduzindo os mecanismos de opressão que assimilaram neste ou noutros ambientes.
- As expectativas e as orientações das entidades apoiadoras podem, sim, interferir no processo de emancipação. Já tivemos oportunidade de registrar que, tanto a visão assistencialista, como a soberba, mesmo que não seja proposital, de quem se é

percebido como detentor de conhecimentos mais valorizados, pode gerar uma relação de dependência, que em nada contribui para o desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores. Esta última situação, por vezes, é identificada nas intervenções das entidades de apoio.

- O Estado, seja na esfera que for, mesmo com a interlocução de militantes que, porventura, estejam nos governos, o que pode atenuar os efeitos, normalmente exerce tutela sob aqueles que recebem recursos ou participam de algum programa assistencial, também pode distorcer os objetivos da emancipação social.
- As entidades de apoio, incluindo o Estado, ao menos nos últimos três anos, em relação às Centrais e às Coordenações da Cadeia, se houve algum impacto, este foi favorável, no sentido de contribuir para melhores condições gerais dos trabalhadores e, por conseguinte, para o processo de emancipação social.
- Certamente, nas cooperativas de base analisadas isoladamente pela condição de precariedade sócio-econômica que apresentam, os trabalhadores devem se sentir mais afetados e, de alguma forma, com dificuldade de promover a sua autodeterminação.
- Nas ERT's da Cadeia, pelo histórico e perfil dos trabalhadores, estes aspectos não são tão destacáveis, não se verificando tantos condicionamentos como nos trabalhadores das cooperativas de reciclagem.

Quanto ao seguinte pressuposto:

-a despeito de autores marxistas que consideram que somente se pode pensar na Economia Solidária ou de outra alternativa ao capitalismo quando se processe uma ruptura com a ordem do mercado capitalista, o que somente poderia se realizar por meio de um processo revolucionário, entendemos que, além de não estarem presentes ainda as condições para a referida situação, ela não será fruto de um ato isolado que irrompe no cenário político para uma nova era. Portanto, acreditamos que o crescimento da Economia Solidária, o adensamento e a representatividade que adquirem no sistema econômico e junto à sociedade, ao longo do tempo, podem dar, sim, elementos para sustentar o processo de transformação por ela propugnado, verifica-se que:

- Mantemos a perspectiva do pressuposto, enfatizando que é o máximo a que podemos aspirar neste período da pesquisa. Não houve, todavia, o embate da Cadeia em funcionamento com o mercado. Não tem como se blindar a Cadeia de seu relacionamento com o mercado. Também vale registrar que precisamos dar sequência

ao processo de adensamento da Economia Solidária, e a construção de Cadeias é uma das estratégias, portanto temos que seguir neste caminho e estarmos preparados para enfrentarmos os desafios que venham a surgir.

- Como referimos oportunamente de outra forma, o sistema capitalista cria mecanismos para desmobilizar alguma ação mais violenta que coloque em risco a sua perpetuidade. O máximo que fará é oferecer algumas concessões sem perder de vista os seus princípios. Portanto, salvo em situação de extrema instabilidade social, fomos doutrinados a “não pegar no fusil” e a sentarmo-nos, como povo civilizado na mesa de negociação. Então, a revolução não acontecerá, pelo menos por enquanto, e podemos avançar via reformas, mesmo que não se transformem os fundamentos que causam as desigualdades no seio das sociedades.

Quanto ao seguinte pressuposto:

-é imperioso dar atenção à necessidade de superação das precárias condições materiais de vida para um contingente cada vez maior de excluídos, para os quais há urgência de encontrar soluções concretas, sem abrir mão de lutar por mudanças estruturais que venham a coibir a realimentação deste processo de exclusão, verificou-se que:

- Entendemos que isso está sendo alcançado com o processo da construção da Cadeia, ao menos em termos de condições materiais. Em relação ao objetivo político de lutar por transformações para não realimentar o processo de exclusão, nem este projeto, mesmo em estágio avançado, poderia resolver esta questão. Por tal motivo, temos que enfatizar que a falta de engajamento do EES da Cadeia com os movimentos sociais é um ponto frágil para avançar nesta estratégia e que deve ser levado em conta na perspectiva de sua superação.

Por derradeiro, devido aos resultados alcançados, confirmamos o pressuposto expresso no início do capítulo, o qual nos orientou na investigação e no exercício do papel de pesquisadores-participantes.

A Cadeia Solidária, em que pesem as várias finalidades que a orientam, tem, na superação da precariedade material, uma de suas prioridades. Não é suficiente para pensar em um processo emancipatório, mas pode ser o início, até para que os próprios trabalhadores se convençam de que é possível e se engajem de corpo e alma neste projeto. E, para tanto, mesmo quase ausente, a educação se constitui em um entrave ou, ao menos, diminuiu as

possibilidades para avançar mais no processo, o que, por si só, confirma a sua importância, como previsto neste pressuposto. Como temos registrado, a falta da educação foi decorrência de um planejamento precário que não deu o espaço que esta dimensão merece, ao mesmo tempo em que há o não reconhecimento por parte dos trabalhadores de momentos de cunho educativo, o que deverá ser corrigido com ações das entidades de apoio que explicitem o potencial de aprendizado contido em vivências do cotidiano da vida e do trabalho.

Finalmente, cabe fazer o registro da nossa conclusão quanto à experiência como pesquisadores no processo de construção da Cadeia. Em primeiro lugar, acreditamos que, além de confirmar muitos destes pressupostos, trouxe-nos também muitas perguntas que tentaremos ir respondendo com o tempo, produzindo outros textos talvez com mais isenção, decorrente do tempo de afastamento dos acontecimentos e da não necessidade de cumprir com os requisitos de uma tese que, ao mesmo tempo, são desafiadores e limitantes.

Entendemos, como já expusemos, que a tese foi um produto desse processo, e que as experiências acadêmica e pessoal foram além do que tivesse previamente imaginado alcançar no curso. Justifico esta afirmativa, porque a elaboração da tese nos exigiu um trabalho e aprendizado intensos, colocando-nos em contato com autores, obras, propiciou-nos a aproximação com inúmeras pessoas de grande valor, as quais certamente marcaram e terão uma importância significativa na sequência de nossas vidas.

Os aprendizados, que não foram poucos, colaboraram para qualificar as nossas atividades como educadores e pesquisadores, aprofundou a nossa visão da realidade social, política e econômica em que estamos inseridos, sensibilizando-nos sobre o compromisso ético de cooperar no esforço de construir um mundo em que valha a pena se viver e, principalmente, oportunizou-nos reflexões que ajudarão a nos tornar melhores como pessoas.

Sentimo-nos gratificados, porque, muito além do que aprendemos, participar de um processo de construção social, como o de uma Cadeia Solidária, é uma oportunidade ímpar, acrescentando, no nosso caso, o fato de abranger os países que fazem parte da nossa história.

Em sequência, apresentamos algumas alternativas que poderão se constituir em futuros temas de pesquisas que tangenciamos, mas que não tínhamos condições de avançar, dado o recorte que o trabalho exigiu e o tempo de que dispúnhamos para a sua realização.

Matriz formativa dos dirigentes: Com esta denominação, queremos registrar a importância do resgate dos processos de formação de dirigentes que foram realizadas na década de 70-80, no continente e no Brasil, visando à formação de lideranças, com uma matriz de princípios e valores, que constituíram o perfil de muitos militantes que passaram pelos movimentos sociais, e parte deles contribuiu para a materialização da Economia Solidária. Por várias razões, isto se foi desmobilizando e ficou como um exemplo de formação política que hoje sentimos falta nos EES. Naturalmente, como toda experiência, deve ela ser resignificada ao atual momento, mas achamos fundamental, porque se percebe um processo de despolitização importante nos movimentos sociais, o que faz muito bem aos detentores do poder.

Formação das novas gerações: Talvez, de forma complementar, mas como uma estratégia que pode ser diferente, entendemos importante preparar as novas gerações no universo da Economia Solidária. O cooperativismo tem feito isto muito bem ao longo do tempo, mas centrado nas atividades do campo. Achamos que há um espaço importante no meio urbano, onde a cultura capitalista é ainda mais concentrada. Portanto, acreditamos que se possam trazer as experiências, como das colônias, quando preparavam os jovens não apenas para o trabalho, senão para a vida. Todavia, hoje as instituições religiosas fazem isto no interior, mas com menos condicionamentos do que acontece no meio urbano, onde se exacerba o assistencialismo e se ampliam mais do que liberam o sentimentos de dependência e de incapacidade para superar os desafios da vida.

Gestão dos empreendimentos solidários: Entendemos que, aqui, há um espaço significativo para desmistificar de que tudo o que conhecemos em termos de administração não se aplica aos empreendimentos solidários. Temos graves problemas de gestão nos EES e não sabemos lidar com questões mais complexas; portanto, antes de sair inventando conceitos, técnicas e ferramentas gerenciais, valeria a pena fazer um estudo para desideologizar este conhecimento, que não é patrimônio exclusivo das empresas.

Certamente, há outros assuntos que poderíamos indicar, mas consideramos estes como relevantes e urgentes para avançar no desenvolvimento da Economia Solidária.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/ELETRÔNICAS

ADAMS, Telmo. (2010). **Educação e economia solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Ideias & Letra.

_____. (2013). **Reflexões sobre o processo e resultado da pesquisa Educação Popular e Economia Solidária**: mediações entre formação ético-política e técnico produtiva, pesquisa/A formação em economia solidária: reflexões sobre as experiências do CFEs/Sul e ITCP's/Região Sul. Texto base Encontro do Grupo de Pesquisa em 11 de dezembro de 2013 – Unisinos.

ACOSTA, Alberto. (2012). **O Buen Vivir**: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTEL, Dawid Danilo. **Um campeão visto de perto**: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed.Heinrich Böll Stiftung 2012, pp.198-216 Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final_2.pdf> . Acesso em: 30 set. 2014

ADORNO, Theodor W. (1995). **Palavras e sinais**. Petrópolis: Vozes.

_____; HORKHEIMER, Max (1947). **Dialética do esclarecimento Fragmentos Filosóficos**. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/umarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf> . Acesso em: 2 set. 2014

ALIMONDA, Hector. (2012). **Desarrollo, posdesarrollo y “buen vivir”**: reflexiones a partir da experiência ecuatoriana. In: **Crítica y Emancipación**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Año IV, no. 7, CLACSO Buenos Aires, ene-jun 2012, pp27-58 Disponível em: <http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/CyE7.pdf> Acesso em 30/10/2014

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. (2010). **O conceito de hegemonia**: Gramsci a Laclau e Mouffe. de Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 set. 2014

ANTUNES, Ricardo. (2002). **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: Pablo GENTILE, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3. Ed. São Paulo: Cortez/Buenos Aires, Argentina: Clacso, pp. 35-48.

ARROYO, João Claudio Tupinambá. (2006). **Economia Popular Solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

ARROYO, Miguel G. (1998). **Trabalho-Educação e Teoria Pedagógica**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 138-165.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho (2007). **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez.

BARREIRO, Júlio. (2000). **Educação Popular e Conscientização**. Porto Alegre: Sulina.

BARRETO, André Valente de Barros. (2003). **Cultura da Cooperação**: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). **Uma outra economia possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, pp. 287- 313.

BOSI, Antônio de Pádua. (2008). **A organização capitalista do trabalho informal**: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n.67, jun. 2008, pp. 101-116.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1981). **O que é educação**. 9ª. Ed. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros passos, 20)

_____.STRECK, Danilo R. (2006). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias e Letras

_____; WERTHEIN, J. (1983). **Educação Participativa**: Alternativas metodológicas. In: WERTHEIN, J.; GAJARDO, M. (orgs.). **Educação e Participação: Alternativas metodológicas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BRASIL. (2006). Decreto n. 5940, de 25 de outubro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. (2007). Lei Federal n.11.445, 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 11 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais de saneamento básico.- altera art.24, inciso XXVII da lei 8.666/93: dispensa licitação em caso de contratação para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. (2012). Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidaria. **Termo de Referência para Implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária-CFES**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=586&Itemid=1 Acesso em: 21/07/2014

_____. (2013). Lei Federal n. 12.305/2010 de 2 de agosto de 2010. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 03 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2013

_____. (2014). Secretaria-Geral da Presidência da República. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília.

BOTTOMORE, Tom. (2001). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZCEK, Slavoj. (2004). **Contingencia, Hegemonia, Universalidad**: Diálogos contemporâneos en la izquierda. 2ª. Ed., Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

CALDAR, Roseli Salette. (2002). **O MST e a formação dos Sem Terra**: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILE, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, pp. 125-144.

CANÇADO, Airton. (2004a). **Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular**. Disponível em: <<http://www.unieducar.org.br/biblioteca/Para%20a%20Apreenso%20de%20um%20Conceito%20de%20Cooperativa%20Popular.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014

_____. (2004b). **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASTELO, Rodrigo. (2012). **O social-liberalismo e a miséria ideológica do bem-estar**. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, pp. 46-77

CATTANI, Antônio David. (2003). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz.

_____. (2003). **Emancipação**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, pp. 130-135.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. (1998). In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em casa**: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-16.

CNES. (2006). **Documento final da I CONAES**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=332&Itemid=18 Acesso em: 30/10/2014

CNES. (2010). **II CONAES Documento final**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf Acesso em: 09/07/2014

CNES. (2012). **V. Plenária Nacional da Economia Solidária Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável Relatório Final**. Disponível em: [file:///C:/Users/Duilio%20Castro%20Miles/Google%20Drive/Nova%20pasta/Conaes/documnto_final_v_plenaria_es%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Duilio%20Castro%20Miles/Google%20Drive/Nova%20pasta/Conaes/documnto_final_v_plenaria_es%20(1).pdf). Acesso em 06/07/2014

CNES. (2012). **Diretrizes políticas metodológicas para educação em economia solidária. Recomendação No.8.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf>. Acesso em 09/08/2014

CNES. (2014). **Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão – Documento Final-** Brasília , Abril/2014
Disponível em: <file:///C:/Users/Duilio%20Castro%20Miles/Google%20Drive/Nova%20pasta/Conaes/Confer%C3%Aancia%20Tem%C3%A1tica%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria,%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Autogest%C3%A3o.pdf> Acesso em: 08/07/2014

COELHO, Kellen Da Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. (2012). **O olhar da revista brasileira de ciências sociais à dimensão organizacional dos movimentos sociais** Cadernos Gestão Social, V. 3, jan/jun, 2012, pp. 69-84, Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/210/pdf_19>. Acesso em: 02 jul. 2014

CORAGGIO, José Luis. (2007). **Economia solidária y subjetividade.** 1. ed. Buenos Aires: Altamira.

CRUZ, Antônio. (2013). **Autogestão e economia solidária: projetos societários, modos de regulamentação e meios de administração.**In: SCHMIDT, Carlos, NOVAES, Henrique T. **Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp 119-144

DAGNINO, Renato. (2010). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2.ed. Campinas, SP: Komedi.

_____. (2010). **Em direção a uma teoria crítica.** In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: ferramenta para construir uma outra sociedade.** 2ª.ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Komedi, pp. 175-220.

_____. (2012). **Elementos para uma avaliação das Incubadoras Universitárias de Cooperativas.** Outra Economía, vol. 6, n. 11, 184-197, julio-diciembre 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2012.611.08/1308>>. Acesso: em 09 ago. 2014

_____. *et al.* (2010). **Sobre o Marco Analítico – Conceitual da Tecnologia Social.** In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: ferramenta para construir uma outra sociedade.** 2ª.ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010, pp. 71-154.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. (2009). **Trabalho com princípio educativo e práxis político-pedagógica.** In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; DA SILVA, Vandei Pinto; MILLER, Stela. (Orgs.). **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações/organizadores.** Araraquara, SP. Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, pp. 253-305.

DANGEVILLE, Roger. (1978). **Marx, Karl e Engels Fiedrich**: Crítica da educação e do ensino. Moraes Editores: Lisboa.

DEL ROYO (2005). **Prefácio**. In: TONET, Ivo. **Cidadania e Emancipação Humana**, pp. 4.

DUSSEL, Enrique. (1977). **Introducción a una filosofía de la liberación Latinoamericana**. Colección Latinoamericana México: Extemporaneos.

_____. (1980). **La pedagógica latinoamericana**. Bogotá: Nueva América Editorial/Editor.

_____. (1986). **Método para uma filosofia da libertação latinoamericana**. São Paulo: Loyola.

_____. (1996). **Filosofia de la Liberación**. 4ª. ed. Bogotá: Editorial Nueva América.

_____. (2007). **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

ESCOBAR, Arturo. (2005). **El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social**. In: MATO, Daniel. **Políticas de economía, ambiente y sociedade em tiempos de globalización**. Caracas, Venezuela: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2005, pp. 18-31. Disponível em: <<http://cedum.umanizales.edu.co/mds/ch4/dsh/unidad1/pdf/E%20postdesarrollo%20concepto.pdf05>> Acesso: 30 set. 2014

_____. (2007). **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y desconstrucción del desarrollo Caracas, Venezuela 2007© 1ra. edición Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/218.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014

_____. (2010). **Uma minga para el postdesarrollo, Lugar, médio ambiente y movimientos sociales em las transformaciones globales**. Lima, Peru: Universidad Nacional Mayor de San Marco Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, febrero de 2010.

EIDELWEIN, Karen. (2011). **Economia Solidária: a produção de sujeitos (des)necessários**. Jundiaí, SP. Paco Editorial.

FAJN, Gabriel. (2009). **Empresas Recuperadas**. In: ESPANHA, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, pp. 193-197.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1975). **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean- Phillippe. (2006). **Ação Pública e Economia Solidária**. Porto Alegre: UFRGS.

FREIRE, Paulo. (1973). **Conscientización**. Bogotá: Asociación de Publicaciones Educativas.

- _____. (1980). **Educação como prática da liberdade**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1983). **Pedagogia do oprimido**. 13^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1992). **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1995). **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho d'Água.
- _____. (1996). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34^a. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2000). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp.
- _____. (2008a). **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2008b). **Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular**. Indaiatuba, SP: Villa das Letras.
- _____. (2011). **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14 ed. RJ: Paz e Terra.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza. (2008). **Conscientização**. In: STRECK, Danilo R., REDIM, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 99-101.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (1995). **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez.
- _____. (2004). **A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro**. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (orgs.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, pp. 275-290.
- FURTADO, Celso Monteiro. (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Círculo do livro.
- GAIGER, Luiz Inácio (2004). **As emancipações no presente e no futuro**. In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 371-414.
- GOES, Moacir. (2008). **Conflito**. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, pp.93-95.
- GOHN, Maria da Gloria. (2004). **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola.
- GRAMSCI, Antonio. (1989). **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7^a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). (1994). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.

GUDYNAS, Eduardo.(2011). **Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo**. Publicado em América Latina en Movimiento No. 462. Venezuela: Agencia Latinoamericana de Información, febrero 2011. Disponível em:< <http://alainet.org/publica/alai462.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014

_____. ACOSTA, Alberto. (2011). **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa**. Utopía y Praxis Latinoamericana- Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social/ CESA – FCES – Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela/ Año 16. N° 53 (Abril-Junio, 2011) pp. 71 – 83. Disponível em: < <http://www.globalizacion.org/analisis/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>>. Acesso 30 set.2014

GUERRA, Janaína da Silva; CRUZ, Antônio. (2009). **Educação popular e economia solidária nas incubadoras universitárias de cooperativas populares: práticas dialógicas mediadas pelo trabalho**. In: HERBERT, Sérgio Pedro et al. (orgs). **Participação e práticas educativas: a construção coletiva do conhecimento**. São Leopoldo: Oikos: Brasília: líber Livro, pp. 90- 105.

GUERRA, Pablo.(2009). **La Economía Solidaria em Uruguay**. Caracterización de sus emprendimientos y opinión de los trabajadores autogestionados. Montevideo, Uruguay, Kolping Uruguay.

_____. (2010). **La economía solidária en Latinoamérica**. Papeles de relaciones ecosociales y cambio global, n.110, Montevideo, pp. 67-76.

GUTIERREZ, Francisco. (1988). **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus.

_____. (1993). **Alcances educativos do fator “C”**. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (Orgs.).**Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, pp. 98-120.

HESPANHA, P. et al.(2009). **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina.

IASI, Mauro Luis. (2010). **Trabalho: Emancipação e Estranhamento?**. In: SANTANA, Raquel Santos, *et al.* (org.). **Aveso do trabalho II: precarização e saúde do trabalhador**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 61-83.

IASI, Mauro Luis. (2011). **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA (2003). **Economia popular**. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz. pp.101-109.

IPEA. Instituto de Pesquisas Aplicadas. (2010). **Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos**, Brasília, 2010 Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8858&itemid=7>. Acesso em: 08 mar.2013.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. (2003). **Cooperação**. In: CATTANI, Antônio Davi (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz. Editores, pp. 49-54.

_____; _____. (2009). **Cooperação**. In: HESPANHA, Pedro, *et al* (2009). **Dicionário internacional da outra economia**. Portugal: Edições Almedina, pp. 80-85.

JONES, Lauren Ila. (2008). **Libertação**. In: STRECK, Danilo R., REDIM, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 247-248.

KUENZER, Acácia Z. (2002). **Pedagogia da Fábrica As relações de produção e a educação do trabalhador**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez.

LAVILLE, Jean-Louis (2009). **Solidariedade**. In: HESPANHA, Pedro, *et al*. **Dicionário internacional da outra economia**. Portugal: Edições Almedina, pp. 310-314.

LISBOA, Armando Melo (2003). **Solidariedade**. In: CATTANI, Antônio Davi (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz. Editores, pp. 242-250.

LOPES, Eduardo (2010). O sonhar emancipatório e a educação Educação UFSM, V.35 n1, p. 125-138-jan/abr.

LOPES, José Carlos Cacau. (2010). **Polivalência ou politécnica? A formação profissional na perspectiva das classes trabalhadoras**. In: SANTANA, Raquel Santos, *et al*. (Orgs). **Avesso do trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 255-277.

LUZ, Dollyh Lopera. (2012). **La economia solidária em la perspectiva de construcción de um sujeto solidário**. In: PIMENTAL, Boris Marañon et. al. **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, pp. 209-230.

MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. (2008). **Autonomia**. In: STRECK, Danilo et. al. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 56-57.

MADOERY, Oscar.(2012). **El desarrollo como categoria política**. In: **Crítica y Emancipación**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Año IV, no. 7, Buenos Aires: CLACSO, ene-jun 2012, pp. 59-84. Disponível em: <<http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/CyE7.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014

MAIA, Angélica Araújo de Melo.(2011). **Dimensões da emancipação em abordagens crítica e pós crítica de currículo**. Revista e-curriculum. São Paulo, V7 n.2, Agosto.

MANACORDA, Mario A. (1990). **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. (1991). **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo. Cortez: Autores Associados.

MANCE, Euclides. (1998). **Questões éticas no mundo globalizado**. IFIL. Novembro. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/questoes.htm>>. Acesso em: 28 set. 2014

_____. (2003). **Cadeias produtivas solidárias**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editora, pp. 26-28.

_____. (2008). **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e suas superação sistêmica**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier.

MANFREDI, Silvia Maria. (2013). **A matriz freireana de educação problematizadora recriada nas práticas de educação sindical**. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 77-95.

MARANHÃO, César Henrique. (2012). **Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais**. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, pp. 78-104.

MARTI, José. (2007). **Educação em nossa América**. Apresentação e organização de Danilo R. Streck. Ijuí. Editora Unijui.

MARX, Karl. (1980). **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1982). **Para uma crítica da economia política: Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes; a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural.

_____. (1983). **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural.

_____. (2002). **A ideologia alemã 1º capítulo: seguido das Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro.

_____. (2010a). **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo.

_____. (2010b). **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo.

MEJIA, J. Marco Raul. (1996). **A transformação social: educação popular no fim do século**. São Paulo: Cortez.

MELUCCI, Alberto. (2001). **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MÉSZÁROS, Istvan. (2005). **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo.

_____. (2011). **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª. ed. revista. São Paulo: Boitempo.

MIGNOLO, Walter (2004). **Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica.** In: Santos, Boaventura de Sousa (org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.*- São Paulo: Cortez. pp. 667-709.

_____. (2010). **Desobediência epistêmica:** Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo.

NIEL, Maité. **El concepto del Buen Vivir.** (2011). Universidade Carlos III de Madrid Instituto Universitario de Estudios Internacionales e Europeos "Francisco de Victória" 28 de junio 2011 Disponível em: <<http://www.fondoindigena.org/apc-aa-files/11cff670a2ec169cc25379afa3d771db/53.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014

NOVAES, Henrique T. (2011). **A autogestão como Magnífica Escola.** In: **Trabalho , educação e reprodução social:** as contradições do capital no século XXI. Organizadores: Eraldo Leme Batista e Henrique Novaes. Bauru, SP: Canal 6, pp. 133-178.

_____. (2011). **Qual a autogestão?.** In: NOVAES, Henrique T. **O retorno do caracol à sua concha:** alienação e desalienação em associações de trabalhadores.1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. P. 67- 94.

_____; DIAS, Rafael de Brito. (2010). **Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da Tecnologia social.** In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social:** ferramenta para construir uma outra sociedade. 2ª. ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Komedi, pp. 155- 173.

_____; _____. (2011). **Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social.** In: NOVAES, Henrique T. **O retorno do caracol à sua concha:** alienação e desalienação em associações de trabalhadores. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, pp. 113-154.

_____; FARIA, Mauricio Sarda de. (2011). **Para onde vão as Fábricas Recuperadas.** In: NOVAES, Henrique T. **O retorno do caracol a sua concha:** alienação e desalienação em associações de trabalhadores. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, pp. 169-211.

NUÑEZ, Orlando. (2007). **A economia popular, associativa e autogestionária.** In: CORAGGIO, Jose Luis. **Economia solidaria y subjetividad.** 1ª. Ed. Buenos Aires: Altamira, pp. 111-144.

ORTELLADO, Pablo. (2003). **Mondragón, e os impasse do cooperativismo.** In: **SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). Uma outra economia possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, pp. 177- 191.

PATEMAN, Carole. (1992). **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PALUDO, Conceição. (2008). **Educação Popular.** In: **Dicionário Paulo Freire/Danilo Streck, Euclides Redin; Jaime José Zitkoski (orgs.).**Belo Horizonte:Autêntica Editora, pp. 157-159.

_____. (2011). **Educação popular e movimentos sociais na atualidade: algumas considerações**. In: RIBEIRO, Alberto Rosa; RIBEIRO, Marlene (orgs.). Porto Alegre: Itapuy, pp. 22-35.

PINTO, Álvaro Vieira. (2005). **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto.

PUCCI, Bruno. (1996). **Teoria crítica e produção do conhecimento no processo educacional**. In: MARKET, Werner (org.). **Trabalho, qualificação e politécnia**. Campinas, SP: Papyrus, pp. 39-52.

QUIJANO, Aníbal. (2007). **Sistemas alternativos de produção?**. In: CORAGGIO, Jose Luis. **Economía solidaria y subjetividad**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Altamira, pp. 145-164.

_____. (2010). **Colonialidade do poder e classificação social**. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.).- São Paulo: Cortez.

RAUBER, Isabel (2010). **Educación popular, descolonización e interculturalidade**. Fragmentos del libro: Dos pasos adelante, uno atrás. Lógicas de superación de la civilización regida por el capital. Ed. Vadell, Caracas.

RAZETO, Luiz. (1991). **Empresas de trabajadores y economía de mercado**. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/proleg%C3%B3menos-1>>. Acesso em: 07 jun. 2014

_____. (1993) **Economia da Solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, pp. 34-58.

_____. (2007). **A economia de solidariedade: conceito, realidade e projeto**. In: CORAGGIO, Jose Luis. **Economía solidaria y subjetividad**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Altamira, pp. 317- 338.

REBELLATO, José Luiz (2009). **José Luis Rebellato, Intelectual Radical**. Alicia Brenes et al. (orgs.). Montevideu Extensión Universidad de la República, Nordan Comunidad: EPPAL

RIEIRO, Anabel. (2006). **Recuperando el trabajo en economías dependientes**: Uruguay un modelo de desarrollo por armar Buenos Aires CLACSO Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/becas/20110206071534/rieiro.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014; 8 jul. 2014

_____. (2008). **Cooperativismo y sindicalismo: el difícil camino a la emancipación**. Retomando los aportes de Marx y Gramsci para el caso de las empresas recuperadas por sus trabajadores. In: Revista Estudios Cooperativos año 13 – no.1 Uruguay: Unidade de Estudos Cooperativos, Udelar, dezembro pp. 123-144.

RUGGERI, Andrés, *et al.* (2009). **Las empresas recuperadas: autogestión obrera em Argentina y América Latina**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras –Universidad de Buenos Aires.

SADER, Eder. (1988). **Quando novos personagens entraram em casa: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Aline Mendonça. (2011). **Sobre os atores do movimento de economia solidária no Brasil: Qual o sujeito? Qual reconhecimento? Qual lugar?** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA- Campus Ondina: Salvador, 07-10 de agosto 2011

_____. (2014). **Representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. III seminário do centro de Ciências Sociais Aplicadas 18-22 de outubro 2004 Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2021.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014

SANTOS, Boaventura de Souza. (1997) **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez.

_____.(org). (2006). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**.- São Paulo: Cortez.

_____. (2009). **A crítica da razão indolente Contra o desperdício de experiência**, Cortez, São Paulo.

_____. (2010). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, Dermeval. (1987). **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Politécnico de Saúde Joaquin Venâncio.

SCHLESENER, Anita Helena. (2007). **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3.ed. Curitiba: Ed. UFPR.

SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique. (2013). **Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SEN, Amartya. (2000). **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SESAMPE-DIFESOL. (2013). **A economia solidária no Rio Grande do Sul**. Resultados do 2º Mapeamento e cadeias produtivas solidárias no estado. Unisinos. São Leopoldo.

SILVA, José de Souza. (2013). **La pedagogia de la felicidad en una educación para la vida- El paradigma del “Buen Vivir” / “vivir bien” y la construcción pedagógica del “dia después de desarrollo”**. In: WALSH, Catherine. **Pedagogias descoloniales Práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo 1- Quito: Abya Yala 2013 (No prelo)

SILVA, Maria das Graças. (2012). **Sustentabilidade ambiental e (in)sustentabilidade social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, pp. 105-124.

SINGER, Paul. (2001). **Economia solidária: possibilidades e desafios**. *Revista Proposta: trabalho e desenvolvimento humano*. ano 30, n. 88-89, p.15-23, mar./ago., 2001. Disponível em:

<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta88_89/singer8889.PDF>. Acesso em: 26 ago. 2014

STRECK, Danilo. (2014). **Educação, Pesquisa e Transformação Social**. In: STRECK, Danilo; ADAMS, Telmo. **Pesquisa participante, emancipação e (des)colonialidade**. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, pp. 15-30.

_____; ADAMS, Telmo. (2014) **Pesquisa participante, emancipação e (des)colonialidade**. 1.ed. Curitiba, PR: CRV.

_____; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). (2006). **Pesquisa participante - O saber da partilha**. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

_____; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (2008). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica.

TEIXEIRA, Luiza Reis. (2010). **A ideologia política na economia solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador**. São Paulo: Hucitec.

THIOLLENT, Michel. (1997). **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997

_____. (2011). **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez.

THOMAS, Hernán Eduardo. (2009). **Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina**. In: OTTERLOO, Aldalice et al. **Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: pp. 25- 81.

TIFNI, Evangelina. (2010). **Educação para a libertação Educação Cooperativa e Pedagogia Crítica as propostas contra-hegemônicas**. In: *Revista Estudos Cooperativos* ano 15 – no.1 Unidade de Estudos Cooperativos Udelar dezembro, pp. 46-56.

TIRIBA, Lia. (2007). **Educação popular e pedagogia(s) da produção associada**. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 jul. 2014

TIRIBA, Lia. (2008). **Cultura do trabalho, autogestão e formação dos trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**. *Perspectiva, Florianópolis*, v.26, n.1, 69-94, jan/jun. 2008 Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 02 set. 2014
0e%20forma%C3%A7%C3%A3p%20de%20trabalho.PDF Acesso em 06/08/2014

TONET, Ivo. (2005). **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí. RS: Unijui.

TORTOSA, José Maria. (2008). **Maldesarrollo y desglobalización**. Fundación Carolina Alicante, dezembro, 2008. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/10275>>. Acesso em: 30 set. 2014

TRAGTENBERG, Mauricio. (1980). **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes.

_____. (1987). **Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939)**. In: VENOSA, R. (org.) **Participação e participações: ensaios**, pp 30-35

VERONESE, Marília Veríssimo. (2009). **Subjetividade, trabalho e economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março: 153-167 Disponível em: <file:///C:/Users/Duilio%20Castro%20Miles/Google%20Drive/Nova%20pasta/RCCS_84_Marília_Veronese%20(1).pdf>. Acesso em 31 ago. 2014

_____. (2011). **A economia solidaria e a formação de lideranças democráticas**. Revista Diálogo, Canoas, n.18, pp. 97-114.

ZITKOSKI, Jaime. (2006). **Paulo Freire & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2010). **Horizontes da (RE) Fundamentação em Educação Popular: um diálogo entre Freire e Habermas**. Frederico Westphalen: Uri.

_____. (2011) **Educação popular na América Latina – raízes históricas e temas emergentes: uma leitura a partir de Freire**. In: RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; RIBEIRO Marlene (orgs.). **Redes de Pesquisa: Trabalho, movimentos sociais e educação**. Porto Alegre, Itapuy, pp. 49-60.

9 APÊNDICES

APÊNDICE 1- PERFIL DOS ENTREVISTADOS

E	Perfil dos Entrevistados
1	Agente público, Liderança, militante da Ecosol, mulher
2	Agente público, masculino
3	Apoiador, professor universitário
4	Apoiadora, Extensão Universitária, Engenheira
5	Apoiadora, Coordenador de ONG
6	Trabalhador de cooperativa-ERT
7	Gestor de Empreendimento-ERT
8	Gestor de Empreendimento-ERT
9	Gestor de Empreendimento-ERT
10	Trabalhadora e dirigente de cooperativa-ERT
11	Trabalhador e dirigente de empreendimento-ERT
12	Trabalhador- ERT
13	Apoiador, ONG, Engenheiro
14	Agente público
15	Agente público
16	Trabalhadora-Catadora
17	Estudante- bolsista de incubadora
18	Trabalhador, Catador e liderança do MNCR
19	Apoiadora, Técnica de Incubadora
20	Apoiadora, Coordenador de Incubadora
21	Estudante-bolsista de incubadora
22	Professor-Equipe de Incubação
23	Educador popular
24	Educadora popular
25	Estudante
26	Apoiadora, Agente público
27	Trabalhador, Liderança de Catadores
28	Trabalhador, Liderança de Catadores
29	Trabalhadora-Catadora
30	Trabalhador-Catador
31	Trabalhador-Liderança de Catadores
32	Trabalhador-Liderança de Catadores
33	Apoiador -ONG
34	Trabalhador-Liderança de Catadores
35	Trabalhadora-Catadora
36	Trabalhadora-Catadora
37	Agente público

Fonte: O autor

APÊNDICE 2- ESTRUTURA E RESPONSABILIDADES DOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DA CADEIA SOLIDÁRIA BINACIONAL DO PET

Coordenação Ampliada:

- 1- Membros da Coordenação Geral
- 2 - Membro da Red del Sur (Nexus, Cospe, Unisol, FCPU)
- 3- Unisol Brasil
- 4- Representantes das prefeituras envolvidas no Projeto
- 5- Representante do Governo Uruguaio
- 6- Representante do Governo de Minas Gerais
- 7- Representante da Federação das Cooperativas de Produção do Uruguai
- 8- SENAES / MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério de Trabalho e Emprego

Responsabilidades:

- Decisões estratégicas da Cadeia Solidária Binacional;
- Fazer cumprir a Declaração de Princípios da Cadeia Solidária Binacional;
- Assinatura de Acordos entre as organizações públicas e privadas que dão suporte à Cadeia e;
- Avalizar os acordos realizados internamente pelos elos da Cadeia.

Coordenação Geral:

- 1- Um representante de cada Central de Cooperativas de Reciclagem (Catapampa, Coopetsul, Coopetsinos, Coopfronteira, Coopetnorte)
- 2- Um representante da Coopima
- 3- Um representante da Coopertextil
- 4- Um representante das Cooperativas de Costureiras
- 5- Um representante da Instituto Nacional de Cooperativismo de Uruguai
- 6- Um representante da Difisol – Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

Responsabilidades:

- Definir o padrão e formalizar os acordos de cooperação entre os diferentes elos da Cadeia;
- Estabelecer a demanda de matéria –prima (flake/ fibra) e produto (fio /tecidos) a serem processados;
- Definir o padrão (especificações técnicas) das matérias-primas e produtos;
- Definir as condições de comercialização (preço/prazo);
- Estabelecer os custos do processo logístico; otimização dos fretes a serem realizados considerando frequência e cargas de retorno;
- Levantar os custos de operação da coordenação e de como será realizada a sua apropriação;
- Definir os procedimentos legais que deverão ser observados nestas operações;
- Definir a estratégia de comunicação e dos materiais a serem utilizados para divulgação da Cadeia;

- Acompanhar as diferentes operações da Cadeia promovendo ações de inter-cooperação visando o seu fortalecimento;
- Elaborar o Plano de Contingência para superar situações críticas supervenientes ao planejamento realizado;
- Elaborar estudos sobre desenvolvimento de produtos;
- Elaborar estudos sobre desenvolvimento de mercados;
- Elaborar de estudos sobre atualização tecnológica e das necessidades de novos investimentos;
- Elaborar estudos sobre estrutura dos custos de produção;
- Elaborar estudos sobre os preços / margem obtidas em cada elo da cadeia com vistas a promover uma melhor distribuição dos valores agregados ao longo da Cadeia;
- Elaborar relatórios de desempenho e de impactos sócio-econômicos nas comunidades abrangidas pelo projeto;
- Elaborar trabalhos a serem apresentados nas reuniões da Coordenação Ampliada;
- Desenvolver sistema de informações sobre a Cadeia;
- Representar a Cadeia junto aos gestores políticos locais;
- Estreitar o relacionamento com outros empreendimentos de interesse da cadeia produtiva;
- Estimular o desenvolvimento de novos membros para participar da Cadeia;
- Organizar e gerenciar Fundo de Investimentos para a Cadeia;
- Desenvolver programas de capacitação ético-política e técnico-produtiva de trabalhadores para os diversos elos da cadeia produtiva e;
- Apoiar a elaboração de projetos, especialmente para captação de recursos financeiros.

Coordenação dos Pólos:

1. Representante da Coopetsinos
- 2- Representante da Coopetsul
- 3-Representante da Catapampa
- 4-Representante da Coopetnorte
- 5-Representante da Coopfronteira

Responsabilidades:

- Definições das ações de comercialização conjunta;
- Definição e implementação do processo de logística para transporte e armazenamento do PET;
- Definição de Planos e Políticas de Produção;
- Desenvolvimento e Administração de Banco de Dados sobre as operações dos pólos e;
- Elaboração e encaminhamento de pautas para as Coordenações Geral e Ampliada.

Fonte: O autor

APÊNDICE 3- TERMO DE COMPROMISSO DE INCUBAÇÃO COM A COOPETSINOS



**Incubadora Tecno-Social
IFRS – Câmpus Porto Alegre**

TERMO DE COMPROMISSO

1-PARTES:

A INCUBADORA TECNO-SOCIAL do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Porto Alegre (ITS-POA) e a Central de Cooperativas de Reciclagem do Vale dos Sinos (COOPETSINOS) acordam o desenvolvimento de um processo de incubação que visa apoiar, capacitar e assessorar tecnicamente, no seu processo de implantação;

Para tanto, estabelecem-se as seguintes condições:

A ITS- POA, compromete-se a:

Disponibilizar equipe de incubação constituída de professores, estudantes e técnicos-administrativos da Instituição para contribuir na implementação dos processos de gestão, comercialização, produção, finanças e recursos humanos;

Promover formação continuada e permanente dos membros do grupo nos aspectos técnicos e em Economia Solidária;

Elaborar de forma participativa um Plano de Ação para o período de incubação, estabelecendo objetivos, prazos, recursos disponíveis e responsáveis pela sua execução;

Assessorar na elaboração de acordos administrativos com as cooperativas associada à Coopetsinos e com demais elos da Cadeia Produtiva Binacional Solidária do PET;

Dar suporte aos processos de implantação da autogestão da Coopetsinos, definindo de forma compartilhada os procedimentos que fortaleçam a gestão democrática da Central;

Auxiliar na elaboração de projetos de captação de recursos financeiros a serem canalizados para o funcionamento da Coopetsinos;

Disponibilizar, preferencialmente, o espaço da ITS-POA para desenvolver as referidas atividades de capacitação e assessoramento técnico;

Acompanhar as interlocuções que a Coopetsinos desenvolva junto a órgãos de governos e/ou entidades de apoio e fomento com o intuito de colaborar para a materialização dos objetivos e o atendimento dos compromissos assumidos reciprocamente com estas organizações;

Desenvolver de forma participativa processos de monitoramento e avaliação da execução do projeto;

Assessorar a Central para planejar e aplicar estratégias de divulgaçãoAssessorar a Central para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento de Economia Solidária; e

Promover elaboração participativa de normas de funcionamento da Central.

A Coopetsinos compromete-se a:

Elaborar e disponibilizar todas as informações que sejam necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos estabelecidos de comum acordo;

Elaborar conjuntamente com a ITS-POA um relatório que caracterize a situação atual do empreendimento, com base em indicadores que permitam uma futura avaliação da sua evolução ao longo do tempo;

Participar, regularmente, das reuniões de coordenação da Coopetsinos estabelecidas com cronograma e pauta previamente definidos;

Participar das reuniões de monitoramento e avaliação da execução do projeto;

Participar de oficinas de capacitação voltadas para o preparo da equipe que será responsável pela operacionalização da Central;

Compartilhar as informações de atividades e parcerias existentes ou que desejem efetivar no futuro com outras organizações com vistas à integração de esforços na consecução dos objetivos traçados;

Autorizar a documentação e publicação de artigos, livros, apresentações em congressos, seminários, etc. da experiência do processo de incubação relacionado com a implantação da Coopetsinos; e

Autorizar a inclusão da marca da ITS, no material de divulgação da Central destacando se tratar de um empreendimento incubado.

2- PERÍODO DE VIGÊNCIA DO TERMO:

O tempo previsto para o processo de incubação é de 24 meses. Este prazo poderá ser renovado de comum acordo. Para efeitos desta decisão, serão analisados os resultados alcançados até o momento do Plano de Ação para avaliar os desafios e as condições efetivas para execução das atividades remanescentes.

O presente acordo poderá ser rescindido a qualquer momento de comum acordo ou por iniciativa das partes, sendo para tanto necessário comunicar o pedido com antecedência mínima de trinta dias, fazendo o registro das motivações que levaram a parte a esta decisão.

3- METODOLOGIA DESENVOLVIDA:

Considerando a finalidade e princípios que regem a ITS- POA, a metodologia será caracterizada pela ação compartilhada entre a Equipe de Incubação e os representantes da Central, adotando a pesquisa-ação-participativa que se constitui num “(...) tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2011)

O referencial adotado para o desenvolvimento dos trabalhos manterá estreita correlação com os princípios da economia solidária, valorizando o diálogo e a articulação entre os saberes populares e saberes acadêmicos, na perspectiva da educação popular.

4- RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS NA EXECUÇÃO DO ACORDO:

As partes se comprometem a promover o diálogo e a solidariedade como meios de resolver eventuais conflitos que surgirem na execução do acordo.

5- DISPOSIÇÕES GERAIS:

As partes se comprometem a preservar a imagem das instituições envolvidas envidando todos os esforços que se fizerem necessários para a realização dos objetivos traçados.

Observa-se que, no presente acordo, não se assumem compromissos de ordem financeira, sendo que as partes envolvidas disponibilizarão pessoas e recursos materiais, dentro dos limites possíveis, não cabendo quaisquer tipo de exigências de uma para outra pela falta de algum recurso para a execução das atividades que poderá ser obtido pela disposição voluntária e sem ônus de terceiros.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo de compromisso em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um mesmo e único fim, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Alegre, 2 de dezembro de 2012

APÊNDICE 4- RELAÇÃO DE ENTREVISTAS REALIZADAS	
Instituições	Entrevistados
Instituto Nacional das Cooperativas do Uruguai	Presidente Juan José Sarachu Diretor Executivo Danilo Gutierrez
Confederação das Cooperativas do Uruguai-	Presidente Rosana Perdomo
Federação das Cooperativas de Uruguai	Diretor Jorge Bianchi Fabiani
Departamento de Extensão da Universidade da República do Uruguai– Centro de Estudos Cooperativos	Gerardo Sarachu (2 entrevistas)
Ministério do Trabalho e Seguridade Social – Direção Nacional do Trabalho	Diretor Luiz César Romero
Ministério de Relações Exteriores- Diretor de Assuntos Limítrofes e das Representações Nacionais perante Comissões Mixtas Binacionais -Relações com Fronteiras	Diretor Daniel Bentancur
Ministério da Indústria do Uruguai- Direção Nacional da Indústria	Gerente Política Industrial - Economista Yanina Corsini Valls
Ministério de Desenvolvimento Social Unidade de Cooperativas Sociais	Pscólogo Margio Genta/ Diretor de Cooperativismo - Gustavo Cardorso
Ministério de Desenvolvimento Social Direção Nacional de Economia Social	Diretora -Psicóloga Social Mariela Fodde
Ministério de Desenvolvimento Social Projeto Uruguai Classifica	Daniel (Coordenador)
FUNSA Fábrica de Pneus Recuperada (Cooperativa)	Sr. Julio
Cooperativa de Trabalhadores Molino Santa Rosa (Empresa Recuperada)-	Engenheiro Carlos A. Reyes
Cooperativa de Previdência Social- Representante Uruguaio na CICOPA –	José Jorge Alvariño Barrera
Cooperativa Maragata (Coopima) São Jose (Um dos elos da cadeia)	Héctor Troncoso, Hugo Grasco , Fernando Garat, Wilson, Nancy e outros Membros do Comitê Gestor da Cooperativa
Red del Sul (Uruguai)	Engenheiro Agrônomo Juan Pablo Perachon (Coordenador Projeto no Uruguai)
Associação das Empresas Recuperadas – ANERT- Presidente da Envidro	Vereador Daniel Placeres
Diretora de DIFESOL – Governo do Rio Grande do Sul	Nelsa Fabian Néspolo (2 entrevistas)

Red del Sur- Coordenador de Encadeamentos	Eng. Agrônomo Federico Sierra
Universidade de la República-UDELAR Departamento de Extensão (Técnica Responsável Projeto Coopima)	Eng. Química Cecilia Matonte
Supervisor Financeiro da Coopertextil	Geraldo Magela (2 entrevistas)
Gerente Industrial da Coopertextil	José Antônio
Diretor Comercial da Coopertextil	Julio José de Moraes
Supervisora Administrativa Coopertextil	Sra. Iris
Universidade Católica do Uruguai	Prof. Pesquisador Nelson Villareal Durán
Universidade de la República UDELAR	Prof. Sociólogo Pablo Guerra
Centro de Pesquisa de Empresas Recuperadas – Buenos Aires /Argentina	Pesquisador Fernando Garcia
Diretor Cultural da PIT-CNT -Uruguai	Diretora Cultural Ignacio Martinez
Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre	Coordenadores : Roque Spies, Odete Faustino Spies, Alda Fortes Geraldo Simmi, Josué Carvalho
Centro de Assessoria Multi Profissional-CAMP	Consultor Alessandro Soares
Coordenadora da sede Uruguai de Cospe	Ana Tifiro
Presidente da Coopertextil	Sr. Francisco
Movimento Nacional de Catadores e Recicladores	Fagner Andrei

Fonte: O autor

APÊNDICE 5 – CRONOLOGIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA CADEIA SOLIDÁRIA BINACIONAL DO PET E FATOS QUE INFLUENCIARAM NESTE PROCESSO. PERÍODO 1985-2014

Ano	Municipal	Estadual (RS)	Estadual (MG)	Brasil	Uruguai	Geral
1985				Governo Sarney 1985-1990	Governo Julio Maria Sanguinetti 1985-1990	
1986	Governo Porto Alegre Alceu Collares 1986-1989					
1987		Governador do Estado Pedro Simon 1987-1990		Assembleia Nacional Constituinte		
1988				Nova Constituição Brasileira (Direitos Sociais)		
1989						Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA introduz conceito de Produção Mais Limpa
1990		Governador do Estado Sinval Guazelli 1990-1991		Governo Fernando Collor de Mello 1990-1992	Governo Luis Alberto Lacalle 1990-1995	
1991		Governador do Estado Alceu Collares 1991-1995				Institui-se o Mercado Comum do Sul – Mercosul (Assinado o Tratado de Assunção)
1992	Governo Porto Alegre Olívio Dutra 1989-1992			Governo Itamar Franco 1992-1994		Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ou Cúpula da Terra –RJ Agenda 21

1993	Governo Porto Alegre Tarso Genro 1993-1997					
1994				Cria-se a Anteag Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão		
1995		Governador do Estado Antonio Brito 1995-1999		Governo Fernando Henrique Cardoso 1995-1998	Governo Julio Maria Sanguinetti 1995-2000 Unidade de Estudos Cooperativos Rede de Cooperativismo e Associativismo da UDELAR Jornadas Universitárias de cooperativismo associativo e economia solidária	
1996						
1997			21/11/1997 Criação da Coopertextil			Protocolo de Kyoto
1998		Decreto Estadual 38356 - 01/04/1998 Gestão de Resíduos Sólidos		Governo Fernando Henrique Cardoso 1999-2002		Conferência Meio Ambiente Rio+5 em New York
1999		Governo do Estado Olívio Dutra 1999-1903		Cria-se a Agência de Desenvolvimento Social – ADS-CUT Unisol Brasil União e Solidariedade das Cooperativas de Economia Social do Brasil Ecosol (Sistema Nacional de	Forum Social Uruguai	

				Cooperativas de Economia e Crédito Solidário)		
2000					Governo Jorge Batlle 2000-2005	
2001	Governo Porto Alegre Tarso Genro / João Verle (a partir de 2002) 1º. Fórum Social Mundial (Porto Alegre)			Criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	Espaço de Economia Solidária Surgem os Clubes de Troca	Convenção de Estocolmo- Combate os Poluentes Orgânicos Persistentes (gerados pela incineração)
2002	2º. Fórum Social Mundial Criou-se o Fórum de Recicladores do Vale dos Sinos			Regulamentação da atividade de catadores ingressando no CBO (Código Brasileiro de Ocupações)	UCRUS (Abril) União de classificadores de resíduos sólidos (Sindicato) Feira de Economia Solidaria Trabalho em rede da Cáritas Feira da Esperança	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio+ 10 em Johannesbugo
2003	Governo Porto Alegre Raul Pont 1998-2003 3º. Fórum Social Mundial 1º. Encontro de Recicladores no Vale dos Sinos	Governador do Estado Germano Rigotto 2003-2007		Governo Luiz Ignácio (Lula) da Silva 2003-2006 Criou-se o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores Lei 10.683 / Decreto 4.764 - Criação da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho no Brasil		

				<p>Iº. Congresso Latinoamericano de Catadores</p> <p>Fórum Brasileiro de Economia Solidária –FBES</p> <p>III - Plenária Nacional de Economia Solidária - Declaração dos Princípios da Economia Solidária</p> <p>Criação da Rede de Gestores</p>		
2004				<p>Iº. Encontro Nacional de Empreendimentos</p> <p>Início do Mapeamento da Economia Solidária</p>	<p>Lei 17.849 – 29/12/2004</p> <p>Uso de embalagens retornáveis no Uruguai</p> <p>Lei 17794- Cooperativa de trabalho</p>	
2005	<p>Governo Porto Alegre José Fogaça 2005-2008´</p> <p>1º. Encontro com Gestores Públicos do Fórum Vale dos Sinos</p>			<p>Fórum Social Mundial em Manaus</p> <p>Cria-se a Rede de Tecnologia Social RTS</p> <p>II Congresso Latinoamericano de Catadores (Local)</p> <p>Feira da Economia Solidária do Mercosul em Santa Maria/RS</p> <p>Lançamento da Cadeia Produtiva Solidária Justa Trama</p>	<p>Governo Tavares Vazquez 2005- 2010</p> <p>03/05/2005 - Assembleia de Constituição da Coopima (Uruguai)</p> <p>Ecotienda</p>	
2006				<p>DL 5.940/2006 - Destinação dos resíduos recicláveis das Instituições Federais para as</p>	<p>Aprovado projeto no FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural</p>	

				<p>Cooperativas/Associações de Recicladores BR</p> <p>Marcha dos Catadores a Brasília</p> <p>1ª. Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)</p> <p>Instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária –CNES</p> <p>1ª. Feira Nacional de Economia Solidária</p>	<p>do Mercosul), voltado para melhorar as condições de trabalho dos recicladores do Uruguai</p> <p>Cria-se o Conselho Consultivo Departamental de Economia Solidária (Canelones)</p> <p>Feira Canária de Economia Solidária</p> <p>Cria-se a Mesa Nacional de Economia Solidária (Integra grupos de Economia Solidaria e Comercio Justo)</p> <p>Feira Espaço Mercosul Lei 17798- Cooperativas Sociais</p> <p>Cria-se Inacoop Mercosul Solidário</p>	
2007		Governador do Estado Yeda Crusius 2007-2011		<p>Governo Luiz Inácio (Lula) da Silva 2007-2010</p> <p>Lei 11.445/2007 - Contratação pelas prefeituras das cooperativas de reciclagem para coleta seletiva</p>	<p>DL 260/2007 30/07/2007 – Lei de Embalagens Retornáveis (Logística Reversa)</p> <p>Constituição da ANERT (outubro)</p> <p>Cria-se ANDECJ</p>	Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul

2008	Governo Porto Alegre José Fogaça 2008-2010			Chamada Pública para os Catadores – CATAFORTE	1ª. Tienda de Economia Solidária e Comércio Justo Decreto 260/007 - Regula a Lei 17.849/2004 - Uso, destino e reutilização das embalagens, prevenção, geração de renda para os recicladores Cria-se a Coordenadoria Nacional de Economia Solidária 1ª. Feira Binacional	Instituição da Unasul – União das Nações Sul – Americanas
2009	Seminário do Fórum na Unisinos		Política Estadual de Resíduos Sólidos Instituiu o ICM Ecológico	Governo Dilma Rousseff 2011-2014 Fórum Social de Belém I Expo Catadores em SP Criação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES)	Lei 18.407 23/10/2008 – Lei Geral das Cooperativas do Uruguai	
2010	Governo Porto Alegre José Fortunatti 10 anos do Fórum Social Mundial Encontro do Fórum de Recicladores do	1º Contato com Coopima (Cooperativa Industrial Margata) Uruguai		Lei 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos Decreto 7.357 - 17/11/2010 - Criação do Programa Nacional de Incubadora (Proninc) – BR	Governo José Mujica 2010-2014 Lei 18.716/2010 - Criou o Fundo de Desenvolvimento - Fondes no Uruguai Reunião Diretora Difesol	

	Vale dos Sinos com o futuro Governador do Estado Tarso Genro Planejamento Estratégico do Fórum do Vale 2010-2011			2ª. Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) Decreto 7358- Sistema Nacional de Comércio Justo	com Ministro do Trabalho do Uruguai- Eduardo Brenta Retomada dos contatos da Coopima com o INACOOOP na busca de Viabilidade da retomado do empreendimento	
2011	Audiência Pública da Região Sul sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, em Curitiba - Paraná Audiência Pública Nacional em Brasília sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos 11/11/11 1ª. Reunião com todos os representantes da Cadeia Produtiva Apresentação do Estudo de Viabilidade da Cadeia pelo Sebrae Dez/2011 - Criou-se a Incubadora Tecno-Social do IFRS Campus Porto Alegre	Governador do Estado Tarso Genro 2011-2015 Criou-se a Departamento de Incentivo e Fomento da Economia Solidária (DIFESOL) junto à Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) Instalação da Cadeia Solidária Binacional do PET, através da assinatura do Termo de Cooperação entre os Governos do Rio Grande do Sul - SESAMPE/DIFESOL e o Uruguai (INACOOOP - Instituto Nacional de	Plano Estadual de Coleta Seletiva	Aprovação de Recursos do SENAES para o Projeto de Construção da Cadeia Solidária Bi-nacional Instalação do Comitê Interministerial para Coordenação do Plano Nacional de Resíduos (12 Ministérios)	Decreto- Lei institui o FONDES (Fundo Nacional de Desenvolvimento)	

		Cooperativas) 1º. Encontro com Entidades Apoiadoras dos Recicladores, através da Difesol Maio/2011 - Realização de seminários nas regiões do Estado com potencial para desenvolver o Projeto da Cadeia Solidária 1ª. Visita a Coopima				
2012	04/01/2012 - Criou-se a Coopetisinos - 1ª. Central de Reciladores do Estado no Vale dos Sinos Criou-se a Cooncat – Central de Recicladores na Região de Santa Cruz e Vale do Rio Pardo Criou-se a Coopetsul- Central de Recicladores da Região Sul (Pelotas- Jaguarão) Audiências Públicas	Reuniões da Coordenação Geral e Ampliada da Cadeia Solidária Entrega pelo Sebrae do Estudo de Viabilidade Institui-se o Conselho Estadual de Economia Solidária		Lei 12.690/2012 - Lei das Cooperativas de Trabalho e Produção Resolução 4 - 04/07/2012 - Cria o Plano Brasil Justo e Solidário Agenda transversal, enquanto mecanismo de orientação de atuação estratégica do Conselho Nacional de Economia Solidária no âmbito do PPA – 2012-2015 Projeto de Lei 4685 – Política Nacional da Economia Solidária		

	no Rio Grande do Sul para a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos					
2013		<p>Reuniões da Coordenação Geral e Ampliada da Cadeia Solidária</p> <p>Encontro Estadual de Catadores (Canoas/RS)</p> <p>Desenvolvimento Programa de Capacitação para Trabalhadores que atuarão nas Centrais de Cooperativas (UNIJUI/FDRH)</p>			<p>08/02/2013 Projeto para reativar a Coopima apresentada ao FONDES</p> <p>Realiza-se a prova, retomando a operação após 14 anos de desativação da planta.</p>	
2014		<p>Reuniões da Coordenação Geral e Ampliada da Cadeia Solidária</p> <p>Mobilizações em São Leopoldo e Canoas contra a incineração</p> <p>Programa de Assessoria Técnica com Escola Mesquita</p>		<p>Setembro. Visita do Presidente José Mujica as instalações da Coopetisinos em Novo Hamburgo</p> <p>Publicação do Relatório SIES – Sistema de Informações sobre Economia Solidária</p>	<p>Encontro de Catadores de Uruguai e Brasil</p> <p>Capacitação para Recicladores em Controle de Qualidade na Coopima</p>	<p>Reunião na ONU, preparativa para a Conferência sobre Clima.</p>

Fonte: O autor



APÊNDICE 6- DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA CADEIA BINACIONAL SOLIDÁRIA DO PET

A Cadeia Binacional Solidária do PET é um arranjo produtivo, resultado da articulação política que envolve o Estado, Centrais de Catadores, Empresas Recuperadas e Entidades de Apoio e Fomento, orientada pelos princípios da Economia Solidária, que integra todas as fases, desde a coleta até a produção de tecido e produtos que têm origem em materiais reciclados, promovendo agregação de valor e perspectivas de desenvolvimento dos trabalhadores e suas comunidades.

Participam desta cadeia produtiva as seguintes entidades:

- Centrais de Cooperativas de Reciclagem: Catapampa (Vale do Rio Pardo e Santa Cruz), Coopetsul (Região Sul) e Coopetsinos (Vale dos Sinos e Região Metropolitana de Porto Alegre);
- Coopima – Cooperativa Industrial Maragata (San José – Uruguai);
- Coopertextil – Cooperativa Têxtil (Pará de Minas - Minas Gerais);
- Governo do Rio Grande do Sul- Secretaria da Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa- Diretoria de Fomento da Economia Solidária;
- Governos municipais envolvidos na Cadeia;
- SENAES / MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério de Trabalho e Emprego;
- Instituto Nacional de Cooperativismo da República Oriental do Uruguai;
- Federação das Cooperativas do Uruguai;
- Unisol –Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários); e
- Rede do Sul: Promoção do cooperativismo de trabalho associado e fortalecimento das redes de empreendimentos da economia social do Mercosul, como estratégia para o combate à pobreza e a construção de uma sociedade mais democrática e sustentável.

Objetivo geral:

- Fomentar a organização e estruturação de empreendimentos econômicos solidários que realizem o beneficiamento de resíduos sólidos de base PET e plásticos rígidos e flexíveis, através da implantação de pólos que processem industrialmente esta matéria-prima, desde a catação até a confecção de tecido e produtos ecológicos, agregando valor ao trabalho de cada elo da produção e que promovam o desenvolvimento das economias social e solidária nos territórios envolvidos.

Objetivos específicos:

- Estimular a criação e fortalecimento de Redes e Cadeias Produtivas Solidárias com base em materiais reutilizáveis e recicláveis;
- Promover processos de formação, desenvolvimento e assessoria técnica continuada aos empreendimentos e cadeias produtivas solidárias;
- Promover parcerias e articulação com o poder público e setores da sociedade, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como forma de construir soluções locais de gestão integrada de resíduos sólidos e inclusão de Catadores;
- Promover os princípios e valores da cooperação, a formação e o desenvolvimento das capacidades nos empreendimentos da economia solidária, que se relacionem com a cadeia do PET;
- Promover os processos de integração produtiva e cadeias de valor, na perspectiva da inter-cooperação;
- Ampliar o acesso de mercado aos Catadores, criando as condições para que produzam e transformem novos produtos de origem em materiais reutilizáveis ou recicláveis; e
- Fortalecer a cultura da cooperação solidária por meio de estímulo a processos de organização coletiva na Cadeia do PET.

Princípios gerais:

Considerando:

- A situação do segmento de Catadores, com uma longa história como movimento social, que trouxe visibilidade a um grande contingente de excluídos sem condições de acessar e exercer os direitos à cidadania;
- A relevância do trabalho que realizam cotidianamente na reciclagem de resíduos sólidos, sendo reconhecidos na sua atividade e amparados na lei e Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- A necessidade, de i) enfrentar as dificuldades de ampliação do acesso ao mercado; ii) agregar valor ao resultado do seu trabalho; iii) distribuir mais equanimemente as margens de resultados e ganhos; iv) atrair os Catadores que trabalham de forma

individual à organização coletiva; v) promover parcerias com instituições governamentais e não governamentais no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos; vi) apoiar as ações de acesso aos serviços públicos de proteção social; e vii) contribuir para a erradicação do trabalho infantil;

- A convergência de interesses de governos progressistas que olham para esta população vulnerável socialmente como prioridade em suas políticas sociais;
- O acúmulo de experiência técnica e política desenvolvida pelos Catadores, assim como também dos fóruns regionais, associações, cooperativas vinculadas ao setor de reciclagem, no país e na região do Mercosul;
- A conscientização dos governos, com apoio em políticas públicas e de organizações de apoio (incubadoras, ONG's etc) que dão suporte tecnológico, financeiro e de gestão;
- O estágio de desenvolvimento e os princípios da Economia Solidária que dão sustentação conceitual e política ao movimento e aos empreendimentos econômicos solidários;

E

Reafirmando:

- Os objetivos e princípios que orientam a integração regional através do Mercosul, especialmente os contidos na Declaração do Mercosul Social, relativos à promoção de um desenvolvimento econômico equilibrado, justo e sustentável, oportunizando uma qualidade digna de vida para seus povos;
- As diretrizes da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL);
- O termo de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Nacional de Cooperativismo do Uruguai (Inacoop) da República Oriental do Uruguai;
- Os princípios da Economia Solidária, especialmente, registradas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (III Plenária Nacional de Economia Solidária Jun/2003);
- Os linhamentos gerais das entidades que apóiam o projeto da Cadeia Binacional Solidária do PET;
- Os objetivos da lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil (Lei 12.305/2010);

Em consequência, como membros desta Cadeia Solidária:

Reconhecemos:

- O fundamental que é manter a Cadeia Solidária Binacional do PET como prioridade de nossas atividades econômicas, pela sua essencialidade para as populações envolvidas;
- Os princípios da Economia Solidária como orientadores de nossa atuação, fortalecendo os laços de solidariedade e cooperação com os demais elos da Cadeia;
- O compromisso com a ampliação da Cadeia, desenvolvendo outros empreendimentos que se vinculem através de redes com a Cadeia do PET, promovendo o desenvolvimento local e regional;
- A importância da articulação política com as comunidades e governos locais, com vistas a materializar os objetivos de assumir a operação dos sistemas de coleta seletiva e o tratamento de resíduos sólidos;
- A necessidade de se ter uma estrutura permanente de Coordenação Geral responsável pela implementação das decisões estratégicas da Cadeia, definidas pela Coordenação Ampliada, orientadas pelo princípio da autogestão;
- A importância de constituir um Fundo para suprir eventuais faltas de recursos financeiros, oriundas de oscilações de preços, fluxos de pagamentos desencontrados ou para investimentos em função de atualizações tecnológicas que se fizerem necessárias;
- A inclusão produtiva associada entre iguais como fundamental para acabar com a condição que gera a pobreza e a miséria, pois buscamos, nesta ação, a eliminação das formas de organização da produção que gera riqueza a poucos e a condição de subsistência para a maioria;
- A Economia Solidária como o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

Comprometemo-nos:

- Cumprir com os acordos comerciais estabelecidos entre os elos da cadeia, dando-se prioridade perante outros compromissos;
- Manter informados aos membros sobre toda e qualquer decisão no empreendimento que possa vir a interferir as relações normais de funcionamento da Cadeia;
- Promover o diálogo e a solidariedade como meios de resolver eventuais conflitos, tendo presente o propósito de perpetuidade dos compromissos acordados entre os membros da Cadeia;

- Criar mecanismos de distribuição equânime dos ganhos agregados ao longo da Cadeia;
- Participar da elaboração do Planejamento da Cadeia onde serão estabelecidos os objetivos e as ações necessárias para a operação, estipulando prazos e responsabilidades para cada um de seus membros;
- Fortalecer, através de um Plano de Comunicação local, a marca e os princípios da Cadeia, enfatizando a sua vinculação com a proposta da Economia Solidária;
- Incentivar o Poder Público a cumprir com os dispositivos da Lei 13.922/2012, relacionada com compras aos empreendimentos de economia solidária;
- Promover dentro dos nossos empreendimentos os princípios do trabalho decente, preservando a dignidade de cada um dos trabalhadores, dentro de um ambiente que se caracterize pela igualdade e o acesso a oportunidades, sem distinção de cor, gênero, classe social, idade, religião ou orientação sexual - princípios básicos da democracia;
- Manter capacitados técnica e politicamente nosso quadro de trabalhadores, promovendo o desenvolvimento humano integral, para oportunizar um trabalho de qualidade, numa gestão autogestionária, que se constrói com a efetiva participação de todos os membros do empreendimento;
- Promover um processo produtivo eficiente não se limitando aos benefícios materiais do empreendimento, mas definindo também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema;
- Promover um desenvolvimento integral, sustentável, que se caracterize pelo compromisso com a proteção do meio ambiente e o bem-estar dos seus trabalhadores e das comunidades;
- Participar ativamente do movimento da Economia Solidária, divulgando nossas experiências com vistas a serem replicadas e demonstrando a possibilidade efetiva de construir uma alternativa de economia que tenha como valor central o trabalho, o saber e a criatividade humanos, e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;

- Estimular a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa;
- Promover e difundir os valores da solidariedade através dos nossos empreendimentos em projetos que visem combater à exclusão social, eliminar as desigualdades materiais;
- Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, com o objetivo de reduzir ou eliminar impactos adversos ao meio ambiente e à saúde das pessoas e comunidades; e
- Valorizar a diversidade nos nossos empreendimentos, reconhecendo o lugar fundamental da mulher e do feminino.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2012

APÊNDICE 7- CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS PRESENTES NO PROJETO

Fonte: O autor

Educação Cooperativista	Educação Sindical	Educação Empresarial/ Corporativa	Educação Popular	Educação Social	Educação Confessional	Educação Solidária
<p>Educação integral na perspectiva cooperativa, isto é, abrange formação técnica-produtiva e ética-política no universo organizacional e ideológico da Cooperativa. Seguem os princípios: Adesão Voluntária e livre; Gestão Democrática; Participação Econômica dos membros; Educação, Formação e informação; Interooperação; Interesse pela comunidade; Autonomia e Independência.</p>	<p>Educação Integral, que abrange todas as dimensões da educação (cultural, técnica, social, política) em um processo permanente de construção coletivo e dialógico do conhecimento, vivenciado através de um fazer pedagógico e metodológico, sem dúvida, emancipador, onde os conteúdos, os diálogos, os debates e as reflexões se constituem em processos de (re) construção de novos conhecimentos, promovendo um empoderamento visível dos/as envolvidos, percebido nas falas, na atuação e na ação no dia-a-dia pessoal e sindical.</p>	<p>Educação corporativa destacam-se como um sistema de desenvolvimento de pessoas e talentos humanos alinhado às estratégias de negócio de uma empresa, conferindo-lhe uma poderosa fonte de vantagem competitiva. Decorrente da Teoria do Capital Humano- Educação corporativa e Gestão por Competências-são concepções que prevalecem e convivem com as tradicionais de formação /capacitação de trabalhadores.</p>	<p>Educação libertadora, que é, ao mesmo tempo, gnoseológica, política, ética e estética, orientada para a transformação da sociedade, exige que se parta do contexto concreto/vivido para se chegar ao contexto teórico, o que requer a curiosidade epistemológica, a problematização, a rigorosidade, a criatividade, o diálogo, a vivência da práxis e o protagonismo dos sujeitos</p>	<p>Prática educativa que opera sobre o que o social define como problema. É dizer, trabalha em territórios de fronteira, entre o que as lógicas econômicas e sociais vão definindo em termos de inclusão/exclusão social, com o fim de paliar ou, em seu caso, transformar os efeitos segregativos nos sujeitos. A educação social atende à produção de efeitos de inclusão cultural, social e econômica, ao adotar aos sujeitos dos recursos pertinentes para resolver os desafios do momento histórico.</p>	<p>Caracteriza-se por seguir a “confissão” religiosa de uma determinada ordem religiosa ou congregação. Pode ser católica, presbiteriana, evangélica, etc. Por ser “confessional”, professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas. Pode-se citar, doutrinas da Igreja Católica, a jesuíta, fundamentada na doutrina teológica de Santo Inácio de Loyola; a franciscana, seguidora dos princípios educacionais da ordem religiosa de São Francisco de Assis; a salesiana, baseada nos princípios educativos de Dom Bosco. Mas há também as presbiterianas seguidoras da doutrina de Martinho Lutero.</p>	<p>É uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento. Reconhece a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, orientado ações político-pedagógicas autogestionárias e solidárias.</p>

APÊNDICE 8- HISTÓRICO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS.

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
				Conferência Temática de Formação e Assistência Técnica 12-14/04/10				Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão 11 a 13 de março de <i>2014</i>
1ª. CONAES Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento				2ª. CONAES Pelo Direito de Produzir e Viver em cooperação de maneira sustentável				3ª. CONAES Construindo um Plano para promover o direito de produzir e viver de forma sustentável (Nov/2014)
						Recomendação no. 8 - Diretrizes de uma política nacional de Educação em Economia Solidária 04/07/12 CNES		
		Programa de				Programa de		Programa de

		Economia Solidária Plano Plurianual Governo Federal 2008-2011				Economia Solidária Plano Plurianual Governo Federal 2012-2015		Economia Solidária Plano Plurianual Governo Federal 2016-2019
						V Plenária Nacional de Economia Solidária, 09-13/12/12 Tema: Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. (Estratégia política do movimento para 2013-2015) Marco Referencial da Educação Popular Decreto 7688/2012		

Fonte: O autor